

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – FCHS
UNESP – CAMPUS DE FRANCA

EUSTÁQUIO DONIZETI DE PAULA

O REGIME MILITAR NA PERSPECTIVA DO JORNAL
***LAVOURA E COMÉRCIO* DE UBERABA (1964-1968)**

FRANCA – SP

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – FCHS
UNESP – CAMPUS DE FRANCA
PROGRAMA DE DOUTORADO
EM HISTÓRIA E CULTURA POLÍTICA

EUSTÁQUIO DONIZETI DE PAULA

O REGIME MILITAR NA PERSPECTIVA DO JORNAL
***LAVOURA E COMÉRCIO* DE UBERABA (1964-1968)**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

Orientadora: Professora Dra. Teresa Maria Malatian.

FRANCA – SP

2018

Paula, Eustáquio Donizeti de.

O regime militar na perspectiva do jornal Lavoura e Comércio de Uberaba (1964-1968) / Eustáquio Donizeti de Paula.

– Franca: [s.n.], 2018.

212 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Teresa Maria Malatian

1. Brasil - História - 1964-1985. 2. Imprensa. 3. Censura.

I. Título.

CDD – 981.062

EUSTÁQUIO DONIZETI DE PAULA

**O REGIME MILITAR NA PERSPECTIVA DO JORNAL *LAVOURA E COMÉRCIO*
DE UBERABA (1964-1968)**

Tese apresentada à Faculdade Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* de Franca, São Paulo, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em História.

Presidente:_____

Profa. Dra. Teresa Maria Malatian – UNESP – Franca

Examinador 1:_____

Prof. Dr. Pedro Geraldo Saadi Tosi – UNESP – Franca

Examinador 2:_____

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira – UNESP – Franca

Examinador 3:_____

Profa. Dra. Tania Regina de Luca – UNESP – Assis

Examinador 4:_____

Prof. Dra. Ana Luiza Martins – CONDEPHAAT – São Paulo

Franca, 21 de maio de 2018.

“Nós mineiros nos ufanamos, contentes, de ser gente de altitude.
Não somos não.
Minas alterosas não tem nenhum morro maior do mundo.
Sequer um pico de altura assinalável, tem.
Temos é serranias demais.
Elas nos cercam por todo lado, tapando horizontes, limitando o mundo e o povo”.

“Ao meu redor, nessas Minas, floresce a loucura mansa.
Raramente se manifesta com coragem de si, acremente.
Também nunca se esconde de todo: disfarça”...

“Trago Minas no peito.
Minas me dói, demais, de ser como é.
Dói tanto que morro de raiva.
O diabo é que, quanto mais odeio, mais me comovo”...

Darcy Ribeiro

Dedico à minha mãe Maria (*in memorian*),
mesmo não tendo a possibilidade de decodificar
os símbolos dessa sociedade excludente,
sempre me estimulou a continuar aprendendo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, aos meus colegas de pós-graduação, servidores técnico-administrativos e professores, em particular à minha orientadora, Teresa Maria Malatian, por aceitar o projeto de pesquisa e pelas sugestões que originaram o presente trabalho.

Ao mesmo tempo, agradeço aos docentes Ana Luiza Martins, Tania Regina de Luca, Pedro Tosi e Ricardo Alexandre Ferreira que compuseram a banca geral de defesa e pela leitura e críticas que tanto contribuíram para o texto e aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unesp de Franca.

À minha família, Lu, Rafa e Nina, agradeço por estarem sempre ao meu lado, apoiando-me sempre diante dos desafios, dificuldades e ausências nesse período.

Lembro-me com carinho dos professores e colegas dos seminários da pós-graduação, em especial dos companheiros de viagem, Rodrigo de Paula Moraes, Marcos Vinícius Furtado, José Henrique Néspoli e dos amigos “filhos” que me receberam tão bem em Franca, Pedro Russo, Victor “Pino” Santos, Leo Fernandes, Heitor Loureiro, Elvis Diana e Vivian Montezano. As viagens realizadas semanalmente de Uberaba a Franca tornaram-se mais agradáveis com a companhia de vocês.

Por fim, quero agradecer a Stephany e demais estagiários e servidores do Arquivo Público de Uberaba pela disponibilização dos arquivos e aos colegas do Instituto Federal do Triângulo Mineiro do *campus* Uberaba, em especial aos professores Munís Alves, Thayanne Lima, Rodolfo Palis e Henrique de Oliveira Moreira pela leitura e sugestões.

PAULA, Eustáquio Donizeti de Paula. **O regime militar na perspectiva do jornal *Lavoura e Comércio de Uberaba* – 1964-1968**. 212f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca–SP, 2018.

Resumo:

O presente trabalho objetiva investigar se, durante o período 1964-1968, o periódico uberabense *Lavoura e Comércio* configurou-se como difusor da legitimidade do Estado arbitrário. Destarte, a pesquisa procura, também, compreender como se desenvolveram as relações de poder entre o regime militar e a imprensa, num período em que o modelo político exaltava as realizações do governo ditatorial para buscar legitimidade, ao mesmo tempo em que censurava os opositores e impedia a formação crítica dos cidadãos. O recorte temporal contempla o início da ditadura militar no Brasil até a edição do AI-5, sob a perspectiva da imprensa uberabense, por meio das publicações do centenário *Lavoura e Comércio*. Na intenção de levantar cenas do cotidiano do período em Uberaba, partiu-se para um levantamento bibliográfico sobre a temática golpe militar e as relações entre poder, imprensa e memória nos quatro primeiros anos do governo ditatorial. Amparados pela história política, as fontes primárias do Arquivo Público de Uberaba oportunizaram a análise das publicações desse periódico a partir do golpe que depôs o presidente João Goulart, as repercussões do golpe de Estado e a consolidação do autoritarismo. Por meio dessas publicações, foi possível recuperar a história política recente do país tendo como *locus* a cidade de Uberaba. Dessa forma, os discursos veiculados no diário mineiro, que tornou-se porta-voz dos interesses de uma parcela da sociedade uberabense, possibilitaram (re)interpretar algumas concepções sobre a história da cidade e do país.

Palavras-Chave: *Lavoura e Comércio*. Regime militar. Poder. Imprensa. Censura.

PAULA, Eustáquio Donizeti de Paula. **The military regime under the gaze of the newspaper *Lavoura e Comércio* of Uberaba – 1964-1968.** 212 pages. Thesis (Phd Degree in History) – Social and Human Sciences School, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca–SP, 2018.

Abstract:

The present study aims to investigate whether, during the period studied (1964-1968), the journal *Lavoura e Comércio* was configured as a diffuser of the legitimacy of the arbitrary state. Therefore, the research also seeks to understand how power relations developed between the military regime and the press, at a time when the political model dignified the achievements of the dictatorial government to seek legitimacy, while censoring opponents and prevented the critical formation of citizens. The temporal cut-off envisages the beginning of the military dictatorship in Brazil until the edition of the Institutional Act - AI-5, from the perspective of Uberaba's press, throughout the publications of the centennial *Lavoura e Comércio*. In order to raise scenes from the daily life of the period in Uberaba, a bibliographical survey on the thematic military coup and the relations between power, press and memory in the first four years of the dictatorial government have been started. Supported by political history, the primary sources of Uberaba's Public Archive provided the analysis of the publications of this period after the coup that deposed President João Goulart, the repercussions of the military coup and the consolidation of authoritarianism. Through these publications, it was possible to recover the recent political history of the country having as locus the city of Uberaba. Thus, the discourses conveyed in Minas Gerais daily, which became a spokesman for the interests of a portion of Uberaba's society, made it possible to (re) interpret some conceptions about the history of the city and the country.

Keywords: *Lavoura e Comércio*. Military Regime. Power. Press. Censorship.

PAULA, Eustáquio Donizeti de Paula. **El régimen militar en la perspectiva del periódico *Lavoura e Comércio de Uberaba* –1964-1968**. 212 págs. Tesis (Doctorado en Historia) - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Franca–SP, 2018.

Resumen:

El presente trabajo tiene como objetivo investigar si, durante el período 1964-1968, el periódico uberabense *Lavoura e Comércio* se configuró como difusor de la legitimidad del Estado arbitrario. De esta manera, la investigación busca comprender cómo se desarrollaron las relaciones de poder entre el régimen militar y la prensa, en un período en que el modelo político exaltaba las realizaciones del gobierno dictatorial para buscar legitimidad, al mismo tiempo que censuraba a los opositores y, impedía la formación crítica de los ciudadanos. El recorte temporal contempla el inicio de la dictadura militar en Brasil hasta la edición del AI-5, bajo la perspectiva de la prensa uberabense, a través de las publicaciones del centenario del *Lavoura e Comércio*. En la intención de levantar escenas del cotidiano del período en Uberaba, se partió para un levantamiento bibliográfico sobre la temática golpe militar y las relaciones entre poder, prensa y memoria en los cuatro primeros años del gobierno dictatorial. Amparados por la historia política, las fuentes primarias del Archivo Público de Uberaba oportunizaron el análisis de las publicaciones de ese periódico a partir del golpe que depuso el presidente João Goulart, las repercusiones del golpe de Estado y la consolidación del autoritarismo. Por medio de esas publicaciones, fue posible recuperar la historia política reciente del país teniendo como *locus* la ciudad de Uberaba. De esta forma, los discursos vehiculados en el diario minero, que se convirtió en portavoz de los intereses de una parcela de la sociedad uberabense, posibilitaron (re)interpretar algunas concepciones sobre la historia de la ciudad y del país.

Palabras Clave: *Lavoura e Comércio*. Régimen militar. Poder. Prensa. Censura.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ADEP – Ação Democrática Parlamentar
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
ACIU – Associação Comercial e Industrial de Uberaba
AI – Ato Institucional
AP – Ação Popular
APM – Arquivo Público Mineiro
APU – Arquivo Público de Uberaba
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNH – Banco Nacional da Habitação
BPMG – Batalhão de Polícia de Minas Gerais
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENTRAB – Central dos Trabalhadores
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CIA – Central de Inteligência Americana
CIE – Centro de Informações do Exército
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONDEPHAAT/SP – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações
CPCs – Centros Populares de Cultura
DAs – Diretórios Acadêmicos
DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEER – Departamento Estadual de Estrada e Rodagem
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DNER – Departamento Nacional de Estrada e Rodagem
DNITI – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação–Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ESG – Escola Superior de Guerra
FAB – Força Aérea Brasileira
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais
FISTA – Faculdade São Tomás de Aquino
FIUBE – Faculdades Integradas de Uberaba

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPMs – Inquéritos Policiais Militares
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JB – Jornal do Brasil
JK – Juscelino Kubitschek
JUC – Juventude Universitária Católica
LAIC – *Latin American Information Committee*
LC – Lavoura e Comércio
LIMDE – Liga da Mulher Democrática
LSN – Lei de Segurança Nacional
MCPs – Movimentos de Cultura Popular
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC-USAID – Ministério da Educação-*United States Agency for International Development*
OEA – Organização dos Estados Americanos
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCI – Partido Comunista Italiano
PIB – Produto Interno Bruto
PM – Polícia Militar
PR – Partido Republicano
PRM – Partido Republicano Mineiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto de Unidade e Ação
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
SNI – Serviço Nacional de Informações
SRTM – Sociedade Rural do Triângulo Mineiro
STF – Supremo Tribunal Federal
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDN – União Democrática Nacional
UEU – União Estudantil Uberabense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNIUBE – Universidade de Uberaba
UNITRI – Centro Universitário do Triângulo
UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira
UEE – União Estadual dos Estudantes
UPI – United Press International
USAID – *United States Agency for International Development*
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.	16
Figura 2 – Praça Rui Barbosa, centro de Uberaba, 1910.....	36
Figura 3 – Inauguração da energia elétrica, Praça Rui Barbosa, 1905.	37
Figura 4 – Primeira exposição de gado zebu, no prado do <i>Jockey Club</i> , em frente à atual Rodoviária, Bairro São Benedito, 1911.....	38
Figura 5 – Rua do Comércio, atual Artur Machado, centro comercial, 1904.	39
Figura 6 – Vista parcial do centro de Uberaba, com destaque para o edifício do Grande Hotel, 1960.	43
Figura 7 – Getúlio Vargas ao fundo e Juscelino Kubitschek dançando, presenças constantes nos bailes do <i>Jockey Club</i> , por ocasião da Expozebu, maio de 1952.....	45
Figura 8 – <i>Jockey Club</i> , localizado na Praça Rui Barbosa, centro de Uberaba, anos 30.	46
Figura 9 – Presidente Castelo Branco inaugura a VI Expozebu de Uberaba, 1964.	46
Figura 10 – Governadores Ademar de Barros e Magalhães Pinto saúdam o regime militar e o convite para a missa campal na praça Rui Barbosa, em apoio ao golpe militar.....	55
Figura 11 – Fachada do jornal <i>Lavoura e Comércio</i> , Rua Vigário Silva, centro de Uberaba..	57
Figura 12 – Quintiliano Jardim, “o príncipe dos jornalistas”, proprietário do <i>Lavoura e Comércio</i>	60
Figura 13 – Atentado contra o prefeito Boulanger Pucci.	68
Figura 14 – Presidente João Goulart recebe em Brasília os representantes da comissão de formatura da turma do curso de Direito de 1963.....	114
Figura 15 – Presidente João Goulart paraninfa a turma do curso Direito de 1963, no cine Metrópole.	115
Figura 16 – Cassado o mandato do vereador Benito Caparelli.	147
Figura 17 – Ofício nº: 902/69, do DOPS, referente ao processo dos militantes comunistas presos em Uberaba, 1964.....	148
Figura 18 – Câmara Municipal de Uberaba homenageia o general Carlos Luiz Guedes com o título de cidadão honorário uberabense.	149
Figura 19 – Da esquerda para a direita: Dom Alexandre, Chico Xavier e Mário Palmério em evento em Uberaba.	153
Figura 20 – Grande Hotel e Cine Metrópole, inaugurados nos anos 40. Na época era o mais alto e imponente edifício do Triângulo Mineiro.....	154

Figura 21 – Arcebispo Dom Alexandre do Amaral e o tenente-coronel José Vicente Bracarense.	156
Figura 22 – O comando revolucionário edita o Ato Institucional nº 1.	164
Figura 23 - Cassação do mandato do governador paulista Ademar de Barros.....	170
Figura 24 -Frente Ampla fora da lei.	173
Figura 25 - Lacerda e Magalhães Pinto rompem com Castelo Branco.	176
Figura 26 - Assassinato do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro e a indignação que tomou conta do país.	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção Agrícola	49
Tabela 2 – Produção bovina	49
Tabela 3 – Comércio Atacadista.....	49
Tabela 4 – Comércio Varejista	50
Tabela 5 - Indicadores Industriais	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 UBERABA, IMPRENSA E RELAÇÕES DE PODER.....	35
1.1 A cidade de Uberaba no século XX	35
1.2 A relevância do jornal <i>Lavoura e Comércio</i> para Uberaba e Triângulo Mineiro	56
1.3 A contribuição do estudo da imprensa para a história política	73
1.4 A censura aos meios de comunicação.....	81
CAPÍTULO 2 O GOLPE DE 64 NA PERSPECTIVA DO <i>LAVOURA E COMÉRCIO</i>	88
2.1 A crise do pacto trabalhista e o desencadeamento do golpe militar	90
2.2 A modernização da imprensa e sua participação no golpe de 64.....	96
2.3 O nacionalismo reformista de Jango e as reformas de base	101
2.4 A crise de março de 1964: a polarização da sociedade e o golpe militar	116
CAPÍTULO 3 A ORDEM DISCURSIVA DO JORNAL <i>LAVOURA E COMÉRCIO</i> ACERCA DO REGIME MILITAR.....	132
3.1 O apoio da grande imprensa ao golpe militar.....	132
3.2 A Doutrina de Segurança Nacional e as perseguições políticas em Uberaba.....	144
3.3 A construção da legalidade para a sustentação de uma política autoritária	163
3.4 A oposição se organiza: a formação da Frente Ampla.....	168
3.5 Os movimentos de contestação e a consolidação da ordem autoritária.....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	202
Fontes primárias	202
Bibliografia.....	202

INTRODUÇÃO

“Se o *Lavoura* não deu, em Uberaba não aconteceu”, esse era o mote de um dos mais tradicionais e antigos jornais de Minas Gerais. A escolha do *Lavoura e Comércio (LC)*¹ para a análise do trabalho deve-se ao fato de o periódico ser o principal e mais influente veículo de comunicação impressa da região, sendo Uberaba a maior cidade do Triângulo Mineiro durante o período analisado (década de 1960). Ainda hoje o município é uma cidade-polo da microrregião do Triângulo Sul, composta pelos municípios de Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta e Veríssimo.

Figura 1 – Mapa da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.



Fonte: Disponível em: <http://www.minas-gerais.net/diretorio/index.php?cat_id=798>. Acesso em: 10 mar. 2016.

Embora ainda mantenha a sua relevância política e cultural, nos anos 1970 e 1980 a cidade de Uberaba perdeu a condição de polaridade econômica no Triângulo para a vizinha Uberlândia. Em relação ao recorte espacial deste trabalho, possui-se a compreensão de que o território não se trata somente da dimensão física e tangível, mas se constitui essencialmente como lugar de embates políticos e representações sociais de seus habitantes. Nesse ambiente de vivências e embates políticos, entende-se que as publicações do *Lavoura* são meios significativos pelos quais se corporificam os conflitos políticos e a fomentação de discursos

¹ Ao longo do texto serão utilizadas as denominações *Lavoura e Comércio*, *LC* ou somente *Lavoura* para identificar o objeto investigado.

para debater e difundir projetos e interesses afins ou mesmo para criticar ou destruir concepções de seus oponentes.

Sendo assim, ao eleger a imprensa como objeto, muito mais do que apenas um manancial de pesquisa, tem-se a concepção de que os jornais instituem valores e são instrumentos dotados de interesses múltiplos e, por estarem em constante relação com as esferas políticas e culturais, tornam-se agentes significativos conforme sua capacidade de sugestionar e sofrer influência da sociedade. Destarte, o estudo da imprensa, como objeto de análise do historiador, consolida-se no campo da historiografia para compreender as diversas forças políticas e os jogos de poder que envolvem o estudo do âmbito político. Nesse campo de embates, o *Lavoura e Comércio*, ao longo de sua existência, consolidou-se como um importante elemento cultural e político da sociedade em que estava inserido.

Ao realizar a análise dos documentos, atentou-se para as contribuições de Peter Burke² sobre a necessidade de pensar a subjetividade das fontes. Por estas representarem a visão da elite da época, são “mediatizadas”. Portanto, deve-se investigar os documentos tentando filtrar o que pode ser revelado pelas informações. O pesquisador, como membro da sociedade, deve ser capaz de interpretar e relativizar o seu próprio lugar.³ Ao usar os jornais como objeto de pesquisa, espera-se que seu valor esteja no fato de que sua função não seja apenas repassar informações, mas em produzir acontecimentos com uma visão particular do mundo, por isso, acrescida de subjetividade, interesses e intenções aos quais os veículos de comunicação estão vinculados.⁴

Posto isto, a pesquisa refere-se a um estudo das publicações do jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba, entre os anos de 1964 e 1968, no contexto do regime militar, isto é, nos quatro primeiros anos do período de exceção. Com efeito, foi um momento de grande efervescência cultural e política, bem como de construção de uma ordem ditatorial que marcou o país por longos 21 anos. Estabelecido o recorte temporal da pesquisa, a análise das publicações do periódico inicia-se com a implantação do golpe que depôs Jango, perpassa a reação ante aos governos militares que se impuseram nos quatro primeiros anos do regime (momento de gestação, construção e consolidação da ordem autoritária) e termina com a ascensão das forças de oposição e a edição do Ato Institucional – AI-5, em 1968, ato que

² BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

³ VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson Oliveira. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36-47.

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto. Ed. da USP, 1988.

consolidou fortemente o modelo ditatorial no país. Considera-se que o AI-5 foi a ação extrema para rematar o processo iniciado em 31 de março de 64.

O discurso dos que afastaram o governo democraticamente eleito era de que a “Revolução”, implementada em 1964, iria restaurar os ideais democráticos e salvar o país do perigo comunista. No entanto, para as forças mais expressivas do campo democrático, aqueles que afastaram o governo legitimamente eleito de Jango foram golpistas porque contribuíram para romper com a legalidade constitucional democrática e frear o avanço das reivindicações e conquistas sociais dos trabalhadores brasileiros.

Em Uberaba, logo após a implantação do golpe militar, os militares do 4º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (BPMG), sediado na praça Magalhães Pinto, ainda em abril de 1964, nos primeiros dias do golpe de Estado, abriram Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para investigar a atuação de possíveis opositores que oferecessem resistência ao regime ditatorial recém-empossado. O alvo da repressão recaiu principalmente sobre sindicalistas, além de religiosos, professores, diretores e estudantes do curso de Filosofia da extinta Faculdade São Tomás de Aquino – FISTA.⁵ Na instituição dominicana, as aulas eram bastante politizadas e o movimento estudantil era bastante atuante e, por isso, sofreu retaliações dos representantes do regime militar, por considerarem alguns professores de esquerda, tais como as irmãs dominicanas Georgina, Alexandra e Maria do Loreto, o Padre Prata e o Monsenhor Arduini, dentre outros. Durante as aulas das disciplinas de humanidades, debatia-se intensamente as questões do subdesenvolvimento e das desigualdades sociais no país. Discutia-se textos de temáticas necessárias para a conscientização dos alunos sobre a necessidade de mudanças profundas da realidade brasileira, enfatizando o papel da educação nesse contexto. O arcebispo metropolitano Dom Alexandre do Amaral, apesar de seu posicionamento um tanto autoritário, defendeu com vigor os professores da FISTA contra a ingerência do governo militar e as prisões dos professores e religiosos da instituição. Em outras partes do país, os dominicanos e também padres seculares identificados com o movimento de renovação da Igreja Católica após a concepção do Concílio do Vaticano II, aqueles que elegeram a Teologia da Libertação como doutrina; foram perseguidos, vigiados, torturados e executados pela polícia, com o nítido propósito de intimidá-los e silenciá-los, a

⁵ Instituição confessional católica de referência na formação de professores, de propriedade das irmãs dominicanas, que se destacou na região nas décadas de 50 até o início dos anos 80, do século passado, quando seus cursos de licenciatura foram incorporados pela FIUBE, atual Universidade de Uberaba (UNIUBE). Em Uberaba, além da FISTA, o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Hospital São Domingos também pertenciam à congregação dominicana.

exemplo de Frei Tito, Frei Beto dentre outros. Em Uberaba, uma voz que nunca se calou, mantendo a coerência e a consistência política durante toda sua vida, foi a de Monsenhor Juvenal Arduini, um ícone entre os universitários.⁶

Em relação a 1964, entende-se que a deposição de João Goulart foi um golpe de Estado porque rompeu com a ordem institucional ao submeter o controle político do país a militares que não foram democraticamente eleitos. Ao utilizar a expressão golpe de Estado, embasa-se em Norberto Bobbio quando afirma que o termo construiu-se gradativamente, especialmente com o “advento do constitucionalismo: durante a vigência deste, faz-se referência às mudanças no Governo feitas na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político”.⁷ Compreende-se que foi um golpe de Estado por tomar o poder por vias excepcionais, ao afastar um governo constitucionalmente legítimo que aventava implementar as reformas socioeconômicas que os grupos do campo da esquerda tanto ansiavam.

Quanto ao recorte final da pesquisa, refere-se ao fatídico dia 13 de dezembro de 1968, quando os militares decretaram o AI-5. Na concepção de Costa e Silva, tal ato viria a corrigir o caminho da “Revolução Redentora”. Ao divulgar o AI-5, o governo militar utilizou o discurso de que utilizaria todos os instrumentos necessários e legais para assegurar a paz, a ordem e a tranquilidade e, conseqüentemente, realizar os desígnios e os ideais da “Revolução de 1964”. Na concepção dos mandatários do governo ditatorial, o AI-5 reafirmou o princípio de autoridade para restaurar a tranquilidade no país e, ao mesmo tempo, combater a subversão da ordem estabelecida. As manifestações nas ruas, nas universidades, nos palcos, nos sindicatos, nas redações dos jornais e no Congresso, de estudantes, artistas, intelectuais, operários, jornalistas e políticos de oposição eram tratadas como crimes de subversão. Nesses termos, cassou mandatos políticos por tempo indeterminado, radicalizou a censura aos meios de comunicação, suspendeu o *habeas corpus* para casos de crimes políticos contra a segurança nacional e a ordem econômica e social, entre outras medidas autoritárias. O instrumento arbitrário ampliou a repressão e o cerceamento das liberdades e serviu para ampliar os poderes do Executivo e diminuir as competências do Legislativo e Judiciário. Na década de 60, em relação ao período pesquisado, a ordem do discurso dos ditos

⁶ PAULA, Eustáquio Donizeti de. **O regime militar (1964 – 1980) e o movimento de resistência dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba – MG**. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2007.

⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola, SCHIERA, Pierangelo. **Dicionário de Política**. Verbete Opinião Pública. Brasília: Ed. UnB. 11. ed., 1998. p. 545.

“revolucionários de 64” era que a destituição de João Goulart e a edição do AI-5 instituiriam novas determinações para combater os inimigos internos e externos, ou seja, a subversão, a corrupção, a crise financeira e o perigo vermelho e, ao mesmo tempo, retomar o caminho do desenvolvimento econômico. Tal fato lançou um rol de atos arbitrários de implicações duradouras e nefastas para o destino do país. Ao acentuar o regime de exceção, os representantes do Estado autoritário passaram a atuar de forma ainda mais arbitrária contra os cidadãos que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. O ano de 1968 também foi marcado pela exacerbação da contestação da política e dos costumes considerados mais tradicionais e conservadores. Nesse cenário de reverberação da rebeldia, os movimentos estudantis e artísticos celebrizaram-se contra a ditadura militar e passaram a demandar novas estéticas e maior liberdade política. Essas reivindicações, o regime militar tratou de silenciar.

Compreende-se que o regime militar implantado no país constituiu-se em uma ditadura porque não permitiu que a população escolhesse livremente seus representantes políticos, haja vista que o modelo político instaurado em 1964 determinou a escolha dos generais presidentes através do voto indireto, via Colégio Eleitoral. Não obstante, muitos direitos civis foram desconsiderados, a exemplo dos cerceamentos da liberdade de expressão, perseguição de opositores e implantação de uma legislação de caráter autoritário que consolidou o fechamento do regime no final de 1968.

Para tal entendimento, é necessário pensar no conceito de ditadura como sinonímia de autoritarismo e regime de exceção. Para Norberto Bobbio, os regimes autoritários podem ser exercidos apenas por um indivíduo, no caso, o ditador, ou por um conjunto de ditadores ou por instituições militares, civis e/ou jurídicas. Ademais, é usual que ditadores revelem que seus regimes são de exceção, a exemplo do Brasil, onde os detentores do poder do regime militar se autoproclamavam como revolucionários de uma revolução redentora. Nesse entendimento, a existência da excepcionalidade seria necessária para que a ordem pública fosse restaurada no país. Todavia, as ditaduras que se assumem como regimes de exceção podem ser prolongadas por longos períodos, como ocorreu no Brasil. Destarte, em sua maioria, alcançam o poder por meio de golpes de Estado, sem eleições diretas e sem o consentimento da maioria dos cidadãos. Assim sendo, as ditaduras têm dificuldades para se legitimar. No entanto, embora alguns regimes autoritários empreguem alguns instrumentos democráticos para buscar legitimidade, esses subterfúgios são controlados para impedir manifestações políticas de oposição mais contundentes. Os movimentos de oposição e o

pluralismo partidário são reduzidos a um espectro, um simulacro democrático e a oposição é consentida somente enquanto não dificulta a atuação dos governantes autoritários.⁸

Na concepção de René Dreifuss, o regime militar e o governo autoritário que se impuseram a partir de 1964 não significaram uma simples quartelada, pois seus autores, o oficialato das Forças Armadas, principalmente do Exército, contaram com o apoio e a participação de uma parcela significativa de segmentos da sociedade civil. A trama foi resultado de uma conspiração envolvendo militares, empresários, grande imprensa e setores conservadores da Igreja Católica, unidos no que foi, de fato, um clássico golpe civil-militar.⁹ Embora tenha se utilizado a nomenclatura “regime militar” ao invés de civil-militar, não se tem a pretensão de realizar detidamente a análise de tal discussão nesta investigação.

Quanto ao objetivo central da tese, a investigação visa desvendar se, durante o período pesquisado (1964-1968), o diário uberabense configurou-se como difusor da legitimidade do Estado autoritário. Além das especificidades de procurar identificar as possíveis ingerências do regime ditatorial sobre as publicações do periódico, a investigação busca compreender a importância cultural e política do periódico para influenciar as representações da sociedade uberabense em relação ao golpe de 1964 e à ditadura militar. Diante dessa proposta, buscou-se recuperar a história recente do país tendo como *locus* a cidade de Uberaba e (re)interpretar alguns aspectos sobre a história política de uma cidade considerada conservadora, tendo como ponto de partida a derrubada do presidente João Goulart.

A hipótese norteadora do presente estudo é a de que de um modo geral, o *Lavoura e Comércio* atuou como difusor e legitimador do regime militar. A investigação bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, tenta compreender o regime militar de 1964 e sua consolidação, na perspectiva das publicações do *LC*, na intenção de levantar e analisar as informações sobre as relações entre poder, imprensa e história política do período.

Em termos metodológicos, definido o *LC* como o objeto de pesquisa e realizados os levantamentos do *corpus* documental e bibliográficos iniciais, fez-se necessário encontrar o acervo que reunisse a coleção completa deste periódico uberabense. No entanto, ao buscar-se os arquivos para iniciar a pesquisa de campo, constatou-se que naquele momento (2013-2014) o Arquivo Público de Uberaba (APU) – em convênio com a CAPES, UFTM, FAPEMIG e o

⁸ BOBBIO, Norberto. Democracia e Ditadura. In: _____. **Estado, Governo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

⁹ Sobre a efetiva participação de setores civis e empresariais na implantação do regime militar, ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Arquivo Público Mineiro (APM) – estava digitalizando os impressos e, por essa razão, apresentaria limitações à consulta do *corpus* documental. Com a compreensão dos funcionários do Arquivo Público local, iniciaram-se as consultas diárias aos acervos impressos e, no decorrer do tempo, os arquivos foram digitalizados, o que facilitou bastante o trabalho. Atualmente, os arquivos do *Lavoura* já estão disponibilizados no *site* oficial do Arquivo Público Mineiro. Ademais, universitários bolsistas continuam o processo de restauração e digitalização dos acervos dos demais jornais da cidade e região, fato que facilitará a consulta de historiadores, pesquisadores, instituições de ensino e demais cidadãos, fortalecendo, assim, o direito de acesso à informação e ao conhecimento histórico da cidade e região.

Em relação ao objeto da pesquisa, a definição pelo *Lavoura e Comércio* deve-se ao fato de ser considerado, no Triângulo Mineiro, o principal e mais influente veículo de comunicação impressa da região e um dos mais relevantes meios de informação relacionados ao regime militar e aos demais acontecimentos do período na região, na década de 60. Ao longo de sua história, o *Lavoura* se consolidou como o mais importante periódico do Triângulo Mineiro e um dos mais relevantes do estado de Minas Gerais. O tradicional jornal uberabense possuía periodicidade diária e circulava por toda as regiões no entorno do Vale do Rio Grande, atingindo o interior de São Paulo, Goiás, Alto Paranaíba e todo o Triângulo Mineiro. Nesse entendimento, devido ao seu alcance, acentua-se a sua proeminência na memória política da região em que estava inserido, pois, em sua longa existência de cento e quatro anos, entre o final do século XIX e o início do XXI, passaram pelo diário grandes jornalistas e colaboradores. Dessa forma, foi a maior expressão político-cultural de Uberaba e região, ligando a historicidade das tradições políticas e os costumes culturais da população mineira. O *Lavoura*, em seu raio de circulação, ao exercer um lugar de representação, não só de seus proprietários e jornalistas, influenciou e foi influenciado pela sociedade ao longo de sua existência.

Quanto ao corpo editorial e principais colaboradores e colunistas, nos anos 60, o periódico contava com Quintiliano Jardim, proprietário e responsável pelos editoriais, enquanto o redator chefe Ruy Novais assinava a coluna *Atos, Fatos e Boatos*. Raul Jardim redigia as colunas *Escutando e Divulgando* e *Retalhos*. Ataliba Guaritá Neto escrevia a coluna social *Observatório*. As matérias do periódico eram ambientes de ampla visibilidade e geravam desdobramentos nos círculos sociais de poder na cidade e região. Murilo Jardim assinava a coluna *Manchetinhas*. Rui Miranda redigia as temáticas policiais e as *Pílulas*

Esportivas, junto com Ramon Rodrigues. Já Murilo Cunha Campos Morais e Castro, de codinome *Montenegro*, era o responsável pelos assuntos de cultura do diário.

Quanto aos intrincados arrolamentos entre a imprensa e o regime militar no país, Beatriz Kushnir assevera que a relação foi de permissividade e colaboracionismo, uma vez que os grandes jornais brasileiros se posicionaram de forma favorável à deposição de Goulart e à implantação do Estado de exceção.¹⁰ Flávia Biroli acrescenta que o apoio à ditadura militar ia além da expectativa de restauração da ordem e da paz. A autora sustenta que o governo militar trouxe favorecimentos financeiros para algumas empresas e empresários da área de comunicação, a exemplo da *Rede Globo* e da *Folha de S. Paulo* que se tornaram grandes conglomerados midiáticos.¹¹

Feitas as considerações acima sobre o âmbito nacional, é essencial pontuar algumas especificidades regionais para refletir o que esta investigação visa dialogar. A originalidade desta pesquisa prende-se ao fato de que buscou captar, em nível local, de que forma ocorreu a adesão por parte do principal veículo de comunicação escrita do Triângulo Mineiro, concomitante ao pluralismo de conflitos, subversões, resistências e também, colaboracionismo, que de uma forma ou de outra, interferiu na atuação do Estado autoritário brasileiro. Nesse sentido, o trabalho tentou compreender a percepção e intencionalidades dos jornalistas locais diante da conjuntura que se impôs, quando se estabeleceu e se consolidou o regime de exceção no país. Dessa forma, espera-se que o trabalho constitua um tributo proeminente para a história política do Triângulo Mineiro, considerando que as publicações desse periódico são relevantes para a compreensão do contexto sociopolítico, econômico e cultural uberabense e regional nos anos 60.

Ainda são escassas em Uberaba as pesquisas, no campo da história política e cultural da cidade, abrangendo a temática aqui discutida, ou seja, a relação entre o regime ditatorial e a imprensa uberabense e o quanto este período, em que as liberdades foram cerceadas, repercutiu não só nas publicações dos veículos de comunicação, mas em toda a sociedade de forma nefasta. Dado o devido crédito aos memorialistas, durante décadas, a história envolvendo a cidade de Uberaba esteve circunscrita aos trabalhos de Borges Sampaio, José Mendonça e Hildebrando Pontes. Entretanto, nos últimos anos, tem sido considerável a

¹⁰ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹¹ BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41: p.269-291, jan/jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a14.pdf>. Acesso em: 02 out. 2013.

produção de trabalhos acadêmicos, com abordagens, objetos e análises mais diferenciadas, envolvendo a política, a sociedade e a cultura de Uberaba, especialmente nos programas de pós-graduação de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Dentre as referidas pesquisas, vale destacar os trabalhos de André Fonseca;¹² Lacerda Filho;¹³ Luzia Silva;¹⁴ Roberta Wagner;¹⁵ Cristian Rodrigues;¹⁶ e de Eustáquio de Paula,¹⁷ os quais são apresentados brevemente na sequência.

André Fonseca investiga a carreira do professor, diplomata, político e escritor Mário Palmério e busca compreender a ascensão profissional, social e política do intelectual, autor do romance *Vila dos Confins* e fundador da Universidade de Uberaba. Com recorte temporal da década de 1950, sua pesquisa relaciona as aspirações da cultura regional da sociedade uberabense, a simbologia representada pela imagem e trajetória política de Palmério.

No estudo de Mozart Lacerda Filho, o autor debruçou-se sobre os percursos políticos do comunista triangulino Gildo Macedo Lacerda, na militância no movimento estudantil mineiro e nas organizações de esquerda, em especial na Ação Popular (AP), no período de 1964 a 1973. O recorte temporal contempla o início da ditadura militar em 1964 e o ano da morte de Gildo Macedo Lacerda, em 1973, quando foi assassinado pelas forças de repressão do regime militar, no interior do país.

O trabalho de Luzia Oliveira e Silva analisa a trajetória política do prefeito de origem libanesa Whady José Nassif, que governou Uberaba entre 1937 e 1943, durante o Estado Novo. O político surgiu na cena política da cidade no contexto das transformações advindas do movimento denominado Revolução de 1930 e da ascensão de Vargas ao poder. A autora

¹² FONSECA, André Azevedo da. **A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do Triângulo Mineiro (1940-1950)**. 335f. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

¹³ LACERDA FILHO, Mozart. **Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração**. 166f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

¹⁴ SILVA, Luzia Maria de Oliveira e. **Whady José Nassif na prefeitura de Uberaba: administração pública municipal no estado novo**. 2006. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

¹⁵ WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960**. 151f. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

¹⁶ RODRIGUES, Cristian Vicente. **Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o foco das práticas de controle social – Uberaba 1865/1935**. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

¹⁷ PAULA, Eustáquio Donizeti de. **O regime militar (1964 – 1980) e o movimento de resistência dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba – MG**. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2007.

afirma que durante esse período autoritário no país, o prefeito Whady Nassif realizou modificações modernizadoras das instituições governamentais e no sistema político, em âmbito municipal, com perspectivas de modificar a estrutura política de Uberaba que até então estava sob a supremacia dos grandes proprietários rurais.

A investigação de Roberta Vinhal Wagner analisa o papel das oligarquias rurais no desenvolvimento político-econômico de Uberaba e os reflexos na produção do espaço geográfico, no período que se estende de 1910 a 1960. Na dissertação, Wagner infere que o político, enquanto instrumento de manutenção do poder nas relações econômicas, elaborou teias sociais que formaram uma sociedade resistente ao processo de desenvolvimento capitalista.

De forma diversa, a pesquisa de Cristian Rodrigues projeta para outros sujeitos de Uberaba, os excluídos, abandonados e marginalizados da sociedade. No processo de constituição da cidade de Uberaba, entre 1865 e 1935, as relações sociais tramadas entre os diferentes grupos sociais contribuíram para ocultar a participação de determinados agentes, denominados de “invisíveis”. O autor dá visibilidade aos atores sociais que, em regra, faziam parte das camadas populares da urbe e que se ligavam às ações cotidianas tidas como condenáveis, a exemplo das práticas de vadiagem, alcoolismo, jogatina e prostituição, tidos como incompatíveis aos ideais de modernidade arquitetados e ambicionados pela elite local.

Já a dissertação de Eustáquio de Paula busca compreender como ocorreu a interferência do regime militar sobre o processo de formação de professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA) em Uberaba, no período de 1964 a 1980. De viés humanista e progressista, durante o período autoritário, seus diretores, professores e alunos, ligados ao movimento estudantil católico, foram alvo de perseguições dos representantes locais do regime militar.

Quanto ao contexto que envolve a implantação do golpe de 64 e a consolidação do regime militar no país, inúmeros estudos já mereceram a preocupação e a análise de muitos pesquisadores que se debruçaram e ainda se ocupam com a complexidade da temática. No entanto, tais pesquisas tratam de objetos variados e abordagens distintas, mesmo quando os trabalhos possuem semelhantes elementos de análise, produzindo diversas e interessantes reflexões, pois são tributárias do diálogo que os historiadores estabelecem com o tempo e o lugar de onde produzem seus textos. A historiografia já contempla amplos trabalhos acerca da ditadura militar, mas parece essencial que se tornem objetos de estudo as instituições como a imprensa, que não só apoiaram, mas se tornaram sustentáculos importantes para a implantação, consolidação e longevidade do regime militar no país. Destarte, torna-se

necessário desconstruir a imagem de uma memória de que a imprensa foi um baluarte da resistência, uma vez que, não raramente, essa concepção foi superdimensionada e, para muitos, ainda está mitificada na memória dos brasileiros.

Foram escolhidas as publicações do jornal *Lavoura e Comércio* como fonte e objeto da pesquisa, pois se entende que estas se constituem em mananciais fundamentais para se conhecer as concepções políticas e culturais que circulavam entre a população local. Dessa forma, as representações presentes nas publicações do *LC* permitiram abordagens mais amplas em relação ao acontecimento político, mas com a clareza de que as matérias publicadas não são neutras e imparciais, uma vez que os meios de comunicação difundem ideias de um determinado segmento social e legitimam seu discurso de poder, de acordo com os seus interesses. Identificar como o indivíduo e a sociedade percebem a realidade é essencial para a compreensão da ação política desses atores.

Nessa perspectiva, estabelecer uma relação entre a narrativa jornalística e a reflexão histórica do período em que o país viveu sob um Estado de exceção é uma preocupação do estudo. Em relação aos pressupostos teóricos que orientam o trabalho, opera-se sob o paradigma conceitual que embasa os estudos de cultura política, pois os estudos que têm o político como objeto de análise tornaram-se alvo de intenso debate a partir da década de 1960, resultando daí novas dimensões para esse campo de pesquisa. Evidentemente, tendo em vista a área de concentração e a linha de pesquisa história e cultura política às quais a presente pesquisa se vincula, compreender o conceito de cultura política se tornou uma referência fundamental para a interpretação dos fenômenos que envolvem o complexo campo do político. E entre os trabalhos que contribuíram para o que alguns denominam de o regresso do político está a obra *The Civic Culture*,¹⁸ dos pesquisadores norte-americanos Gabriel Almond e Sidnei Verba.

Entretanto, foi na França nos anos 70 que os estudos do campo da história política conquistaram mais visibilidade para a compreensão do político e os embates de poder que envolvem a sociedade. Nesse cenário, com diferentes focos e interesses, antes restritos ao campo da economia e do social para explicar as dinâmicas da História, a pesquisa envolvendo o político auferiu contornos de renovação e novas dimensões quanto aos objetos, fontes e perspectivas de análise. Consequentemente, o preconceito que estigmatizou por décadas a

¹⁸ ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University press, 1989.

história política foi superado e, nesse panorama de renovação, a contribuição da cultura foi essencial para alargar as compreensões nos estudos do político.¹⁹

Com o aporte da cultura, inúmeras possibilidades se abriram para a investigação histórica, havendo incorporação de novos campos de questionamentos que procuram um diálogo acentuadamente interdisciplinar e propiciando inovadas acepções de investigação para temáticas que anteriormente não preocupavam ou não interessavam aos pesquisadores. Dentre os vários pensadores que se dedicaram à valorização da história política, mormente os historiadores franceses, está Serge Bernstein quando afirma que a cultura política se insere numa dimensão entre o real e suas representações que se compartilham e se entrecruzam. No quesito da abordagem, como assevera Antoine Prost, cabe ao historiador preocupar-se com a ordenação dos discursos, uma vez que “a atenção centra-se nas produções simbólicas do grupo e, em primeiro lugar, nos discursos que faz”.²⁰

A concepção de estudo do político alude a uma coexistência de cultura política não no singular, mas no plural, visto que, em um mesmo contexto histórico, há uma simultaneidade de diversas culturas políticas. Nessa concepção, “é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem às áreas dos valores partilhados”.²¹ E, nesse panorama, assinalado pela renovação da história política, os meios de comunicação tornaram-se um dos principais mecanismos para a produção e preservação das memórias. Seus arquivos apresentam-se como um inesgotável campo de investigação. Os trabalhos que utilizam a imprensa, seja como objeto ou fonte de pesquisa, são relevantes para a compreensão da história do país, principalmente para a preservação da memória ou seu esquecimento. Nessa linha de raciocínio, no que se refere à temática aqui estudada, mesmo com três décadas de um processo de redemocratização ainda em construção, marcas e traumas da época ditatorial persistem no Brasil. Ocorre que no país,

¹⁹ Contribuíram para a compreensão da história política e para situar possíveis horizontes teóricos identificados com a proposta da presente pesquisa, demonstrando a viabilidade das análises, essencialmente Bernstein, Rémond, Rioux, Rosanvallon, Burke, Chartier e Certeau. Sobre o movimento de intelectuais pela valorização da história política e sobre o conceito de cultura política ver: BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre et al. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998; RÉMOND, René. (Org.) **Por uma história política**. 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003; ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). **História**, São Paulo, 15: 27-39, 1996. BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992; CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.

²⁰ PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998, p. 129-130.

²¹ BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: _____. **Para uma história cultural**. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998. p. 354.

apesar do discurso de materialização da democracia de fato, as relações sociais ainda contemplam ações de mando e subserviência, uma vez que a modernização das instituições políticas ainda convive com dimensões não democráticas da cultura política.

As pesquisas que envolvem as relações entre a imprensa e o regime militar se inserem na história do tempo presente. Nesse campo, o historiador é influenciado pelos acontecimentos, lugares, comunidades e objetos de pesquisa de seu tempo. O regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, a exemplo da própria aceleração da história, notadamente porque os séculos XX e o atual apresentam grandes transformações presenciadas pelo próprio historiador que o faz valorizar, de forma acentuada, os grandes eventos políticos contemporâneos que se tornam objetos de seus estudos.²²

Em relação à história da imprensa brasileira, ela surgiu tardiamente sob a insígnia oficial da Corte Joanina. O primeiro jornal impresso oficialmente no país foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, por determinação do príncipe regente Dom João, de forma que nenhuma notícia fosse divulgada contra os bons costumes, a religião católica e a administração joanina. Para Werneck Sodré, citando Armitage, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era um

Jornal oficial, feita na imprensa oficial, nada nele constituía para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado. [...] Só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e [...] notícias dos dias natalícios [...] da família reinante. Não manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume.²³

Afora a publicação de noticiário oficial não interessar ao leitor à margem do mundo cortesão, o periódico não traduzia a realidade brasileira. Logicamente, insatisfações existiam contra a ordem reinante, no entanto como dar fala às notícias contrárias à Corte Joanina se o periódico era um jornal que dependia das verbas públicas e sofria a censura prévia dos funcionários nomeados pelo próprio príncipe regente? Embora tenha contribuído para a implantação do primeiro jornal em solo brasileiro, o predomínio da censura e de um noticiário que interessava essencialmente ao ambiente cortesão, não fizeram mais que referendar, sob o verniz da modernidade, as práticas de exclusão social; além do agravante de a maioria da

²² HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

²³ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 20.

população brasileira ser analfabeta, uma vez que o processo de massificação da alfabetização do povo brasileiro como política oficial de Estado foi extremamente tardio, uma vez que o seu “processo de escolarização em massa, e isso se deu no início dos anos 1960. Na mesma época, o país entra na era do audiovisual, com TV e cinema. Ou seja, o país pula do analfabetismo direto para o audiovisual, não consegue formar uma cultura de leitura”.²⁴

Esses fatores conjugados, dentre inúmeros outros, impediram que o público leitor atingisse um percentual mais dilatado e consistente de leitura de livros, revistas e jornais, fossem eles nacionais ou estrangeiros. Além dessas limitações culturais, no período republicano, nos momentos em que o país viveu sob a obscuridade política dos regimes de exceção, essencialmente no Estado Novo varguista e na ditadura militar, a censura e o cerceamento das liberdades políticas afetaram sobremaneira as atividades jornalísticas no país. No entanto, apesar dessas limitações e injunções, a imprensa no Brasil ao longo da segunda metade do século XX ampliou-se consideravelmente a partir dos anos 50 e 60, em decorrência do processo de redução do analfabetismo, do desenvolvimento econômico e da aceleração da urbanização.

Detectada a importância da imprensa na contemporaneidade, haja vista sua capacidade de manipulação de acontecimentos e de influenciar as maneiras coletivas de pensar, tornou-se instigante a investigação da mesma. Pensando nas práticas dos jornalistas, esses profissionais cumprem um papel significativo na promoção da cultura e na formação de opinião. No entanto, suas práticas são condicionadas por determinados fatores que vão desde a linguagem que necessitam utilizar, perpassando pelo teor das matérias que publicam para o entendimento do público-alvo, até a apreensão em não contrariar os interesses dos proprietários, leitores, bem como anunciantes e financiadores dos meios de comunicação. Nesses termos, Tania de Luca afirma que, até pouco tempo, os historiadores receavam em utilizar a imprensa como fonte para suas pesquisas. No entanto, alerta que diante dessa complexidade de interesses, não se pode “tomar a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos”,²⁵ seja de proprietários ou de financiadores, uma vez que os periódicos também buscam construir uma credibilidade diante de seus leitores.

²⁴ FOSTER, Gustavo. Por que os brasileiros leem tão pouco? **Jornal Zero Hora**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2015/04/por-que-os-brasileiros-leem-ao-pouco-4735112.html>>. Acesso em 01 jan. 2016.

²⁵ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 130.

Ao adotar a imprensa como um objeto de investigação histórica, o pesquisador deve avaliar a sua linha editorial, distinguir quais são seus proprietários, a que público eles falam e a que grupos políticos e empresariais estão ligados. Dito de outra forma, o periódico expressa conceitos e opiniões de seus donos, colaboradores e financiadores, uma vez que “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”.²⁶ A mídia desempenha um papel privilegiado de formadora de opinião e seu lugar é essencialmente político, uma vez que as matérias veiculadas são eventos discursivos impregnados por conceitos, apreciações, julgamentos e visões de mundo dos mais diversos setores da sociedade. O pesquisador que opera com a imprensa deve estabelecer as conexões entre o texto e o contexto, entre as “ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos”.²⁷

Nesse sentido, é essencial ao historiador compreender que, ao analisar a estrutura de um texto, deve-se ler o contexto sociopolítico e cultural envolvido e, com isso abranger as construções e intenções presentes na narrativa. Com essa perspectiva discursiva e ciente dessas vicissitudes de tensões, passa a compreender o que pode, o que deve e o que não convém ser publicado.

Acerca da história da imprensa no Brasil e o uso dos jornais como objeto de estudo contribuíram as leituras das obras de Tania de Luca²⁸; Maria Helena Capelato²⁹; Nelson Werneck Sodré³⁰ e Marialva Barbosa.³¹ Para esta autora, jornalistas e historiadores operam com reinterpretações subjetivas em duas temporalidades, quando selecionam, hierarquizam e priorizam determinados fatos:

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não

²⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto. Ed. da USP, 1988. p. 21.

²⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____ (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 540.

²⁸ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁹ CAPELATO, op. cit.

³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

³¹ BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador.³²

Em suas publicações, ao eleger os acontecimentos que merecem destaque, que se transformarão em notícia, ou mesmo os que serão relegados ao esquecimento – seja por critérios jornalísticos, ou por interesses culturais, socioeconômicos ou políticos. Por isso, os meios de comunicação ao mesmo tempo em que informam também formam opiniões. Nesse jogo de verdades, cabe ao historiador, ao tentar recuperar o instante, fazer distinções entre o real acontecido e o real reconstruído, ou seja, diferenciar o fato e a notícia publicada e interpretada. Nos termos de Muniz Sodré:

Embora o relato jornalístico seja realmente uma “construção”, feita por uma subjetividade a partir de outros relatos (providos das fontes), existe uma presunção de imparcialidade, garantida pelo estatuto profissional do jornalista. Produz-se a notícia com a presunção de que o acontecimento adquira o estatuto pleno de fato [...].³³

A ordem do discurso do jornalismo é naturalizada e legitimada socialmente, uma vez que constrói, seleciona e, também, silencia a notícia que convém a seus interesses publicar. Na concepção do autor, o discurso de que a imprensa é a porta-voz da realidade e que o jornalista traz a público a notícia com objetividade é uma perspicaz estratégia de persuasão. Dessa forma, o jornalismo se consolida como o lugar de interpretação e legitimação partilhada dos fatos ocorridos no cotidiano. Nesse cenário, a tese do jornalismo independente, objetivo e imparcial é complexa e permite amplas apreciações. Destarte, considera-se que a imprensa livre e isenta não passa de uma quimera construída e naturalizada pelos próprios veículos de comunicação em busca de reconhecimento e credibilidade para suas publicações.

Em relação à estruturação desta tese, o trabalho decompõe-se em três capítulos. No primeiro capítulo, “Uberaba, Imprensa e relações de poder”, busca-se analisar as relações estabelecidas entre os meios de comunicação e o poder político, uma vez que os veículos de comunicação tornaram-se mediadores da informação, instrumentos consideráveis de manipulação de interesses. Apesar do discurso de imparcialidade, passaram a influenciar discursos, comportamentos e até a pressionar por concepções e ações políticas para obtenção ou manutenção do poder político que atendessem a seus interesses. Destarte, procura-se

³² BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. **Anais do Colóquio**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 87.

³³ SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 41.

desenvolver uma investigação de forma a analisar as relações postas entre imprensa e poder durante o período compreendido entre 1964 a 1968.

Outra preocupação do estudo trata da questão da censura imposta à imprensa pela legislação autoritária do regime militar. Essa limitação, seja pela censura prévia ou mesmo pela autocensura, se estabeleceu pelo direito que o Estado se outorgou de interceder na publicação de periódicos por meio do poder de veto das notícias que prejudicavam os interesses do regime militar ou mesmo pela pressão financeira de não se investir em publicidade estatal nos veículos de comunicação que fossem considerados de oposição. Nesse cenário, muitos jornais aproximaram-se do adesismo e do colaboracionismo ao governo ditatorial, caso da grande imprensa e também de inúmeros jornais do interior do país.

O segundo capítulo, “O golpe de 64 na perspectiva do *Lavoura e Comércio*”, versa sobre a conjuntura sociopolítica, econômica e cultural do Brasil no início da década de 1960 que culminou com o colapso do governo Jango. Isto tem o objetivo de trazer à luz os motivos que conduziram ao golpe militar e a consolidação da mais longa ditadura vivida pelo país, em um momento tão rico culturalmente em que se realizavam discussões sobre o subdesenvolvimento e buscavam soluções para superar as limitações estruturais a que eram submetidos os trabalhadores. Ademais, são desenvolvidas compreensões e contribuições de diversos autores para se analisar as publicações do objeto acerca do golpe que solapou o governo Jango. Nesse desiderato, o texto também dialoga com autores que aventam a revisão do conceito de populismo e tenta compreender dentre um dos fatores desencadeadores do golpe militar, o colapso desse modelo político, a própria crise gerada pelo esgotamento da economia de substituição das importações em uma década bastante tensa marcada pela Guerra Fria.

O terceiro e último capítulo, “A ordem discursiva do jornal *Lavoura e Comércio* acerca do regime militar”, trata da edificação da ditadura militar, em que muitos direitos constitucionais foram suspensos e substituídos por uma série de medidas de exceção. Os mandatários aventaram de denominar o golpe de Estado e o assalto à democracia no país como uma “revolução”.

Aqui e ao longo da pesquisa, ao utilizar o termo democracia, tem-se o entendimento que a expressão deve ser pautada em ordenamentos jurídicos e instituições políticas sólidas, baseadas no voto universal, eleições livres e periódicas e sistema representativo, com divisão funcional dos três poderes de Estado e vigência do Estado de direito para que se tenha o direito à liberdade de pensamento, expressão, associação e locomoção. Destarte, o regime democrático representativo moderno necessita de pluralismo partidário, debates, imprensa

livre e respeito à oposição política. Entretanto, o regime militar se constituiu e se consolidou de forma distanciada das práticas democráticas, uma vez que o período foi marcado pela concentração do poder político, fortalecimento dos órgãos de repressão, silenciamento da oposição e controle dos meios de comunicação.

Na concepção dos mandatários do governo militar, expressar que o golpe de Estado representou uma revolução redentora foi um esforço de uma idealização construída para se tentar implementar medidas de cunho autoritário, mas necessários para preservar a ordem política. Ademais, o governo militar procurou legitimar a tomada do poder que depôs o presidente democraticamente eleito João Goulart. A essa ação de força do Estado de exceção seguiram-se duas longas décadas de marcas ditatoriais, período no qual os governantes militares procuraram construir seu projeto político ao país, acentuadamente de modernização econômica com marcas de autoritarismo e conservadorismo. No cenário do período em análise, os brasileiros testemunharam, com perplexidade, a implantação de um modelo arbitrário em que as liberdades civis de pensamento e ação foram gradualmente suprimidas. Nos anos 60, apesar da ampliação do cerceamento das liberdades constitucionais, os setores descontentes com o cenário político e econômico imposto nunca deixaram de fazer oposição ao regime militar. No entanto, em 1967, pouco antes de deixar o poder, o presidente Castelo Branco procurando produzir um cenário de legalidade ao regime militar, submeteu ao Congresso Nacional o texto de uma nova Carta Constitucional, ampliando as prerrogativas do Poder Executivo. Ademais, aprovou a Lei de Segurança Nacional, instrumento que permitia reprimir a oposição sob o argumento de que atos contrários ao governo representavam graves ameaças à segurança nacional e implementou a Lei de Imprensa que restringia ainda mais a liberdade de expressão dos veículos de comunicação no país.

Em relação à ascensão das forças de oposição e da consolidação do modelo autoritário no período de 1967 a 1968, foram analisados a reação da oposição diante da continuidade do regime militar a partir da organização dos setores que exigiam a convocação de novas eleições, o fim do arrocho salarial, o controle da inflação e o término do governo autoritário. Nesse panorama, o descontentamento com a ordem estabelecida ampliou-se e chegou ao ápice em 1968, ano em que grandes manifestações políticas e culturais de grandes proporções reverberaram pelo mundo. A essas ações de mobilização dos oposicionistas, seguiram-se atos de força do governo militar com a decretação de atos institucionais, principalmente o AI-5, a ampliação da censura e a perseguição a tantos quantos se opusessem à ordem imposta. Ademais, foram solapadas as liberdades individuais, políticas e culturais, além da consolidação do mais violento e extenso período de governo ditatorial até então vivido no

país.

Quanto à historiografia acerca do regime militar utiliza-se a intersecção e o diálogo com os trabalhos e conceitos propostos por Marcelo Ridenti; Daniel Aarão Reis Filho, Rodrigo Pato Sá Motta, Carlos Fico; Jorge Ferreira; Angela de Castro Gomes; Marcos Napolitano; Luiz Alberto Moniz Bandeira; Caio Navarro de Toledo, entre outros. Tais autores foram essenciais para o entendimento que o colapso do governo Jango, a implantação e a consolidação do regime militar não foram resultados de um processo histórico inevitável, pelo contrário, o modelo ditatorial foi arquitetado e erguido com considerável apoio de instituições diversas que abrigavam os interesses dos setores conservadores do campo da cultura política de direita. Embora tenha havido violência contra os opositores do Estado arbitrário, o regime militar procurou se consolidar embasado em relações sociais de consenso e consentimento construídas ao longo dos tempos.

Sendo assim, em relação à historiografia sobre a história política, além de Jean-François Sirinelli, René Rémond em “Por uma história política”, Serge Berstein em “A Cultura Política”, Peter Burke em “A escrita da história”, Roger Chartier, com “A História cultural” e Michel Certeau com “A cultura no plural” foram relevantes para o aprofundamento da compreensão da História política e cultural. Para Serge Berstein, por exemplo, a história política se renovou com a apropriação de subsídios da história cultural, no campo das representações. Foi necessário substituir as abordagens que privilegiavam apenas os estudos dos grandes vultos e organizações políticas por uma história mais abrangente, que buscasse interpretar os fatos e a evolução das sociedades humanas em seu conjunto.

CAPÍTULO 1 UBERABA, IMPRENSA E RELAÇÕES DE PODER

1.1 A cidade de Uberaba no século XX

Uberaba localiza-se no Triângulo Mineiro, região entre os rios Grande, Paranaíba, Quebra Anzol e Araguari. Sua ocupação deu-se com a presença das bandeiras de exploração mineral que adentraram o território do Sertão da Farinha Podre, primeira denominação da região. O processo de origem de desenvolvimento do Triângulo ocorre devido a sua posição geográfica de ponto de confluência entre São Paulo, Goiás e Mato Grosso e se consolida como entreposto comercial avançado da dinâmica do capitalismo paulista.³⁴ Nesse cenário, o povoado materializou-se como centro comercial para abastecer, de gêneros alimentícios, as regiões do atual Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás. À medida que a região se desenvolvia e era ocupada, o governo português, em 1748, ainda no período colonial, incorporou o Triângulo (que até então pertencia a São Paulo) à província de Goiás. No entanto, em 1816, por determinação de Dom João VI, o Triângulo passou a pertencer definitivamente a Minas Gerais.

A partir da segunda metade do século XIX, além dos estabelecimentos comerciais, Uberaba passou por um processo incipiente de industrialização, com a instalação da fábrica de Tecidos Cassu, posteriormente denominada Cia. Têxtil do Triângulo Mineiro. Produzia-se cerâmicas, cervejas, vinhos, laticínios e unidades de engenhos de açúcar, com investimentos, em sua maioria, de imigrantes europeus, principalmente italianos. Diante desse processo de modernização econômica, foram implantadas agências bancárias, Cia. de teatro e casas comerciais, dentre outras atividades econômicas. Outro fator de inovação a considerar para o desenvolvimento econômico de Uberaba foi a instalação dos trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro no ano de 1889, que contou com a presença ilustre do Conde D'Eu, genro do imperador Dom Pedro II. Os trilhos da Mogiana, com o abastecimento de mercadorias e o transporte de passageiros para o interior do país, contribuíram para a circulação e a sociabilização de pessoas e a interligação entre o estado de São Paulo, o Triângulo Mineiro e o Brasil Central. Ao modernizar o sistema de transportes, a ferrovia ampliou as perspectivas de negócios e, conseqüentemente, a cidade passou por um período de efervescência socioeconômica e cultural ao interligar a provinciana Uberaba às modernidades da capital do

³⁴ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: Edufu, 2010, p. 33.

país, Rio de Janeiro, bem como a São Paulo e ao porto de Santos. Nesse cenário, a instalação da ferrovia e a prosperidade econômica também possibilitaram a vinda de imigrantes e a implantação de duas escolas confessionais católicas, o Colégio Marista Diocesano e o Colégio Nossa Senhora das Dores das irmãs dominicanas, para que os filhos da elite da cidade e região pudessem estudar, sem a necessidade de se deslocar para centros mais avançados e distantes.

Figura 2 – Praça Rui Barbosa, centro de Uberaba, 1910.



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (APU).

Nesse panorama, a cidade passou a atrair habitantes de outras regiões do país, bem como colônias de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, alemães, franceses e sírio-libaneses. Esses fatores conjugados geraram alterações no cenário urbano de Uberaba, uma vez que:

[...] uma série de novas construções e serviços passou a integrar a paisagem: arquitetura de estilo europeu, abertura de novas ruas, arborização de praças, hotéis, lojas de armários, livraria, colégios, criação de um instituto politécnico, confeitaria e restaurantes com “menus à francesa”, casas de jogos, associações artísticas e musicais, a realização de saraus e concertos. O ufanismo atingiu dimensões consideráveis, a ponto de forjar a expressão “Paris–Rio de Janeiro–Uberaba”, como exemplaridade da condição que

alcançara na concepção de muitos de seus moradores, como centro de negócios e centro sociocultural.³⁵

No início do século XX, com a instalação da energia elétrica, os contornos de modernização e progresso chegavam a Uberaba e anunciavam novos tempos, conforme publicação do jornal *Lavoura e Comércio*:

A inauguração da luz [...] vai marcar para Uberaba o início prometededor de uma nova era que se anuncia fecunda em benefícios, dando-nos novo e forte alento para entrarmos desassombrados no caminho que o Ano Novo nos abrirá amanhã e que há de nos levar ao progresso de que é digna a Princesa do Sertão.³⁶

Figura 3 – Inauguração da energia elétrica, Praça Rui Barbosa, 1905.



Fonte: APU.

No entanto, apesar da confiança depositada pelo diário de que tempos alvissareiros chegariam a Uberaba, os mesmos trilhos da Mogiana, que tanto contribuíram para o desenvolvimento da cidade, também foram responsáveis pela sua estagnação econômica, uma vez que, em seu avanço para o interior, a ferrovia alcançou na última década do século XIX, a cidade de Uberlândia, o antigo distrito de São Pedro do Uberabinha, e a cidade de Araguari. Nesse sentido, Uberaba foi perdendo, gradativamente, sua condição de exclusividade no abastecimento do Brasil Central para as urbes triangulinas vizinhas, mais próximas de Goiás e

³⁵ DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha-MG (1888-1929)**. 2009. 203f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2009, p. 71.

³⁶ A INAUGURAÇÃO da luz... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 31 dez. 1905, p. 1.

Mato Grosso. Nesse contexto de perda gradativa da hegemonia no comércio atacadista, a elite da cidade tratou de realizar novos investimentos em outras atividades econômicas e, nessa perspectiva, os pecuaristas uberabenses passaram a importar o gado zebu da Índia para melhorar geneticamente seu gado e, conseqüentemente, ampliar seus lucros. Paulatinamente, a cidade foi mudando seu contorno de centro comercial para polo agropecuário, uma vez que a criação de gado “[...] passou a liderar, em caráter quase absoluto, a vida socioeconômica, anulando gradualmente a partir deste período até a década de 1930, as características marcantes deixadas pela atividade comercial”.³⁷

Figura 4 – Primeira exposição de gado zebu, no prado do *Jockey Club*, em frente à atual Rodoviária, Bairro São Benedito, 1911.



Fonte: APU.

Destarte, se no século XIX, Uberaba era aclamada como a “Princesa do Sertão” por se destacar como polo econômico regional, que interligava o Triângulo Mineiro a São Paulo e ao Centro-Oeste do país, no início do século XX, a cidade, ao passar por um período de decadência comercial e se voltar para a atividade agropecuária, se construiu com novos contornos, assim, a “princesinha do sertão” tornou-se a “capital mundial do gado zebu”. Apesar do título grandiloquente de centro zebuino internacional, exaltado pelos setores ruralistas, essa transição econômica não significou uma melhoria significativa para a maioria da população uberabense:

³⁷ REZENDE, Eliane Mendonça Márquez de. **Uberaba**: uma trajetória socioeconômica – 1811–1910. Uberaba: APU, 1991, p. 114.

O desenvolvimento econômico do município de Uberaba não ocorreu paralelamente ao enriquecimento dos grandes fazendeiros: o que constatamos foram alguns segmentos de desenvolvimento ou pequenas “ilhas isoladas” no município, representadas pela elite agrária. Esta elite, portanto, não contribuiu para o desenvolvimento do município, pois além da continuidade do seu poder ali estabelecido acabou perpetuando o desemprego, o analfabetismo, a ausência de investimento no setor produtivo, de maneira que o município de Uberaba se transformou em uma grande fazenda a serviço dos coronéis.³⁸

Figura 5 – Rua do Comércio, atual Artur Machado, centro comercial, 1904.



Fonte: APU.

Entretanto, apesar de a cidade se destacar em tempos atuais como polo comercial, universitário e petroquímico, com destaque para universidades públicas e privadas e para a indústria de fertilizantes, ainda continua marcante a influência política das oligarquias rurais, uma vez que, ao longo do século XX, o município de Uberaba tornou-se

[...] conhecido como o maior centro produtor de grãos do Estado de Minas Gerais. No seu setor industrial, o destaque fica para a produção de fertilizantes e defensivos agrícolas. Na pecuária, é apresentado como grande produtor da raça bovina Zebu, graças a isso, a Exposição Agropecuária, que atrai anualmente políticos e empresários nacionais e internacionais, movimenta, principalmente através dos leilões, cifras milionárias. Esses dados são responsáveis pela constituição de um imaginário que eleva a cidade à condição de “Capital do Zebu”. Esse título foi – e ainda é – veiculado e reforçado tanto pela imprensa, como também pelos trabalhos

³⁸ WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960**. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006. p. 131-134.

historiográficos locais, contribuindo para a manutenção e para o fortalecimento desses imaginários em Uberaba.³⁹

Os pecuaristas, ao se consolidarem economicamente, elaboraram arranjos sociais, políticos e culturais resistentes ao processo de desenvolvimento capitalista mais dinâmico e, dessa forma, pode-se constatar que, ao longo do século XX, a cidade passou por um processo de estagnação econômica, concentração de renda e a perda da categoria de principal cidade do Triângulo Mineiro. A partir do final dos anos 1960 e início dos 70, há um deslocamento dessa centralidade e a vizinha Uberlândia começa a se tornar o polo de maior ressonância política e econômica da região⁴⁰ mineira, em que pese a cidade de Uberaba continuar tendo sua importância econômica, política e cultural e possuir a segunda maior população do Triângulo Mineiro.

Sobre a questão, em editorial, Raul Jardim demonstrou insatisfação com a gestão do novo governador Israel Pinheiro⁴¹, que sucedeu Magalhães Pinto no governo mineiro, quanto à indiferença dispensada a Uberaba pelos mandatários do Palácio da Liberdade, mesmo a cidade se destacando com os mais elevados índices de progresso no estado montanhês. Na sequência, o proprietário do *Lavoura* ameaçou que se não fosse adotada outra atitude com relação a esta região, a aspiração separatista ganharia vigor e intensidade em futuro próximo, e nada seria capaz de deter a ordem em curso. Na ocasião, advertiu que os uberabenses nunca eram lembrados para integrar a administração mineira e que não havia justificativas para esse tratamento desigual dispensado à cidade, se considerar que a arrecadação de impostos era muito maior que a contrapartida oferecida por Minas Gerais.⁴²

O mesmo Raul Jardim, no editorial “Até quando vamos esperar?”, voltou a exigir do governador Israel Pinheiro ações e investimentos para Uberaba e, ao mesmo tempo, cobrou dos deputados estaduais da cidade que correspondessem aos votos recebidos para atraírem obras e mais investimentos para a cidade.⁴³ Israel Pinheiro elegeu-se governador de Minas Gerais pelo MDB em 1965. Sua eleição pelo partido opositor não foi bem assimilada por

³⁹ SILVA, Raquel Marta da. **Chico Xavier**: imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais - Uberaba, 1959/2001. 261f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002. p. 03.

⁴⁰ Região pode ser caracterizada como “uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna em relação a certos critérios”, e são inúmeros os critérios que podem atribuir sentido a uma determinada região. Acerca da temática, ver: BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, UEPG, v.10, nº 1, 2005, p. 95-128.

⁴¹ Israel Pinheiro era filho do ex-governador mineiro João Pinheiro e aliado de JK.

⁴² TRIÂNGULO – o grande esquecido dentro da comunidade mineira. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 03 fev. 1967, Editorial, p. 2.

⁴³ ATÉ quando vamos esperar. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 04 fev. 1967, Editorial, p. 2.

Castelo Branco que, em represália, editou o AI-3, ampliando a cassação de mandatos e tornando indiretas as eleições para governadores estaduais e prefeitos das capitais. No entanto, apesar de ser eleito pelo MDB, Israel Pinheiro declarou-se aliado ao regime militar e filiou-se ao partido situacionista, a Arena em 1966.

Raul Jardim, em seus editoriais, ao demonstrar insatisfação com a gestão do novo governador mineiro e com os representantes políticos da cidade, já denotam que Uberaba perdia espaço no jogo político dos novos tempos ditatoriais. Acontecimento que se consolidou com a ascensão do político uberlandense Rondon Pacheco, da ARENA, nomeado governador de Minas para suceder Israel Pinheiro, no início da década de 70.

Quanto à imprensa escrita, nos anos de 1960, em Uberaba, além do *Lavoura e Comércio*, havia o jornal *Correio Católico*, o segundo mais importante periódico da cidade. O clero católico também era proprietário da FISTA, Colégio Nossa Senhora das Dores, Colégio Marista Diocesano e Hospital São Domingos. O *Correio Católico*, fundado pela congregação dos dominicanos e de propriedade da Arquidiocese Metropolitana de Uberaba, foi publicado pela primeira vez em 1897 e circulou até o início dos anos 70, quando foi adquirido por um grupo empresarial da cidade, liderado por Edson Prata, passando a denominar-se *Jornal da Manhã*. Na gestão do arcebispo Dom Alexandre do Amaral, o *Correio Católico* passou a circular diariamente e nas páginas do periódico, além das notícias da diocese e da cidade de Uberaba, publicava-se os demais noticiários de política nacional e internacional. O *Correio*, nos anos 60, sob influência da Teologia da Libertação⁴⁴, passou a publicar as alterações que ocorriam no pensamento da ala mais progressista da Igreja Católica, dialogando de forma mais contundente com as classes populares e com a política de esquerda. Na concepção de Michael Löwy, a Teologia da Libertação é mais que uma corrente teológica, é um amplo movimento social com consequências políticas de grande alcance na América Latina. Nesse campo, o clero progressista passou a criticar os problemas da realidade brasileira, tais como a miséria e as injustiças sociais. Diante desse posicionamento político, o editor do *Correio Católico*, padres e freiras dominicanos, ligados à FISTA, foram investigados e aprisionados em Uberaba, logo nos primeiros meses da implantação do regime militar. Assunto que será tratado posteriormente no decorrer do texto.

Na década de 60, Uberaba abrigava importantes centros universitários, concentrava os debates políticos de maior influência e repercussão e era relevante centro político, comercial e

⁴⁴ LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

cultural de uma das mais significativas regiões de Minas Gerais. Em 1964, a urbe possuía em torno de 93 mil habitantes e tinha três faculdades, a Universidade Federal de Medicina, atual Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e duas instituições particulares, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA), das irmãs dominicanas e a Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), atual Universidade de Uberaba (UNIUBE), de propriedade da família Palmério. Cidade polo do Triângulo Mineiro, era a terceira com maior número de estudantes universitários do estado; atrás de Belo Horizonte e Juiz de Fora.⁴⁵

Utiliza-se o entendimento de Nali de Souza para a compreensão da noção de cidade polo regional, quando afirma que se associa às ideias de urbanização, industrialização, funcionalidade, hierarquia e heterogeneidade, visto que a região polarizada contém vários centros urbanos secundários relacionando-se ao polo central mais dinâmico. Essa interdependência em relação à cidade polo é gerada pela maior oferta em setores de prestação de serviços com mão de obra mais especializada, rede bancária, escolas, comércio, lazer, sistema de saúde mais avançado e indústrias. Nesse sentido, a cidade polo regional exerce influência direta e indireta sobre determinada região inserida em sua espacialidade, essencialmente pelos fluxos econômicos, sociais, políticos e culturais que esta estabelece com a região por ela influenciada.⁴⁶

⁴⁵ LACERDA FILHO, Mozart. **Os caminhos, as pessoas, as ideias**: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração. 166f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2006.

⁴⁶ SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**. Porto Alegre, v. 16, n.º. 1, jan./jul. 2005. p. 91-92.

Figura 6 – Vista parcial do centro de Uberaba, com destaque para o edifício do Grande Hotel, 1960.



Fonte: APU.

Em 1960, acerca das duas principais cidades triangulinas, Uberaba possuía 72.053 habitantes, enquanto Uberlândia abrigava 70.719.⁴⁷ Na década de 70, a situação se inverteu e Uberlândia, o antigo distrito de São Pedro do Uberabinha, com 110.289 habitantes, superou em termos populacionais e relevância político-econômica a vizinha Uberaba, que contava com 108.259 habitantes.⁴⁸ Ressalta-se que até 1888, ano de sua emancipação política, São Pedro do Uberabinha era distrito da cidade de Uberaba e, somente em 1929, passou a denominar-se Uberlândia. Esse período se materializou na criação e emancipação política de uma série de municípios no país.⁴⁹

Na década de 1950, a antiga São Pedro do Uberabinha já rivalizava economicamente com Uberaba e, ao final dos anos 1960 e início dos 70, tornou-se a principal cidade polo do Triângulo Mineiro. O desenvolvimento da região se consolidou com a modernização das vias rodoferroviárias, com a ampliação do comércio, a inserção das indústrias e o crescimento do agronegócio. E se encontra

⁴⁷ **Censo demográfico de 1960 de Minas Gerais.** IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, v. 1, t. 9. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, v. 1, t. 9. Rio de Janeiro, s.d.

⁴⁸ **Censo demográfico de Minas Gerais.** IBGE. VIII Recenseamento Geral, 1970. Série Regional, v. 1, t. 14. Rio de Janeiro, 1973. 3v.

⁴⁹ CIDADE levou 41 anos para ganhar nome definitivo de Uberlândia. **Correio de Uberlândia** online, Uberlândia, 31 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/cidade-levou-41-anos-para-ganhar-nome-de-uberlandia/>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

[...] na base da precoce inserção nos fluxos econômicos e constituição da economia regional triangulina como entreposto comercial de vasto *hinterland* do país, possibilitando-lhe uma apropriação de excedentes econômicos e integração nas principais fases nacionais de expansão do Produto Interno Bruto (PIB). Entre os principais marcos históricos da formação regional, podem ser destacados: a chegada dos trilhos de ferro da “Velha Mogiana”, ainda na última década do século XIX; a infraestrutura trazida ao interior pela construção de Brasília, na segunda metade da década de 1950; e a expansão da agricultura comercial de alimentos, proporcionada pelos grandes projetos de incorporação produtiva dos cerrados, implementados a partir dos anos de 1970.⁵⁰

Destarte, no transcorrer do século XX, com a construção da nova capital do país e a incorporação das terras do cerrado brasileiro, no processo de modernização agroindustrial, a região se tornou uma das mais prósperas do país. Nessa senda, o Triângulo tornou-se grande produtor de *commodities* agrícolas e centro genético de gado zebu, centro comercial atacadista de distribuição e polo industrial. Com os investimentos implementados em infraestrutura logística, comunicação, energia e com os avanços tecnológicos e a diversificação produtiva industrial, o Triângulo consolidou-se como importante polo regional do país. Na década de 1950, Uberlândia já rivalizava politicamente e economicamente com Uberaba e no final dos 60, tornou-se o principal polo socioeconômico e cultural do Triângulo Mineiro e, posteriormente, também do interior de Minas Gerais. Atualmente, Uberlândia é a segunda maior cidade de Minas Gerais, enquanto Uberaba, em termos populacionais, passou a ocupar apenas a oitava posição, perdendo substancialmente a força política e a expressão econômica que havia adquirido no passado.

O outrora prestígio político da elite agrária uberabense se fazia representar nas festividades de abertura da exposição de gado zebu, no Parque Fernando Costa, com *shows*, leilões, bailes e jantares de gala, ocasião em que a cidade recebia o presidente do país, o governador de Minas e várias personalidades nacionais e internacionais em:

[...] grandes “bailes do Presidente”, onde Jockey Club e Uberaba Tênis [...] disputaram a primazia de sediar tais eventos. O presidente da então Soc. Rural do Triângulo Mineiro, Adalberto Rodrigues da Cunha e sua família, residiam na Leopoldino de Oliveira, bem defronte a Guilherme Ferreira, construiu uma sacada no andar superior da residência para que Getúlio saudasse os milhares de uberabenses e visitantes que se postavam à frente da casa para ver Getúlio e receber, pelo menos um aceno de mão. Getúlio não faltava à Exposição, era tradição. Outro presidente também que marcou época em Uberaba, Juscelino Kubitschek. O cerimonial não marcava outros compromissos na agenda presidencial nos dias 03 e 04 de maio pois, certeza

⁵⁰ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional.** Uberlândia: Edufu, 2010. p. 26-27.

ele estava em Uberaba, hospedado nas mesmas residências onde Getúlio Vargas gostava de ficar. [...] As revistas “O Cruzeiro” e “Manchete”, nas edições seguintes, traziam em grandes reportagens a grande festa de Uberaba. JK dançando ou Getúlio “marcando” boi, cansaram de ilustrar as páginas dos principais jornais e revistas brasileiros! Os políticos da terra, principalmente os do “PSD véio de guerra” não cabiam em si de contentamento. Os da UDN, embora opositores participavam também.⁵¹

Durante as festividades relativas ao aniversário de Uberaba e aos leilões e exposição de gado zebu, quando grandes e memoráveis bailes ocorriam nos salões dos clubes sociais, os políticos locais aproveitavam a presença dos mandatários da nação para reivindicar cargos políticos e investimentos para a cidade. Foi em uma dessas solenidades que JK assegurou a conquista da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, atual UFTM.

Figura 7 – Getúlio Vargas ao fundo e Juscelino Kubitschek dançando, presenças constantes nos bailes do *Jockey Club*, por ocasião da Expozebu, maio de 1952.



Fonte: APU.

⁵¹ OLIVEIRA, Luiz Gonzaga de. *Memória, História e Causos de Uberaba bão*. Uberaba: Ed. Franciscan, 2011. p. 89.

Figura 8 – Jockey Club, localizado na Praça Rui Barbosa, centro de Uberaba, anos 30.



Fonte: APU.

Na imagem a seguir, Castelo Branco é recebido pelos pecuaristas durante a abertura da Expozebu, no Parque Fernando Costa, em 03 de maio de 1964, momento em que se comemorava o aniversário da cidade. Pela manchete do *Lavoura*, um mês após o golpe militar, mais de cinquenta mil pessoas recepcionaram o presidente do país, em Uberaba:

Figura 9 – Presidente Castelo Branco inaugura a VI Expozebu de Uberaba, 1964.

Inaugurada a VI Exposição Nacional de Gado Zebu
Mais de 50 mil pessoas ovacionaram o presidente
Castelo Branco no "Parque Fernando Costa"

Um espetáculo de civis num verdadeiro impressionante — Os discursos da inauguração — Carlinhos recepção no Governador Ma gathies Pinto — Vist tantes ilustres, destacando-se a comitiva do Paraguai, liderada pelo ministro Ezequiel Guasale

AVISO EX UBERABA — Segunda-feira, 4 de Maio de 1964. Número 1.071
LAVOURA E COMERCIO
 Diretor: QUINTILIANO JARDIM

PRESIDENTE CHEGA AO PARQUE FERNANDO COSTA — Lidoado pelo Governador Ma gathies Pinto, o presidente Castelo Branco, acompanhado do ministro da Agricultura, Antonio de Moraes, e do governador de Minas Gerais, Antonio Carlos Bispo, chegou ao Parque Fernando Costa, no município de Uberaba, para inaugurar a VI Exposição Nacional de Gado Zebu. O presidente foi recebido por uma multidão de mais de 50 mil pessoas, que o ovacionaram ao descer do avião. O presidente foi recebido pelo governador de Minas Gerais, Antonio Carlos Bispo, e pelo governador do Estado de São Paulo, Antonio de Moraes. O presidente foi recebido pelo governador do Estado de São Paulo, Antonio de Moraes, e pelo governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Carlos Bispo. O presidente foi recebido pelo governador do Estado de São Paulo, Antonio de Moraes, e pelo governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Carlos Bispo.

Castelo Branco ao reporter do «Lavoura» e da E-5: "Sinto-me, como presidente da República, verdadeiramente envidado de estar presente nesta data em Uberaba"

A reportagem de João de Deus, Frangos, Minors, e de um desmentido acurioso e real, mostra a realidade de estar presente nesta data em Uberaba.

RETALHOS

O Ministério da Agricultura, de São Paulo, informou que o presidente Castelo Branco, ao visitar Uberaba, não se trata de uma viagem de trabalho, mas de uma viagem de lazer. O presidente Castelo Branco, ao visitar Uberaba, não se trata de uma viagem de trabalho, mas de uma viagem de lazer.

ATENÇÃO

Srs. visitantes da XXV Exposição de Uberaba não deixem de visitar a Churrascaria - Carlinhos, na rodovia UBERABA - DELTA, km. 8.

Comemore bem e não se paga muito.

RODOVIÁRIO UBERABA LTDA.
 AVISOS À PLACA

As Caméras, Indústrias e ao povo em geral

Atenção: a partir de hoje, o serviço de transporte de passageiros será realizado pela Rodovia Uberaba - Delta, km. 8.

RODOVIÁRIO UBERABA LTDA.
 AVISOS À PLACA

3-1

Fonte: *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 04 maio 1964, p. 1. APU.

No entanto, por ocasião das festividades alusivas à abertura da Expozebu de Uberaba, organizada pela SRTM, atual ABCZ, em maio de 1965, a ausência de Castelo Branco foi criticada por quebrar a longa tradição presidencial de vir a Uberaba para participar da feira de gado, do baile de gala, dos coquetéis e leilões. O *Correio Católico* destacou que tal ausência deveu-se ao fato do rompimento político entre Castelo Branco e o governador Magalhães Pinto, por este criticar a gestão socioeconômica do país e as ingerências castelistas no processo eleitoral para a escolha dos governadores. Diante de milhares de populares, políticos de todo o país e convidados estrangeiros, as críticas proferidas no palanque do parque de exposições Fernando Costa teve repercussão nacional. Há que se ressaltar que na exposição agropecuária e industrial de Uberlândia, realizada em abril de 1965, o presidente Castelo Branco e o governador Magalhães Pinto estiveram presentes.⁵²

Se Castelo Branco rompeu a tradição de visitar a cidade por ocasião da festa mais relevante de Uberaba, no entanto o novo presidente Costa e Silva retomava a tradição em 1967. Com a manchete “Uberaba viveu sua maior festa: Exposição”, o *Correio Católico* anunciava que:

Quem veio a Uberaba, ou por aqui passou no dia 3 de maio, daqui deve ter saído verdadeiramente impressionado, com o que viu. Os próprios uberabenses, já acostumado aos sucessos nas aberturas de Exposições anteriores, ficaram como que estupefatos diante do que aconteceu em Uberaba [...] principalmente pela presença de dois Presidentes, Costa e Silva, do Brasil e Alfredo Stroessner, do Paraguai.⁵³

À noite, no baile de gala do presidente, realizado no *Jockey Club*, localizado na praça Rui Barbosa, com a presença de Stroessner e demais autoridades políticas, um fato inusitado ocorreu. Os seguranças encontraram em um canto do salão, um objeto que pensaram ser um artefato explosivo: “o Delegado Lindolfo Coimbra apanhou a pasta no chão e saiu, cuidadosamente com o objeto do *Jockey*. Já na rua, [...] cortou a pasta, observando, entretanto, que ao invés de uma bomba relógio, a mesma continha uma máquina fotográfica. Logo após, soube-se que a pasta pertencia a um dos integrantes da caravana do presidente paraguaio”.⁵⁴

No ano de 1967, o presidente retomou a tradição de prestigiar o evento, juntamente com ministros, governadores, parlamentares e o ditador paraguaio Stroessner, por ser pecuarista passou a ser figura constante em Uberaba. Na oportunidade, com a presença de

⁵² FESTA de repercussão nacional. **Correio Católico**, Uberaba, 04 maio 1965, p. 1.

⁵³ UBERABA viveu sua maior festa... **Correio Católico**, Uberaba, 05 maio 1967, p. 1.

⁵⁴ UMA PASTA encontrada... **Correio Católico**, Uberaba, 05 maio 1967, p. 3.

tantas autoridades, os prefeitos da região aproveitaram para reivindicar verbas, emendas, obras e investimentos para suas cidades.

As festividades da Expozebu de Uberaba eram e ainda são solenidades especiais para a cidade, uma vez que a importância econômica, financeira e social do evento se projeta não somente no âmbito regional, mas no país e também no exterior. Além das apresentações e leilões do gado zebu de alto desenvolvimento genético, no entorno da feira de gado acontecem muitos eventos como shows, bailes e festas que atraem muitos turistas e movimentam a economia local.

Em suas memórias, o jornalista Gonzaga de Oliveira rememora com saudosismo, os tempos áureos da Expozebu, quando Uberaba ainda sustentava a condição de maior cidade e a supremacia político-econômica no Triângulo. O jornalista relembra que, em 1959, por ocasião da construção da BR 262, rodovia que liga a região a Belo Horizonte, foi decretado vitorioso o traçado que beneficiava Uberaba, em detrimento de Uberlândia, fato justificado pelo governador mineiro Bias Fortes que “não podia brigar com Uberaba e que infelizmente a época do coronelismo ainda não havia sido superada em Minas, por isto, quiseram os fazendeiros de Uberaba que a estrada passasse em suas fazendas e esta terá que passar”.⁵⁵

No entanto, no que se refere à dinâmica econômica e expressão política, Uberaba ainda se destaca como a segunda mais importante cidade triangulina, mas bem distante dos tempos de Getúlio e JK, nos anos 40 e 50. Dentre um dos fatores possíveis para explicar essa transição da centralidade regional de Uberaba para Uberlândia, considera-se a perda das condições de representatividade política em relação a Minas Gerais e em menor grau no país, que até o início da década de 1960, nitidamente privilegiavam os interesses de Uberaba.

Outro fator a considerar para elucidar a temática é o advento do Plano de Metas e o projeto de construir a nova capital do país no Brasil-Central. Posto isso, o Triângulo consolidou as condições estratégicas para interligar a economia paulista ao Centro-Oeste do país. O projeto de modernização viária de interligação de São Paulo, Triângulo Mineiro e o Brasil-Central, que se iniciou com as ferrovias no final do século XIX, consolidou-se nas décadas de 50 e 60, do século XX, com a expansão rodoviária da via Anhanguera, por meio da BR-050, ligando São Paulo à Brasília; além das rodovias BR 262 (Uberaba-Belo Horizonte-Vitória), BR 365 (Canal de São Simão-Uberlândia-Montes Claros), BR 153 (Araraquara-Frutal-Goiânia), e a BR-452 (Uberlândia-Araxá), dentre outras interligando o

⁵⁵ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: Edufu, 2010. p. 150.

Triângulo com as demais regiões de Minas Gerais e do país. Ao mesmo tempo, os investimentos em infraestrutura, energia elétrica, telecomunicações, além da modernização dos meios de transporte e a construção de Brasília ampliaram os horizontes de expectativas quanto à industrialização do Triângulo nos anos 60.

Em relação aos indicativos econômicos de Uberaba e Uberlândia, o censo de 1960 reforça a condição de contenda regional de produção agropecuária, comercial e industrial entre as duas cidades:

Tabela 1 – Produção Agrícola

Município	Café, arroz, feijão e milho – toneladas
Uberaba	8820
Uberlândia	17880

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1960.

Tabela 2 – Produção bovina

Município	Produção bovina
Uberaba	78.405
Uberlândia	73.160

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1960.

Tabela 3 – Comércio Atacadista

Município	Número de Estabelecimentos
Uberaba	110,7
Uberlândia	164,1

Fonte: IBGE – Censo comercial e industrial de 1966.

Tabela 4 – Comércio Varejista

Município	Número de Estabelecimentos
Uberaba	129,8
Uberlândia	182,9

Fonte: IBGE – Censo comercial e industrial de 1966.

Tabela 5 - Indicadores Industriais

Município	Número de Estabelecimentos
Uberaba	306
Uberlândia	324

Fonte: IBGE – Censo comercial e industrial de 1966.

Pela análise dos dados apresentados, embora Uberaba ainda mantivesse a dianteira na pecuária, os indicadores econômicos de Uberlândia já eram superiores na produção agrícola, no comércio varejista/atacadista e no número de estabelecimentos industriais. Nesse cenário, pode-se inferir a relação entre a produção de grãos e o potencial polarizador do capital urbano com investimentos na expansão comercial de Uberlândia, principalmente nos setores de processamento de grãos e atacadistas de distribuição, que colocou sob seu domínio áreas de grande produtividade agrícola. Dessa forma, Uberlândia passa também a se destacar nesse período como grande centro comercial atacadista por meio dos grupos Armazém Martins, Armazém do Comércio (ARCOM) e Casas Alô Brasil. A expansão do comércio atacadista e varejista de Uberlândia confirma a ascensão da economia urbana de Uberlândia em relação à Uberaba e sua centralidade no Triângulo. Enquanto Uberlândia se consolidou hegemonicamente no Triângulo, a economia de Uberaba foi a mais afetada neste processo, pois além de ter a concorrência direta das economias mais dinâmicas de Ribeirão Preto e também de Uberlândia, encontrava limitações para viabilizar sua influência regional para todo o Triângulo, Alto Paranaíba, Sudoeste Goiano e o sul mato-grossense.

Essa situação de Uberaba foi ainda mais afetada nos anos 60 com a ascensão do regime de exceção e o advento de novos horizontes, uma vez que,

[...] a partir do golpe militar de 1964 e das mudanças políticas advindas, nota-se um paulatino enfraquecimento da política dos coronéis e o fortalecimento de uma nova base de poder vinculada diretamente ao governo federal, em que ganharam espaço os interesses da “comunidade” de Uberlândia. [...] As alterações políticas, ocorridas com o golpe militar de 1964, [...] possibilitaram a Uberlândia se igualar e suplantat Uberaba no que tange ao aparelhamento educacional. E, com base nestas mudanças políticas, com representativos impactos sobre a economia local de Uberlândia, [...] a constituição, na década de 1970, da Universidade Federal de Uberlândia. [...] os serviços de educação desempenharam um importante papel, não só no fomento do núcleo urbano como também na formação de um mercado de trabalho qualificado neste município e na região. Portanto, as mudanças políticas e as transformações ocorridas na estrutura demográfica e nos sistemas fiscal e financeiro do país tiveram importantes impactos no desempenho da economia regional e, em particular, no fortalecimento da centralidade da economia de Uberlândia.⁵⁶

A implantação do regime militar influenciou substancialmente os destinos do Triângulo Mineiro, fragilizando as bases políticas de Uberaba e fortalecendo a cidade de Uberlândia na contenda pela polarização regional, fato confirmado pelo jornalista Luiz Gonzaga de Oliveira, também secretário de governo da prefeitura de Uberaba por diversas gestões. Sobre a questão, o jornalista centra suas críticas contra o influente político uberlandense Rondon Pacheco:

[...] As peripécias do gentil-homem Rondon Pacheco, em desfavor de Uberaba, não param por aí. Uberaba era o maior distribuidor e consumidor do refrigerante “coca cola” na região [...] acertado o primeiro contato, [...] o executivo maior do grupo Biagi [...] confirmou a intenção de instalação da fábrica em Uberaba. [...]. Quando esperávamos o anúncio da fábrica, veio a “bomba”. A unidade do Triângulo Mineiro sairia, só que ao invés de Uberaba, os Biagi preferiram Uberlândia [...]. Inconformado, Hugo escalou-me, juntamente com o vereador Baldomero Franco para que, em Ribeirão, nos inteirasse o que de fato acontecera e as razões da repentina mudança de planos do grupo [...]. Recebidos com a sua nunca desmentida educação, o Dr. Renato Nunes Maia lamentou a transferência de local da fábrica, informando que, em Belo Horizonte, fora super bem tratado por diretores do BDMG, principalmente pelo Dr. Guarany, que abriu todas as portas, franquias, isenções e financiamentos que o grupo precisasse, desde que a fábrica fosse em Uberlândia. [...] Desnecessário dizer que o tal dr. Guarany fora indicado ao BDMG, por quem? [...] Rondon Pacheco, governador [...]. Ao receber a notícia de que a multinacional de cigarros estudava instalar uma fábrica no planalto central, com os indicativos e dados em mãos, aliciou-os de tal forma que a delegação passou por Uberaba apenas por dever de ofício, pois a cidade escolhida não era a nossa. Aliada à fraca presença

⁵⁶ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: Edufu, 2010. p. 178-179.

política de Uberaba nas esferas estadual e federal, era difícil lutar contra a realidade.⁵⁷

As alterações políticas determinantes implementadas a partir de 1964 alteraram os campos de representação da política regional em detrimento de Uberaba. E nesse cenário, o segundo presidente do regime militar, Costa e Silva nomeou o uberlandense Rondon Pacheco para o Ministério da Casa Civil e, no início dos anos 70, o presidente Médici indicou o político uberlandense para o cargo de governador biônico de Minas Gerais. Dentre os mais significativos fatores de diferenciação entre as duas cidades polos, pode-se afirmar que a evolução socioeconômica de Uberlândia se consolida com o apoio político do regime militar e os investimentos em indústrias, empreendimentos comerciais atacadistas e educação. Nesses termos, a fundação da Universidade Federal de Uberlândia, a UFU, foi o ponto essencial para potencializar a expansão dos mercados e a qualificação da mão de obra regional.

Em 1967, o então prefeito de Uberaba, João Guido foi à Brasília para solicitar a federalização das escolas da cidade, uma das grandes aspirações da população uberabense no período. Na capital, em audiência com os ministros Rondon Pacheco, da Casa Civil, e Tarso Dutra, da Educação, o prefeito entregou a documentação referente à doação do prédio e do terreno para consolidar o processo de implementação da tão sonhada Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Na audiência, foi prometido que viria a Uberaba o emissário do MEC para efetivar tal transação:

Inicialmente, [...] será criada a reitoria da Universidade, junto a Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, com a consequente agregação das demais Escolas junto a esta reitoria. Posteriormente, e em processo paulatino, deverão ser federalizadas, uma a uma, as demais Faculdades uberabenses.⁵⁸

No entanto, o ministro Rondon Pacheco, posteriormente, governador nomeado de Minas Gerais, não só descumpriu a promessa, mas ainda levou a acalentada universidade federal para Uberlândia, sua cidade natal, no início dos anos 70. O sonho uberabense só se consolidou em 2005, por intermédio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a implementação da UFTM, com a implementação dos cursos de Licenciaturas, Engenharias, Nutrição, Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, dentre outros.

⁵⁷ OLIVEIRA, Luiz Gonzaga de. **Memória, História e Causos de Uberaba**. Uberaba: Ed. Franciscon, 2011. p. 6-11.

⁵⁸ GUIDO: Universidade está para sair. Uberaba, **Correio Católico**, 02 jun. 1967.

Com a fundação da UFU, Uberlândia também se consolidou culturalmente no processo de construção de sua hegemonia no Triângulo Mineiro. Nesse cenário, de ampliação do autoritarismo e de centralização do poder, Uberlândia, em articulação com os representantes políticos no cenário mineiro e federal, consolidou sua condição de cidade polo regional e até estadual, privilegiando o capital urbano, essencialmente o setor comercial atacadista e industrial, em detrimento de Uberaba e dos interesses de sua oligarquia rural, que se manteve fiel às suas tradições agrárias e conservadorismo político. Essas transformações foram melhor utilizadas por Uberlândia, “que alargou sua importância tanto na escala regional, quanto em escala nacional, uma vez que sua elite mostrou-se muito mais apta a acolher os imperativos das subseqüentes divisões territoriais do trabalho”.⁵⁹

Pela ordem do discurso do jornalista Gonzaga de Oliveira constata-se os embates políticos da elite uberabense que via a centralidade econômica e política regional ser superada pela emergente Uberlândia, a antiga Uberabinha, que, na lógica desenvolvimentista dos governos militares, atraiu investimentos em rodovias, universidade e indústrias, a exemplo da implantação das unidades da empresa de bebidas e da fábrica de cigarros. Não obstante, a integração econômica do Triângulo com São Paulo e o Centro-Oeste foi acompanhada pela modernização da infraestrutura em energia, logística, comunicação e educação, dentre outras, cujo processo impulsionou a acumulação de capitais regionais, a ampliação do mercado de trabalho e a diversificação produtiva e de consumo. Há que ressaltar, no caso de Uberlândia, que essa dinamização econômica foi promovida principalmente pelo capital comercial e não pela estrutura produtiva agrária, acrescenta-se a esse cenário, a incapacidade dos políticos uberabenses em influenciar as decisões centrais para atrair investimentos para a cidade, a partir dos anos 60.

Essa condição cunhou as bases para a polarização regional uberlandense, enquanto Uberaba continuou ainda atrelada ao ritmo de sua elite agrária. Tal situação levou ao enfraquecimento político e econômico das oligarquias rurais uberabenses, que até então conservavam o poder regional, com o apoio dos governantes mineiros. Enquanto Uberlândia conquistava as benesses dos investimentos federais e estaduais e elegia representantes políticos de maior expressão – a exemplo de Homero Santos, eleito deputado federal e vice-presidente nacional da ARENA e Rondon Pacheco, nomeado chefe da Casa Civil, governador e senador – que consolidavam mais investimentos para o desenvolvimento da cidade de

⁵⁹ BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro**: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: Composer, 2007. p. 323.

Uberlândia. Essas articulações políticas aliadas ao empreendedorismo empresarial da elite uberlandense atraíram mais moradores, mais investimentos, empresas e instituições, enquanto os representantes políticos e empresariais de Uberaba não possuíam expressividade capaz de conquistar grandes investimentos para a cidade e, dessa forma, o capital do zebu se estagnou economicamente.

Além da perda de sua centralidade econômica regional, nos anos 60, a partir da implantação do regime militar, os governadores passaram a ser nomeados pelos governos arbitrários. Estes, articulados aos interesses mais urbanos de Uberlândia, retiraram de Uberaba a condição de liderança regional, possibilitando à cidade de Uberlândia acentuar suas potencialidades econômicas e políticas. Nessas condições, Uberlândia passou a receber mais empreendimentos e investimentos.

Acerca da implantação do regime autoritário no país, no percurso da pesquisa empírica, deparou-se com uma matéria de capa bastante elucidativa. O momento recuperado situava-se logo após a decretação do golpe militar e o *Lavoura* anunciava em manchete:

A família católica de Uberaba agradecerá hoje, em grande missa campal, a ser realizada na Praça Rui Barbosa, às 19h30min, o restabelecimento da ordem e a vitória sem derramamento de sangue, dos princípios da liberdade na Pátria brasileira.⁶⁰

Na análise da manchete, entende-se que o golpe de Estado que solapou o governo do presidente democraticamente eleito e a implantação do regime militar foram muito bem recebidos na cidade, a exemplo da grande missa campal realizada na mais importante praça de Uberaba. O acontecimento foi tratado pelo *Lavoura* como o “restabelecimento da ordem”, de acordo com os “princípios da liberdade” e na garantia da democracia.

⁶⁰ A FAMÍLIA católica de Uberaba... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 03 abr. 1964, p. 1.

Figura 10 – Governadores Ademar de Barros e Magalhães Pinto saúdam o regime militar. Abaixo o convite para a missa campal na praça Rui Barbosa, em apoio ao golpe militar.

Ademar de Barros:
“A República espera que o presidente provisório cumpra seu dever e nos evite o dissabor de ter de continuar em nossa luta”

O governador de São Paulo exige expurgo e posição radical contra as que delataram o poder

Magalhães Pinto conclama o Congresso à formação de um governo verdadeiramente nacional

Situação da mais completa normalidade em Uberaba

Restabelecida a ordem interna — liberdade em ônibus e aviões — fazem seus horários habituais — Liberdade no posto de gasolina e as caminhões-tanques deixam no pátio do quartel de 4.º B. L.

LAVOURA E COMÉRCIO
 Diretor: QUINTILIANO JARDIM

Goulart em Montevideo

Presença de Goulart em Montevideo — 1.º de maio de 1964

ACOUGE “GAUCHO” LE ANTONIO FERREIRA
 Entrega a Danielo Proença — Redator-chefe
 10. A — F.N.E. 2747.
 Carne de vaca — de porco — frango — frango — frango — frango.
 Inutilidade moderna. Os melhores prosa do prosa.

Convite

A família uberabense, ao receber da Divisão Providência a grande graça que trouxe a todos os lares do Brasil e conforto sobre a Paz e da ordem, não descurando de sempre, e desejando render graças a Deus, convida toda a povo de Uberaba para celebrar, presente ao ato cristão e sagrado da Santa Missa campal, que será realizada, hoje, dia 2 de Abril, às 19.30 horas, diante da Catedral Metropolitana.

MISSA DE 2.º DIA
 Agradecimento e convite

SARA ABDALLA
 Agradecimento e convite

Modificações nos Comandos do Exército

Grande missa campal, hoje, na praça Rui Barbosa

DR. TULSTON JUNQUEIRA DE NOVAES
 Presidente do Conselho Municipal

Refrigeração Comercial Uberaba
 Sorveteiras — Balcões Frigoríficos — Geladeiras — Instalações para bar etc.

Fonte: *Lavoura e Comércio*, 03 abr. 1964, p. 1. APU.

Entretanto, ressalta-se que, apesar da nota de adesão em primeira página do principal periódico local exaltando a “situação de mais completa normalidade” em Uberaba e a ascensão de “novos tempos de liberdade e o retorno da ordem” no país, a reação de contestação ao golpe militar também ocorreu na cidade e um dos focos de resistência, embora de forma mais velada, eram os estudantes e os professores e religiosos da Faculdade Santo Tomás de Aquino (FISTA), em sua maioria, membros da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP).⁶¹ Na década de 1960, em Minas Gerais, a esquerda cristã se destacou na liderança do movimento estudantil universitário e secundarista.⁶² E Uberaba, como uma das mais representativas cidades mineiras e maior polo universitário do Triângulo,

⁶¹ PAULA, Eustáquio Donizeti de. **O regime militar (1964 – 1980) e o movimento de resistência dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba – MG.** 205f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2007.

⁶² VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, João Roberto. (Org.). **1968 faz 30 anos.** Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos: Ed. da UFSCAR, 1998.

naquele período, repercutia em nível local os acontecimentos que consolidaram a ordem autoritária no país.

1.2 A relevância do jornal *Lavoura e Comércio* para Uberaba e Triângulo Mineiro

O *Lavoura* foi fundado em 06 de julho de 1899, no final do século XIX, com o objetivo de ser a voz dos interesses de ruralistas de Uberaba e região. Inicialmente, era propriedade de uma associação, o *Clube da Lavoura e Comércio* e, no seu editorial, assinado pelo diretor Garcia Adjuto, defendia o latifúndio e evidenciava a sua simpatia pelo governo republicano, mas ao mesmo tempo explanava ser apartidário e imparcial – como se isso fosse possível – e demonstrava, ainda, toda a insatisfação dos ruralistas e comerciantes insatisfeitos com os tributos territoriais cobrados pelo governo mineiro. Na edição nº 1, seu histórico editorial anunciava:

Seremos, certamente, políticos no bom e genuíno sentido da palavra, mas não partidários, ou subordinados às vistas de determinado agrupamento político. Em política hipotecamos o nosso apoio às instituições republicanas [...] pela profunda convicção [...] de ser a única forma de governo compatível com a evolução da civilização. [...] Espectadores atentos dos acontecimentos, dos atos daqueles que enfeixam em suas mãos os destinos do Estado e da Nação, os assistiremos, com a crítica indispensável que, se embeber-se em tintas severas terá a vantagem da imparcialidade. [...] Da lavoura, porque lhe é impossível com as dificuldades atuais suportar mais este encargo, cujo principal, senão exclusivo fim, é forçar a constituição da pequena propriedade pelo parcelamento do solo, e ninguém pode ignorar que este seja o pensamento governamental.⁶³

Nesse período em que o *Lavoura* foi fundado, houve uma crescente publicação de periódicos produzidos, em sua maioria, por intelectuais, essencialmente profissionais liberais, eclesiásticos e homens públicos, com posição de relevo na sociedade e na política mineira e nacional. Em Uberaba, o precursor foi o jornal *O Paranyhyba*, fundado em 1874, pelo médico e jornalista francês Henrique Des Genettes.⁶⁴

⁶³ SEREMOS, certamente, políticos no bom e genuíno sentido da palavra. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 06 jul. 1899. Editorial, p. 1.

⁶⁴ MENDES, Jairo Faria. Memória dos jornais mineiros do século XIX: revisão crítica das fontes historiográficas. **III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. GT de História da Midiologia. UFRGS, Novo Hamburgo, 2005, p. 18.

Figura 11 – Fachada do jornal *Lavoura e Comércio*, Rua Vigário Silva, centro de Uberaba.



Fonte APU.

Com a diminuição da produção aurífera no entorno da região de Vila Rica, atual Ouro Preto, a imprensa de Minas Gerais acompanha esse curso da economia em direção a outros polos regionais que se desenvolviam, pois os jornais, na primeira metade do século XIX, se concentravam em cidades como Ouro Preto, São João Del Rei, Sabará, Mariana, Serro e Diamantina. No final do século XIX, passam a se concentrar em regiões como o Triângulo Mineiro, o Sul de Minas, a Zona da Mata e, na nova capital, Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, fundada em 1897, em substituição a Ouro Preto. Essa dinâmica demonstra que a imprensa acompanhou o movimento da população mineira que migra da região mineradora para outros locais mais dinâmicos que começam a se desenvolver economicamente. A ampliação do número de periódicos, nas últimas décadas do século XIX, também deve-se às inovações tecnológicas que permitiram o aumento das tiragens, a melhoria da qualidade das impressões, o menor custo e a inserção de ilustrações e imagens.⁶⁵ Fruto desse processo de modernização, Borges Sampaio confirma a expansão dos jornais na cidade de Uberaba e região, nesse período:

A imprensa tem feito progressos adiantados em toda a zona, publicando-se jornais em Sacramento, Araxá, Patrocínio, Monte Alegre, Prata, Frutal, Araguari, Bagagem, Uberabinha, principalmente em Uberaba, onde além de muitos que cessaram a publicação, se distribui atualmente, com grandes

⁶⁵ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 84.

tiragens – um jornal diário (*Gazeta de Uberaba*), dois bi semanários (*Lavoura e Comércio*, *O Município*), um quinzenal (*O Lírio*), um mensal (*O Século XX*). Os congregados dominicanos publicam também, desde dez anos, um semanário, denominado *Correio Católico*, de grande formato e larga distribuição, sob os auspícios do Bispo Diocesano, mais dedicado a assuntos da religião católica, apostólica, romana. Na livraria *Século XX* executam-se trabalhos apreciáveis e se publica anualmente o *Almanaque Uberabense*, e um ano completo da *Revista de Uberaba*.⁶⁶

Hildebrando Pontes, em *A história da imprensa em Uberaba*, coletânea de artigos publicados nas edições do jornal *Correio Católico*, afirma que, no período entre 1874 a 1932, foram criados 186 periódicos, tendo como proprietários, colaboradores e redatores, pessoas abastadas da sociedade uberabense, políticos e profissionais liberais de destaque. Na obra, Pontes descreve as características dos jornais locais, se eram de perfil noticioso, crítico, político, rural ou religioso. *O Correio Católico* foi fundado em 10 de outubro de 1897, pelos religiosos Monsenhor Inácio Xavier, Cônego Joaquim Tiago, Cônego César Borges e Padre Alexandre Manoel e na edição de nº 79, passou a ser dirigido pelos padres dominicanos.⁶⁷

Quanto à fundação do *LC*, ao final do século XIX, se liga aos interesses corporativistas dos grandes proprietários rurais e empresários locais que reagiram ante a proposta do então governador mineiro Silviano Brandão de instituir um tributo territorial para aumentar a arrecadação de impostos no estado. A conjuntura política instigou a fundação de novos jornais, de situação e de oposição. Os situacionistas, favoráveis ao governador e a implantação do imposto, articulavam seus interesses e ideais em torno do tradicional Partido Republicano Mineiro (PRM), alcunhado de “Partido Silvianista”, em alusão a Silviano Brandão, e expunham suas reivindicações no jornal *Gazeta de Uberaba*, fundado nos anos de 1870 e um dos primeiros periódicos de maior expressão na cidade. Enquanto isso, a oposição se articulava em torno do *Clube da Lavoura e Comércio* que, em assembleia e com a presença de mais de cem membros, essencialmente fazendeiros e comerciantes, aprovou o estatuto e a eleição da diretoria da entidade, presidida pelo agente executivo, Orlando Teixeira Junqueira e o advogado Antônio Garcia Adjuto como primeiro secretário. Posteriormente, em cumprimento ao estatuto, foi fundado o jornal *Lavoura e Comércio*, tendo como diretor Garcia Adjuto. Em 1903, o periódico foi adquirido pela família Jardim, por meio dos irmãos Francisco Jardim e Murilo de Chirée. Com a morte destes, a direção do jornal passou para Quintiliano Jardim e, no século XX, o jornal *LC* transformou-se em referência para a

⁶⁶ SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba - História, Fatos e Homens**: introdução geral ensaios biografias dispersos. v.1. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971, p. 133.

⁶⁷ ARAÚJO, João Eurípedes de. Treze de Maio de 1888. **Jornal de Uberaba**, Uberaba, 15 maio 2013, Opinião, p. 3

imprensa mineira e tornou-se expressão longa, não só dos grandes proprietários rurais, mas de toda a elite do Triângulo Mineiro. O contexto em que esses veículos de comunicação se fundam, bem como as notícias, colunas e editoriais publicados, denotam uma imprensa inventada para demarcar interesses socioeconômicos, políticos e culturais como elementos de visibilidade e poder de representações vinculadas à circularidade de seus proprietários, colaboradores e financiadores.

Nas últimas décadas do século XIX e início do século passado, despontaram alguns jornais impressos na cidade de Uberaba, entretanto, esses periódicos, em sua maioria tiveram vida efêmera e suas publicações eram essencialmente de natureza política. Além de *O Paranaíba*, de 1874, posteriormente denominado de *Eco do Sertão*, primeiro jornal impresso no antigo Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro, inúmeros jornais foram fundados na cidade,

[...] perto de quase duas centenas de folhas visando cada uma, a propaganda de um ideal qualquer. Grande número dellas, obedecia a fins políticos. Dahi, o ser a política uma das causas que mais eficazmente contribuíram para o progressivo desenvolvimento da imprensa entre nós. Em Uberaba, fundaram-se e ainda se fundam jornaes a cada phase política, travando-se por eles, tantas vezes, as mais inglórias campanhas partidárias. Dessas luctas pela pena, alguns jornalistas têm pago, já gravíssimos tributos oriundos de violentas explosões procedentes das partes offendidas. Entretanto, postas à margem taes violências, um facto digno de registro é o de nunca, em Uberaba, se haver empastelado typografia de jornal algum embora isso se projectasse, por mais violenta que tenha sido a linguagem dos seus redactores.⁶⁸

É nesse contexto que surge o *Lavoura e Comércio* e, apesar de ter nascido como instrumento de pressão política dos grandes proprietários rurais da cidade, insatisfeitos com o fisco governamental, esse não teve vida efêmera e se consolidou por mais de um século como um dos principais veículos de comunicação de Minas Gerais. O entendimento de seu longo percurso de existência só se torna compreensível se inseri-lo no contexto sociopolítico e cultural que o viu nascer e se desenvolver. Nesse período, o *LC* assentava-se na dimensão do espaço político e sociocultural da comunidade para ser lido e, ao mesmo tempo, influenciar e ser influenciado pela sociedade em sua área de abrangência, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Nesse sentido, ao percorrer as páginas do periódico, buscou-se entender quais opiniões e posicionamentos políticos eram lidos pela população e como as matérias eram

⁶⁸ PONTES, Hildebrando. A história da imprensa em Uberaba. **Correio Católico**, Uberaba, 21 mar. 1931.

abordadas na década de 1960, essencialmente nos anos de 1964 a 1968, período de interesse da investigação.

O proprietário do periódico *Lavoura e Comércio*, Quintiliano Jardim, denominado “o príncipe dos jornalistas”, assumiu o comando do veículo, ainda no começo do século XX. Nos anos 30, junto com outros empresários, fundou a *PRE-5, Rádio Sociedade do Triângulo Mineiro*, e só deixou o cargo em 1966, ano de sua morte, quando seus filhos George de Chirée, Raul e Murilo Jardim assumiram a direção do diário, mas sem a mesma vitalidade de Quintiliano Jardim, até o ano de 2003, quando o *Lavoura*, após 104 anos de existência e com grandes dificuldades financeiras, encerrou suas atividades.

O *Lavoura e Comércio*, nos anos 60, possuía grande representatividade entre os uberabenses e triangulinos, era editado em seis páginas; no entanto, não divulgava o número de assinantes e nem a sua tiragem. Durante sua longa existência, o periódico participou ativamente do desenvolvimento da cidade durante todo o século XX e identificou-se com os acontecimentos e as reivindicações regionais e caracterizou-se como um jornal que defendia os interesses da elite local. Quanto ao seu corpo editorial e principais colaboradores e colunistas, o periódico contava com Quintiliano Jardim, diretor presidente e responsável pelos editoriais:

Figura 12 – Quintiliano Jardim, “o príncipe dos jornalistas”, proprietário do *Lavoura e Comércio*.



Fonte: APU.

Ruy Novais era o redator chefe, entrevistador de política e responsável pela coluna *Atos, Fatos e Boatos*. Enquanto Raul Jardim era ao mesmo tempo, repórter, diretor substituto

e redigia as colunas *Escutando e Divulgando* e *Retalhos*. Já George de Chirée Jardim elaborava as colunas *Sociais*, *Observatório de Galilei*, *Boca do Povo* e as seções jurídicas. Posteriormente, Ataliba Guaritá Neto, passou a redigir a coluna social *Observatório*. Netinho, como era mais conhecido, marcou época com o seu colunismo social. As colunas, sejam sociais, a exemplo do *Observatório* ou políticas, a exemplo da *Escutando e Divulgando* eram espaços de ampla visibilidade, uma vez que seus conteúdos geravam desdobramentos entre os *socialites* e nos círculos de poder na cidade e região. No Brasil, ao longo dos anos, o colunismo passou por muitas transformações e consagrou grandes nomes no jornalismo.⁶⁹

O diretor Murilo Jardim cuidava da coluna *Manchetinhas* e das finanças do periódico de sua família. Rui Miranda era revisor, redator de esportes, cobria os assuntos policiais e colaborava com a coluna *Boca do Povo*. Ramon Rodrigues e Rui Miranda redigiam as *Pílulas Esportivas*. Murilo Cunha Campos Morais e Castro, de codinome *Montenegro* escrevia sobre assuntos culturais e apontava todos os anos, o “Homem do Ano”, na qual buscava exaltar a personalidade pública de maior relevância em Uberaba.⁷⁰ Em 1963, o escolhido por Montenegro para receber a honraria foi o prefeito Artur de Mello Teixeira, do PSD:

O Homem do Ano é aquele que mais se destacou durante os 365 dias pelo seu trabalho em favor de sua cidade. E a sua escolha foi bastante feliz, muito justa. O prefeito Artur de Mello Teixeira teve o grande mérito de reconduzir Uberaba a marcha para o progresso. A sua administração iniciou-se com uma série de importantes realizações. Redes de esgoto, calçamento de várias ruas, [...] recuperação de escolas municipais, inclusive reabertura de escolas rurais; melhoria das estradas; [...] solução do problema de vasão de águas pluviais da avenida Fernando Costa; [...] uma série de providências, que denotaram o trabalho intenso, ininterrupto de um administrador que sabe o que quer, que consulta aos reais anseios de progresso de sua comuna. Por todos os títulos, o prefeito Arthur de Mello Teixeira faz jus ao honroso título de “HOMEM DO ANO DE 1963”. Montenegro está de parabéns com a sua indicação, uma escolha acertada em face dos méritos do homenageado como administrador dinâmico e incansável.⁷¹

Por sinal, o prefeito era saudado de forma bastante positiva como gestor “dinâmico e incansável” e sua administração era sempre elogiada nas páginas do jornal. A bajulação,

⁶⁹ As colunas sociais surgiram nas piscinas e varandas do Copacabana Palace e suas adjacências, nos anos 50. Os colunistas, a exemplo de Maneco Müller, o Jacinto de Thormes, do *Diário Carioca* e Ibrahim Sued, do *O Globo*, retratavam os fatos e personagens do *high society* e do *jet-set* nacional e internacional, ver: RAMOS, Murilo César. **Intrigas da Corte: o jornalismo político das colunas sociais**. Rio de Janeiro: Corpo da Letra, 1994.

⁷⁰ OS HOMENS que fazem o jornal e o que fazem no jornal. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 06 jul. 1963, *Observatório de Galileu*, p. 3.

⁷¹ O ANO teve início com um acontecimento muito grato para os uberabenses. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 02 de jan. 1964, *Escutando e Divulgando*, p. 6.

principalmente ao prefeito, era uma constante, pois as práticas do periódico em conluio com os homens do poder político adquirem significado como campo de mediação entre os projetos políticos e a sociedade civil, no processo de construção de uma opinião pública favorável aos interesses afins. Aqui, opera-se com as acepções de Nicola Matteucci, quando assinala que a opinião pública é a “discussão e a capacidade dos mais variados indivíduos influírem e opinarem naquilo que é de interesse público, ou ainda naquilo que direta ou indiretamente influencia suas vidas”.⁷² Na opinião de Raul Jardim, articulista da coluna *Escutando e Divulgando*, o alcaide está acima das contendidas políticas, pois se preocupa em servir à cidade e exalta a proximidade do prefeito com o governador mineiro:

Quando vários líderes políticos começam a definir-se quanto ao problema da sucessão presidencial, muita gente pergunta qual a atitude do sr. Prefeito Municipal. Acontece que o sr. Arthur de Mello Teixeira não está se preocupando com política, atarefado que se acha em providenciar melhoramentos para a cidade que administra. Preocupa-se atualmente em servir à sua cidade, deixando o problema político da sucessão para a época adequada. Estamos ainda distantes do pleito três anos. É muito cedo para definições. Em primeiro lugar está Uberaba. Além do mais, o prefeito Arthur Teixeira tem trânsito livre no palácio da Liberdade, nele confiando o governador Magalhães Pinto.⁷³

Se as relações políticas com o prefeito eram sempre cordiais, entretanto, quanto à Câmara Municipal, essencialmente com os oposicionistas, o posicionamento do diário era de rusgas, principalmente em relação ao vereador Satyro de Oliveira, que havia reclamado sobre a ingerência e o posicionamento político do *Lavoura* por ocasião da escolha da mesa diretora da casa legislativa. O edil exigia a retratação pública do jornal:

O vereador Satyro Benedito de Oliveira voltou a focalizar, ontem, na Câmara Municipal, a carta que dirigiu ao diretor desta folha, exigindo retratação da parte do colunista que redige esta seção, a respeito do seu discurso proferido após a eleição da nova Mesa da Câmara. Podemos revelar aos srs. leitores que não haverá retratação, a não ser que ponhamos em dúvida a honrada palavra dos srs. vereadores dr. Randolpho Borges Jr., presidente reeleito da edilidade, dr. Aleixo Vasques Molinar, João Naves e Mário de Assis Guimarães [...]. Desde que aqueles ilustres representantes do povo voltem atrás naquilo que afirmaram a este colunista e ao diretor desta folha, sr. Quintiliano Jardim, estamos dispostos a retirar os termos da nota que inserimos nesta coluna no dia 4 do corrente. [...] Não acreditamos em levandade por parte de homens idôneos e merecedores de nossa fé,

⁷² MATTEUCCI, Nicola, Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto, et al, MATTEUCCI, Nicola, SCHIERA, Pierangelo. **Dicionário de Política**. Verbete Opinião Pública. Brasília: Ed. UnB. 11. ed., 1998. p. 842.

⁷³ QUANDO vários líderes políticos começam a definir-se quanto ao problema da sucessão presidencial... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 04 de jan. 1964, Escutando e Divulgando, p. 6.

confiança e respeito, como o são os vereadores acima citados. Somente voltaremos ao assunto, após um pronunciamento público daqueles srs. edis.⁷⁴

Esses posicionamentos políticos do jornal apresentavam propósitos muito bem definidos, pois ao apresentar adjetivos exagerados para enaltecer o prefeito e, ao mesmo tempo, criticar Satyro de Oliveira, o edil opositor, a ordem do discurso do *LC* buscava articular apoios e dividendos dos políticos situacionistas e, dessa forma, desarticular a oposição. Os grupos que circulavam o poder expressavam no *Lavoura*, o principal jornal triangulino, seus ideais e propósitos com fins diversos que quase sempre desembocavam em um projeto político favorável à situação. Não obstante, o jornal e a rádio da família Jardim eram essenciais para a ampliação do prestígio e força política do prefeito e demais lideranças políticas e econômicas locais:

A PRE-5, pioneira na radiodifusão regional, pertencente à família Jardim, também dona de gráfica e do tradicional jornal “Lavoura e Comércio”, dominava a opinião pública uberabense. Não se soltava um papagaio (ou pipa?) sem que os Jardim, aprovassem. O “beija-mão” dos políticos locais, matutidamente, à porta do “Lavoura”, era fantástico. O jornal, inclusive, em toda a sua existência, manteve na entrada do prédio da Rua Vigário Silva, um “placar” aonde eram antecedidas as notícias que iriam aparecer nas páginas do jornal, à tarde. Na PRE-5, pela mesma forma. Equipe tradicional em esportes, notícias e músicas, detinha os principais nomes da radiofonia local. [...] Era sonho de todo jovem inclinado à comunicação, ingressar no “Lavoura” ou na “PRE-5”. Quintiliano Jardim e filhos, com suas empresas, ditavam as normas de comportamento de Uberaba. Um “slogan” tornou-se famoso nas páginas do “Lavoura e Comércio” que dizia “se o Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu”, tamanha influência que o jornal e a rádio, exerciam. Guardando as devidas proporções homéricas, é lembrar-se de, hoje em dia, o que a família Marinho, detentora das poderosíssimas organizações representam no Brasil [...].⁷⁵

Quintiliano Jardim nasceu em Uberaba, em 1881. Ainda na juventude, começou como aprendiz de tipografia no jornal *Triângulo Mineiro*, periódico onde o jovem Quintiliano descobriu sua vocação de jornalista. Em 1908, foi convidado por seu irmão Francisco Jardim, então redator-chefe do *Lavoura e Comércio* para trabalhar no jornal. Quando Francisco Jardim assumiu um cargo no Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, a antiga capital do país, Quintiliano assumiu a direção do jornal até o ano de 1966, ano de seu falecimento. Sob seu comando, o *LC* cresceu e tornou-se um dos mais importantes veículos de comunicação do interior mineiro e do Brasil Central. Quintiliano Jardim era um jornalista autodidata e

⁷⁴ O VEREADOR Satyro Benedito de Oliveira voltou a focalizar... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 04 de jan. 1964, Escutando e Divulgando, p. 6.

⁷⁵ OLIVEIRA, Luiz Gonzaga. **Uberaba de todos nós sem nós**. Uberaba: Cnec Edigraf, 2013. p. 127.

publicou poesias em diversos periódicos, a exemplo da *Revista de Uberaba*, *Almanaque Uberabense*, *Lavoura e Comércio Ilustrado* e *Via Láctea*. O influente jornalista uberabense também foi um dos fundadores da Academia de Letras do Triângulo Mineiro, sediada em Uberaba, onde ocupou a cadeira de nº 17. Ao completar 25 anos de jornalismo, foi agraciado com o título de “Príncipe dos jornalistas do Brasil Central”.⁷⁶

Como demonstrado, o *Lavoura* ao longo de sua existência teve estreita vinculação com o poder político local e suas ligações com a elite econômica e política de Uberaba remontam aos interesses das forças rurais do final do século XIX e em todo o século XX. Para compreender a relação do periódico com as forças partidárias locais, utiliza-se o entendimento de Serge Bernstein quando afirma que um partido político se define fundamentalmente pelo seu projeto de sociedade, como espaço de projeção eleitoral de indivíduos e grupos nas tramas da distribuição do poder. O partido político é apresentado pelo autor como um mediador político.⁷⁷

Nessa concepção, ganha relevância a função da mineiridade na formação dos discursos políticos dos tradicionais partidos e políticos mineiros. Uma representação muito difundida pela elite política é a do mineiro como portador de uma personalidade e características especiais que configuram o que se chama de mineiridade. Destacam-se, entre as qualidades atribuídas aos mineiros e aos políticos mineiros, elementos como: conciliador; apegado às tradições e à continuidade; prudente; avesso a radicalismos; e político habilidoso para resolução de conflitos, para a condução do país em momentos difíceis e para mudanças ou transições sem rupturas ou traumas. A mineiridade quando apropriada pela elite política, é utilizada como instrumento político para consolidar a coesão e legitimar seu predomínio político. Na década de 50 e início dos anos 60, do século passado, as principais figuras de expressão do PSD mineiro – de características oligárquicas e conciliadoras, tão típicas da matreirice política do estado – destacavam-se JK, Benedito Valadares, Tancredo Neves e José Maria de Alkmin.

Em relação à política uberabense, o PTB e o PSD conseguiram eleger a maioria dos prefeitos do período. No PSD destacavam-se importantes representantes da oligarquia rural, tais como o coronel Ranulfo Borges do Nascimento, além de Artur de Mello Teixeira, João Henrique Vieira da Silva e Lauro Fontoura. Enquanto no PTB local sobressaíam o professor

⁷⁶ PAOLINELLI, Sônia Maria Rezende. **Coletânea Biográfica de Escritores Uberabenses**. Uberaba: Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães, 2009.

⁷⁷ BERNSTEIN, Serge. Os Partidos in: RÉMOND, René. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

Mário Palmério e os médicos Hélio Angotti, Jorge Furtado e Silvério Cartafina. Em relação aos principais udenistas, destacavam-se Humberto Rodrigues da Cunha, Randolpho Borges Júnior e Bruno Oliveira Júnior. Entre o final da década de 50 a meados dos anos 60, Arthur de Mello Teixeira, do PSD, foi eleito prefeito de Uberaba por dois mandatos, sendo o primeiro no final dos anos 50 e o segundo de 1963 a 1967. No primeiro mandato, com uma base de apoio expressiva, comandada pelo então deputado federal Mário Palmério, do PTB, ocorreu a aliança entre os dois partidos políticos, sendo Hélio Angotti, do PTB, eleito vice-prefeito com maior número de votos que o prefeito eleito, o pessedista Arthur de Mello Teixeira. Nas eleições de 1962, a aliança PSD-PTB se desfez e Teixeira derrotou o candidato petebista Francisco Veludo.

Já os udenistas locais só conseguiram chegar ao poder com a implantação do regime militar, por meio da ARENA e, mesmo assim, com uma manobra política capciosa orquestrada pelo governo autoritário imposto em 1964, uma vez que os udenistas, pelo voto popular, não conseguiam chegar ao poder em Uberaba. A ARENA foi o partido político instituído pelo Ato Institucional nº 2, decretado em 1965, para dar sustentação política ao regime autoritário no Congresso Nacional.⁷⁸ Posteriormente, o governo militar decretou o Ato Complementar nº4, um adendo do AI-2. Foram implementadas inúmeras diretrizes para a formação dos novos partidos políticos que, na prática, solapou o sistema pluripartidário criado em 1945, enquanto a oposição, moderada e controlada pelo regime ditatorial, se agrupou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Dessa forma, o governo castelista objetivava incorporar os apoiadores do regime militar dispersos nos inúmeros partidos existentes em uma única legenda política e, com isso, consolidar uma sólida base de sustentação política e evitar os possíveis desgastes da complexa articulação no Congresso entre o Executivo e o Legislativo para aprovar medidas autoritárias e impopulares de sua gestão.

A ARENA possuía diretórios em praticamente todas as cidades brasileiras e, em muitos municípios, as articulações políticas conseguiam apresentar candidato único, ou, se não houvesse a conciliação política, apresentava-se até três sublegendas permitidas pela lei eleitoral e, dessa maneira, poderiam lançar três candidatos a prefeito no mesmo município, o

⁷⁸ BRASIL. **Ato Institucional nº 2**. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso: 25 jan. 2017.

que acomodava as diversas correntes divergentes no interior da ARENA. O dispositivo das sublegendas foi implantado em novembro de 1966, pelo Ato Complementar nº 26.⁷⁹

Nesse espaço de redefinições partidárias, ao analisar a conjuntura política uberabense, pode-se afirmar que nem todos os políticos que se filiaram à ARENA, que apoiaram a implantação do golpe militar e partilhavam das práticas políticas do governo “revolucionário”, não conseguiram estabelecer um consenso para as eleições de sucessão do prefeito Arthur de Mello Teixeira. Foi o caso do pleito de 1966, quando as oligarquias locais não conseguiram articular uma candidatura única e, nesse cenário, para acomodar os ditos revolucionários de 1964, dos extintos PSD, UDN, PSP, PR, PL, utilizaram-se do dispositivo das sublegendas: o engenheiro João Guido lançou sua candidatura pela ARENA 1, o professor José Thomaz da Silva Sobrinho pela ARENA 2 e o advogado Helvécio Moreira de Almeida pela ARENA 3. A oposição local se agrupou no MDB, lançando o empresário Francisco Veludo, o candidato derrotado nas eleições de 1962. Passadas as eleições e apurados os votos, o oposicionista Chico Veludo venceu o pleito com mais de mil votos à frente de João Guido, da ARENA 1. No entanto, apesar da surpreendente vitória do MDB, o juiz eleitoral Floresto Scarpelli, ao interpretar a legislação que instituiu as sublegendas, não referendou a vitória do oposicionista Francisco Veludo e sentenciou a vitória do segundo colocado. O magistrado negou-se a diplomar o emedebista para o cargo de prefeito de Uberaba e sentenciou que o vitorioso das eleições foi o candidato que obteve o maior número de votos na somatória das legendas da ARENA:

Um conto verdadeiro que a história política de Uberaba registra... Candidato a prefeito, Chico Veludo, eleito pela vontade soberana do povo, não tomou posse, pois que, nos tribunais revolucionários, perdeu o mandato que o povão lhe conferiu! [...] A grande surpresa estava reservada para Uberaba e outras cidades que se aventuraram a votar contra a Revolução-Quartelada⁸⁰.

Nesse entendimento, a candidatura isolada do MDB não foi capaz de superar os votos dos três candidatos arenistas e nem as artimanhas da legislação arbitrária do período ditatorial. Com ascensão da ARENA, o *Lavoura e Comércio* tratou de articular com os novos donos do poder. Considera-se que o jornal uberabense atuou como vetor importante desses grupos

⁷⁹ GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

⁸⁰ OLIVEIRA, Luiz Gonzaga de. **Memória, História e Causos de Uberaba** *bão*. Uberaba: Ed. Franciscan, 2011, p. 41.

privilegiados, uma vez que suas páginas esboçaram a representação de uma cultura política⁸¹ conservadora. Destarte, o periódico foi um meio de circularidade por onde sua cultura política foi divulgada e repercutida não só em nível local e regional, mas alcançou visibilidade pelas Minas Gerais durante sua longa existência.

Ao analisar seu posicionamento político, amparado nos subsídios teóricos de Serge Bernstein acerca das famílias políticas, pode-se identificar Quintiliano Jardim e seus colaboradores e aliados, como representantes de uma família política conservadora e identificada com os interesses da elite local e mineira, cujo prestígio e poder se consolidaram em ambientes marcados pelo conservadorismo, especialmente o político. Nesse sentido, entende-se que sua linha editorial e demais publicações no início da década de 1960 iam ao encontro dos interesses dos demais grupos midiáticos conservadores do país, a exemplo dos grandes jornais *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *O Estado de Minas*, dentre outros, pois, assim como esses, o grupo de Quintiliano Jardim intentava frear o processo de ampliação de mobilização das classes populares e das transformações que vinham ganhando espaço no governo de João Goulart.

O periódico influenciou e foi influenciado por uma cultura política que tinha práticas institucionais com contornos de aparelhamento da imprensa. Apreende-se nessa acepção, que a cultura política oferecia contornos à prática do LC enquanto mote de uma intenção capaz de acentuar o papel da família Jardim, que fazia do jornal seu instrumento político. E é refletindo neste âmbito de uma imprensa aliada num projeto político de controle e disputa de poder que se transforma em campo de que em Uberaba essa conduta por parte dos grupos que disputavam o poder político e os posicionamentos do jornal desencadearam atentados contra a vida de alguns jornalistas do expressivo veículo de comunicação local.

Uma campanha realizada pelo *Lavoura e Comércio*, em dezembro de 1912, fez com que o então delegado de Polícia, Sertório Leão, acusado de não combater a jogatina na cidade, tentasse matar Quintiliano Jardim. Na ocasião, o proprietário do periódico só não morreu porque a arma do policial travou e o atentado não se consumou. O próprio jornalista João Camelo, presente na tentativa de assassinato de Quintiliano, cinco anos depois, em 28 de dezembro de 1917, foi vitimado mortalmente. Dessa vez, o autor do crime contra João Camelo foi o médico e político uberabense Boulanger Pucci, insatisfeito com as críticas que João Camelo, em sua coluna “Rodapés”, teceu ao Partido Democrata, agremiação a qual

⁸¹ BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

Pucci era filiado. Não obstante, o político Boulanger Pucci tornou-se prefeito na gestão de 1947 a 1951, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse período, o próprio petebista Boulanger Pucci também foi alvejado por tiros no aeroporto da cidade, por ocasião da chegada do governador paulista Ademar de Barros e do senador Getúlio Vargas a Uberaba. O episódio marca as rivalidades políticas entre os líderes locais do PTB:

Vítima de um atentado o prefeito Boulanger Pucci

Causou a mais viva repulsa a toda a população de Uberaba, o covarde atentado de que foi vítima, ontem, no Aeroporto Santos Dumont, o prefeito Boulanger Pucci, que ali, em companhia do governador Adhemar de Barros, de membros da comitiva do Chefe do Executivo estadual paulista e de destacadas figuras dos meios sociais e político-administrativos de Uberaba, aguardava a chegada do senador Getúlio Vargas. Quando se dirigia ao portão “A”, de acesso à pista, o digno Chefe da Municipalidade, foi alvejado por um indivíduo, que mais tarde se averiguou ser o sr. Florêncio Alves Filho, cuja prisão se fez em flagrante. Verificada a gravidade de seu estado de saúde, o sr. Dr. Boulanger Pucci foi imediatamente conduzido ao Hospital São Luiz, onde se submeteu a delicadíssima intervenção cirúrgica [...].

Figura 13 – Atentado contra o prefeito Boulanger Pucci.

VITIMA DE UM ATENTADO O PREFEITO BOULANGER PUCCI

dr. Odair Tormin, Carlos Smith e Sérgio Vieira de Freitas Junior.

Segunda informações colhidas pela reportagem, o dr. Boulanger Pucci — que somente não se viu alvo de novos disparos pela pronta intervenção de populares que se encontravam próximo ao agremiar — recebeu dois projectos: o primeiro, com entrada pelo hipogastro, perfuração dos intestinos grossos, (1) e delgado (2), sem saída; o segundo, com entrada pelo braço esquerdo, na região do cotovelo, e saída pelo antebraço.

Logo conhecida a dolorosa notícia, toda a população de Uberaba se tornou de mais viva e justa indignação, verberando acrimosamente a conduta do elemento que dando mostras de irresponsabilidade e perversidade, escreveu a sangue uma das mais negras páginas da história de nossa terra, tentando contra a vida de um ilustre e digno filho de Uberaba e ameaçando a segurança de quantos se encontravam, ontem, lá, no aeroporto.

Tem sido incontável o número de pessoas que se vem dirigido ao Hospital São Luiz, em visita ao prefeito Boulanger Pucci e aos membros de sua família. Desde às 11 horas de ontem, quando se verificou o lamentável incidente, até o momento de entrar esta folha para o prelo, têm passado pelo Hospital São Luiz milhares de amigos, correligionários e admiradores do dr. Boulanger Pucci, ansiosos por lhe conhecerem o estado de saúde.

Segundo podemos saber, o digno Chefe do Executivo vem apresentando melhoras, observando-se satisfatória reação de seu organismo.

Apresentamos-lhe, neste ensaio, com a nossa visita, os votos pelo seu pronto restabelecimento.

O Partido Trabalhista RECOMENDA: Votar para DEPUTADO F Prof. MARIO PALMER

Fonte: *O Triângulo*, Uberaba, 11 set. 1950, p. 4. APU.

No ano de 1922, nova tragédia vitimava outro jornalista do *Lavoura*, o autor do crime foi o médico e agente executivo de Uberaba — no período o presidente da Câmara Municipal também exercia as funções de prefeito —, João Henrique Sampaio Vieira da Silva, adentrou a

redação do *Lavoura e Comércio* para tirar satisfações com o jornalista Moisés Augusto Santana:

A conversa aconteceu na sala do então diretor de redação Quintiliano Jardim. Em dado momento do diálogo, o doutor João Henrique perguntou ao colunista se ele era responsável por algumas notas de coluna que faziam menção a ele. Ao confirmar, o combativo jornalista Moisés Santana não imaginava que estaria assinando sua pena de morte. O doutor João Henrique sacou do revólver que portava na cintura, fato comum na época, disparou vários tiros contra o colunista, que foi socorrido e morreu no dia seguinte. O destaque fica mesmo é para a agilidade da Justiça: em apenas um mês e um dia, o assassino foi investigado, denunciado e absolvido pelo Tribunal do Júri.⁸²

Na ocasião, o jornalista Moisés Santana escreveu sobre a temática separatista⁸³ da região do Triângulo Mineiro em relação à Minas Gerais, fato considerado ofensivo pelo político Vieira da Silva. O assassino não suportou a contundência das críticas e matou o jornalista na própria redação do *Lavoura*. Há que ressaltar que o proprietário Quintiliano Jardim, também estava presente no fatídico acontecimento que vitimou um de seus redatores. O assassinato de jornalistas e o empastelamento da imprensa são sintomas de práticas políticas de sociedades que não respeitam opiniões divergentes.

Essa condição é típica de sociedades construídas pela censura das ideias, por constrangimentos e coerções de comportamentos, uma vez que estão ausentes princípios e valores democráticos e civilizados para a construção de debates políticos que contrariam os interesses de grupos influentes. Destarte, os debates mais acirrados descambam para a irracionalidade, a violência e a barbárie. A questão remete ao processo civilizatório de

⁸² **Teoria e Introdução ao Jornalismo.** Curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba (UNIUBE). Disponível em: <<http://introducaoaojornalismouniube.blogspot.com.br/2010/03/introducao-ao-jornalismo-aula-15.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁸³ O movimento de emancipação do Triângulo Mineiro inicia-se no século XIX, mas a campanha separatista se encorpou na década de 1950, com a eleição de Mário Palmério a deputado federal. O parlamentar do PTB passou a defender a causa na Câmara Federal. No entanto, com a eleição de Juscelino Kubitschek à presidência do país, o movimento triangulino se arrefeceu e só voltou à tona, ao final dos anos de 1960, em plena ditadura militar, quando grupos empresariais de Uberaba e Uberlândia relançaram o movimento por meio de Congressos em diversas cidades triangulinas. Com a redemocratização do país e a formação da Assembleia Nacional Constituinte, o movimento retomou suas forças para a formação do estado do Triângulo. No entanto, a articulação política dos deputados favoráveis à unidade territorial mineira, barrou a emancipação. Dentre as causas principais da causa separatista estão a cobrança de impostos e a insatisfação política com o governo mineiro. Sobre a questão emancipacionista do Triângulo Mineiro, ver: LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. **Unidade e fragmentação:** o movimento separatista do Triângulo Mineiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

Norbert Elias quando o autor, ao estudar a vida nas cortes e a necessidade de domar a nobreza belicosa, afirma que cada vez mais os indivíduos tiveram que reprimir a si mesmo e a sua espontaneidade em favor de um comportamento mais racional, calculado, regulado e civilizado. Sobre tal assunto, o historiador Roger Chartier anuncia:

A curialização dos guerreiros, ou seja, a transformação de uma aristocracia militar em nobreza de corte, é um dos fenômenos engendrados por toda a parte pela existência das cortes reais, e que em toda parte parece estar na origem do “processo civilizador”, entendido como a pacificação das condutas e o controle dos afetos.⁸⁴

A moderação das paixões desenfreadas e das próprias práticas de violência nas atitudes do cotidiano reduziram-se com a ampliação de sanções sociais externas e o emprego do autocontrole entre os seres que buscavam refinar seus costumes. Essa condição civilizatória amplia-se progressivamente com a proliferação de manuais de conduta dos seres que buscavam sofisticar suas práticas de forma a adquirir certa distinção social. As sociedades de corte transformaram-se em núcleos formadores e disseminadores do estilo e modelos de comportamento social.⁸⁵ Norbert Elias considera que a busca por ascensão social foi um dos elementos propulsores para o controle e o refinamento das ações da sociedade:

[...] Alguém que não pode mostrar-se de acordo com o seu nível perde o respeito da sociedade. Permanece atrás de seus concorrentes numa disputa incessante por status e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e status [...].⁸⁶

O autor argumenta que o processo de modificação para uma sociedade considerada civilizada ocorreu em contornos lentos, graduais e constantes, uma vez que as transformações de comportamentos sociais buscavam assentar-se no domínio e controle das emoções, na diferenciação de estilo de vida assinalados pela cortesia e pela valorização da eloquência. Essa configuração comportamental ocorreu inicialmente na sociedade de corte francesa e, posteriormente, expandiu-se para um contexto social mais amplo. A utilização da violência e da força física passaram a ser vistas como atitudes vergonhosas, repugnantes e indesejáveis e, dessa forma, as relações sociais quando expostas em situação de conflito passaram a exigir

⁸⁴ CHARTIER, Roger. Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 9.

⁸⁵ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

⁸⁶ Id. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 86.

um nível maior de sutileza na gestão dos embates do cotidiano. Observa-se que os costumes civilizados fundam uma transição de um modelo medieval de comportamento, expresso pelo conceito de cortesia, para outro denominado de civilizado, advindo com a modernidade. À vista disso, os hábitos civilizados, por meio de um processo gradual e constante, foram naturalizados e introduzidos na sociedade.⁸⁷

O *Lavoura e Comércio* se destaca como fonte de um passado político no qual acentua-se a relevância do periódico na memória política da cidade, da região e até de Minas Gerais. Nesses cento e quatro anos de história, Uberaba e região conheceram grandes jornalistas pelas páginas do *Lavoura e Comércio*, destarte, o diário foi muito mais do que um jornal, foi a expressão e a representação de Uberaba e região, ligando a historicidade das tradições políticas e os costumes culturais da população triangulina e mineira, entre o final do século XIX e o início do XXI. O periódico influenciou e foi influenciado pelos leitores e pela sociedade em seu campo de alcance; assumindo uma função de representação, não só de seus proprietários e demais colaboradores, mas também de formador de opinião e de atitudes em seu longo tempo de existência.

Ressalta-se que os jornais regionais não são somente reprodutores dos noticiários dos grandes periódicos de maior expressão e circulação, uma vez que são importantes veículos de informação dos acontecimentos locais e demais áreas de sua abrangência ao publicar os assuntos sobre utilidade pública, política, economia, coluna social, saúde; além de casos policiais, programação de eventos e atividades culturais, e demais situações que afetam o cotidiano de seus leitores. A especificidade da imprensa do interior funda-se no fato de se dirigir ao leitor local e regional, enquanto sujeito integrado e participante em uma sociedade geograficamente delimitada, da qual é razoável reconhecer os hábitos e representações dos leitores que influencia e é influenciada

Seu mote *Se o Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu* silenciou-se em 2003 e nem a sua sede, um casarão localizado na Rua Vigário Silva, no centro da cidade, existe mais. O casarão foi demolido e preservado apenas a sua fachada e, no local, foram instaladas as *Lojas Americanas*. O tradicional diário vespertino, o mais antigo jornal mineiro e o terceiro mais antigo do país, até então em circulação, sucumbiu-se em decorrência da crise financeira,

⁸⁷ CHARTIER, Roger. Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

das dívidas trabalhistas, da inabilidade gestora familiar e, também, pela não modernização de seu parque gráfico e pela própria concorrência do *Jornal da Manhã*, da família Prata.

Sobre a origem do *Jornal da Manhã*, um grupo de empresários, liderado por Edson Prata, adquiriu o *Correio Católico* e implantou um estilo jornalístico dinâmico para os jornais do interior nos anos 70, estruturando seus repórteres encarregados de ressaltar o cotidiano de Uberaba e região, pois até então, a imprensa uberabense publicava mais o noticiário nacional e reservava menos espaço para as temáticas locais e regionais. Geralmente, o *Lavoura* fazia a cobertura do cotidiano local na coluna social *Observatório* e no *Boca no Trombone*. Nesse panorama, o tradicional e centenário *Lavoura e Comércio* foi perdendo gradualmente espaço, tiragens, assinantes, faturamento e representatividade política no cenário uberabense e triangulino.

Outra questão a se considerar com o advento dos novos tempos, enquanto meio de comunicação de massas, é o surgimento das mídias digitais que afetou profundamente a sobrevivência dos jornais impressos. Com o alto custo de impressão, distribuição ou mesmo a aceleração da produção e recepção das notícias, o meio impresso perdeu em eficiência, agilidade e faturamento. Além dos problemas de gestão empresarial, o grupo Jardim não soube acompanhar a modernização necessária diante do novo *Jornal da Manhã* e dos desafiantes novos tempos digitais, uma vez que reverter determinadas culturas arraigadas de gestão empresarial foi uma empreitada duríssima para os herdeiros e sucessores de Quintiliano Jardim.

O LC, com 104 anos de existência, de 1899 a 2003, deixou marcas indeléveis no cotidiano da sociedade uberabense e com a falência, seu riquíssimo acervo cultural foi transferido para Uberlândia, em razão de sua aquisição por grupos empresariais ligados ao Centro Universitário do Triângulo (Unit) e à Universidade Salgado de Oliveira (Universo), de propriedade do ex-senador Wellington Salgado de Oliveira, com a promessa de que os arquivos seriam doados ao Arquivo Público de Uberaba (APU), no entanto, tal compromisso não foi cumprido. Diante dessa lamentável situação, em 2013, seu acervo histórico e fotográfico foi arrematado pelo governo municipal, em leilão judicial. Com o arremate, toda a história do centenário periódico foi encaminhada ao APU. O lote inteiro do acervo impresso foi avaliado em R\$500 mil, entretanto, foi adquirido por R\$150 mil, enquanto seus arquivos fotográficos, compostos de aproximadamente novecentas mil fotografias e avaliados em

R\$200 mil, foram leiloados por apenas R\$30 mil.⁸⁸ Todo o acervo jornalístico e fotográfico é composto de 27.550 edições e 900 mil fotografias.⁸⁹ O resgate cultural dos acervos do *Lavoura* permitiu conservar parte da história da cidade contada por meio das publicações do diário que tantas marcas deixou em seus leitores, uma vez que se transformou na expressão de socialização política e cultural de Uberaba e toda a região do Triângulo Mineiro.

Na próxima seção serão analisados os subsídios dos acervos da imprensa para os pesquisadores que se ocupam com a história política. No processo de renovação da história política e com o aporte significativo da história cultural ocorreu uma maior abertura no campo historiográfico com a apreensão de novos e diferentes objetos. Destarte, torna-se crescente o contingente de historiadores que buscam apreender as disputas travadas nas arenas do poder político sob o contorno das produções realizadas pelos meios de comunicação.

1.3 A contribuição do estudo da imprensa para a história política

Quanto às transformações da imprensa no país, a partir da segunda metade do século XX, os meios de comunicação passaram por intensas e profundas alterações em sua estrutura empresarial, editorial e, principalmente, tecnológica. Essa inovação decorreu sob o estímulo da introdução de modernos sistemas industriais e de gestão empresarial. No país, essas alterações proporcionaram a consolidação dos grandes jornais com mais tiragem e maior circulação nacional, a publicação de revistas semanais de informação e entretenimento e a designação de correspondentes para a cobertura de notícias nos grandes centros mundiais.

Entende-se que não há bem mais valioso que a informação privilegiada e o conhecimento, assim compreender esse processo torna-se essencial, pois os veículos de comunicação e os jornalistas tornaram-se não somente mediadores da informação, mas, porque não afirmar, por meio de seus discursos, influenciam comportamentos, atitudes e costumes.

A imprensa como um campo de embates, negociações e conflitos apesar da aparente e ilusória neutralidade de sua linguagem, tende a reforçar a opinião de seus proprietários, jornalistas, colaboradores e anunciantes e, dessa forma, influenciar seus leitores. Destarte,

⁸⁸ PREFEITURA arremata acervo do *Lavoura e Comércio* por R\$ 180 mil. **Jornal da Manhã**, Uberaba, 27 nov. 2013, Geral, p. 3.

⁸⁹ SABINO, João Eurípedes. *Lavoura e Comércio*. **Jornal da Manhã** online, 29 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,88270>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

deve-se considerar, em seus textos e imagens, a relevância do papel dos envolvidos na construção da informação, visto que se constata que os discursos são construídos a partir das representações dos implicados em sua produção:

A escolha de um jornal como objeto e também como fonte de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como divulgador de informações e conhecimentos, mas considera-se também um considerável instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como simples veículo objetivo e verídico propagador dos acontecimentos e informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, visto que os meios de comunicação não são entidades isoladas da realidade sócio-político a qual se inserem.⁹⁰

Nesse entendimento, não se deve considerar o texto somente a partir da narrativa do jornalista, ao historiador cabe a empreitada de analisar as múltiplas intervenções realizadas na atuação do autor que condicionam suas práticas, inclusive aqueles responsáveis por materializar a publicação do texto, ou seja, as ações dos revisores e diagramadores, as decisões do editor, as imposições do proprietário e anunciantes, além das percepções e recepções dos leitores. Se diversos são os atores implicados na construção das publicações, múltiplos também são os lugares sociais ou as instituições nas quais os autores produzem seus textos. A produção de textos e a sua publicação são atos coletivos resultantes da intervenção de variados atores e sentidos.⁹¹

Com o aparato teórico metodológico da história política renovada, compreende-se que as pesquisas que envolvem os embates e os discursos divulgados nos noticiários e editoriais na imprensa remetem ao campo dos interesses políticos que estavam enredados em tais publicações. Nesse sentido, torna-se necessário identificar e compreender, inicialmente, o caminhar difícil e complexo da nova história política, para, então, pensar em sua aplicação como método. Pensar uma proposta de renovação de abordagem de análise, demanda ao historiador diálogos e reflexões com suas referências teóricas para analisar suas fontes e objetos de estudo.

As pesquisas relacionadas a uma história política tradicional, na qual se ressaltavam os grandes homens e heróis, as grandes batalhas e seus generais, pesquisada em arquivos oficiais, tiveram seu momento de ápice ao final do século XIX. Através da escola metódica

⁹⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino, imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1980. p. 19.

⁹¹ CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. São Paulo: Art Med, 2001.

rankeana, a história política ganhou o *status* de hegemonia do factual, da linearidade, do documental e da narrativa:

Prisioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligada intimamente ao poder, essa história pretendeu também ser memória. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos.⁹²

Esse modelo tradicional de se pensar e fazer a história política passou a ser questionado. No último quartel do século XX, entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80, a história política passou por um amplo processo de renovação que, segundo seus críticos, centrava-se essencialmente nas personalidades políticas de vulto, nas instituições estatais, nos grandes acontecimentos políticos, nas relações internacionais e na diplomacia, seja em períodos de paz ou de guerra. Em decorrência desses questionamentos, em sua maioria muito pertinentes, a história política passou por décadas de ostracismo. Nessa conjuntura de críticas e inovações, os historiadores voltaram suas apreciações para o campo do político, do cultural, do social e do econômico trazendo novas metodologias e objetos de pesquisa. Nesse ínterim, a imprensa ganhou espaço entre os pesquisadores, não somente como fonte, mas também como objeto e foi esse processo que René Rémond, dentre outros, denominou de renovação da história política.⁹³

Distintos historiadores da estirpe de Le Goff, Duby, Vayne, Rémond, dentre tantos outros, posteriormente, passaram a refletir e questionar com mais intensidade os métodos, as formas de abordagem, os objetos e as fontes, bem como a produção historiográfica que se construía até então. Nessa propositura, cada um contribuiu, a seu modo, para a renovação dos contornos da história. As transformações plurais na historiografia ocorreram quando as amplas narrativas estruturadoras que, até então, deram significados à evolução ocidental, no campo da história, perderam a vitalidade. Na trilha desses autores, compreende-se que, para se analisar a história, as totalidades monolíticas perderam espaço para os procedimentos mais interacionistas e dinâmicos, uma vez que as relações de poder são dispersas e atuantes na sociedade, os quais não se caracterizam e se constituem não só pela consciência de classe, nem se fundam unicamente nos territórios da economia ou do campo político. Nessa

⁹² FALCON, Francisco. História e poder. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (Orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 99.

⁹³ RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

compreensão, ao estudar a história política deve-se ter a compreensão de que, nas relações de poder, são estabelecidas uma complexa textura e redes de forças, que permeiam ainda o campo da cultura, perpassando todas as configurações da existência humana, suas redes de sociabilidades, suas formas de organização e de propagação.

A história política ganhou contornos de renovação quando recebeu o aporte de diversas disciplinas, como a filosofia, a antropologia, a sociologia e a psicologia para examinar o político, não em seu sentido clássico, mas essencialmente na dimensão da memória e das identidades coletivas das representações sociais, assim como as práticas discursivas agregadas às diversas interfaces do poder e da cultura.⁹⁴

Com essa compreensão, os historiadores trouxeram para o debate a percepção da existência de múltiplos e significativos discursos existentes nas fontes, empregando esforços para entender e analisar as falas inseridas nos documentos históricos a partir de seu referencial, de seu lugar social. Nesse panorama, pensar uma proposta metodológica exige do historiador um trabalho intenso sobre seu referencial teórico e um olhar atento para as fontes e objetos. Destarte, a introdução de inovadas metodologias, abordagens de análise e referenciais teóricos possibilitaram o surgimento de pesquisas diferenciadas daquelas de concepção mais tradicional de temáticas envolvendo a política.

Nesse processo de renovação da história política, ganha destaque as análises do papel que a imprensa teve ao longo da história, seja no campo da difusão do conhecimento ou de manipulação de interesses de determinados grupos sociais. Assim, a utilização da imprensa entre os pesquisadores tem se ampliado consideravelmente e se consolidado como instrumento apreciável para a produção e preservação da memória no campo de investigação da história política. A utilização da imprensa como fonte e objeto de pesquisa ampliou seu espaço em decorrência da renovação da história política, que expandiu as concepções sobre documentos e temáticas historiográficas, com o advento de movimentos da história cultural. O pesquisador deve atentar-se para

[...] a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objetivo único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da

⁹⁴ FALCON, Francisco. História e poder. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 117-119.

imprensa, tarefa primeira a passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.⁹⁵

A utilização da imprensa como objeto requer uma leitura densa e apurada de seu conteúdo, que ultrapassa a simples interpretação do texto. Interessante também é realizar uma leitura mais abrangente do contexto histórico-social que as publicações periodistas se inserem, ou seja, de que lugar falam, de forma que possibilite uma leitura das manifestações contemporâneas aos acontecimentos por meio dos discursos emitidos na época em que foram produzidos. Corroborando com essa análise, Ana Luiza Martins considera que:

A pertinência desse gênero de impresso como testemunho do período só é válida se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos [...] Assiste-se, pois, através do periodismo, à veiculação exaustiva de símbolos, configuradores de grupo, classes sociais, partidos, governos, projetos, valendo-se da pluralidade de imagens e tratamentos gráficos.⁹⁶

Além dessas subjetividades alusivas ao trato com as fontes e com o objeto da pesquisa, compreende-se que os periódicos ampliam as possibilidades do fazer histórico, na medida que o pesquisador acure seu olhar para o contexto, símbolos e interesses em jogo na sociedade e nas relações de poder. A política, como parte de um jogo de apropriações e representações simbólicas do poder, utiliza a imprensa como instrumento de seus interesses.

Aqui se utiliza o conceitual de Serge Berstein⁹⁷ acerca de cultura política para se entender que os grupos sociais, seja para a conquista ou legitimação de poder ou mesmo para a manutenção da hierarquização social, utilizam-se de significativas construções de representações simbólicas, tais como, o passado e a cultura comuns que são reconhecidos e compartilhados por seus membros. Assim, essas construções de representações simbólicas somente têm significação quando os grupos sociais se sentem representados e ao mesmo tempo entendem que não são impostos por certos setores dominantes da sociedade, são naturalizados. Dito de outra forma, trata-se de uma leitura comum do passado, uma visão que se traduz através de uma organização política, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado, além de ritos e símbolos que estabelecem um plano de representação que ordenam comportamentos e dão significados e sentidos a determinados grupos.

⁹⁵ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 138-139.

⁹⁶ MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. Franca (SP), **História**, v.22, n.1, p. 59-79, 2003, p. 60-61; 74.

⁹⁷ BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

Nesse caminhar, compreende-se que os valores de uma sociedade dependeriam dos meios de comunicação para difundir as ideias e assim legitimar seu discurso de poder, de acordo com os interesses de determinados segmentos sociais. Entende-se que as publicações da imprensa, essencialmente do *Lavoura e Comércio*, constituíram um elemento de representação da sociedade uberabense e se consolidou de forma eficiente para o controle da coletividade e também um meio para a legitimação do poder dos grupos conservadores da cidade.

A guinada na abordagem da história política deu-se com o ocaso da ideologia enquanto instrumento de análise para compreender os processos de poder político, gradativamente substituídas pelas análises que remetem ao cultural. Diante da tendência de crise das abordagens pelo viés das grandes estruturas, as reflexões dos pesquisadores do político passam gradativamente a buscar compreender a influência das representações, identificadas como a reprodução de percepções da coletividade, na sociedade. Entretanto, não obstante de sua crescente valorização como objeto da história, os pesquisadores ainda entendiam os veículos da mídia com certas reservas, devido, principalmente, à proximidade e subserviência com instituições e grupos políticos e financeiros. Todavia, é perceptível que, comprometidos ou não, a imprensa procura, ao estabelecer suas pautas, ser preeminente para a sociedade de sua época.

A imprensa seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. E essas escolhas, geralmente, seguem uma orientação política, econômica e cultural que se manifesta a partir da seleção, apresentação e disposição das notícias, enfim o que deve se tornar notícia para chegar ao público e mesmo o que deve ser negligenciado. As notícias publicadas não são aproveitadas ao acaso ou apenas por seu valor jornalístico, sofrem um processo de seleção desde a confecção da pauta até o momento em que os editores ou proprietários concedem a autorização para a impressão. Nesse percurso, as notícias passam por diversas verificações a fim de se conhecerem as implicações que possam provocar. A abordagem é feita obedecendo a linha editorial da empresa, com aproveitamento dos fatos que convém ressaltar e o “esquecimento” daqueles sobre os quais é interessante silenciar, temáticas que podem ser reforçadas ou atenuadas em função de interesses recíprocos. Nos termos de Elcias Lustosa, a escolha e o enfoque dispensados à notícia variam de acordo com o tipo de editorial a qual se vincula o veículo de

comunicação. Nessa compreensão, a notícia não traduz a realidade de forma descomprometida, mas uma versão dos fatos narrados sob determinada perspectiva.⁹⁸

A partir dos aportes teóricos expostos acima, considera-se que os estudiosos da história política contribuíram sobremaneira para o campo de análise e crítica dos objetos ligados à cultura e à cultura política. Tais contribuições foram utilizadas por autores contemporâneos, refinando ou reatualizando ferramentas e métodos de pesquisa. Neste sentido, o presente trabalho inscreve-se nesta linha de pensamento, aproveitando-se de forma autônoma e não engessada das considerações teóricas outrora expostas. O objetivo, assim, é aproveitar das inspirações trazidas pelos pensadores desta corrente de modo a construir a análise sobre o objeto de pesquisa, adaptando as reflexões aos interesses de análise subjacentes a este trabalho. Postas estas considerações, segue-se as principais referências.

Em relação ao trabalho jornalístico, utiliza-se na análise a percepção de Jean-François Sirinelli, para o qual “os intelectuais são essenciais na formulação e na propagação, tanto das culturas políticas quanto na preservação da memória. Sua ação e engajamento constituem uma realidade histórica inegável”.⁹⁹ Sabe-se que, os intelectuais introduzidos pela imprensa, são formadores de opinião e ocupam o espaço de intelectuais de campos do conhecimento mais tradicionais. No Brasil, a literatura e os periódicos foram relevantes meios para divulgação e debate de ideias e culturas políticas, uma vez que outros espaços de discussões e reflexões, como a universidade, por exemplo eram inexistentes até os anos 30, no século passado. Nesse cenário, os jornalistas, enquanto intelectuais, partilham suas atividades profissionais na imprensa com intervenções em outras arenas sociais: atuam como professores universitários, escritores, ou mesmo engajando-se no campo da política. Na história do país, são exemplares os casos de jornalistas-intelectuais que enveredaram no cenário político, a exemplo de Joaquim Gonçalves Ledo, Cipriano Barata, dentre outros. Na obra de Isabel Lustosa, a autora destaca a atuante participação de jornalistas no processo de emancipação política do Brasil e a “a imprensa foi o meio privilegiado de sua ação”.¹⁰⁰ Na segunda metade do século XIX, nos termos de Werneck Sodré, o jornalismo político foi se enveredando para o campo da cultura literária, uma vez que as redações dos periódicos passaram a contar com escritores renomados como José de Alencar, Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, entre outros. Esses

⁹⁸ LUSTOSA, Elcias. **O Texto da notícia**. Brasília: Ed. UnB, 1996.

⁹⁹ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et. al. (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 16.

¹⁰⁰ LUSTOSA, Isabel. 2000. **Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras. p. 33.

intelectuais publicavam seus contos literários nos jornais e, posteriormente, eram impressos em livros. Nesse período, inúmeros intelectuais se engajaram no movimento abolicionista, tais como Joaquim Nabuco e Castro Alves.¹⁰¹ Nos anos de 1960, durante a ditadura militar, parte expressiva dos jornalistas ligados ao campo político da esquerda resistiram à opressão e à censura e compreenderam que sua atuação era essencial para construir uma sociedade mais igualitária e democrática:

[...] a esse impulso essencialmente jornalístico, somava-se o apelo geral revolucionário das gerações dos anos 60 e 70, fazendo dos jornais alternativos, primeiro, instrumentos de resistência ou de uma revolução supostamente em marcha, depois, numa segunda fase, derrotado esse apelo, caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura.¹⁰²

Ainda segundo Bernardo Kucinski, inúmeros jornalistas engajaram-se nos movimentos estudantis e políticos e alguns foram encarcerados nos porões da ditadura militar no país. Atualmente, os meios de comunicação tornam-se assim detentores do monopólio da história e os acontecimentos são cada vez mais manipulados pelos jornalistas, fenômeno denominado de presentismo.¹⁰³ Nesse processo de compressão entre o espaço e o tempo, o presente cerrou-se sobre si, tornou-se o seu próprio horizonte, num distanciamento cada vez mais amplo entre espaço de experiência e horizonte de expectativa: “sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato”.¹⁰⁴ No Brasil, a história do tempo presente ainda é em grande medida a história do regime militar.

O papel e o lugar dos meios de comunicação são essencialmente políticos, uma vez que as publicações são eventos discursivos envolvidos com as influências dos mais diversos domínios da sociedade. Destarte, o regime militar utilizou largamente a censura à imprensa, que se consolidou como artefato fundamental de mobilização para adquirir o consenso para ampliar suas bases de apoio e reforçar suas memórias de um passado glorioso e progressista.

¹⁰¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹⁰² KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo, Scritta Editorial, 1991. p. 16.

¹⁰³ REVEL, Jacques. **Proposições**: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

¹⁰⁴ HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 148.

1.4 A censura aos meios de comunicação

Entende-se que a censura envolve a apreciação de trabalhos, publicações e produções, seja de intelectuais, artistas, jornalistas, editores, colunistas, dentre outros atores, com base em critérios culturais ou políticos, para deliberar acerca da conveniência ou conformidade de serem ou não aprovados e liberados para divulgação e compartilhamento ao público.

Em 1967, momento em que se ampliavam as críticas ao regime militar, o presidente Castelo Branco enviou ao Congresso um projeto de lei cerceando os meios de comunicação do país. Durante sua tramitação no Congresso, o jornal *Lavoura e Comércio* acompanhou com interesse o desenvolvimento das discussões entre os parlamentares do projeto sancionado como Lei nº 5250/1967, denominado de Lei de Imprensa:

[...] É ponto pacífico [...] que a primeira e mais importante fortaleza da democracia está na imprensa. A liberdade de um povo repousa, principalmente, na independência de seus jornais para focalizar os mais diferentes assuntos e formular críticas contra quem quer que seja, respeitando, é claro, os princípios da dignidade humana. É evidente que o poder público não pode ficar a cavaleiro dessas críticas. Não é um intocável, ao contrário! Em uma democracia, em um regime que mereça verdadeiramente esse nome, os atos de seus dirigentes podem e precisam ser analisados. [...] Uma crítica justa representa o melhor concurso que se pode prestar a uma administração [...] e uma lei não pode ser firmada nas exceções. Está certo que se atualize a Lei de Imprensa. Mas, não nos venham com uma “lei rolha”, limitando o direito de criticar, cerceando a obrigação de informar. [...] Mas ao que tudo indica, não haverá esse perigo. Já foi afastado, e para sempre, se a resistência continuar diante do projeto primitivo. [...] A causa, em pauta, não é unicamente da imprensa brasileira. É o da própria democracia, no Brasil [...].¹⁰⁵

Pelo discurso de Quintiliano Jardim, apesar de defender a liberdade de expressão para apontar os erros da administração pública e afirmar que não aceitaria uma “rolha” para silenciar a imprensa, o proprietário do jornal *Lavoura e Comércio* ainda atribui ao regime militar como um representante do sistema democrático. Entretanto, como se verá ao longo do texto, o governo militar consolidou o regime de exceção e tal lei serviu para calar os opositores e constranger significativos setores da imprensa.

A censura institucional dos órgãos estatais foi estruturada em princípios burocráticos, via legislação, com o objetivo de controlar o que poderia ou não ser publicado, pela imprensa ou mesmo por outros veículos de expressão cultural, com o objetivo de suprimir as possíveis mobilizações e dissensões dos movimentos de oposição.

¹⁰⁵ A IMPRENSA não será arrolhada. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 18 jan. 1967, Editorial, p. 2.

Em regimes antidemocráticos, a censura aos meios de comunicação atua para garantir o controle e a manipulação da informação para interpretar a realidade de acordo com seus interesses. Nesse cenário, para compreender a censura durante o governo militar faz-se necessário esclarecer o conceito de censura, o porquê de sua utilização e quais as consequências geradas por esse processo restritivo das informações.

A censura institucional no período militar se estruturou a partir de dois norteamentos: o controle das diversões públicas e da imprensa. A utilização da censura sobre as diversas expressões culturais, compreendendo o teatro, a música, o cinema, o circo, as novelas de rádio e tevê e até os desfiles de carnaval, na perspectiva do Estado arbitrário, visava a defesa da moral e dos bons costumes da família brasileira. No entanto, a preocupação da investigação se restringirá a censura política sobre a imprensa.

A informação é algo fundamental em qualquer sociedade, entretanto, nos regimes antidemocráticos, sejam eles de qualquer viés ideológico, a mídia serve de veículo para que as autoridades governamentais busquem justificar suas orientações e determinações perante a população. Nas ditaduras, a censura e o exercício do poder de polícia do Estado se impõem nesse campo, impedindo as liberdades de expressão e de informação e, nessa senda, a figura institucional do censor torna-se protagonista para impedir as publicações contrárias aos seus interesses, de forma a edificar uma imagem positiva sobre si mesma.

No Brasil, no governo de Castelo Branco, a Lei de Imprensa¹⁰⁶ foi instituída para normatizar e institucionalizar limites às possíveis críticas ao regime instaurado em 1964 e, em um contexto mais amplo, objetivava conter a oposição e, dessa forma, consolidar o poder dos representantes do regime militar. Em um período marcado por arbitrariedades e perseguições políticas, os congressistas de oposição não tinham condições para debater e votar com um mínimo de liberdade qualquer legislação de tamanha relevância, pois temia-se cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos. Nesse cenário de cerceamento das liberdades democráticas e fortalecimento do poder Executivo, o Legislativo perdeu sua autonomia. O relator da Lei 5250/67 foi o deputado federal Ivan Luz, da ARENA, o partido de sustentação política do regime militar.¹⁰⁷

¹⁰⁶ BRASIL. **Lei nº. 5250**, de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250compilado.htm>. Acesso em: 23 set. 2015.

¹⁰⁷ PEREIRA, Moacir. **O direito à informação na nova lei de imprensa**. São Paulo: Global, 1993.

Se o controle sobre a imprensa já havia sido regulamentado por tal lei, que obviamente restringia as liberdades de expressão e de imprensa, no entanto, a conjuntura restritiva do livre arbítrio se tornou ainda mais acentuada com a edição do AI-5, bem como com a imposição do Decreto-Lei nº 898/69, denominado Lei de Segurança Nacional (LSN), e complementada pelo Decreto-Lei nº 1077/70. Este decreto, ao estabelecer a censura prévia, passou a operar sob duas configurações, os censores instalavam-se cotidianamente nas redações dos principais jornais e revistas do país com o poder de decisão acerca do que poderia ou não ser publicado:

A censura prévia foi aplicada quando os jornais recusavam a autocensura. Nem sempre ela se fez através de canais burocráticos; com certa frequência, o aparelho ostensivamente repressivo de policiais e militares foi usado. Por exemplo, no dia 24 de agosto de 1972, várias viaturas da Rádio Patrulha invadiram *O Estado de S. Paulo*, um jornal reconhecidamente conservador, que havia feito campanha contra Goulart e apoiado, inicialmente, o golpe militar. Um grande número de policiais, ostensivamente armados com granadas e submetralhadoras, ocuparam e vasculharam a Redação em busca de um noticiário sobre o lançamento da candidatura Geisel à Presidência da República. [...] A partir daquele momento, *O Estado de S. Paulo* não se submeteu mais à autocensura, passando a ser censurado previamente por uma equipe que se instalou na Redação até o dia 5 de janeiro de 1975, quando, por ocasião do centenário do jornal, ela foi levantada. [...] Um dos mais afetados pela censura foi o *Opinião* [...] que resistiu a quatro anos e meio de pressões: [...] Além disto, o jornal sofreu um atentado a bomba em 1976.¹⁰⁸

Nesse panorama, os meios de comunicação eram obrigados, de forma extremamente constrangedora, a enviar antecipadamente para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, o que pretendiam e iriam publicar. No entanto, há que se ressaltar que, apesar das arbitrariedades, dificuldades e constrangimentos impostos pelo expediente da censura à imprensa e “por mais que fosse aviltante, a censura prévia no pós-1964 não era ilegal”.¹⁰⁹ Dessa forma, ao não esquecer a formulação de uma legislação com consistente base jurídica capaz de sustentar as ações cotidianas de vigilância sobre os meios de comunicação, os detentores do poder procuraram estabelecer uma cultura institucionalizada de legalidade para validar seus arbítrios. Os militares, zelosos em estabelecer uma cultura da legalidade, elaboraram uma série de decretos, normatizações, portarias e regulamentações com o objetivo de afiançar todo o arsenal de atos arbitrários e, ao

¹⁰⁸ SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 10, vol. 04, junho de 1989. p. 5-6.

¹⁰⁹ KUSHNIR, Beatriz. A construção do arbítrio legalizado: os limites do que nos era permitido saber. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). **Direitos e justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2006. p. 525.

mesmo tempo, dissimular o autoritarismo de forma a não afetar a imagem do governo militar, que se auto intitulava defensor da democracia, das garantias constitucionais e da própria liberdade de expressão.

Diante da imposição da referida legislação autoritária, por meio da censura política, as limitações das publicações da imprensa se fizeram sentir, seja pela censura prévia ou mesmo pela autocensura. Nesse campo de restrições às práticas jornalísticas, a censura prévia se estabeleceu pelo direito que o Estado outorgou de interceder na publicação de periódicos por meio do poder de veto das notícias que prejudicavam os interesses do regime militar. As resoluções arbitrárias de censura eram informadas aos meios de comunicação através de telefonemas, bilhetes ou cartas encaminhadas às redações pelas autoridades responsáveis pela censura. Diante das implicações decorridas pela imposição da censura prévia, logo a autocensura se materializou nas redações pelo “assentimento”, de proprietários e jornalistas, das ordens enunciadas pelo Estado na construção da notícia:

Em um primeiro momento, [...] a censura assume um caráter amplo, agindo indistintamente sobre todos os periódicos. [...] tem-se uma fase inicial em que há uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional, e em que o procedimento praticamente se restringe a telefonemas e bilhetes enviados às redações.¹¹⁰

Embora consinta-se que em 1968 tenha ocorrido um aumento da censura aos veículos de comunicação e de que tenha havido subdivisões quanto ao encaminhamento do regime militar em relação à radicalização do autoritarismo, compreende-se que categorizá-los e distingui-los entre linha dura e moderados oculta a abrangência da dinâmica no interior do regime militar, pois em diversos andamentos essa clivagem não se diferenciou. Ao longo do período ditatorial, os considerados moderados, identificados como grupo da Sorbonne, ligados à Castelo Branco, Geisel e Figueiredo, agiram de maneira tão ditatorial quanto o grupo denominado de linha dura, comandados por Costa e Silva e Médici. Destarte, a tipologia simplista e rígida entre moderados e duros não contempla toda a diversidade de clivagens que configuravam os vários setores militares. Ademais, Castelo Branco apesar de ter decretado o AI-2,

[...] não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de “guerra interna”; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de

¹¹⁰ AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência** - Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999. p. 212.

Imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se que a tortura só se tornaria frequente no pós-68). De fato, diante das acusações que irrompiam na imprensa, Castelo viu-se obrigado a mandar seu chefe da Casa Militar – [...] Ernesto Geisel – averiguar os fatos. Geisel voltou tergiversando e Castelo omitiu-se. [...] Essa evolução é essencial para bem caracterizar diversos outros episódios do período, pois informa que o projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” violenta e longa estava presente desde os primeiros momentos do golpe.¹¹¹

Essa interpretação, em boa medida, deve ser questionada, quando a representação do presidente Castelo Branco, constantemente qualificado como moderado e legalista, serviu até mesmo para produzir um perfil para os militares que como ele frequentaram a Escola Superior de Guerra (ESG) e com essa formação intelectual diferenciada, respeitavam as normatizações legais e tratavam os inimigos do regime de uma maneira menos violenta. Ao contrário, generalizou-se a narrativa que os militares representantes da linha dura eram propensos a métodos mais violentos de ação.

Da mesma forma, reservadas as suas especificidades, não havia uma homogeneidade de práticas e ações entre os diversos setores responsáveis pela polícia política, espionagem, censura, repressão e mesmo pela propaganda política do regime militar, tais como, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações do Exército (CIE), da Marinha (CENIMAR), da Aeronáutica (CISA), ou mesmo entre a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), dentre outros. Entre esses organismos repressivos, existiam conflitos e amplas rivalidades em jogo.

Nesse cenário em que o cerceamento se estabeleceu, restrições à atuação dos jornalistas e dos meios de comunicação se impuseram. Isso ocorreu, em grande medida, com a ampliação das penas dos delitos de imprensa pela Lei de Segurança Nacional tinha como objetivo combater os crimes contra a subversão da lei, da ordem política e social contra a segurança de Estado.

Nesse cenário de coerção das liberdades, o regime militar buscava silenciar qualquer cidadão, intelectuais, artistas ou quaisquer meios de comunicação que ousassem vincular notícias que o governo ditatorial considerasse inadequado aos seus princípios e valores doutrinários. Assim, os representantes do regime de 64 impuseram aos jornalistas os mais diversos constrangimentos, diminuindo suas liberdades de ação e de expressão. O cerco

¹¹¹ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. vol. 24 n. 47. São Paulo, 2004. p. 32-35.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.
(Grifos do autor).

autoritário completou-se com a decretação do Ato Institucional nº 5, que concedia amplos poderes aos representantes do poder Executivo:

No dia 13 de dezembro de 1968, oficiais militares foram despachados para as principais redações para realizar trabalhos improvisados como censores, e aí permaneceram por algumas semanas. Por volta de abril/maio de 1969, os censores militares improvisados foram retirados e os jornais voltaram a tratar de política, cautelosamente. Logo a seguir entrariam em ação os censores profissionais da Divisão de Censura da Polícia Federal, embora o governo sempre negasse a existência de censura de natureza política. Formalmente, a legislação do regime militar garantia a liberdade de imprensa, salvo em situações de atentado à moral e aos bons costumes e de propaganda de ideias visando à subversão da ordem. Na prática, a censura à imprensa foi realizada de maneira informal, ao arrepio do aparato legal.¹¹²

A implantação do AI-5 solapou a criticidade do debate político das páginas dos periódicos. Com a ampliação da repressão política e limitações ao direito à informação e comunicação, a figura do censor não só limitava a liberdade de imprensa, sua presença nas redações com poderes para deliberar o que podia e o que não podia ser publicado gerava grandes transtornos aos jornalistas e empresários da comunicação. Ainda que a censura estivesse presente sobre os meios de comunicação desde a época em que se criou a imprensa no país, o momento mais intransigente e de ingerência arbitrária das autoridades governamentais ocorreu na vigência do regime militar:

Difícilmente a história da imprensa brasileira registra outro período em que a palavra exerceu tamanho peso. O jornalismo praticado entre fins dos anos 60 e início da década de 80 equilibrava-se numa trilha estreita entre ousadia e tolerância, avanço e recuo, com a preocupação de não resvalar nem para a retórica engajada, nem para o adesismo.¹¹³

Acerca das implicações negativas e contraproducentes que a censura à imprensa provocou na sociedade brasileira ao tentar impedir o acesso às informações contrárias ao regime militar, o cerceamento privou a população de uma postura mais crítica e consciente diante dos fatos que ocorriam no país e no estrangeiro. Ademais, devido ao poder que os meios de comunicação possuem na formação da opinião pública e na habilidade de influenciar os posicionamentos políticos do país, a censura afetou sobremaneira o trabalho de parte

¹¹² MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00062.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

¹¹³ ABREU, João Batista de. **As manobras da informação – Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 38.

considerável de setores da imprensa em exercer seu papel principal de informar com mais transparência a divulgação e as análises das notícias mais relevantes para a sociedade, pois a liberdade de expressão é um dos mais relevantes e essenciais valores dos direitos humanos. Portanto, a liberdade de imprensa deve ser um direito inalienável e protegido para o bem da sociedade e da própria democracia.

Entende-se que a imparcialidade é algo inatingível para a imprensa, pois detrás de qualquer discurso estão as concepções sociopolíticas e culturais dos proprietários, jornalistas, editores e colunistas, uma vez que eles fazem suas escolhas, seus recortes e, conseqüentemente, deliberam o que será publicado e o que se tornará notícia.

O posicionamento político do tradicional jornal do interior mineiro, objeto da presente pesquisa, também não foi diferente da maioria dos grandes veículos de comunicação do país. A imprensa foi um dos grandes difusores do fantasma comunista, fato utilizado em larga escala como uma das principais justificativas para depor Goulart e consolidar o regime militar no país. Percebe-se que a ordem do discurso midiático era salvaguardar a democracia e a ordem, restabelecer a liberdade, o civismo e a não implantação de um regime autoritário de teor comunista.

CAPÍTULO 2 O GOLPE DE 64 NA PERSPECTIVA DO LAVOURA E COMÉRCIO

Em 30 de março de 1964, os setores progressistas acreditavam na implantação das reformas sociais, políticas e econômicas propostas por Jango, por meio das reformas de base, que se constituíam em um conjunto de proposições, por meio das reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. O ambicioso e ousado projeto de Jango ainda incluía a extensão do direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas, como marinheiros e os sargentos, e a implementação de medidas nacionalistas com a maior intervenção do Estado na economia e o controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. E a principal das alterações almejadas era a reforma agrária que objetivava reduzir os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade territorial de milhões de trabalhadores rurais. As reformas de base visavam garantir os alicerces para a continuidade do desenvolvimento econômico do país, por meio da ampliação do mercado interno e, ao mesmo tempo, atender aos anseios e demandas distributivistas dos setores populares.

A implantação do golpe militar e a deposição de Jango da presidência impediram a concretização das almejadas reformas de base, frustrando o sonho de milhões de brasileiros. No dia seguinte, os setores populares, que almejavam a implantação das reformas, acordavam para a dura realidade de um golpe de Estado implantado pelas Forças Armadas e passavam a conviver com um pesadelo que perdurou por duas décadas. A perplexidade tomou conta de domínios consideráveis da sociedade brasileira, principalmente de setores comprometidos com as ideias nacionalistas e do campo político identificado com as esquerdas, que até então possuíam um amplo espaço de atuação política no governo Jango.

No entanto, esse pesadelo, com a implantação da ditadura militar, não se estendeu para toda a sociedade brasileira. A abertura da Expozebu de maio de 1964 contou com a presença do presidente Castelo Branco e em seu encerramento veio o vice-presidente José Maria de Alkmin que discorreu sobre o momento político vivido pelo país:

Atribuo a queda do presidente João Goulart à campanha política de seus correligionários hostilizando essa estrutura criaram um divórcio profundo com a opinião pública. Daí, a Revolução, com o propósito de restabelecer a tranquilidade no Brasil. [...] o chefe do governo passado não teve elementos para resistir. A Revolução processou-se sem um tiro. Minas Gerais iniciou a Revolução na manhã de 31 de março, quando as suas tropas deixaram os quartéis. A 1º de abril a situação política e militar já estava definida, não havendo dúvida quanto à vitória da corrente de opinião que defendia a democracia. O comício de 13 de março foi o comício que comprometeu o governo na opinião pública. [...] O sr. João Goulart deixou portanto o país

porque a ordem pública que ele representava não se conciliava com as nossas tradições.¹¹⁴

Apesar do discurso simplista e favorável do mineiro Alkmin acerca do golpe de Estado no país, relacionando a deposição de Jango ao comício da Central e ao distanciamento das ações do governo em relação a opinião pública, o que não era verdade, indaga-se como um governo eleito pelo voto direto, com razoável capacidade de mobilização e apoio popular, foi deposto sem a mínima resistência, arrastando todo o aparato político que até então o apoiava? Passadas cinco décadas da implementação do regime militar, é razoável identificar algumas respostas a essa indagação, por meio da análise das construções e das contradições no interior da democracia populista. Nesse período de duas décadas, os setores populares da sociedade se expressavam por meio de eleições diretas e de conquistas e concessões trabalhistas, ao mesmo tempo que as elites mantinham seu poder político no país, resultado de um complexo pacto político-social em que as massas urbanas foram mobilizadas, principalmente nos períodos de pleitos eleitorais.

Em relação à temática das elites, o assunto constantemente tem despertado o interesse nos estudiosos que se preocupam com a história política, no entanto, não há consenso em torno deste conceito na literatura. O debate político e acadêmico mais atual tem centrado críticas nos conceitos clássicos que inserem as relações de poder de forma dicotômica, ou seja, entre as elites dirigentes e as massas que são dirigidas. Nessa concepção, ao longo da história, em distintos grupos sociais, tempos e lugares diversos, ocorreu a existência de uma elite que se destaca, seja por linhagem sanguínea, ou mesmo pela liderança e capacidade de organização, a ponto de ter o poder de dirigir uma maioria desorganizada e despreparada para o exercício do poder. Mesmo em sociedades consideradas democráticas, em que se pensa que a maioria governa, há sempre uma minoria organizada que, por meios materiais, intelectuais e morais, detém o poder sobre uma maioria. A acepção do campo liberal compreende a política como uma prática de líderes que, em virtude de sua origem e formação, possuem o direito de liderar as massas, as quais, devido as suas condições socioeconômicas inferiores, não estão preparadas para a função de governar. Nessa compreensão, o poder político de minorias ativas e organizadas comandando as massas heterogêneas, passivas e dispersas é um fato inevitável. Nesse cenário, é naturalizada a concepção de que as classes populares sejam dirigidas pela elite que já possui o conhecimento para os desafios de comandar.

¹¹⁴ O VICE-presidente da República encerrou a grande exposição de Uberaba. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 11 maio 1964, p. 1.

No entendimento de Charles Wright Mills, o poder de tomar decisões significativas que alteram os destinos de uma população já é um fator determinante na identificação de elite. Dessa forma, compreende-se que a implantação do voto universal e de eleições livres foram instrumentos substanciais para legitimar e naturalizar o poder da minoria sobre a maioria, cujas determinações passam a ser aceitas pela vontade das massas. Todavia, embora Wright Mills reconheça que a sociedade norte-americana seja controlada por uma minoria influente em detrimento de uma maioria despojada de poder, não adota tal condição como preceito sociológico universal, historicamente condicionados. Para o autor, a condição de domínio político decorre dos cargos que a elite ocupa na administração do Estado, Forças Armadas e grandes corporações empresariais:

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais.¹¹⁵

Nesse cenário, Wright Mills infere que a manutenção desse modelo elitista de poder e o afastamento dos setores populares do processo de participação política desvirtuam a democracia e conduzem ao autoritarismo. Em Uberaba, o vice-presidente Alkmin e sua comitiva, parlamentares e demais autoridades públicas foram recepcionados com um elegante jantar e um baile no *Jockey Club* com a presença da elite da cidade composta pelo prefeito, vereadores, deputados uberabenses, pelos presidentes das entidades classistas SRTM, atual ABCZ e ACIU e demais associados do elegante clube. José Maria Alkmin também visitou a redação do *Lavoura* e ainda foi recebido pelo arcebispo metropolitano e pelo comandante da polícia militar do 4º BPMG, onde inaugurou a praça Magalhães Pinto no bairro Fabrício, local onde se localiza o 4ª batalhão da polícia militar na cidade.

2.1 A crise do pacto trabalhista e o desencadeamento do golpe militar

Para se compreender a complexidade da questão do colapso do governo Jango, emprega-se os conceitos e os aportes teóricos dos trabalhos de Jorge Ferreira e Angela de

¹¹⁵ MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1982. p. 12.

Castro Gomes¹¹⁶ que contribuíram essencialmente para o entendimento sobre as trajetórias do trabalhismo no contexto que antecedeu ao golpe de 1964. No cenário de renovação da história política, os autores realizam um esforço para tentar assimilar a compreensão dos ideais e práticas que nortearam as práticas dos trabalhadores e a própria política trabalhista no país, utilizando uma perspectiva menos ortodoxa e mais culturalista. Nessa concepção mais renovada para se compreender as ações e mobilizações dos trabalhadores, tais autores passaram a pesquisar os comportamentos, valores, condutas, costumes e culturas no cotidiano das classes trabalhadoras e, dessa forma, avaliavam que a subjetividade, as relações entre as classes populares e o poder, além da tomada de decisões são construídas a partir das próprias experiências vividas. Estes autores foram essenciais para superar as análises de representações negativas e binárias marcadas pela relação dominador/dominado, que tratavam as classes trabalhadoras como alienadas e manipuladas por lideranças personalistas populistas.

Em tal concepção, há uma relação direta entre as massas urbanas e o líder político carismático, supostamente sem a intermediação de partidos ou corporações políticas. Sua compreensão baseia-se no líder populista que busca estabelecer uma relação emotiva e irracional com as classes populares para alcançar seu objetivo maior que seria, através do pleito eletivo ou não, obter e legitimar-se no poder.¹¹⁷ Nessa compreensão, foi um instrumento das classes dominantes urbanas, ainda fragilizadas e não completamente consolidadas, para atingir o poder e ultrapassar a direção do Estado frente às classes proprietárias rurais em crise diante do colapso do capitalismo liberal. As massas seriam o “parceiro-fantasma das elites” no “jogo político de cima para baixo”.¹¹⁸ A classe trabalhadora ainda débil e pensada como incapaz de se organizar, que se sujeita ante um Estado munido de hábeis instrumentos repressivos e persuasivos para manipular, cooptar e corromper as classes populares em benefício da classe patronal.

Para além dessas concepções, tal expressão, como fenômeno de manipulação de massas, inconscientes e despolitizadas, feitas por líderes autoritários e carismáticos, tem sido objeto de reprovações e críticas de pesquisadores identificados com a história cultural e mesmo com os autores que operam com a história política mais renovada. Necessita atinar

¹¹⁶ GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹¹⁷ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

¹¹⁸ Ibid. p. 15.

que os estudos de Francisco Weffort e Otávio Ianni¹¹⁹, em seus esforços para buscar interpretar a realidade concreta e tentar sintetizar a realidade observada, acerca do cotidiano dos trabalhadores brasileiros, entre os anos 30 a 60, do século XX, para fundamentar tal conceito têm gerado questionamentos e, em boa medida, revisões com melhores compreensões desse modelo explicativo. Entende-se que, o problema de ancorar-se incondicionalmente em determinado molde é que, quando tomados *a priori* e confrontados com a complexidade e diversidade da realidade concreta, ou seja, a um determinado lugar e época, os mesmos, comumente, se mostram insuficientes para compreender toda a abrangência e complexidade da temática analisada.

A origem do Trabalhismo, como elegem Jorge Ferreira e Angela Gomes, na América Latina se deu ao final dos anos 20 e início dos 30, do século passado, nos países que sofreram a crise aguda do modelo agrário exportador e das estruturas políticas oligárquicas e, nesse ínterim, passaram por processos de expansão da urbanização, de modernização industrial e de ascensão da burguesia. A autora, em boa medida, critica as interpretações iniciais dicotômicas e infere que essa compreensão seria a caracterização de uma “política de massas”, na qual os operários, na condição de dominados, não teriam adquirido uma conscientização política e uma intensa organização de classe, visto que estariam vivenciando o processo político, como coadjuvantes e não como agentes no jogo político, a partir da “massificação” empreendida pelos líderes populistas dominadores.¹²⁰ Assim, somente a partir da formação de uma consciência de classe a massificação poderia ser superada, e os trabalhadores poderiam colocar-se no plano político de um pacto trabalhista a partir da defesa de seus autênticos interesses. A segunda análise da autora seria referente a um certo “enfraquecimento” das classes dominantes, as quais, perdendo seu poder de referência para com as demais classes sociais, necessitariam do auxílio do “líder populista”, carismático, “capaz de conquistar o apoio político” e “mobilizar as massas emergentes” a favor de sua própria subordinação.

Embasado nessas reflexões, entende-se que os trabalhadores são responsáveis pela construção de sua própria história, são atores atuantes e não objetos de uma dominação completa dos líderes carismáticos. Nessa trilha, alteraram-se os contornos e as perspectivas dos historiadores para uma releitura distanciada da relação binária entre patronato e

¹¹⁹ IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

¹²⁰ GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 25.

trabalhadores, que até então prevalecia. Essa expansão de análise colaborou para demonstrar que os trabalhadores urbanos foram capazes de ter uma cultura política própria para a tomada de decisões na defesa de seus interesses, a partir de suas representações e valores. Ademais, favoreceu o desmonte de teorias que negavam a atuação plena dos trabalhadores como sujeitos históricos e permitiu a abertura de novos elementos conceituais para se entender o trabalhismo. Nesse caminho, torna-se necessário repensar o período que antecedeu o golpe de 64, apoiado no entendimento de que os trabalhadores urbanos foram sujeitos conscientes de sua ação política:

A democracia brasileira de 1945 a 1964 representou um período em que trabalhadores e populares participavam ativamente do processo político. Após estabelecerem em sua cultura política a noção de que eram cidadãos no plano social e, portanto, merecedores de uma legislação protetora do trabalho, eles, com a democratização que se abriu em 1945, muito rapidamente aprenderam a lidar com os direitos políticos.¹²¹

No país, o pacto trabalhista permitiu uma relação em que as classes trabalhadoras e o Estado visualizaram e identificaram interesses afins. Pensando assim, pode-se aferir que no trabalhismo, atuavam ideais, representações e símbolos de circularidade entre os trabalhadores, patrões e o Estado. Essa concepção que tenta assimilar a compreensão dos ideais e práticas que nortearam a política trabalhista sob uma perspectiva menos ortodoxa e mais culturalista expressou uma consciência de classe social e não uma alienação política.

A partir das abordagens de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, pode-se atentar sobre as diversidades na luta pelo poder, que reuniram, de um lado, setores das Forças Armadas, empresários e políticos conservadores que buscaram disseminar uma propaganda política contrária a Jango; e de outro a organização e mobilização de movimentos populares com o objetivo de consolidar suas conquistas sociais.

Concomitantemente às medidas de conquistas e às concessões trabalhistas, as iniciativas mais autônomas e combativas eram impedidas de atuarem de forma mais significativa. Nesse campo político, as estruturas partidárias e o poder estatal, controlados por líderes políticos personalistas, tentavam atenuar as tensões político-sociais que pudessem convergir para o colapso do sistema, ao mesmo tempo em que se buscava o apoio das elites do país para se estabelecer o consenso, a estabilidade e a dominação política. Entende-se que, na medida em que amplia-se o processo de urbanização e de modernização econômica, os setores populares passam a se organizar e demandar mais direitos sociais e políticos. As

¹²¹ FERREIRA, Jorge. **Imaginário trabalhista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 375.

transformações sociopolíticas, econômicas e culturais pelas quais o país passava convivendo com dimensões não democráticas de cultura política conservadora e, nesse cenário, impunha-se às elites uma dinâmica para que pudessem assegurar seu domínio, ou seja, a estratégia de conservar mudando para manter-se no poder.

Nos anos 50 e 60, do século passado, o país passou por significativas alterações advindas das políticas adotadas no contexto do nacional-desenvolvimentismo, uma vez que a industrialização ampliou-se, alargando o processo de urbanização. Nesse cenário urbano-industrial, o operariado e a classe média ampliaram seu campo de atuação e demandas, transformando-se em atores relevantes no campo político, fato que impetrou uma readequação no trato com esses agentes sociais para que a elite permanecesse no poder que, de alguma maneira

viabilizasse a expressão e participação política desses novos agentes. [...] Do ponto de vista político-partidário, todo o período que se seguiu à deposição de Vargas foi marcado pela aliança no poder de duas das maiores agremiações partidárias então existentes: o Partido Social Democrático (PSD), que reunia partes das elites agrárias, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representando setores mais populares. Na oposição destacava-se a União Democrática Nacional (UDN), que representava setores da elite conservadora, e cuja principal bandeira era exatamente o combate ao populismo, ou seja, à tradição varguista que persistia mesmo após a morte de Getúlio. [...] Nesse período não foram poucos os momentos de crise em que ameaças de golpe foram aventadas.¹²²

Nesse cenário, o governo Jango foi assinalado por inúmeras tensões e pressões políticas de setores sociais de diferentes matizes, a exemplo de elementos da esquerda que ampliavam suas críticas à gestão janguista, considerada acentuadamente reformista e morosa em relação à implantação de transformações sociais mais significativas. Para estes críticos, somente a radicalização política por meio da revolução popular seria a alternativa viável para acabar com as desigualdades sociais no país.

Nesse espaço de tensões, o presidente João Goulart encontrava-se diante de um impasse político gerado pelos antagonismos da esquerda e da direita, ou seja, o pacto trabalhista dava sinais de seu esgotamento, enquanto modelo de consenso político para a manutenção do poder. As contradições políticas da burguesia nacional e as aspirações dos setores populares urbanos e rurais, bem como a manutenção do modelo nacional-desenvolvimentista elevaram as tensões políticas no país. Acrescenta-se que a persistente

¹²² NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia (Coords.). São Paulo: Atual, 1998, p. 5-6.

inflação, a elevação da dívida externa, além das dificuldades em obter novos empréstimos, ou mesmo o refinanciamento da dívida em condições mais favoráveis, ampliaram o desgaste do governo. Estava posto o centro da crise e Jango não conseguiu conciliar os diversos interesses em jogo.

No decorrer da pesquisa, as expressões esquerda e direita são utilizadas em diversas ocasiões. Nesse campo, procura-se dialogar com as concepções de Norberto Bobbio. Para o autor, nas Ciências Políticas, os termos direita e esquerda ainda demonstram ser atuais e têm sua relevância para identificar partidos, instituições e grupo políticos. Pensando nas democracias liberais, Bobbio delineia que o debate essencial entre as duas concepções se dá em relação às igualdades e às desigualdades socioeconômicas, sendo que os grupos de direita compreendem que as diversidades presentes na sociedade são naturais, ou seja, são intrínsecas ao ser humano, enquanto a esquerda se atenta em promover uma maior equidade nas relações sociais:

O elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de esquerda, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como utopia de uma sociedade, onde todos seriam iguais em tudo, mas como tendência de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais, do que o que os faz desiguais, e, de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais¹²³.

Embora se reconheça que a dicotomia esquerda e direita foi revista por diversos cientistas políticos e sociais no final do século passado, acredita-se que essa luta entre esquerda e direita tenha se ampliado no país, principalmente quando o presidente João Goulart procurou implementar as reformas de base para minimizar as desigualdades sociais. Entende-se que a cultura política conservadora dos setores de direita se caracterizavam pela defesa dos valores tradicionais e se opunha a qualquer processo de mudança nas estruturas socioeconômicas do país. Nos anos 60, a direita e a esquerda protagonizaram embates de suas representações que culminaram na deposição do presidente reformista, uma vez que o modelo nacional-desenvolvimentista fracassou, ao atingir apenas algumas parcelas da população e não ser capaz de solucionar as desigualdades sociais. Ademais, delineava-se uma concentração de riquezas que não poderia ser mais protelada pelas ações conciliatórias do pacto trabalhista.

A análise do período de interesse da pesquisa, os anos de 1960, requer uma apreciação que dê conta das distintas experiências vividas e compartilhadas pela sociedade brasileira,

¹²³ BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. p. 57.

para se entender a formação dos antecedentes do golpe e a própria consolidação do regime militar naquele período. Nessa dimensão, pondera-se ser essencial abranger as experiências políticas, socioeconômicas e culturais responsáveis pela materialização do regime autoritário no país.

Além do que já foi exposto, compreende-se que, dentre alguns dos subsídios possíveis para analisar toda a complexidade dos fatores que desencadearam a queda de João Goulart, considera-se a imprensa como um agente considerável nesse processo de construção do golpe de Estado e a ascensão dos militares ao poder no Brasil.

2.2 A modernização da imprensa e sua participação no golpe de 64

Nos anos 60, os grandes veículos de comunicação no país aproximaram-se do modelo midiático produzido nos Estados Unidos e esse fazer jornalístico norte-americano, dito isento, empresarial, moderno, ágil e objetivo, substituiu o jornalismo caracterizado como literário, de opinião, de combate e carregado de subjetividades. Esse modelo de jornalismo de opinião, de influência francesa, marcante desde os primeiros tempos da imprensa no Brasil, perdurou até a década de 1960, gradualmente foi sendo substituído pelo padrão jornalístico norte-americano, que acentua a informação e a notícia e separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal.¹²⁴

No Brasil, nos anos 50 e 60, ocorreu um considerável desenvolvimento industrial e urbano e, como consequência desse processo, ampliaram-se as atividades comerciais e o consumo e, nesse cenário de expansão capitalista, as empresas procurando ampliar seus lucros, passaram a realizar mais investimentos em propaganda nos veículos de comunicação. Dessa forma, com a captação de mais recursos privados decorrentes da publicidade, a imprensa poderia se afastar um pouco mais dos financiamentos públicos e da influência do poder estatal, no entanto, alguns laços de dependência resistiram à essas transformações:

À medida que avançava o desenvolvimento industrial e aumentava o peso da publicidade, a imprensa foi se tornando menos dependente do poder público. Mas, afinal, quais eram os favores do Estado de que ela dependia naquela época? Eram, como hoje, os financiamentos dos bancos oficiais, as isenções fiscais, a publicidade governamental. No caso do rádio e da televisão, era principalmente a concessão de canais. Mas no caso dos jornais havia um

¹²⁴ ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 15.

problema adicional: era o governo que controlava a distribuição das quotas de papel, matéria-prima em grande parte importada sem a qual o veículo simplesmente não existia.¹²⁵

No Brasil, essa modernização nos processos de produção e de rentabilidade na grande imprensa não culminou em uma autonomia plena, uma vez que os empresários das comunicações continuaram a buscar financiamentos, isenções e subsídios estatais e, em contrapartida, os governantes procuraram controlar a informação desses veículos. Essa modernização da grande imprensa trazia não só um discurso de mais autonomia e imparcialidade, mas também vinha acompanhada por mudanças editoriais e de gestão, com normatizações obedecendo manuais de redação, de forma a consolidar-se como empresas jornalísticas. Destarte, ao estruturar suas redações e modernizar seus parques gráficos visavam ampliar suas vendas e seu raio de atuação e influência política. Essa pretensa modernização, isenção e objetividade da imprensa convivia, de forma contraditória, no campo político com as

[...] constantes tensões entre o que era moderno e o antigo, impessoalidade e racionalidade das instituições (baseados nos princípios da representatividade, da sociedade de direitos, da cidadania) e, de outro, as práticas oligárquicas, clientelística, familiar, patriarcal e patrimonialista. [...] O clientelismo, a chantagem e a corrupção também continuavam, em certa medida, a funcionar como elemento essencial na manutenção de algumas empresas e guiavam, muitas vezes, as escolhas e decisões de seus administradores. Mesmo naqueles jornais maiores e mais estáveis, a lógica do mercado se conjugava com uma racionalidade outra, ainda atrelada a imperativos de ordem política.¹²⁶

Assim, além das vendas avulsas, de assinaturas e de espaços publicitários comerciais, os empresários da imprensa dependiam de concessões e benesses públicos, tais como financiamentos, subsídios e isenções fiscais e, até mesmo, nomeações para cargos em comissão nos postos governamentais de alto escalão. Em virtude dessa dependência em relação ao campo político,

os jornais brasileiros nunca puderam assumir, por exemplo, o papel de *watchdogs*, que lhes era reservado no ideário norte-americano. Nunca conseguiram exercer, de fato, vigilância sobre a ação do Estado, no sentido

¹²⁵ ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Coleção Descobrimos o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 10.

¹²⁶ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade. Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? **Revista Ciberlegenda**, UFF, n. 8. Rio de Janeiro, 2002, p. 12. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/viewFile/336/217>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

clássico do liberalismo, pois nunca mantiveram uma distância suficiente dos personagens públicos. A imprensa sempre teve uma relação simbiótica com a política.¹²⁷

O modelo estadunidense de se pensar e fazer jornalismo também se consolidou nos cursos de formação de profissionais da área no país. Essas transformações alteraram não só a formação dos jornalistas nas universidades e a maneira de se administrar os veículos de comunicação, mas a própria forma de controlar a rotina de trabalho, visando a objetividade, o aumento da produtividade e o comportamento dos jornalistas em seu cotidiano. Nos termos de Michael Schudson, a temática da normatização da objetividade e rotinização comportamental no meio jornalístico, segue dois eixos explicativos de caráter moral e tem sua gênese nos Estados Unidos:

Um deles, de caráter durkheimiano, diria respeito à constituição de normas sociais compartilhadas por meio das quais o grupo se identifica e legitima suas práticas. Outro, de caráter weberiano, ressaltaria o controle hierárquico, o caráter disciplinador das normas. Assim, a necessidade de coesão social (Durkheim) e a necessidade de controle social (Weber) definiriam sua articulação.¹²⁸

Nas redações há uma vicissitude de pressões contidas, seja a reação do leitor, a opinião interna dos próprios colegas jornalistas, a voz do proprietário e anunciantes ou mesmo as influências e coerções das autoridades públicas, e, dentre esses setores que compõem a opinião pública, se estabelece um jogo de relações sociais desiguais de poder.

No campo do político, o exercício do poder também se estabelece por um jogo de relações sociais desiguais, entretanto, não se sustenta somente pelo estratagema da força ou da racionalidade. Em suas variadas dimensões, o poder se assenta com contornos mais articulados e não se manifesta de maneira aberta e manifesta. Para se fundar essa relação de domínio do poder, é preciso que se construa um sentido e que se estabeleça um significado nas subjetividades encenadas no cotidiano, o que Georges Balandier denomina de *teatrocracia*.¹²⁹ Para o autor, o exercício de poder e as relações sociais hierarquizadas são teatralizados e vinculam-se às subjetividades pelo fato de que o político, de certa maneira,

¹²⁷ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade. Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? **Revista Ciberlegenda**, UFF, n. 8. Rio de Janeiro, 2002, p. 12. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/viewFile/336/217>>. Acesso em: 30 jan. 2016. p. 11-12.

¹²⁸ BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. **História**, 2007, vol. 26, n. 2, p. 119.

¹²⁹ BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. da UNB, 1982.

conduz o real para produzir significados. São as aparências sociais que promovem a hierarquia do mundo real. Nesse cenário, as encenações são fundamentais para a construção de um sentido e para a organização das sociedades e, como uma representação, as aparências sociais geram a hierarquia do mundo real. Dessa forma, também são construídos símbolos de aceitação e confirmação do poder político no cotidiano.

Nesse palco, se o poder depende da construção de significados para ser conquistado, a imprensa é um de seus instrumentos, ao produzir imagens e manipular símbolos para produzir os efeitos necessários em sua consolidação. Nos termos de Bronislaw Baczko,

o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva. A fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e um ritual novos.¹³⁰

Nas relações sociais e no exercício de poder político há uma relação de dominação, mas por que as pessoas aceitam essa situação? Porque se sentem representadas e consideram que compartilham certa parcela de poder, que comumente é ilusório. Nessa senda, o exercício e as relações de poder vinculam-se às subjetividades pelo fato de que o político produz significados, através da manipulação dos indivíduos e, desse modo, o exercício e as relações de poder são teatralizados, uma vez que as aparências sociais promovem a hierarquia do mundo real: “O que se impõe desde logo é o fato da apresentação espetacular da vida social não se separar de uma representação do mundo, de uma cosmologia traduzida em obras e em prática. [...] Bastam as aparências para fazer calar a incerteza”.¹³¹

A imprensa, nas suas mais diversas plataformas midiáticas, tanto constitui memórias de um tempo quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios e não mais como um simples elemento do acontecimento.¹³² Incorporou-se a ideia de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade que o pesquisador deve cogitar em suas análises.

¹³⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Vol.1. **Memória e História**. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 302.

¹³¹ BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. da UNB, 1982.p. 14-24.

¹³² BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. **Anais do Colóquio**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 10.

No campo da história política, no qual se insere essa pesquisa, nos dizeres de Wlamir Silva¹³³, a imprensa adquire importância como objeto historiográfico quando se considera a especificidade do político, em sua dinâmica própria, e as relações de mediação entre a sociedade e o Estado. A imprensa cada vez mais se torna elemento ativo do processo social, político e cultural, atuando na constituição de modos de vida, perspectivas e consciências, usos e costumes, moldando formas de pensamento e comportamento. Enfim, cada vez mais define os papéis sociais e generaliza atitudes e interpretações ditas universais. A imprensa está longe de ser meramente um veículo para registrar e divulgar apenas os acontecimentos do cotidiano. Sua atuação política é um palco privilegiado de articulações capazes de delimitar os espaços e demarcar a temática que apraz aos seus proprietários, colaboradores e anunciantes. Considera-se que a imprensa – apesar de seu discurso de aparente objetividade, independência e neutralidade, de que seu compromisso é somente com o leitor – está carregada de subjetividades e arbitrariedades, pois compreende-se que é um campo privilegiado de negociações, articulações, tensões, conflitos e também de compromissos com os grupos sociais que representa.

As publicações mobilizam a opinião pública para buscar adesão a seus projetos e estabelecer o consenso de acordo com seus interesses na produção de hegemonia dos grupos que representa. Destarte, as publicações da imprensa não podem ser relegadas quando se procura compreender de que maneira o regime militar pautou suas atuações no sentido de não discordar integralmente de bases importantes de sustentação política, sob o risco de se isolar e, assim, não se consolidar no poder. O ministro da Justiça, Armando Falcão, argumentava sobre a relevância de não se indispor com o *Jornal do Brasil*, pois, segundo o ministro, o *JB*, não poderia ficar “contra nós” porque “faz opinião na classe média para cima”.¹³⁴

As publicações da imprensa estão muito distanciadas de ações e valores descompromissados, objetivos e neutros, como asseveram os jornalistas e proprietários. Dessa maneira, torna-se essencial analisar as narrativas da imprensa por ocasião do golpe que afastou Jango e o discurso dos setores mais conservadores de que o presidente Jango deveria ser afastado para se alcançar a estabilidade sociopolítica e econômica no país:

¹³³ SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842), in: Neves, Lúcia Bastos das; Morel, Marco; Ferreira, Tania. (Orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 37.

¹³⁴ D'ARAUJO, Maria Celina de. “Ministério da Justiça, o lado duro da transição”. In: CASTRO, Celso e D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 28.

Diante da intensificação das reivindicações populares e do perigo comunista, os empresários da imprensa abdicaram de sua crença na liberdade individual e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos militares como única alternativa para impedir a subversão, ou a ascensão dos grupos de esquerda ao comando do país.¹³⁵

A imprensa desempenhou um papel basal não só na implantação do golpe de 64, mas também na consolidação do regime autoritário, na proporção em que publicava notícias favoráveis ao governo militar e, ao mesmo tempo, não dava voz àqueles que apresentavam posições contrárias ao regime militar e ao modelo imposto a partir da deposição de Jango.

2.3 O nacionalismo reformista de Jango e as reformas de base

Em 1963, quando Jango passou a exercer efetivamente a chefia do Poder Executivo, ao término do sistema parlamentarista, o Brasil passava por um de seus momentos mais turbulentos. Dentre as dificuldades enfrentadas pelo presidente estavam a crise econômica financeira, as manifestações dos ruralistas contrários à reforma agrária, greves nas grandes cidades, cisões partidárias, perda de sustentação política no Congresso e radicalização política, além das combativas campanhas de oposição realizadas pelos grandes veículos de comunicação. Sendo considerado herdeiro político de Vargas, sua ascensão ao poder não agradava a parte expressiva da elite brasileira. Jango enfrentou, desde o início de seu governo, forte oposição dos setores conservadores que conspiravam abertamente para a sua deposição. Se não bastassem todos esses problemas de natureza político-econômica, esse contexto instável possibilitou uma ampla mobilização político-ideológica no interior do alto escalão das Forças Armadas e nos setores políticos e empresariais. Os militares de alta patente, alto clero católico e os setores conservadores da sociedade civil mais mobilizados lançavam campanhas políticas ou divulgavam notícias bombásticas e boatos alarmantes na imprensa sobre a administração do presidente João Goulart.

A situação de crise econômico-financeira demandava do governo procurar soluções para os intensos impasses e dificuldades que passava a população brasileira. Contudo, o que mais angustiava era o “aumento do custo de vida: a inflação de 1961 foi de 33,29% e a de 1962 chegou a 49,4%. Além da alta acelerada dos preços, o desabastecimento de mercadorias

¹³⁵ ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 13.

irritava e assustava a população”.¹³⁶ Nesses termos, o governo Jango teria que empreender esforços de forma a retomar o crescimento econômico, recuperar a confiança dos credores externos, atrair investimentos e combater a espiral inflacionária para abrandar as tensões sociais.

No entanto, tal situação implicava medidas recessivas, a exemplo do combate da escalada inflacionária por meio da limitação dos aumentos de salários, restrição aos créditos e subsídios, além da redução das despesas governamentais para equilibrar o orçamento público. Em editorial, o *Lavoura* demonstrava sua descrença com a gestão governamental:

Situação econômica nacional

As declarações otimistas, periodicamente veiculadas por elementos de responsabilidade, de que será alcançada a estabilização dos preços, contrastou violentamente com a realidade dos fatos. [...] A inflação continua arruinando as finanças brasileira e ameaçando a própria estabilidade do regime. [...] É natural, portanto, o clima de ressentimento que domina o país e invade, principalmente os setores das classes menos favorecidas, as mais duramente atingidas por esse estado de coisas.¹³⁷

Em um cenário político-econômico bastante conturbado, o sucesso da estabilização financeira seria essencial para Jango conquistar o apoio mais expressivo da sociedade para implementar a agenda de reformas mais amplas. No entanto, a oposição mais contundente veio da esquerda. Em janeiro de 1963, o comunista Luís Carlos Prestes não só criticou o ministério composto por membros do Partido Social Democrático, o PSD, mas também atacou a gestão econômica por não propor medidas contra a espoliação imperialista e o latifúndio, não controlar o câmbio e nem restringir a remessa de lucros para o exterior. Essas críticas também foram acompanhadas por sindicalistas ligados ao Comando Geral dos Trabalhadores, a CGT, líderes da UNE, lideranças das Ligas Camponesas, sob o comando de Francisco Julião e o próprio deputado Leonel Brizola, cunhado de Jango. Brizola criticou a narrativa dos economistas de que todos os setores da sociedade deveriam sacrificar-se para o bem da estabilidade do país, mas o que se observava era que o sacrifício recaiu apenas para a classe trabalhadora.¹³⁸

Para que o país retomasse o desenvolvimento, deveria haver um amplo pacto social composto por empresários, políticos e trabalhadores e, naquele momento assinalado por

¹³⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 144.

¹³⁷ SITUAÇÃO econômica nacional. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 9 de jul. 1963, Editorial, p. 2.

¹³⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro, op. cit., 2014. p. 151-154

abertas tensões políticas, econômicas e sociais, não seria possível. Um pacto interclassista seria praticamente impossível diante do campo político de acentuada radicalização e desconfiança tanto dos elementos da direita quanto da esquerda. Nesse cenário, diante de intensas pressões políticas, principalmente de sua base trabalhista e constatando os fracos resultados iniciais do plano de contenção da espiral inflacionária, Jango liberou a retomada dos programas de subsídios às importações e, ao mesmo tempo, iniciou o processo de renegociação salarial de diversas categorias trabalhistas.

Assim, diante da impopularidade do plano e sob pressão dos representantes da esquerda política, João Goulart cedeu e retirou os austeros instrumentos de controle de emissão de papel moeda e do déficit público para buscar consolidar sua base de sustentação política e se manter no poder. Nesse panorama, a política econômica fracassou e o custo de vida disparou e a gestão de Jango entrava em um círculo vicioso e perigoso para a estabilidade política e social do país. Os aumentos salariais eram, pois, imediatamente neutralizados pelo aumento de preços dos gêneros de primeira necessidade e dos serviços públicos. Por sua vez, diante da espiral inflacionária e para recompor seus salários, os trabalhadores voltavam a fazer greves para pressionar a classe empresarial e o governo. As novas compensações salariais voltavam a ser solapadas pela desvalorização da moeda e pelo aumento do custo de vida, dentre outros. Entre 1963 e 1964, a economia brasileira caminhava para a insolvência:

[...] a taxa de crescimento da economia se deteve em níveis pouco acima de 1%, a expansão monetária alcançou o índice de 64,3% de crescimento e as projeções das taxas de inflação indicavam um patamar superior a 80%. A explosiva combinação de irresponsabilidade fiscal, descontrole dos mecanismos de emissão, fragilidade política e falta de apoio do capital internacional havia contribuído para a economia brasileira evidenciar um grave cenário recessivo.¹³⁹

Para um líder populista, ligado ao PTB, que defendeu os trabalhadores ao longo de sua carreira política, chegar à presidência e refrear os aumentos salariais era algo complicado para Jango.¹⁴⁰

¹³⁹ SARMENTO, Carlos Eduardo. **O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica>. Acesso em 10 maio 2016.

¹⁴⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 160.

Em relação às causas desse desajuste da política econômica que contribuiu acentuadamente para o colapso do governo de João Goulart, o *Lavoura e Comércio*, em dois momentos, na matéria de destaque na capa e na coluna *Escutando e Divulgando*, dá voz ao escritor e jornalista Milton Eisenhower, irmão do presidente norte-americano e estudioso da América Latina, em seu livro “*The winner is bitter/O vinho é amargo*”. Na concepção do norte-americano, a política emissionista de JK causou a crise devido à orgia de impressão de papel-moeda para construir Brasília e gerar a industrialização do país:

Kubitschek causou a crise brasileira

Afinal até no exterior, já estão sendo conhecidos os malefícios feitos à nação brasileira por um governo financeiramente desvairado, responsável pela calamitosa situação do país e pelos sofrimentos das classes menos aquinhoadas de bens de fortuna.¹⁴¹

Se no primeiro semestre de 1963, o governo de João Goulart buscou implementar o Plano Trienal¹⁴² com uma política econômica baseada nos ajustes fiscais e financeiros para conter a onda inflacionária e acabar com os problemas de gerenciamento das contas públicas e dos contratos externos, no segundo semestre de 63, diante da pressão popular e dos políticos de esquerda, o presidente aproximou-se definitivamente dos setores nacionalistas e populares. Dessa forma, as medidas econômicas mais impopulares do Plano Trienal foram substituídas por um programa de reformas de base de alcance popular, capitaneada pela reforma agrária. O reconhecimento do poder de pressão dos setores populares e das organizações políticas e sindicais de esquerda impeliu Jango para além dos limites instituídos e aceitos pelas elites do país. A iniciativa de Jango em reconhecer o imperativo de reformar as estruturas agrárias para o desenvolvimento do país atraiu a oposição e a hostilidade dos ruralistas, empresários e demais setores conservadores.¹⁴³

João Goulart possuía um perfil nacionalista-reformista e nunca foi um político socialista; no entanto, as consequências da instabilidade político-econômica do final dos anos 50 e início dos anos 60 herdadas e acentuadas em seu governo adquiriram feições dualistas.

¹⁴¹ KUBITSCHKEK causou a crise brasileira. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 18 jul. 1963, Escutando e Divulgando, p. 6.

¹⁴² Para tentar debelar a inflação e retomar o desenvolvimento econômico, Jango lançou o Plano Trienal, elaborado pelo ministro do Planejamento Celso Furtado com a cooperação de San Tiago Dantas, da pasta da Fazenda. Jango ambicionava compatibilizar o combate à inflação com uma política de desenvolvimento que permitisse retomar a elevação do PIB nos índices do período JK. Ver TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁴³ SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: Quieroz Editor, 1985. p. 130.

Nessa condição apresentada, Jango poderia recuar diante das pressões para neutralizar a oposição crescente a seu governo, identificada com os setores conservadores ou poderia aderir

[...] a causa reformista dando-lhe as cores e a efetividade propugnadas pelas organizações da sociedade civil que lhe estavam mais próximas. Optou pela segunda alternativa, mesmo reconhecendo que o fantasma da desestabilização política, a partir dessa escolha, rondaria cotidianamente seu governo. [...] Na verdade, a marca reformista do Governo João Goulart foi crescendo e se aprofundando à medida que seu governo perdia qualquer veleidade de cooptação ou mesmo apaziguamento da oposição e que, para se sustentar, necessitava de maior apoio dos movimentos sociais. Para esses movimentos, entretanto, a aliança com Jango deveria ser carimbada pela adoção sistemática pelo governo federal de políticas públicas efetivas voltadas para implementação das reformas de base e para o controle das remessas de lucro.¹⁴⁴

Pelo discurso nacionalista, não bastava apenas o país incrementar-se economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não alterassem significativamente as condições de vida dos trabalhadores brasileiros. “O nacionalismo não supõe exclusivamente o Estado intervencionista. Supõe, isto sim, o Estado na liderança, no comando da política de desenvolvimento, no estímulo direto ou indireto de medidas promocionais de desenvolvimento”.¹⁴⁵ Assim, o Estado seria o centro irradiador de articulação para se estabelecer as bases de apoio e implementar as reformas sociopolíticas e econômicas de viés nacionalista e desenvolvimentista denominadas de reformas de base, com a intenção de reformular as estruturas do país. No campo social, em um país marcado pelo latifúndio, o maior desafio seria implementar a reforma agrária para reduzir os conflitos pela posse da terra e possibilitar aos trabalhadores rurais o direito de cultivar sua propriedade e, por conseguinte, melhorar suas condições de existência. Com esse propósito, Jango encaminhou a proposta de emenda ao Congresso alterando o artigo 141 da Constituição, que previa a desapropriação das terras de interesse público ou social por meio de indenização em dinheiro aos fazendeiros, pelo pagamento em títulos da dívida pública resgatáveis após alguns anos. Na questão trabalhista, foi instituído o 13º salário e os camponeses foram contemplados com a concessão do Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia os direitos sociais aos trabalhadores rurais, a

¹⁴⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil: 1954–Prenúncios de 1964. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p. 484-503, Julho 2005. p. 493. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a13.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

¹⁴⁵ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. p.144.

exemplo da previdência social, salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, férias remuneradas e a sindicalização do homem do campo.¹⁴⁶

Em relação à ampliação dos direitos políticos, o presidente Jango, buscando alargar suas bases eleitorais e, conseqüentemente, sua sustentação política, propôs estender o direito de voto aos analfabetos e a militares de baixa patente das Forças Armadas. No setor educacional, com o apoio da UNE, estimulou amplas campanhas de apoio às escolas públicas, à alfabetização de adultos pelos movimentos sociais de base, com destaque para o pedagogo Paulo Freire que previa a educação como fator transformador da realidade social:

[...] A mobilização em prol da educação atravessou a década de 1960, e os movimentos que ali fermentaram dão bem o tom do período histórico que teve Jango como presidente. A esquerda participou ativamente deste movimento, cabendo à União Nacional dos Estudantes (UNE) liderar grande parte do programa pedagógico, centrado na conscientização política e na mobilização social. Seu principal instrumento foram os Centros Populares de Cultura (CPCs), criados em 1961, com o intuito de levar teatro, cinema, artes plásticas, literatura e outros bens culturais ao povo. Também centrados nos mesmos objetivos de ampliar o universo cultural dos segmentos populares brasileiros, os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) receberam influência da esquerda cristã. [...] o Movimento de Educação de Base (MEB) [...] iniciou seus trabalhos de alfabetização em 1961 e dirigia-se igualmente às classes trabalhadoras, com o objetivo de ampliar o universo cultural e educacional de amplos segmentos da população. Mas falar de educação no período Jango é lembrar também a expressão intelectual de maior vulto à época, o educador pernambucano Paulo Freire. Associada à alfabetização de adultos, sua “pedagogia da libertação” – expressão exemplar da crença no poder libertador pela consciência e pelo conhecimento – percorreu o Brasil e toda a América Latina. A educação seria o instrumento mais eficaz de difundir a ideia-força de que o homem não deveria se contentar com a condição de “objeto” da história: sua vocação era ser “sujeito”.¹⁴⁷

A metodologia freireana baseava-se na educação popular inclusiva e visava à transformação do aluno por meio de uma educação libertadora, a partir de suas vivências, experiências, culturas e sociabilidades. Paulo Freire afirmava que a alfabetização impelia a conscientização política para alterar as condições de existência das classes populares. O presidente Jango procurou ainda ampliar a oferta de vagas nas universidades para solucionar a questão dos alunos que terminavam o ensino médio e ficavam “excedentes” por não conseguirem ingressar no ensino superior. Esse modelo de educação popular de viés mais humanista, o regime militar tratou de anular por um modelo tecnicista.

¹⁴⁶ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2006.

¹⁴⁷ BOMENY, Helena. **O sentido político da educação de Jango**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango>. Acesso em 03 jul. 2016.

Retomando as reformas de base, no setor econômico, de acordo com as concepções nacionalistas de Jango e do PTB, as medidas previam uma maior intervenção estatal na economia por meio da estatização de empresas, a extensão do monopólio da Petrobrás sobre o petróleo e a regulamentação da lei de remessas de lucros, que limitava o envio de capitais para o exterior e evitava a saída do enorme volume de dinheiro obtido pelas multinacionais no Brasil.

Além dessas proposições, Jango procurou sistematizar uma política externa independente nos limites do nacionalismo reformista para tentar retirar o país da dependência econômica em relação aos Estados Unidos. Nesse momento, diante da crise econômica do país e das dificuldades em renegociar o pagamento da dívida externa brasileira, os Estados Unidos suspenderam os créditos ao governo.¹⁴⁸ Nesses termos, o essencial era encontrar possibilidades de atrair negócios e investimentos para o país, independentemente do matiz ideológico e, como as relações com os Estados Unidos não resolviam as limitações econômicas e financeiras do país, a tentativa foi buscar novos mercados, investimentos e acordos econômicos com outros países. Há que ressaltar que o presidente Jânio Quadros, antecessor de Jango, já havia se aproximado dos países comunistas com o objetivo de ampliar as relações comerciais com os países do leste europeu, União Soviética e China. Entretanto, essa aproximação ocorreu em um período de antagonismos acentuados da Guerra Fria, momento em que Estados Unidos e União Soviética fortaleciam seu poder e suas áreas de influência.

Nesse cenário de tensões políticas externas, no país ocorreu uma radicalização entre os que defendiam a ampliação das relações diplomáticas e a liberalização do comércio com os Estados Unidos e os que aspiravam uma maior autonomia política, econômica e cultural do Brasil e a favor da abertura comercial com os países comunistas. A partir dos embates entre as diferentes concepções, deu-se uma polarização da opinião pública nacional, uma vez que as ações de Jango provocaram intensos debates nos meios políticos, empresariais, militares, estudantis e sindicais no país. Observa-se que o presidente Jango não era comunista e almejava o desenvolvimento econômico-social nos limites do capitalismo.

Em 1963, a polarização acentuou-se entre os setores conservadores e os progressistas. Os primeiros reuniam empresários, militares, políticos, essencialmente da UDN, e setores conservadores da Igreja Católica que se sentiam acuados diante das propostas de Goulart e da

¹⁴⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

propalada infiltração comunista no governo. Na concepção de Sá Motta, o anticomunismo foi utilizado para justificar intervenções autoritárias na vida política nacional.¹⁴⁹ Enquanto os identificados com a esquerda, aglutinavam-se entre estudantes, operários, intelectuais progressistas e militares de baixa patente.

Nesse cenário de reivindicações sociais e polarização política, em relação às greves dos portuários da cidade de Santos e aos pronunciamentos que Jango fez na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em defesa das reformas de base, o *Lavoura* publicou em destaque nota de repúdio da diocese católica de Santos acusando o presidente de estimular a subversão no país:

Diocese de Santos preocupada com a pregação do presidente

Há verdadeira preocupação por parte de elementos antipatrióticos de se valerem de qualquer argumento para lançar a desordem, a intranquilidade e o desprestígio das instituições. Alerta, em consequência, os trabalhadores para que se previnam contra a pregação subversiva daqueles que, prometendo conquistas cada vez maiores em certos setores trabalham, na realidade pela asfixia total da Nação. Considera a diocese com angústia e apreensão a pregação do presidente sobre as reformas de base necessárias para tirar nossa Pátria do subdesenvolvimento, quando, com o beneplácito das autoridades, os sindicatos impedem o País de sair da situação aflitiva em que se encontra.¹⁵⁰

E com o mesmo expediente, publicou a fala do udenista Herbert Levy que acusou Jango de pretender implantar a república sindicalista no país em conluio com os comunistas:

Denunciado o jogo político dúplice do presidente Jango

Definindo o presidente da República como um caudilho, que pretende manter-se no poder pela implantação no Brasil de uma ditadura sindicalista, o deputado Herbert Levy, (ex-presidente da UDN), denunciou o jogo político dúplice de sr. João Goulart, consistente em apresentar-se rompido com as forças da comunização, para melhor solapar as resistências democráticas.¹⁵¹

No mesmo jornal, em principal matéria de capa, Bonifácio Andrada da UDN mineira, na tribuna da Assembleia Legislativa, em tom alarmista, denunciou que a ameaça comunista já havia se infiltrado no governo Jango e, na oportunidade, fez a defesa do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, do IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e da

¹⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva/Fapesp, 2002.

¹⁵⁰ DIOCESE de Santos preocupada com a pregação do presidente. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 27 ago. 1963, p. 1.

¹⁵¹ DENUNCIADO o jogo político dúplice do presidente Jango. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 13 ago. 1963, p. 1.

ADEP – Ação Democrática Parlamentar, segundo o deputado, são organismos autenticamente brasileiros criados para combater

a avalanche do partido comunista e o monstro autocrático de Moscou que tenta dominar o mundo, e cujos tentáculos já atingiram o nosso continente. [...] Minas precisa ouvir esta verdade, terrível verdade, a trágica verdade que caiu sobre nossa Pátria. O partido comunista e suas linhas auxiliares conseguiram conquistar postos-chaves na administração e goza de todos os favores do Palácio do Planalto e de muitos palácios governamentais por esse país afora. [...] O complexo IBAD, IPES e ADEP tem por finalidade combater o avanço comunista, denunciar os comunistas, os simpatizantes, os inocentes úteis [...] e fazer frente ao surto totalitário vermelho [...]. A ADEP, da qual é presidente em Minas, contribuiu com 20 mil cartazes, um milhão de cédulas e 100 faixas para eleger candidatos democráticos.¹⁵²

O IBAD e o IPES foram fundados em 1961 para difundir ideologias conservadoras na política, na sociedade e na cultura, principalmente na imprensa. Esses órgãos legitimavam seus discursos com a utilização de intensa propaganda ideológica, possuíam acentuadas relações com a grande mídia e com as elites que se opuseram ao governo João Goulart. Foram essenciais, tanto para a formação de opinião contrária às legítimas demandas dos movimentos sociais, reivindicadas naquele período, como na legitimação do golpe de 1964. Dentre seus líderes estavam intelectuais orgânicos de um novo bloco em formação composto por diretores de multinacionais e administradores de empresas privadas brasileiras, jornalistas e proprietários de jornais, tecnoburocratas de estatais e oficiais militares.¹⁵³ Há que ressaltar que o conceito de intelectual orgânico aqui utilizado resulta dos princípios teóricos de Gramsci para compreender que o grupo social que se reuniu em torno dos órgãos IPES/IBAD buscava produzir e difundir coesão aos seus membros para efetivar seus projetos e ações de poder.

Apesar do discurso do deputado Bonifácio Andrada de o IPES, o IBAD e a ADEP serem instituições genuinamente nacionais, recebiam financiamentos, orientações e instrumentações de organismos norte-americanos:

O IPES [...] era também intimamente ligado à *American Economic Foundation* – AEF, para a qual o IPES se tornou o canal de difusão brasileiro. [...] O *Latin American Information Committee* – LAIC, com sede em Nova York, patrocinado e financiado por corporações dos Estados Unidos, distribuía fundos dessas companhias aos grupos escolhidos para receberem colaboração, aos quais proporcionava certo grau de coordenação

¹⁵² DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 1.

¹⁵³ Ibid., 1981.

internacional. O LAIC patrocinou pelo menos duas reuniões gerais desses grupos, realizadas em Nassau (nas Bahamas), em 1962 e 1963.¹⁵⁴

Destarte, os grupos de estudos e ações do IPES divulgavam na imprensa entrevistas e matérias que exaltavam o capitalismo e a iniciativa privada, publicavam livros, faziam publicidade nos meios de comunicação, financiavam campanhas políticas com o objetivo de atrair simpatizantes e, ao mesmo tempo, buscavam influenciar a Igreja Católica, as Forças Armadas, o Congresso, o Executivo, a classe empresarial, os sindicatos rurais e urbanos, os partidos políticos, a mídia e a sociedade de forma geral para enfraquecer e eliminar os movimentos sociais e políticos identificados com o comunismo. Logo, o IPES conseguiu atrair grandes empresas nacionais e multinacionais para o seu projeto político, a exemplo da Editora Globo, Banco Itaú, Suzano Papel e Celulose, Cervejaria Brahma, Lojas Americanas, Coca Cola, Kibon, Cigarros Souza Cruz, *Light* Eletricidade, *Seleções Reader's Digest*, dentre outras.¹⁵⁵

Os componentes desses grupos de estudo e ação eram preferencialmente civis e militares identificados com a Escola Superior de Guerra (ESG), sob influência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com destaque para o general Golbery do Couto e Silva:

[...] importante papel desempenhado pela ESG ao incorporar civis como alunos e na qualidade de professores visitantes ou permanentes. A ESG consolidou, assim, uma rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Esta rede, organizada na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), promovia conferências, seminários, debates e cursos por todo o país, levando os princípios e doutrinas da ESG a outros protagonistas políticos civis e militares.¹⁵⁶

Dessa maneira, o IPES ao articular a conspiração – de militares e empresários nacionais ligados à ESG/ADESG e multinacionais, que se viram ameaçados pelas ações nacionalistas de Jango, a exemplo da lei de remessa de lucros e nacionalização de empresas estrangeiras –, contra Jango, os estrategistas do órgão elaboraram um projeto político-econômico alternativo à democracia populista. Sob inspiração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visava assegurar o crescimento econômico nos limites do capitalismo internacional, o controle da sociedade civil pelo Estado com o objetivo de assegurar a

¹⁵⁴ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 171.

¹⁵⁵ Ibid. p. 627-638.

¹⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 34.

manutenção da ordem e evitar que possíveis mobilizações populares gerassem revoluções sociais consideradas subversivas. Outro desígnio da DSN era a racionalização da burocracia estatal para impedir que pressões populares interferissem na efetivação de políticas públicas populares e nacionalistas, a exemplo do projeto das reformas de base do governo de Jango. Dessa forma, a ESG, por meio dos diplomados da ADESG, ao promover inúmeras palestras, seminários, debates, cursos e conferências pelo país, consolidou sua doutrinação reacionária, sob o manto da legalidade democrática.

Em relação aos financiamentos externos ao complexo IPES/IBAD/ADEP, sob o pretexto de combater o comunismo, as ações do governo dos Estados Unidos, por meio do embaixador norte-americano no Brasil Lincoln Gordon, da Aliança para o Progresso e da própria Central de Inteligência Americana (CIA), foram essenciais para implementar uma rede de conspiração contra o governo Jango:

A CIA recrutou, tanto do IPES quanto do IBAD e até diretamente, inúmeros oficiais dos mais diversos escalões. [...] Segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito apurou, dezenas e dezenas de generais e coronéis [...] atuaram em todo o Brasil dentro do complexo de corrupção eleitoral e política, que o IBAD montou arregimentados pelo general João Gentil Barbatto e pelo coronel Jurandir Cabral, homem forte da ADEP [...]. Esses militares, chefiavam, via de regra, as células estaduais da ADEP. E o IBAD, do mesmo modo que o IPES, organizou seu próprio serviço secreto no seio das Forças Armadas [...]. O dinheiro distribuído pelo IBAD procedido do estrangeiro, era remetido para o Brasil através do *Royal Bank of Canada*, *Bank of Boston* e *First National City Bank*. [...] Não constituía segredo para ninguém sua intromissão (do embaixador Lincoln Gordon) ativa na política nacional, quer mantendo contatos pessoais com adversários de Goulart, tanto no Rio de Janeiro como de São Paulo, quer financiando diretamente prefeitos e governadores de Estado, sobretudo os da oposição, sob a capa da Aliança para o Progresso.¹⁵⁷

Ao longo da década de 60, os ideais e ações da Aliança para o Progresso não foram tão nobres em seus propósitos, na verdade serviram para financiar não só ações anticomunistas, mas essencialmente apoiar intervenções militares e golpes de Estado em praticamente toda a América Latina.

Quanto à essa situação, o deputado Tancredo Neves, do PSD mineiro e líder do governo na Câmara Federal, ao fazer uma análise sobre a apreensão de armas em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, pela polícia do Exército, afirmou que é o resultado traiçoeiro que certos governos estaduais estão tirando da faculdade de negociar acordos isolados com os

¹⁵⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p. 182-183.

Estados Unidos, cujo auxílio militar, concedido com boas intenções para o aparelhamento das polícias locais, está sendo desviado para o exercício de terrorismo político e tentativas golpistas para tomar o poder. Condição que contraria o pensamento do presidente Kennedy.¹⁵⁸ Sem citar o nome do governador guanabarrino Carlos Lacerda, Tancredo criticou a má utilização das verbas advindas do programa Aliança para o Progresso para estimular um possível golpe de Estado no país. Entretanto, embora Tancredo tenha acertado em suas críticas quanto à utilização das verbas norte-americanas para desestabilizar o governo Jango, o político mineiro erra ao afirmar que essas não eram as intenções do governo dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, o ministro da Justiça Abelardo Jurema denunciou que a criação da CPI no Congresso para apurar um possível atentado contra o governador Carlos Lacerda, era “uma manobra da UDN para derrubar o governo. [...] O governo se acha preparado para reagir da forma mais violenta contra qualquer conspiração”. E, em relação às publicações do jornalista Hélio Fernandes, do *Tribuna da Imprensa*, jornal de propriedade de Lacerda, o ministro afirmou que “ele quer é desagregar o Exército e a sociedade [...]” ao assegurar que “eu dera ordens ao general Pinheiro para matar o Lacerda, com intuito de provocar suscetibilidades na área militar [...]”.¹⁵⁹

Nesse clima de tensões políticas, da mesma forma que publicava pronunciamentos de políticos ligados ao presidente, com a manchete “*Totalitários reúnem-se secretamente em Brasília*”, o jornal *Lavoura e Comércio* anunciou que, em Brasília, ocorria a reunião dos dirigentes dos movimentos sociais de esquerda, CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), PUA (Pacto de Unidade e Ação), organização ligada aos portuários, marítimos e ferroviários, UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), UNE (União Nacional de Estudantes), FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), organização ligada aos setores mais à esquerda do PTB e o Movimento Nacional Feminino para analisar a última crise política de 1963 envolvendo o embate entre Jango e os oposicionistas, capitaneados por Lacerda, além do pedido de estado de sítio do presidente Goulart para contornar a grave crise política e o posterior recuo de tal ato.¹⁶⁰ O jornal uberabense via as organizações populares e suas mobilizações de trabalhadores, estudantes e feministas como movimentos totalitários.

¹⁵⁸ ARMAS são desviadas para o golpe. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 out. 1963, p. 1.

¹⁵⁹ AFIRMA o Ministro da Justiça: O governo acha-se preparado para reagir da forma mais violenta contra qualquer conspiração. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 out. 1963, p. 1.

¹⁶⁰ TOTALITÁRIOS reúnem-se secretamente em Brasília. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 out. 1963, p. 1.

Nesse cenário de construção da desestabilização do governo Jango, o *Lavoura e Comércio* perpetrou críticas de forma irônica sobre a participação de tantos esquerdistas nomeados por João Goulart e pela ida do presidente a Roma para buscar a bênção do papa para o seu governo. Com isso, [...] quer mostrar que tem lavadas em água benta as mãos com quem tem assinado tantas nomeações de comunistas, que entroniza nos altos postos da República, para trair a democracia cristã.¹⁶¹

Diante da elevação das críticas a seu governo e para tentar recuperar a estabilidade política e social, Jango passou a defender a necessidade da decretação de estado de sítio no país. O presidente argumentava que a oposição preparava uma conspiração política contra seu governo, articulada por Carlos Lacerda e Ademar de Barros em conluio com setores da imprensa, parlamentares e empresários. Entretanto, diversos governadores estaduais, dentre os quais Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto, assim como os parlamentares da oposição, capitaneados pela UDN, foram contrários ao ato emergencial. A solicitação de Jango foi criticada até mesmo pela esquerda e, sob pressão, João Goulart recua e retira seu pedido de decretação de estado de sítio no país. A solução para tal crise requereria amplas negociações e concessões políticas que tanto o governo quanto a oposição não estavam dispostos a ceder.

Além da tensão política, elevava-se a crise econômica, a instabilidade das contas públicas, a inflação e a explosão das greves em praticamente todos os setores. Essa situação, em seu conjunto, decorria em grande parte devido às condições políticas instáveis e na incapacidade de Jango e de sua equipe ministerial em fazer os ajustes necessários para solucionar a grave crise financeira. Paulatinamente, essas instabilidades removiam a confiança da população na capacidade do governo em solucionar tal conjuntura e, acrescenta-se a esse cenário de vicissitudes, a oposição reacionária não aceitava fazer o jogo político de acordo com as normas institucionais assentadas nos valores democráticos. Dessa forma, o governo Jango caminhava rapidamente para o colapso.

Entretanto, apesar do agravamento da situação político-econômica do país, a popularidade do presidente não era baixa. Ao ser deposto, Jango contava com amplo apoio popular, apesar da polarização ideológica que o país enfrentava, como apontavam as pesquisas às vésperas do golpe de 1964. As pesquisas feitas pelo Ibope em três cidades paulistas apontavam que 15% dos entrevistados consideravam o governo Jango ótimo, 30%

¹⁶¹ O SR. João Goulart foi à Roma... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 10 jul. 1963, Escutando e Divulgando, p. 6.

bom e 24% regular. Em outro levantamento do Ibope, realizado entre os dias 9 e 26 de março de 1964, ao entrevistar eleitores em oito capitais do país, demonstrou que 49,8% dos pesquisados admitiam votar em Jango caso ele pudesse se candidatar à reeleição em 1965.¹⁶²

Situação semelhante de popularidade de Jango, pelo menos entre os universitários da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, pois, em razão da colação de grau dos 103 bacharelados da turma de 1963, a comissão de festas foi recebida em audiência pelo presidente Jango no palácio da Alvorada, ocasião em que Jango aceitou o convite para ser o paraninfo dos formandos:

Figura 14 – Presidente João Goulart recebe em Brasília os representantes da comissão de formatura da turma do curso de Direito de 1963.



Fonte: *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 06 nov. 1963, p. 1. APU.

A comissão de formatura, composta por Ney Junqueira, Minervino Cesarino, Iraldo Bernardi e Ricardo Prieto, foi recepcionada pessoalmente pelo presidente Jango. O presidente prometeu enviar a Uberaba, para a Guarda Presidencial, abrilhantando as solenidades da Faculdade de Direito, os famosos “Dragões da Independência”. No dia 13 de dezembro, no Cine Metrópole, será entregue os diplomas aos bacharelados e um dia depois, no salão do

¹⁶² DÓRIA, Palmério; SEVERIANO, Mylton. **Golpe de Estado**: O espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

Jockey Club, será realizado o Baile de Gala. Os formandos agradeceram os esforços do médico e líder petebista local Hélio Angotti em conseguir uma audiência com o presidente Jango no palácio da Alvorada.¹⁶³

E Jango cumpriu a promessa, acompanhado do senador Camilo da Gama, do deputado federal Tancredo Neves, do embaixador Mário Palmério e dos membros da Casa Civil e Militar. Na ocasião, foi muito bem recebido por uma multidão de pessoas que o aguardavam ansiosamente no aeroporto de Uberaba. De forma bastante simpática, Jango entrou no ônibus dos estudantes universitários que o receberam entusiasticamente. Na cidade, ainda recebeu o título de *honoris causa* concedido por Mário Palmério da atual Universidade de Uberaba. Na solenidade de formatura do curso de Direito, o presidente iniciou seu discurso falando sobre a situação social e política do Brasil, momento em que preconizou a necessidade da união do estudante e do operário na luta pelas reformas básicas e em prol do bem-estar e de um padrão de vida melhor e mais justo para todos os brasileiros. Por várias vezes foi interrompido por prolongados aplausos, principalmente quando evocou o nome de Getúlio Vargas.

Figura 15 – Presidente João Goulart paraninfa a turma do curso Direito de 1963, no cine Metrôpole.

Fonte: *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 14 dez. 1963, p. 1. APU.

Após o evento de colação de grau dos alunos do curso de Direito, na residência de Hélio Angotti do PTB, foi oferecido um jantar para o presidente e demais autoridades políticas. Na oportunidade, Jango anunciou que, em sua gestão, concluiria a BR-31, atual 262,

¹⁶³ O PRESIDENTE da República, paraninfo da Faculdade de Direito, aceitou o convite e virá a Uberaba na festa de 13 de dezembro! *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 06 nov. 1963, p. 1.

rodovia que interliga Uberaba a Belo Horizonte e, gentilmente, atendeu a outras solicitações dos políticos da cidade.¹⁶⁴

Mesmo com a presteza e as amabilidades de Jango em atender a todas as reivindicações feitas em Uberaba, citadas por vários colunistas, políticos e estudantes da cidade, características típicas de um político carismático, o ano de 1964 aproximava-se e os problemas econômicos e políticos do país persistiam. Nessa trilha de desajustes econômicos e financeiros, o ministro da Fazenda Carvalho Pinto demitiu-se, sendo substituído por Ney Galvão. Em sua despedida, o ministro demissionário afirmou que foi coerente

em uma hora em que a demagogia de uns e a avidez de outros parece prevalecer. [...] não posso esconder meus temores quanto à situação do país, se não forem tomadas [...] medidas capazes de solucionar a crise brasileira. E essa crise [...] não será solucionada por nomes providenciais, por pregações demagógicas ou por apelos à subversão. Sejam esses apelos feitos em nome da justiça ou da manutenção de uma ordem social que muitas vezes é sinônimo de injustiça. A crise está a exigir homogeneidade do governo, com a austeridade de hábitos de métodos e definição de propósitos.¹⁶⁵

Na mesma entrevista, o ex-ministro chegou a mencionar que persistindo as condições naturais e mantidas as medidas disciplinadoras, a situação tenderia a melhorar em 1964. Entretanto, nem a situação política e muito menos a situação econômica coadunavam com as palavras do demissionário Carvalho Pinto.

2.4 A crise de março de 1964: a polarização da sociedade e o golpe militar

Ao final dos anos de 1950 e na primeira metade da década de 60, acentuadamente no governo Jango, os grupos de esquerda mobilizaram-se intensamente, seja no interior do Congresso, nos sindicatos, na zona rural, nas universidades ou nos quartéis. Nessa trilha, surgiram inúmeros movimentos reivindicando aumentos salariais, os quais se manifestavam por meio de greves, cada vez mais numerosas nos diversos pontos do território brasileiro. Esses legítimos movimentos populares passaram a exigir, de forma mais consciente e organizada, a ampliação de seus direitos sociais e políticos de maneira mais combativa.

¹⁶⁴ PRESIDENTE João Goulart paraninfou os bacharéis de Uberaba, de 1963. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 dez. 1963, p. 1.

¹⁶⁵ DEMITE-SE o Ministro da Fazenda. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 20 dez. 1963, p. 1.

Sobre as mobilizações populares e suas reivindicações, de forma até surpreendente para os padrões conservadores do *Lavoura e Comércio*, em seu editorial, refutava um artigo do *Wall Street Journal* que afirmava que o Brasil estava categoricamente à beira da revolução. O jornal norte-americano afirmava que o processo revolucionário constitui uma veemente aspiração das Forças Armadas e da população. Segundo o editorial do *Lavoura*,

há evidentemente, uma grave distorção da verdade no editorial da folha estadunidense, pois o que os brasileiros desejam, na sua imensa, na sua absoluta maioria, é de paz e tranquilidade para trabalhar e produzir. A tendência de resolver os problemas do país de maneira pacífica, sem recorrer à violência, foi sempre uma constância na vida nacional. Fizemos a Abolição e a República sem derramar sangue. Movimentos que as outras nações custaram destruições em massa e a morte de milhares de pessoas, desenvolveram-se aqui serenamente, sem apelos à força e nem ameaças de desordem. Na verdade o Brasil não está à beira de uma revolução. E não a desejam todos, desde o presidente João Goulart até o último sargento das Forças Armadas. [...] As reivindicações populares são perfeitamente legítimas e justas, não encerram qualquer atentado contra as instituições [...] Se isso constituísse desejo de revolução, então, sim, sem dúvida, o povo brasileiro, seria, na sua imensa maioria, ardorosamente revolucionário.¹⁶⁶

O desejo de reformas sociais mais amplas, na perspectiva do *Wall Street Journal* e da maioria da elite brasileira, era visto como se a revolução comunista estivesse a caminho e, nesse cenário, a situação de polarização política no Brasil acelerou-se nos três primeiros meses de 1964, uma vez que sem conseguir controlar a inflação e conter as greves que se alastravam pelo país, fracassado o Plano Trienal, sem conseguir aprovar a reforma agrária e manter sua base de sustentação política, o governo Jango acentuava seu processo de crise. Em relação à reforma agrária, apesar do apoio de expressiva parcela da população, o projeto não foi aprovado devido à incapacidade política dos congressistas do PSD e PTB, da própria base aliada de Jango, de estabelecerem acordos e concessões para que se consolidasse a distribuição de terras no país. Logo, perdeu-se a grande oportunidade de corrigir as distorções históricas de concentração fundiária que remontam aos tempos coloniais, em grande medida pela intransigência dos setores mais radicais do partido de Jango, o PTB, principalmente do deputado petebista Leonel Brizola, cunhado do presidente, que chegou a afirmar enfaticamente que não admitiria

fórmulas conciliatórias para a reforma agrária, que terá de ser radical, como proposta pelo líder Bocaiúva Cunha, em nome do PTB [...] Dessa forma,

¹⁶⁶ CONFUSÃO ou distorção da verdade? **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 03 nov. 1963, Editorial, p. 2.

ficava muito claro que o objetivo do PTB não era conseguir a aprovação do projeto, mas mostrar à opinião pública que o Congresso era realmente reacionário.¹⁶⁷

Diante dessa condição de intransigência e impasse, Jango começava a perder o apoio da base aliada, principalmente do PSD, e as reformas ministeriais já não surtiam o efeito desejado de manter as alianças políticas para dar sustentabilidade ao seu governo. O país caminhava para a polarização política e Jango começou a lidar com intensas críticas, tanto da esquerda quanto da direita:

‘Prestigiar Jango é, na verdade, desservir o Brasil. É contribuir para que a Nação caminhe depressa para uma situação realmente tenebrosa’, afirmou ontem na Câmara o padre Vidigal (PSD-MG) em longo discurso de críticas à interferência do presidente da República na vida do seu partido, e, principalmente, o apoio que este vem emprestando ao governo federal. O representante de Minas verberou candentemente ‘os cidadãos que dirigem o PSD não percebem o tremendo ridículo a que Jango os expõe diante da opinião pública, dentro de um esquema de desmoralização cada vez maior do partido majoritário’.¹⁶⁸

No mesmo dia, na principal matéria de capa, o *Lavoura* publicava que o presidente Jango foi alertado por um telefonema do sr. Tancredo Neves, que o informava da disposição do PSD em adotar uma posição de hostilidade diante do seu governo.¹⁶⁹ “Segundo informa o Palácio do Planalto, três foram os pontos de atritos ao longo do diálogo entre Jango e os líderes do PSD: participação comunista no governo, greves e inflação”.¹⁷⁰

A oposição do Partido Social Progressista (PSP), presidido por Ademar de Barros, governador de São Paulo, também se acentuava quando o político paulista afirmou que não aceitaria uma reaproximação com o presidente Jango e se algum elemento do PSP aceitasse alguma pasta ministerial seria expulso do partido. O governador paulista também revelou que o líder do PSP na Câmara, deputado Arnaldo Cerdeira, chegou a propor à UDN o *impeachment* do presidente da República, mas os udenistas consideraram prematuro o pedido de afastamento de Jango. Na ocasião, Ademar de Barros mencionou um plano tramado contra ele pelo presidente Jango, semelhante ao que foi feito contra Carlos Lacerda, mas que seus amigos da Força Aérea Brasileira (FAB) o preveniram a tempo. O líder do PSP também

¹⁶⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 170-172.

¹⁶⁸ PRESTIGIAR Jango é desservir o Brasil. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 18 out. 1963, p. 1.

¹⁶⁹ AFINADO o governador de Minas com o presidente da República. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 18 out. 1963, p. 1.

¹⁷⁰ SEGUNDO informa ... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 18 out. 1963, Retalhos, p. 1.

referiu-se ao pedido de estado de sítio, do qual Jango teve que recuar, apontando-o como prova da instabilidade e desorientação do chefe da Nação e assegurou que Jango queria destruir as instituições democráticas no Brasil. Ao mesmo tempo, anunciou que iria a Guanabara para se encontrar com o governador Carlos Lacerda, líder da UDN e um dos principais opositores de Jango.¹⁷¹

Percebe-se que as críticas contra Jango se avolumavam, mesmo entre os antigos aliados e na grande imprensa, as mais árdas ofensivas vinham de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Júlio de Mesquita e de Carlos Lacerda, respectivamente. Os acontecimentos do início de 1964 selaram a convergência desses e outros grupos de conspiradores e, nesse contexto, uma combinação perigosa de crise econômica – o PIB apresentava sinais de estagnação e a espiral inflacionária atingia níveis elevados – associava-se à explosiva crise política, uma vez que Jango perdia parte considerável de sua base no Congresso Nacional. Associado à conjuntura retratada, os trabalhadores urbanos e rurais cada vez mais se faziam presentes no cenário político exigindo justiça social, enquanto os militares de baixa patente exigiam por direito uma maior participação política. Esses fatores conjugados criaram a tessitura para a descontinuidade do governo Jango e para a própria longevidade da frágil democracia brasileira. Entre 1963 e 1964, conspirava-se à direita e à esquerda, entre civis e militares, entre moderados e radicais e até entre clérigos, estudantes, operários e camponeses. Ressalta-se que ao incorporar novos atores ao jogo político, o trabalhismo tornou as disputas políticas e os projetos de poder muito mais complexos. Nunca o país assistiu, num período tão curto de tempo, ao surgimento de tantos movimentos reivindicatórios:

Os “tempos de Goulart” singularizam-se dentro da história política brasileira: neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma tensa a fábrica, o campo, o quartel.¹⁷²

Nesse contexto de intensa politização, marcado pela singularidade, para os setores nacionalistas e de esquerda, a ordem do momento eram as reformas estruturais. Todavia, ao incorporar essas percepções divergentes acerca do modelo de desenvolvimento para o Brasil, na perspectiva da oposição mais conservadora, Jango levaria o país para a senda do

¹⁷¹ ADEMAR afirma que não reaproximará nem se comporá com o presidente da República. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 18 out. 1963, p. 1.

¹⁷² TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 67

comunismo. No entendimento das forças contrárias a Jango, a probabilidade do presidente aproximar-se do “perigo vermelho” foi alentada pela Revolução Cubana e pelas suas viagens à União Soviética e à China. Corroborando com esse argumento, as palavras de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista, pronunciadas em janeiro de 1964, repercutiram de forma explosiva entre os conservadores: “Os comunistas não estão no governo, mas estão no poder”.¹⁷³

O pronunciamento do lendário líder comunista agitou os círculos políticos mais conservadores do país e contribuiu para desgastar ainda mais o fragilizado governo Jango e elevar o tom de críticas entre os oposicionistas. Na primeira metade dos anos de 1960, no cenário político do país, as organizações e demais segmentos sociais e políticos de oposição a João Goulart eram compostos por diversos setores, de parlamentares e governadores, destacando-se Carlos Lacerda, do estado da Guanabara, Adhemar de Barros, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, a empresários, ruralistas e militares de direita. Essa oposição política organizava-se em torno da UDN, o maior partido de oposição e de agremiações menores como o Partido Republicano (PR) e o Partido Social Progressista (PSP). Com o agravamento da crise do governo Jango, setores mais conservadores do Partido Social Democrático (PSD) também passaram para a oposição.

Além desses partidos políticos, instituições como o complexo IPES/IBAD/ESG, com subvenções norte-americanas e de empresários brasileiros, sob orientação da Doutrina de Segurança Nacional passaram a realizar intensa propaganda anticomunista nos principais jornais da grande imprensa e nos demais meios de comunicação do país. Tal atividade com finalidade de influenciar com eficiência os setores conservadores da Igreja Católica, a maior parte do empresariado nacional e multinacional, os ruralistas e demais proprietários de terras, segmentos consideráveis da classe média, inclusive as mulheres que formaram os quadros da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a Liga da Mulher Democrática (LIMDE).¹⁷⁴ O clero católico, com determinadas exceções, por meio de missas, homilias, sermões, publicações nos jornais, programas de rádios e panfletos, apoiou claramente a queda de Jango e a implantação do regime militar. A ação desse segmento religioso foi essencial por

¹⁷³ NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia (Coords.). São Paulo: Atual, 1998. p. 9-10.

¹⁷⁴ Em relação aos grupos que se pactuaram para depor Jango, ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. João Goulart e crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964- 2004)**. Bauru: EDUSC, 2004. p.179-201.

convocar seus fiéis para desfilar em marcha pela família, pela tradição e pela liberdade nas principais cidades do país ao acusar Jango e seus aliados de subversivos e comunistas ateus.

Dentre esses setores que sustentaram a implementação do regime militar, há que se destacar o papel basilar da imprensa. Sobre o papel dos periódicos, pouco mais de seis meses antes da implantação do golpe militar no Brasil, o editorial do *Lavoura e Comércio* denunciava o colapso dos princípios democráticos com a implantação da ditadura militar no Equador:

Sacrifício de liberdade

A Junta Militar que assumiu o governo do Equador declarou que lhe são necessários dois anos “para cumprir a sua missão de impor ordem ao país. Vinte e quatro meses não significam certamente, um espaço de tempo exagerado para tarefa de tanta magnitude. O novo governo sugere um vasto plano de realizações, no campo social, político e econômico, propondo-se, inclusive, “extirpar as infiltrações comunistas”. Se há alguma coisa imprevisível, todavia, na vida de uma nação é a duração de um regime de exceção. Uma ditadura tanto pode prolongar-se por dois ou vinte anos, como também cair em dois meses. Marcar, com antecedência os dias ou anos os anos de existência de governo que se apoia na força das armas e não no voto livre, assegurado no comício das urnas, é desprezar a vontade do povo e negar-lhe o direito de escolher os seus próprios dirigentes. É condenar, inapelavelmente, os princípios democráticos. Há uma menção ao perigo vermelho, que os novos dirigentes equatorianos se propõem a combater com vigor. Duvida-se, entretanto da sua sinceridade, tendo inclusive um dos mais prestigiosos jornais estadunidenses – o “*Washington Post*” –, afirmado que “a bandeira anticomunista do golpe seria mero adorno propagandístico”, sendo a solução conservadora das questões sociais o verdadeiro objetivo... [...] Mais um país da América Latina mergulhou-se na ditadura. Mais um povo deixou de ser livre, alienando as suas franquias democráticas. Qualquer que seja o rumo que a Junta Militar do Equador imprima à marcha evolutiva do seu país, já foi exigido do povo o sacrifício de um bem de inestimável valor: – a liberdade. [...] Exigiram-lhe, sem dúvida, uma carta de crédito de exagerada confiança.¹⁷⁵

No editorial, Quintiliano Jardim, proprietário do *Lavoura*, de forma bastante lúcida, assevera que mais um país latino-americano “mergulhou-se na ditadura” “sendo a solução conservadora das questões sociais o verdadeiro objetivo” e “foi exigido da população o sacrifício de um bem de inestimável valor: – a liberdade”. Jardim utiliza a frase do jornal *Washington Post* para afirmar que “a bandeira anticomunista do golpe seria mero adorno propagandístico”. No entanto, o mesmo Jardim e o próprio governo norte-americano, oito meses após a implantação do golpe militar equatoriano, apoiaram a implementação da deposição de Jango e a ascensão do regime ditatorial no país.

¹⁷⁵ SACRIFÍCIO de liberdade. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 20 jul. 1963, Editorial, p. 2.

Em relação aos aliados do presidente João Goulart, destacavam-se o Partido Trabalhista Brasileiro, agremiação da qual era filiado, e setores do Partido Socialista Brasileiro e do Partido Comunista, este na ilegalidade, mas com grande atuação e militância política. Além desses partidos políticos, associações como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o movimento sindical, particularmente os sindicatos ligados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), os movimentos de trabalhadores rurais vinculados às Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, o movimento estudantil capitaneados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e determinados segmentos nacionalistas e constitucionalistas das Forças Armadas, especialmente os militares de baixa patente das Forças Armadas, setores progressistas da Igreja Católica e governadores, a exemplo de Miguel Arraes de Pernambuco.¹⁷⁶ A instabilidade política que marcou o governo Jango, embora incorporando novos agentes políticos, remete ao debate do período varguista:

O cenário do conflito era complexo, estendia-se das organizações políticas à sociedade civil, apresentava forte interferência internacional e traduzia um conflito ideológico profundo que incluía entre seus ingredientes a antiga querela entre defensores do trabalhismo getulista e tradicionais adversários de Getúlio Vargas. [...] O ano de 1964 nasceu marcado pela continuidade de profundas desavenças políticas que alimentavam a história brasileira desde 1930. Divergências que se tornaram mais complexas a partir do início da década de 1960, mas que reeditavam velhas tramas e conflitos. Dez anos após o suicídio de Getúlio Vargas, o filme sobre a história brasileira parecia de alguma forma reeditado, desta feita incorporando novos personagens e provocando uma ruptura que havia sido ensaiada em 1954.¹⁷⁷

Os tempos janguistas, ao incorporar novos agentes na arena política, foram marcados por intensas manifestações políticas populares que atingiam desde as indústrias da região sudeste, às fazendas no interior de Minas e Goiás, aos canaviais da Zona da Mata nordestina, até as casernas das Forças Armadas. Esses setores exigiam melhores salários e condições de trabalho, bem como a ampliação dos direitos de participação política e acesso à terra. As ocupações de latifúndios pelos camponeses, as manifestações dos militares de baixa patente e as greves dos portuários, bancários, operários, professores, camponeses, dentre outras categorias, e as reivindicações sociopolíticas dos trabalhadores rurais e urbanos, na concepção dos setores mais conservadores, geravam temores e pareciam não ter mais fim. Nesse cenário,

¹⁷⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil: 1954 – Prenúncios de 1964. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p. 484-503, Julho 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a13.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

¹⁷⁷ Ibid. p. 501-2.

as inquietações e receios dos setores conservadores e de oposição ao governo Jango eram canalizadas pelo *LC* em suas diversas manchetes:

Camponeses de Goiás ameaçam invadir terras em Trindade

[...] A invasão será comandada por membros do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Os fazendeiros e o governador Mauro Borges dizem que não permitirão qualquer invasão de terras, sejam elas de que for.¹⁷⁸

Fazendeiros e Camponeses entram em contato com Magalhães Pinto

Uma comissão composta do prefeito de Governador Valadares e de centenas de fazendeiros esteve ontem em contato com o governador Magalhães Pinto, solicitando medidas enérgicas por parte do Estado a fim de conter a invasão de suas terras. O governador mineiro prometeu que a polícia agirá com a máxima energia. Horas mais tarde, Magalhães Pinto recebeu a visita dos camponeses sobre o mesmo assunto.¹⁷⁹

Sociedade Rural do Triângulo Mineiro solidariza-se com fazendeiros de Governador Valadares

A SRTM acaba de enviar o seguinte telegrama à sua congênere de Governador Valadares, apoiando entusiasticamente a atitude dos fazendeiros daquele município: A SRTM [...] apresenta [...] sua total solidariedade pela desassomburada atuação de V.Ss, expulsando de suas propriedades, elementos inescrupulosos, que desrespeitando o texto constitucional vigente do país, tentam apossar de terras alheias. [...] estamos sempre atentos aos problemas da nossa classe e dispostos a colaborar para a conservação dos princípios democráticos e cristãos do povo brasileiro.¹⁸⁰

Minuta do decreto da SUPRA foi entregue a João Goulart

O sr. João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA entregou a minuta [...] do decreto que trata da desapropriação das terras ao longo das vias federais, canais e açudes.¹⁸¹

Amaral Peixoto adverte o Presidente

O sr. Amaral Peixoto fez uma advertência ao sr. João Goulart sobre as reformas de base, dizendo que de nada valerão as soluções aparatosas de efeito transitório, atendendo mais à vaidade de seus propositores do que às necessidades do povo.¹⁸²

¹⁷⁸ CAMPONESES de Goiás ameaçam invadir terras em Trindade. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 fev.1964, p. 1.

¹⁷⁹ FAZENDEIROS e Camponeses entram em contato com Magalhães Pinto. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 fev. 1964, p. 1.

¹⁸⁰ SOCIEDADE Rural do Triângulo Mineiro solidariza-se com fazendeiros de Governador Valadares. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 fev. 1964, p. 1.

¹⁸¹ MINUTA do decreto da SUPRA foi entregue a João Goulart. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 fev. 1964, p. 1.

¹⁸² AMARAL Peixoto adverte o Presidente. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 fev. 1964, p. 1.

Ferrovários ameaçam greve geral para o dia 18

Os ferroviários do país desejam um salário único para a sua classe, ameaçando entrar em greve geral no próximo dia 18 se não forem atendidas as suas reivindicações.¹⁸³

A fundação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) objetivava formular e implementar a política agrária do país, realizar a assistência técnica aos homens do campo e desapropriar os latifúndios de interesse social. Sua gênese deve-se à ampliação e mobilização política dos trabalhadores rurais e sua luta legítima pela posse da terra, por meio da organização dos sindicatos e Ligas Camponesas. No entanto, as reivindicações não se limitavam à reforma agrária, mas também pleiteavam a conquista dos direitos trabalhistas para os camponeses e a ampliação do direito de voto.

Ao mesmo tempo, as reivindicações dos setores populares, atemorizavam as elites do país, a exemplo dos proprietários rurais que buscavam o apoio dos setores sociais urbanos mais conservadores para conter a reforma agrária e, conseqüentemente, a desapropriação de suas terras. Com o argumento do direito de propriedade, lançaram um manifesto bastante alarmista intitulado *Grito de alerta*, em abril de 1963, conclamando para a defesa dos ideais de democracia e liberdade para conter a cubanização do país:

Nós, os proprietários de terra [...] comparecemos com este manifesto perante nossos compatriotas de todos os rincões de nossa Pátria para alertá-los contra a insidiosa manobra que os inimigos da Democracia e da Liberdade estão arquitetando contra a nação brasileira. Aproveitando-se da necessidade de resolver a situação de desamparo e abandono em que se encontra a grande maioria dos trabalhadores rurais, procuram forçar o Congresso Nacional a aprovar uma Reforma Agrária injusta, inconstitucional e anticristã. [...] visam [...] a destruição do sagrado direito de propriedade, rasgando a Constituição Federal, e a posterior ‘cubanização’ do país. Alerta, pois, industriais e industriários, comerciantes e comerciários, banqueiros e bancários, médicos e militares, engenheiros e advogados, funcionários públicos e trabalhadores em geral, proprietários de alguma coisa no Brasil. [...] Cassado o direito de propriedade da terra, virá depois a cassação de todos os demais direitos de propriedade, com as reformas urbanas, comerciais, industriais, etc., numa avalanche incontrolável que nos levará inevitavelmente, com a estatização e a socialização de tudo, ao domínio voraz do comunismo internacional.¹⁸⁴

Contra a pretensão de transformar a estrutura secularmente atrasada que remonta aos tempos coloniais do Brasil, a exemplo da desigualdade social, do analfabetismo, do latifúndio, dentre outros, levanta-se na imprensa e no Congresso uma reação sem precedentes contra

¹⁸³ FERROVIÁRIOS ameaçam greve geral para o dia 18. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 fev. 1964, p. 1.

¹⁸⁴ CARONE, Edgard. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo, Difel, 1981. p. 321-2.

João Goulart. Entretanto, a revolta dos conservadores se direcionava não só contra a reforma agrária, mas contra a própria continuidade do governo Jango. Para a UDN e setores consideráveis do PSD, era inadmissível implantar reformas populares e nacionalistas que permitissem aos trabalhadores maior acesso aos direitos de cidadania.

Na Câmara, o líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), deputado Bocaiúva Cunha, apresentou o projeto da reforma agrária aos deputados. Entretanto, ao longo das discussões nas comissões e no plenário, ocorreu um erro de estratégia por parte dos petebistas, uma vez que, mesmo cientes da necessidade de estabelecer alianças com outros partidos para a aprovação do principal projeto das reformas de base, o PTB de Jango não fez concessões às emendas apresentadas. Os pontos da discórdia eram em relação às desapropriações, se seriam somente em terras improdutivas, e à forma de pagamento da indenização aos ruralistas, se em espécie ou em títulos públicos. Diante do impasse na própria base, o projeto não foi aprovado e o governo começava a perder o apoio do PSD, partido da base governista e, nesse contexto de cisões, rompia-se uma aliança importantíssima para a sustentação política do governo.¹⁸⁵ Nesses termos, perdendo sua sustentação política, os opositores trataram de desestabilizar o governo. Nesse caminho, o *Lavoura* publicava as manchetes sobre as declarações do conservador político udenista Francelino Pereira e do pessedista Amaral Peixoto em relação às pretensões de Jango sobre a reforma agrária:

Goulart acusado de especulação quanto à Reforma Agrária

O sr. Francelino Pereira, da UDN de Minas, dirigiu da tribuna da Câmara um apelo as forças partidárias, para que retirem da ordem do dia a emenda constitucional de reforma agrária, até que se restabeleça no país um mínimo de confiança no governo.¹⁸⁶

Amaral Peixoto: “O PTB não quer nada que não seja a baderna, a desordem do País”

O presidente do PSD, ministro Amaral Peixoto, ratificou [...] a inviabilidade de um acordo com o PTB, em torno de um texto de emenda constitucional para a reforma agrária. [...] a solução defendida pelo PTB implica em admitir a desapropriação de qualquer propriedade, lançando no meio agrícola a inquietação, a intranquilidade, o caos.¹⁸⁷

Ao contrário da narrativa dos tradicionais políticos Francelino Pereira e Amaral Peixoto, entende-se que a reforma agrária seria essencial, não só para ampliar a distribuição

¹⁸⁵ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

¹⁸⁶ GOULART acusado de especulação quanto à Reforma Agrária. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 20 jul. 1963, Editorial, p. 2.

¹⁸⁷ AMARAL Peixoto: “O PTB não quer nada que não seja a baderna, a desordem do País”. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 20 ago. 1963, Editorial, p. 2.

de renda no país, mas também para diminuir o poder político dos grandes proprietários rurais. No entanto, a intensificação das mobilizações e ocupações de terra, bem como a morosidade do Congresso Nacional em aprovar a lei de reforma agrária, levaram Jango a decretar, em 13 de março de 1964, a expropriação das terras ao longo das rodovias e ferrovias federais. A situação intensificou a mobilização e a forte reação das entidades classistas rurais, a exemplo da SRTM, atual ABCZ, entidade formada por grandes pecuaristas, sediada em Uberaba, ao acusarem a SUPRA de atuar como instrumento da CGT e de promover a agitação nos meios rurais. Essa mobilização, dentre outros fatores, em seu conjunto, culminou com o golpe de 31 de março de 1964. Nesse cenário, o regime militar, logo no início de sua implantação, tratou de extinguir a SUPRA com o objetivo de conter as manifestações e reivindicações populares no campo.

Pelas matérias de capa do *Lavoura e Comércio*, percebe-se claramente o posicionamento político conservador do jornal ao realçar com mais intensidade as notícias de interesse dos grandes ruralistas. Em seu editorial, o periódico teceu elogios aos professores da Universidade de São Paulo (USP) pela realização do Congresso Brasileiro para definição das reformas de base, realizadas na tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, momento em que foram desenvolvidos estudos científicos “sem qualquer influência dos poderes públicos federais, estaduais ou municipais. A reunião foi exclusivamente de estudiosos dos problemas sociais e econômicos nacionais, sem qualquer interferência partidária ou grupalista”.¹⁸⁸ Pela narrativa do periódico seria possível e salutar para o país, restringir uma temática tão polêmica apenas como uma questão técnica, que deveria ser solucionada sem uma ampla negociação política. Quintiliano Jardim não compreendeu ou não quis aceitar que a sociedade civil, através de organizações e movimentos populares, ao exigir seus direitos e questionar as desigualdades sociais no país, passou a ter um papel decisivo no Estado brasileiro.

Se referindo às tensões que grassavam o país, sem nomear o presidente Jango, o *Lavoura* voltava a tecer críticas ao afirmar que a violência não é o melhor recurso para solucionar os problemas humanos, pois as guerras por mais que possam parecer justas são pretextos injustos para a realização de uma pretendida justiça social. Temerário acerca da situação econômica e da radicalização política, recriminava a administração janguista por não melhorar as condições sociais dos trabalhadores. Segundo o periódico, não deveria “criar

¹⁸⁸ UM congresso de considerável significação. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 fev. 1964, Editorial, p. 2.

condições econômicas e sociais que aumentem a tensão e a miséria já naturalmente aceleradas pelas próprias injunções internacionais, uma vez que a função dos governantes é aparar arestas e não aumentar os motivos de atrito e descontentamento”.¹⁸⁹

Na edição de 13 de março de 1964, por ocasião do comício na Central do Brasil, proferido por Jango, o *Lavoura* deu voz aos opositores do presidente ao destacar a fala do marechal Mendes de Moraes, quando assegurou que o “panorama brasileiro é nitidamente de fase pré-revolucionária”. Ao mesmo tempo, afiançou os discursos de Carlos Lacerda, quando atacou o governo federal pela realização do comício, e dos deputados Cunha Bueno e Braga Ramos, quando afirmaram que Goulart pretendia, após o comício de hoje, governar o país através de decretos, ignorando o Congresso e iniciando uma ditadura branca no país. Além dessas manifestações, o periódico publicou o manifesto da *Mobilização Democrática Mineira*, ao denunciar Jango de ser o patrono de toda a trama comunista que se observa no país: “o golpe de estado está tramado e virá em nome das reformas sociais, procurando derrubar a democracia”.¹⁹⁰

Sobre o comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, Goulart reafirmou seu projeto de defender as reformas de base para gerar uma maior distribuição de renda no país. A proposta não se restringiria à reforma agrária, mas também abrangeria as reformas tributária e fiscal, a reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto e pela elegibilidade de todos os brasileiros, a encampação das refinarias particulares pela Petrobrás. Ao mesmo tempo, o presidente Jango fez críticas às classes conservadoras. No comício da Central do Brasil, o *Lavoura* publicou que o cunhado do presidente Jango, o deputado petebista Leonel Brizola, era o orador mais exaltado e extremista:

[...] utilizando os repisados chavões totalitários para defender suas teses, pedindo a dissolução do Congresso e a instituição de uma constituinte para eleger o que chamou de ‘congresso popular, composto por trabalhadores, lavradores, sargentos e oficiais nacionalista, e de onde sejam expulsas as velhas raposas da política brasileira’. [...] Apontou depois outra alternativa, no caso de ser inquinada de ‘ilegal, subversiva e institucional’: a realização de plebiscitos. Disse também da sua disposição de ‘responder à violência com violência’, criticou o governador da Guanabara e fez o elogio ao presidente pela assinatura dos decretos da SUPRA e da encampação. Pediu,

¹⁸⁹ A VIOLÊNCIA não é a solução para quaisquer problemas humanos. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 18 fev. 1964, Escutando e Divulgando, p. 6.

¹⁹⁰ O PANORAMA brasileiro é nitidamente de fase pré-revolucionária. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 13 mar. 1964, p. 6.

por fim, ao presidente para encerrar o ‘governo da conciliação’ e realizar um ‘governo popular e nacionalista’.¹⁹¹

A ordem do discurso de Brizola, ao propor o término do governo conciliador, característica peculiar da política de Jango, ao defender as reformas de base, na lei ou na marra, e ameaçar o próprio Congresso Nacional, caso os parlamentares não aprovassem o projeto reformista, reforçou a mobilização de setores golpistas para depor o presidente Goulart. Leonel Brizola, do PTB, era um dos políticos mais expressivos e combativos da esquerda nacionalista e, dessa forma, buscou incentivar a população a defender as reformas de base, mesmo contra a vontade dos deputados e senadores, acusando-os de protegerem apenas os negócios de grandes corporações e os interesses elitistas. Na concepção do líder petebista, os parlamentares jamais aprovariam as reformas sociais de que o país necessitava. Contra estes congressistas que atendiam somente aos interesses dos setores mais privilegiados, recomendava uma nova constituinte da qual emanasse um governo e um Congresso identificados com as reivindicações populares e nacionalistas.

Com dificuldades para aprovar as reformas no Congresso, Jango buscou o apoio das massas como forma de pressionar os congressistas. O último ato presidencial de Jango foi tentar estabelecer, de forma impactante, uma sintonia com as reivindicações históricas dos setores populares identificados com a esquerda nacionalista. Jango buscou sustentação política mobilizando estes setores e ao incorporar essas demandas populares ao intrincado jogo político, o presidente rompeu com os contornos limitados do Trabalhismo. Nessas condições, Jango teria que garantir as profundas reformas sociais e institucionais, mas o Congresso e os demais setores identificados com os interesses conservadores não aceitariam tais medidas, consideradas subversivas e provocativas, como se observa na forte reação do líder udenista Carlos Lacerda, quando bradou que o comício e a decretação das reformas foram

um assalto à Constituição, ao bolso e à honra do povo. [...] As máscaras ontem caíram. A guerra revolucionária está desencadeada. [...] o Congresso deve levantar-se e defender o que resta da liberdade e da paz neste país. Então, as Forças Armadas compreenderão o que o povo já sentiu, que acima das ambições e levandades de um presidente ocasional estão a Constituição e a paz do povo brasileiro.¹⁹²

¹⁹¹ GOULART assinou os decretos de expropriação de terras e de encampação das refinarias particulares. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 mar. 1964, p. 1.

¹⁹² O CONGRESSO deve levantar-se e defender o que resta da liberdade e da paz neste país. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 mar. 1964, p. 1.

Lacerda considerava que as reformas sociais eram um acinte à Constituição, à liberdade democrática e à honra da população, da mesma forma, ao considerar Jango um presidente ambicioso e leviano, convocava o Congresso e as Forças Armadas a cumprirem seu papel. Menos de uma semana após a realização do comício das reformas, na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, setores contrários à Jango organizaram uma grande manifestação contra a política reformista de Jango, reunindo na capital paulista, uma manifestação maior que a de apoio às reformas. Aproximadamente 500 mil manifestantes da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, tendo à frente políticos e autoridades do clero conservador católico, atendendo à convocação da União Cívica Feminina, reuniram-se na praça da Sé e nas principais ruas e avenidas de São Paulo, em 19 de março de 1964, em oposição à Jango. Corroborando com os golpistas, o *Lavoura* publicava que a capital paulista começou a salvar o Brasil ao viver o maior dia de toda sua história, quando

[...] cerca de 500 mil democratas de todas as condições sociais, constituindo verdadeira torrente humana, desfilaram durante horas pelas ruas do centro, transformando a Marcha da Família [...] na maior manifestação cívica jamais realizada nos quatrocentos e dez anos de vida da nossa metrópole. A passeata foi [...] eminentemente cívica. Não foram vistos, no percurso da manifestação, nem tanques, nem metralhadoras, nem fuzis. Apenas democratas, empunhando cartazes e dísticos contendo expressões de fé na democracia e de repúdio aos que pretendem implantar a anarquia no país.¹⁹³

As manifestações organizadas por líderes conservadores, consideradas democratas pelo periódico uberabense, também ocorreram nas capitais e principais cidades do interior do país. Os setores conservadores, clamando pela intervenção das Forças Armadas e reagindo contra as reformas, a carestia e as greves e desordens provocadas pelos comunistas, que descreviam ser estimuladas por Jango, praticamente cancelaram o golpe militar, posto que, pouco após a manifestação em São Paulo, o governo democraticamente eleito foi afastado para a instauração de um regime militar arbitrário.

Em relação ao golpe militar, as conspirações políticas contrárias a Jango, iniciadas nos primórdios de seu governo, foram agravadas em 1963 pela mobilização de sargentos das Forças Armadas que se rebelaram contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que os impedia de disputar as eleições. A insubordinação dos quadros subalternos foi considerada pelos oficiais de alto escalão como infiltração comunista nos quartéis e uma grave ofensiva contra as instituições republicanas. Para agravar ainda mais a tensão política, ocorreu o

¹⁹³ SÃO Paulo viveu ontem o maior dia de sua história. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 20 mar. 1964, p. 1.

levante dos marinheiros em março de 1964, momento em que os rebeldes foram anistiados pelo presidente. As fortes reações no meio militar à quebra da disciplina hierárquica, dentre outros fatores, foram decisivas para a deflagração do golpe militar e, dessa forma, os almirantes enviaram um ultimato exigindo a punição para os sublevados marinheiros e fuzileiros e o afastamento do comandante Candido Aragão, pois “os oficiais não aceitam a anistia aos rebeldes, pois sentem-se sem garantias para comandar uma tropa que comete indisciplinas e não é punida”.¹⁹⁴

A estratégia de João Goulart de apoio aos oficiais de baixa patente e subalternos das Forças Armadas, que exigiam maior participação e direitos políticos, causou descontentamento entre os superiores e aglutinou a maior parte da oficialidade contra a continuidade do regime democrático. Nessa perspectiva, tanto os oficiais legalistas e contrários à sublevação e insurgência, quanto os mais extremistas e exaltados favoráveis à intervenção armada para depor Jango, em grande parte, se uniram na defesa da preservação da hierarquia da corporação. Nesse cenário de reivindicações por conquistas políticas e sociais, diversos oficiais que até então eram considerados legalistas apontaram para o risco de insubordinação entre a tropa e seus comandantes.

Entende-se que, nesse panorama de rivalidades e manifestações políticas realizadas, ora pela esquerda, ora pela direita, associadas à crise econômica e à acentuada instabilidade política, paulatinamente acentuou-se a hesitação de oficiais e políticos de centro. Nesse cenário, reverberou o clima de radicalização política de amplos setores da sociedade. Para os militares de alta patente, a desobediência e a subversão iriam deflagrar um processo revolucionário em que provavelmente as principais instituições do país seriam minadas. Nesse sentido, alegando a defesa do regime democrático, sob ameaça dos setores mais radicais, as Forças Armadas entraram em prontidão para a implementação da intervenção militar, conforme solicitou Lacerda e seus partidários.

Além da insatisfação e incerteza geradas pela crise econômica e a espiral inflacionária, a temática da corrupção também gerava desgaste e desestabilizava o governo Jango, fortalecendo a ordem discursiva dos golpistas. No entanto, considera-se que

os principais elementos deflagradores do golpe tinham natureza política: o medo, a insegurança e a reação ao processo de esquerdização ou de “comunização” supostamente em curso no país. As representações anticomunistas, que foram dominantes nos discursos favoráveis ao golpe,

¹⁹⁴ ALMIRANTES enviam ultimatum ao Ministro da Marinha. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 30 mar. 1964, p. 1.

expressavam o temor em relação aos movimentos sociais no campo (invasões de terra, demandas de reforma agrária na “marra”), à força crescente dos sindicatos, expressa nas greves, à politização dos subalternos das Forças Armadas e à esquerdização dos jovens universitários. Além de expressarem o medo difuso despertado pelo aumento da influência da esquerda, tais representações tinham a vantagem de colocar o problema em linguagem compreensível para a sociedade, há muito acostumada a ouvir discursos sobre o “perigo vermelho”.¹⁹⁵

Na madrugada de 31 de março de 1964, tropas do Exército, comandadas pelos generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes, deixaram Minas Gerais e marcharam para o Rio de Janeiro, recebendo a adesão das demais unidades militares. No dia seguinte, Jango foi para Porto Alegre, sem esboçar resistência ao golpe militar, e, em seguida, partiu para o exílio no Uruguai. O deputado Ranieri Mazzilli, presidente do Congresso, assumiu o poder na transição para o regime militar. Um dos principais articuladores do movimento de 64 e da própria consolidação do regime autoritário, general Golbery do Couto e Silva, afirmou que o governo João Goulart desmoronou como um castelo de cartas. A deposição de Jango e a própria ascensão dos militares ao poder, bem como a ruptura dos valores democráticos, não encontraram resistências mais acentuadas no país. Retomando o editorial *Sacrifício de Liberdade*, do *Lavoura e Comércio*, ao analisar o golpe militar que ocorreu no Equador em 1963, o periódico uberabense alertava para os riscos de um regime de exceção e os riscos prováveis de uma ditadura durar vinte quatro meses ou duas décadas.

Para os que defendem os princípios democráticos, de forma nefasta, o golpe militar que ocorreu no país em 1964 não foi uma simples e provisória quartelada das baionetas, uma vez que o regime militar brasileiro durou duas décadas e contou com grande adesão de setores consideráveis da sociedade brasileira, embora tenha havido resistência diante de seu autoritarismo e longevidade.

Nesse sentido, o próximo capítulo tratará da construção e consolidação do regime militar, momento em que muitos direitos constitucionais foram suprimidos e substituídos por uma série de medidas de exceção, uma vez que os representantes do governo autoritário denominaram o golpe de Estado e o assalto à democracia no país, como uma revolução. A partir dessa expressão, o governo militar procurou legitimar a tomada do poder que depôs o presidente João Goulart.

¹⁹⁵ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 23

CAPÍTULO 3 A ORDEM DISCURSIVA DO JORNAL *LAVOURA E COMÉRCIO* ACERCA DO REGIME MILITAR

Com a implantação da ditadura militar, obedecendo a critérios de proteção à moral e aos bons costumes, o cerceamento das liberdades e o silenciamento da oposição se intensificaram. Nesses termos, a censura ampliou-se consideravelmente e foi institucionalizada por meio da implantação de uma legislação arbitrária, durante a vigência desse modelo muitos jornais foram censurados, atacados, empastelados ou lacrados e artistas e intelectuais sofreram perseguição política ou foram exilados por determinação do governo militar.¹⁹⁶ No entanto, cabe lembrar que muitos veículos de comunicação não só apoiaram a deposição de Jango, mas tornaram-se sustentáculos consistentes do regime militar.

A seguir, analisa-se a atuação de setores consideráveis da imprensa do país que contribuiu consideravelmente para a implantação do golpe de 64 e da consolidação da ditadura militar e, dessa forma, sua atuação aproximou-se do adesismo e do colaboracionismo ao governo autoritário que se estabeleceu no país.

3.1 O apoio da grande imprensa ao golpe militar

Os grandes veículos de comunicação do país, em sua ampla maioria, procuram exaltar sua postura de criticidade à subversão da ordem democrática e na defesa do Estado de direito. Aqui usa-se o aparato teórico de Norberto Bobbio para compreender que na doutrina liberal o Estado de direito significa não só subordinação dos poderes públicos de qualquer grau às leis do país, limite que é puramente formal, mas também subordinação das leis ao limite material do reconhecimento de alguns direitos fundamentais considerados constitucionalmente, e, portanto, em linha de princípio “invioláveis”. Por Estado de direito compreende-se que os poderes públicos são regulados por normatizações institucionalizadas e estabelecidas em leis fundamentadas constitucionalmente.¹⁹⁷

Nessa perspectiva, considera-se que o regime militar, apesar de procurar fundamentar-se em ampla legislação, não respeitou o direito do cidadão de ter livre acesso à informação,

¹⁹⁶ MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

¹⁹⁷ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 18-19.

princípio básico do Estado de direito. A grande imprensa, na tentativa de se construir uma memória de luta na defesa do Estado de direito, buscou erigir a imagem de ser a porta-voz da democracia e defensora dos interesses populares naquele importante momento histórico vivido pelo país, na década de 60. Dessa forma, a imprensa busca ser lembrada como ícone da resistência contra o arbítrio e na defesa dos valores democráticos. E contra a censura, naqueles tempos autoritários em que jornalistas e tantos quantos fossem contrários ao regime ditatorial eram perseguidos, a imprensa procura exaltar as conhecidas artimanhas metafóricas que foram utilizadas nas redações para ludibriar os censores. A exemplo, são as publicações do *Jornal do Brasil*, sobre a previsão do tempo, no dia posterior ao AI-5, quando, em pleno verão carioca de 1968, o *JB* anunciou que nuvens negras ameaçavam o país com temperaturas sufocantes e ar irrespirável, pois o país estava sendo varrido por fortes ventos, denunciando metaforicamente as turbulências políticas derivadas do endurecimento do regime militar. Além do *JB*, são conhecidas as receitas de bolo publicadas no *Jornal da Tarde*, ou mesmo os poemas de Camões divulgados nas páginas do *O Estado de S. Paulo* devido à censura que estes jornais sofriam.

Assim, a imprensa utiliza sempre essas situações para ratificar na memória de seus leitores seu papel de resistência ao arbítrio. No entanto, em sua pesquisa, envolvendo os censores que atuavam nas redações, Beatriz Kushnir desmistifica esses atos de resistência, quando assinala que os poemas de Camões e as receitas de bolo publicados nos grandes jornais, foram uma concessão, pois os censores acreditavam que o leitor não entenderia o seu porquê, ou mesmo pensavam que lhe eram permitidos lampejos de resistência, os quais, efetivamente nada alteravam no contexto. E para que as perspectivas dos censores funcionassem a contento, os proprietários dos jornais tinham de cooperar, por meio da autocensura.¹⁹⁸ Ainda, segundo Beatriz Kushnir, entre os anos 60 e 80, em torno de duas centenas de censores federais, com atuação em todo o território nacional, muitos deles policiais ou com o diploma de jornalista, procurando preservar os “bons valores” da família brasileira, censuravam músicas, filmes, programas e novelas de TV e rádio, peças de teatro, jornais, revistas, livros etc. Ressalta-se que pouco mais de duas centenas de censores para analisar as publicações da imprensa em todo o território nacional seria impossível sem a

¹⁹⁸ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

cooptação e apoio ao regime militar, dos proprietários da grande imprensa e, porque não dizer, dos pequenos jornais do interior do país.¹⁹⁹

Quanto ao apoio ao golpe de 64, em suas publicações, os grandes jornais clamavam pela ação dos militares na repressão aos considerados subversivos e deturpadores da ordem e dos bons costumes. O discurso disseminado era alarmista e o tom dos editoriais bradava pela urgência da intervenção militar para extirpar os riscos de agitações e sublevações provocadas pelos comunistas. Nesse panorama, se não foram os únicos articuladores pela deflagração do golpe militar, os jornalistas e proprietários dos grandes veículos de comunicação foram um dos principais vetores de divulgação do espectro do perigo vermelho, pretexto frequentemente utilizado para acabar com a ordem institucional, uma vez que difundiu em seus editoriais, no início de 1964, de que havia desordem administrativa e agitações comunistas de toda ordem no governo de Jango. Nesse cenário alarmista, o discurso era de que seria necessário restabelecer urgentemente a ordem por meio da intervenção militar.

Os mandatários do regime militar, à frente do poder Executivo, ao depor Jango e até mesmo para consolidar-se no poder, embora tivessem a faculdade de utilizar o direito do Estado de exercer o “monopólio do uso legítimo da violência física”²⁰⁰ para estabelecer a ordem institucional, empregaram estratégias e ações de convencimento e certificação sobre a legitimidade de seu poder. Sob o pretexto de que era imprescindível afastar o espectro da ditadura comunista, o regime militar buscou instrumentos para consolidar-se no poder, visto que “é o consentimento e não a força a base da ordem social, a base da dominação nas sociedades contemporâneas”.²⁰¹

Na concepção de Juan Linz, nos regimes autoritários da América Latina, denominados “modernizantes”, os governantes buscam a manutenção de seu poder político por meio da tentativa de assentar-se na legitimidade através do recrutamento de setores intelectuais das elites, a *intelligentsia*, procurando, ao mesmo tempo, articular seus interesses com as diversas esferas institucionais. É exemplar o caso dos intelectuais uspianos da tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco que colaboraram com o regime militar: os juristas Luís Antônio Gama e Silva, ministro da Justiça no governo de Costa e Silva e Alfredo Buzaid, da pasta da Justiça na gestão do governo Garrastazu Médici. O amplo aporte jurídico que

¹⁹⁹ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

²⁰⁰ WEBER, Max. A política como vocação. Trad. Leônidas Hegenberg; Octany Silveira da Mota. In: _____. **Ciência e política**: duas vocações. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1968. p. 56.

²⁰¹ Ibid., p. 56.

subsidiou o regime militar, em sua busca por legitimidade jurídica, foi implementado pelo ex-reitor da USP, o bacharel Gama e Silva. O renomado jurista foi o mentor da Constituição de 1967, do decreto-lei 314/67 que instituiu a nova Lei de Segurança Nacional, além do Ato Institucional nº 5.²⁰²

Não obstante, o poder político nesses modelos autoritários é exercido em contornos formalmente mal definidos, mas previsíveis. Ao conceituar os regimes autoritários latino-americanos, Juan Linz considera que são sistemas políticos de pluralismo limitado e desprovidos de mobilização política das massas. Para se sustentarem no poder, os governantes autoritários ajustaram noções de autoridade carismática, legal e tradicional e, não obstante, contaram com a apatia e a despolitização da população como elementos para diminuir a tensão política na sociedade. Isso contrastaria com o ativismo dos sistemas totalitários, em que as massas são mobilizadas intensamente e conduzidas por um partido único e um líder que cultiva sua personalidade e mantém o poder político por meio de uma abrangente propaganda política implementada nos veículos de comunicação, controlados pelo Estado. Nos regimes totalitários, o governo controla a economia, a sociedade e a cultura. Ao mesmo tempo, restringe e regula a informação e mantém a vigilância sobre a população por meio da utilização da polícia política e do terrorismo de Estado.²⁰³

Destarte, embora não seja exceção dentre as instituições que apoiaram o golpe militar, a imprensa foi um dos instrumentos utilizados para que o regime militar obtivesse a legitimidade diante da sociedade, elegendo a estratégia de “construir uma consciência coletiva favorável a ele a partir da elaboração de ideias e valores sobre uma suposta democracia”,²⁰⁴ ameaçada pelos subversivos comunistas e agitadores de matizes múltiplos.

Se o poder da imprensa decorre, dentre outros fatores, “de sua autonomia, de sua capacidade de encaminhar o debate sobre determinados temas, de formular e impor uma agenda, e dessa forma interferir no rumo dos acontecimentos”²⁰⁵, entende-se que a atuação dos grandes veículos de comunicação do país, tais como, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Estado de Minas*, *Jornal do Brasil*, dentre outros, tinham a capacidade de

²⁰² MOTTA, Rodrigo Pato Sá Motta. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

²⁰³ LINZ, Juan José. **Autoritarismo e Democracia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

²⁰⁴ VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **A preservação do legislativo pelo regime militar brasileiro**: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968) – Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 03.

²⁰⁵ ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: FICO, Carlos et al. **Seminário 40 anos do golpe de 1964**: 1964-2004: 40 anos do golpe/ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 15.

influenciar não só seus leitores, mas também de influir nas redações dos jornais menores, a exemplo do *Lavoura e Comércio*. Ademais, como difusores dos acontecimentos políticos, contribuíram, em larga medida, não só nos grandes centros, como também no interior do país, para estimular a publicação de noticiários contrários ao presidente Jango e favoráveis à intervenção armada no país. A seguir, se discorrerá acerca dos editoriais dos principais jornais do país, em 31 de março de 1964 e nos dias subsequentes ao golpe, para que se possa refletir acerca das possíveis possibilidades de influências desses veículos em relação ao posicionamento político do objeto da investigação.

O *Correio da Manhã*, em seu célebre editorial, publicado no dia do golpe militar, adverte que a atuação política e o trato das finanças do presidente Jango, fatalmente causaria o caos econômico e levaria o país à guerra civil. Destarte, seu editorial contribuiu para estimular e ampliar a atmosfera alarmista de intranquilidade e insegurança no país:

Basta!

Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, leis, a função do poder legislativo?

Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presente na classe produtora? Até que ponto deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas, por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável?

Basta de farsa! Basta de guerra psicológica que o próprio governo desencadeou, com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que realmente se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos com grande estardalhaço, mas inexequíveis, não têm outra finalidade, senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará. [...] O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual, agora basta!²⁰⁶

O mesmo jornal, no dia seguinte à intervenção armada, publicou o editorial *Fora*, no qual brada pelo afastamento do presidente João Goulart com o discurso de que a sua continuidade colocaria em risco a estabilidade financeira e a própria democracia no país:

Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou a limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!

²⁰⁶ BASTA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, Editorial. p. 1.

[...] O Sr. João Goulart que iniciou, de caso pensado, uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a infiltração desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas. [...] a Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.²⁰⁷

As críticas contidas nas publicações do *Jornal do Brasil (JB)* foram mais ácidas ainda, acusando Jango de caudilho, demagogo, criminoso a serviço dos comunistas e de governar às margens da legalidade constitucional. Nessa intensidade de críticas, o *JB* não só apoiou a destituição de Jango como patenteou com feições de legalidade o golpe militar, como aponta seus editoriais:

O Presidente da República sente-se bem na ilegalidade. [...] Ele se considera acima da lei. Mas não está. [...] Não há autoridade fora da lei. E, os apelos feitos ontem à coesão e à unidade dos sargentos e subordinados em favor daquele que, no dizer do próprio, sempre esteve ao lado dos sargentos, demonstra que a autoridade presidencial busca o amparo físico para suprir a carência de amparo legal. Pois não pode mais ter amparo legal quem no exercício da Presidência da República, violando o Código Penal Militar, comparece a uma reunião de sargentos para pronunciar discurso altamente demagógico e de incitamento à divisão das Forças Armadas.²⁰⁸ Golpe? É crime só punível pela deposição pura e simples do Presidente. Atentar contra a Federação é crime de lesa-pátria. Aqui acusamos o Sr. João Goulart de crime de lesa-pátria. Jogou-nos na luta fratricida, desordem social e corrupção generalizada. [...] Desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade ... Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas.²⁰⁹

O editorial do *JB*, ao conclamar as Forças Armadas a manter a legalidade e o Estado de direito e, ao mesmo tempo, inserir o presidente da República na ilegalidade, insuflou os quartéis para o golpe de Estado. *O Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, anunciava que notícias vindas de Minas afirmavam que a revolução estava a caminho da capital guanabarina e a população carioca, ao estocar alimentos, já se preparava para o conflito. Nesse cenário de conspiração golpista, as críticas a Goulart não se dissipavam, acusando-o de assentar seu governo em bases comunistas e, simultaneamente, colocar o Brasil como país satélite do grande império soviético, às ordens do Kremlin, como aponta seu editorial de 01 de abril de 1964:

²⁰⁷ FORA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964, Editorial, p. 1.

²⁰⁸ O PRESIDENTE da República... **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, Editorial. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

²⁰⁹ GOLPE? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964, Editorial. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

À margem dos preparativos da população como que para prevenir-se, sacando nos bancos e adquirindo mantimentos, ocorreram diversos incidentes entre populares e policiais [...]. A tensão crescia à medida que circulavam as notícias sobre a situação em Minas, onde já se teria iniciado a revolução. Toda Minas, principalmente a capital e cidades como Governador Valadares e Juiz de Fora, já anteriormente agitadas, estavam, segundo os comentários, “pegando fogo”. As rodas de populares discutindo política se formavam e não eram poucos os incidentes registrados entre os mais exaltados. [...] É o fato de que jamais em nossa História, e até o presente, as esquerdas radicais – nomeadamente o comunismo e suas clássicas correntes auxiliares – estiveram tão à vontade, desfrutaram tanto prestígio e aproximaram-se tanto do êxito quanto no momento atual. [...] os elementos chamados de “formação marxista” não somente conseguiram infiltrar-se facilmente em todos os postos, como também são os preferidos pelo governo para esses postos, sobretudo os de comando e de direção.²¹⁰

O discurso agressivo do político udenista Carlos Lacerda, proprietário do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, direcionadas a Jango e a seus ministros, acentuou-se com críticas e ofensas carregadas de seu espírito vingativo e destemperado:

Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular o sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu. Temos o direito de dizer tudo isso do Sr. João Goulart porque não lhe racionamos os adjetivos certos, por mais contundentes que fossem, na hora em que ele dominava o poder, e posava de líder todo-poderoso da Nação. Como não nos intimidamos na hora em que Jango e os comunistas estavam por cima e amargamos até cadeia, não precisamos nem fazer a demagogia da generosidade. Mesmo porque não pode haver generosidade nem contemplação com canalhas. E Jango, Jurema, Assis Brasil, Arraes, Dagoberto, Darcy Ribeiro, Waldir Pires e toda a quadrilha que assaltou o poder não passam de canalhas.²¹¹

Os grandes jornais exerceram a função que consideravam legítima na defesa de seus interesses, tornando-se, assim, instrumento influente na preparação e sustentação ao regime militar. A contribuição para a desestabilização do governo Goulart que, além de ser acusado de inepto, era apontado como agente da infiltração comunista no Brasil, foi essencial para o encaminhamento do golpe. No mesmo editorial, Lacerda afirmou que os brasileiros comemoraram a queda de Goulart como se fosse carnaval e fez uma analogia com a chuva

²¹⁰ À MARGEM dos preparativos... **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964. Editorial. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

²¹¹ ESCORRAÇADO, amordaçado e acovardado... **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964, Editorial. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

que caiu sobre a capital carioca, apresentada como uma desforra que lavou a alma dos que se opunham a Jango:

[...] O Povo brasileiro lavou a alma. O Carnaval que se comemorou ontem em plena chuva só poderia mesmo ter sido feito por um povo que estava precisando dessa desforra que lhe era devida precisamente há 30 meses. O povo que comemorou ontem a queda de Jango foi o mesmo que votou contra ele em 1960 e foi traído pela renúncia de Jânio. A comemoração de hoje é, pois, uma revanche e uma recuperação.²¹²

Em Minas Gerais, estado considerado de tradições conservadoras e onde se deflagrou primeiramente o golpe militar, sob o comando dos generais Olímpio Mourão e Carlos Guedes, o tradicional periódico *Estado de Minas*, com a manchete *Multidões em júbilo na Praça da Liberdade*, local onde se localiza o Palácio da Liberdade, então sede do governo mineiro, saudava de forma entusiasta o golpe que implantou a ditadura militar. O principal periódico mineiro anunciava o golpe de Estado como movimento pacífico e democrático:

Ovacionados o governador do estado e chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade. Toda área localizada em frente à sede do governo mineiro foi totalmente tomada por enorme multidão, que ali aconteceu para festejar o êxito da campanha deflagrada em Minas (...), formando uma das maiores massas humanas já vistas na cidade.²¹³

O tradicional e conservador *O Estado de S. Paulo* realçou o golpe de 64 relembrando o movimento político-militar denominado Revolução Constitucionalista de 1932, quando na ocasião, tentou de forma malograda depor o presidente Vargas:

São Paulo repete 32: Minas desta vez está conosco [...] dentro de poucas horas, essas forças não serão mais do que uma parcela mínima da incontável legião de brasileiros que anseiam por demonstrar definitivamente ao caudilho que a nação jamais se vergará às suas imposições.²¹⁴

Em tons patrióticos, o periódico saudava a decisiva ação dos mineiros na deposição de Goulart e três dias após o golpe, o *Estadão* voltava a saudar de forma entusiasta o sucesso da “Revolução Redentora” de 64 e a preservação da democracia. Concomitantemente, clamava

²¹² ESCORRAÇADO, amordaçado e acovardado... **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964, Editorial. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

²¹³ OVACIONADOS o governador do estado e chefes militares. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2 abr. 1964, p. 1.

²¹⁴ SÃO PAULO repete 32: Minas desta vez está conosco. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 abr. 1964, p. 1.

pela erradicação do comunismo no país: “Ela se realizou pela democracia, contra a ditadura, mas em especial contra a ditadura comunista, que era a grande ameaça que pesava sobre o país”.²¹⁵

Nessa mesma trilha, o jornal *O Globo*, da família Marinho, anunciava que o presidente Jango havia se refugiado no Uruguai e o novo governo, em nome das Forças Armadas, tratava de restaurar a paz e a extirpação das forças comunistas no país:

[...] atendendo aos anseios nacionais de paz, tranquilidade e progresso [...] as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.²¹⁶

Os representantes do suposto movimento político “revolucionário” em nome da defesa da democracia e da ordem constitucional, logo após o afastamento do presidente Jango e com a ampliação dos poderes do presidente Castelo Branco, iniciaram a perseguição aos ditos “subversivos”, principalmente aos comunistas. Nesse obscuro ambiente de acossamentos, os direitos políticos dos opositores foram suspensos, e parlamentares, governadores e demais oposicionistas foram cassados.

Nessa perspectiva, de que era necessário manter a ordem e os bons costumes, ampliou-se a vigilância moral e a prevenção contra o comportamento dos setores sociais mais progressistas. Nas ruas, avenidas e praças das grandes cidades, repentinamente aquele Brasil inteligente cedia espaço para o pensamento mais conservador associado ao zelo cívico-religioso que via por todos os lugares a iminência de que artistas, intelectuais, padres e professores comunistas e ateus corromperiam o comportamento da tradicional família cristã brasileira. O discurso mais reacionário acentuou-se por meio de um ufanismo patriótico, matizado de céu de anil e matas verdejantes, de verde amarelo sem foice, nem martelo e na defesa da família, da tradição, da propriedade, da pátria e da religião. O tom mais progressista que clamava por transformações políticas e sociais se emudecia ou pelo menos retroagia diante das imposições reacionárias. É dessa época as antológicas crônicas satíricas FEBEAPÁ – Festival de besteiras que assola o país – do cronista Sérgio Porto, que utilizava o pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta, com críticas hilárias contra o moralismo social vigente. A minissaia era lançada no Rio de Janeiro e execrada em Belo Horizonte, onde o delegado de Costumes declarava aos jornais, que prenderia o costureiro francês Pierre Cardin, caso

²¹⁵ NECESSIDADE da erradicação total. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 abr. 1964, p. 5.

²¹⁶ FUGIU Goulart e a democracia está sendo restaurada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 abr. 1964, p. 1. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

aparecesse na capital mineira para produzir espetáculos indecentes com seus vestidos decotados e saias curtas. E acrescentava furioso: “A tradição de moral e pudor dos mineiros será preservada sempre”. Tudo isso iria influenciar o deputado mineiro Lourival Pereira da Silva, que discursou na Câmara com a temática “Ninguém levantará a saia da mulher mineira”.²¹⁷

Mais de meio século depois e com inúmeros trabalhos publicados²¹⁸ sobre a mais recente ditadura brasileira, impressiona o lugar que a imprensa ainda ocupa na memória de parcela considerável dos brasileiros, ou ao menos na memória construída pelos próprios veículos de comunicação, de estatuto heroico de resistência às arbitrariedades e de oposição ao autoritarismo imposto, de vítima da violência e da censura. Entretanto, pela diversificada gama de obras publicadas e analisadas, o papel da imprensa não foi precisamente esse que foi construído.

Nesse jogo de memória, a imprensa busca um caráter ressignificador de sua atuação como instrumento capaz de fazer emergir o passado enquanto elemento para a construção do presente, colocando-se como baluarte da resistência ao governo ditatorial e de defensora da democracia, ao mesmo tempo em que, no presente, procura se afastar da imagem de que foi um sustentáculo significativo do regime militar. Por isso, a memória é “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas realizações”.²¹⁹ Joël Candau corrobora com o argumento ao assinalar que

a memória é acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo, a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele.²²⁰

²¹⁷ HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e Participação nos Anos 60**. 2. ed. Col. Tudo é História nº 41. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-14.

²¹⁸ Há inúmeros trabalhos que retratam o regime militar na perspectiva da imprensa brasileira: Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978), de Maria Aparecida de Aquino (1999); Jornalistas e Revolucionários, de Bernardo Kucinski (2003); Cães de Guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988, de Beatriz Kushnir (2004); O Jornal da Tarde e o pós-AI-5: o discurso da imprensa desmistificado, de Juliana Gazzotti (2006); 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart, de Alzira Alves de Abreu (2008); A Rede da Democracia, de Aloysio Castelo de Carvalho (2010); dentre outros.

²¹⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 9.

²²⁰ CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9.

Em 1964, os principais jornais do país criticavam aqueles setores mais progressistas que apoiavam Jango e, ao mesmo tempo, criaram uma atmosfera alarmista, de confronto e tensão, difundindo e retroalimentando a necessidade de intervenção militar para depor o presidente democraticamente eleito:

[...] os proprietários dos veículos de comunicação de massa [...] demonstrariam, de forma inequívoca, os limites do liberalismo que professavam e a relativa rapidez que estavam dispostos a abrir mão da democracia, da liberdade de expressão e do respeito às instituições e preceitos legais.²²¹

O papel da grande imprensa foi muito mais complexo e ambíguo do que propriamente um ícone da resistência ao golpe de 64 e à própria consolidação da ditadura militar no país. É fato que existiram muitas imposições governamentais para que jornalistas fossem censurados e até expurgados nas redações e, nesse campo autoritário, inúmeros profissionais foram perseguidos, demitidos, torturados e exilados, mas somente enquanto operavam como militantes políticos de esquerda ou mesmo simpatizantes ou participantes de ações armadas de oposição à ditadura militar.²²²

Em relação ao papel que a memória desempenha nas relações de poder, a imprensa atua em um intenso jogo de condicionamentos sociais. Nesse sentido, “a memória é parte essencial do trabalho jornalístico porque, através dela, o profissional seleciona constantemente elementos para construir a história do passado e fixar o que deve ser lembrado no futuro”.²²³ Ao relatar as informações dos acontecimentos, os jornalistas carregam de subjetividade de acordo com sua compreensão de mundo, seus usos e costumes, enfim, seus interesses e intenções aos quais estão vinculados e comprometidos:

A memória desempenha papel crucial no interior dos mecanismos de poder e se explicita também nas disputas em torno de quais experiências sociais são consideradas dignas de integrar, com legitimidade, um passado comum e de compor o acervo historiográfico a partir do qual é possível ampliar e alterar a interpretação histórica e política da sociedade.²²⁴

²²¹ LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza Martins. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006. p. 96.

²²² KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

²²³ BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para sua História. In: BRAGANÇA, Aníbal & MOREIRA, Sônia Virgínia (Org). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005, p. 108.

²²⁴ MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, história e memória: da unicidade do passado às outras histórias. **Revista Patrimônio e Memória**. Unesp-Fclas-Cedap, v. 5, n.2, p. 58-81-dez. 2009. ISSN-

Nesse enquadramento do jogo de memória, os grandes veículos de comunicação do país, em suas publicações, rememorando a implantação do regime militar, fizeram crer que não deram sustentação política ao Estado de exceção implantado em 1964. As rememorações são mais significativas do que simplesmente relembrar o passado e tentar reconstruí-lo no presente, trata-se de um instrumento essencial para se refazer as visões, análises e avaliações das compreensões pretéritas. Nessa senda, as rememorações são relevantes não só para a (re)construção discursiva do passado, mas principalmente para a afirmação da identidade dos grupos sociais que mobilizam e reorganizam suas experiências e significados afins.

Maurice Halbwachs entende que a memória é uma construção coletiva, uma vez que as lembranças não podem ser analisadas individualmente sem considerar os contextos sociais que atuam na constituição da memória.²²⁵ Na construção da memória se relacionam as lembranças individuais e coletivas, que mutuamente se nutrem na dinâmica das relações sociais. O exercício de refletir sobre o significado da preservação da memória é reelaborado constantemente em tempos atuais, seja através das rememorações, comemorações, publicações na mídia ou mesmo na própria historiografia. Entretanto, só é possível ressignificar os vestígios e evocações da memória quando ela é preservada para legitimar certos interesses de grupos no decorrer do processo histórico.²²⁶

Analisando as possibilidades e os impactos da memória, só se traz para o tempo presente aquilo que se deseja lembrar e permanecer, e também o que se pretende que os outros se lembrem. Na sociedade brasileira, de características acentuadamente autoritárias, a memória foi produzida e manipulada por meio de construções narrativas unilaterais e sem o diálogo democrático.

Sobre a questão dos que foram reprimidos pelos modelos acentuadamente autoritários, o silenciamento se acentuou como instrumento de defesa para preservação de suas vidas e mesmo para não se exporem diante dos regimes marcados pela tirania. Sobre o assunto, Michael Pollak argumenta que:

existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e

1808-1967. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/105/529>>. Acesso em: 13 jul. 2015. p. 59.

²²⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

²²⁶ CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.²²⁷

Enquanto os detentores do poder durante o período militar buscaram consolidar os elementos do tempo e da memória para criar uma história e uma identidade nacional ufanista a fim de perpetuar positivamente as suas marcas e ações de governo, com uma intensa estratégia de *marketing* e, inúmeras vezes, financiando os veículos de comunicação ou até mesmo censurando os jornalistas, de outra forma, os militantes de esquerda, que fizeram uma oposição ao regime ditatorial, com o avanço da redemocratização do país, buscam reparações e se esforçam por manter viva a memória de suas vivências da época. Há um jogo de memórias e um embate discursivo entre os representantes do regime militar e os que fizeram oposição e foram perseguidos no período retratado. No entanto, mesmo com o distanciamento do período ditatorial, as feridas e os ressentimentos ainda estão abertos.

3.2 A Doutrina de Segurança Nacional e as perseguições políticas em Uberaba

Ao longo da investigação, na leitura e análise das publicações do objeto da pesquisa, o editorial *A hora da definição*, publicado em 01 de abril de 1964, despertou a atenção do pesquisador, pois, logo no instante da decretação da ação que depôs o presidente João Goulart, na vivacidade dos acontecimentos, o *LC* anunciou seu apoio à denominada “revolução redentora de 64”:

No perigoso caminho que vinha trilhando, conduzido pela má fé de uns e pela inabilidade de outros, o Brasil chegou agora diante de uma encruzilhada, tendo de se decidir pela democracia ou pelo totalitarismo da esquerda. Não lhe resta outra alternativa. É a hora da decisão [...]. É profundamente significativo também, que o brado de alerta e a tomada de posição contra a infiltração vermelha tenham partido de Minas Gerais, como se esta unidade da Federação, depositária fiel de nobres tradições de civismo, se sentisse mais uma vez investida de sua missão histórica de lutar por um Brasil livre e digno, por uma Pátria capaz de resistir, de armas na mão, a qualquer injunção estrangeira. [...]. Fiéis como sempre fomos em mais de sessenta anos de existência voltada a Uberaba e ao Brasil Central, à democracia e aos ideais de liberdade que ela inspira, estamos com Minas e seu invicto governador, com o Brasil livre e democrata.²²⁸

²²⁷ POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 2, n. 3, 1989. p. 6.

²²⁸ A HORA da definição. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 01 abr. 1964, Editorial, p. 2.

Na análise do editorial, verifica-se que o jornal se posicionou de forma entusiasta a favor dos que apoiaram a tomada do poder, em especial ao governador mineiro Magalhães Pinto, aclamado pelo periódico como defensor dos valores democráticos cristãos e o responsável por retirar o país do jugo vermelho. Magalhães Pinto, governador mineiro e também proprietário do Banco Nacional, foi um dos principais articuladores civis do golpe, junto ao general Castelo Branco, então comandante supremo do Exército Nacional. Nesse cenário construído de que era necessário preservar os valores democráticos e os ideais de liberdade, as tropas comandadas pelo general Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes marcharam de Juiz de Fora, em Minas Gerais, até o Rio de Janeiro, em um movimento que consolidaria a deposição de Jango e o início da ditadura. Assim, o golpe militar ganhou foro de legalidade.

Na mesma configuração, a coluna *Escutando e Divulgando*, na edição de 20 de julho de 1964, publicou:

Já foi dito, e com toda razão, que nada incompatibiliza mais uma administração com o povo do que a falta de adoção de um conjunto de medidas capazes de defender a economia popular, de garanti-la da ganância dos especuladores, de colocá-la a cavaleiro dos assaltos dos negociistas sem sensibilidade, que procuram transformar em ouro tudo o que existe, inclusive as lágrimas das crianças famintas e as dores dos afundados na enfermidade e na pobreza sem remissão. O honrado presidente Castelo Branco prometeu medidas capazes de deter o custo de vida. Aliás, um dos objetivos da revolução foi salvar o povo da miséria e da demagogia que ela insufla. Acreditamos nas promessas do Chefe do Executivo da República e esperamos que a situação geral melhorará, inclusive através de um fomento adequado da produção.²²⁹

A matéria reforça a concepção de que o *Lavoura* não só apoiou a deposição de Jango, como também dava créditos e reforçava a confiança na “revolução redentora” e em Castelo Branco para estabelecer a ordem política, ampliar a produção econômica, conter a inflação e resolver os crônicos problemas sociais do país. Na edição do dia seguinte, o mesmo articulista reforçava o apoio e a confiança depositada nos novos mandatários do país e, clamava por reformas socioeconômicas para melhorar as condições sociais dos trabalhadores brasileiros:

O Brasil vai alcançando, aos poucos, o clima indispensável para trabalhar e produzir, pelo qual tanto ansiava o seu povo. Depois de 31 de março, formase no país o ambiente de ordem sem o qual toda a atividade é impossível e qualquer iniciativa de vulto se afigura impossível. Há muito o que se fazer. Previdências indispensáveis estão clamando por solução urgente e sobretudo humanitária e justa. Não é mais possível adiar certas medidas de interesse da comunidade, principalmente as que se referem à defesa da ampliação da

²²⁹ JÁ FOI dito... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 20 jul. 1964, *Escutando e Divulgando*. p. 6.

produção, de modo a assegurar a todos os brasileiros um padrão de vida melhor.²³⁰

No discurso da família Jardim, com o regime militar, o ordenamento político e a paz voltariam ao país. Nesse ambiente, a economia iria se desenvolver de forma a melhorar as condições de vida da população mais carente. No entanto, apesar do apoio de significativos setores políticos da sociedade uberabense ao golpe militar, Gonzaga de Oliveira analisa que a quartelada de 64 foi prejudicial a Uberaba e assinala que os problemas da cidade começaram praticamente àquela época.²³¹ Embora, nos anos 60, Uberaba tenha perdido a centralidade política para Uberlândia, a decadência econômica já vinha ocorrendo no decorrer da primeira década do século XX, conforme análise realizada anteriormente. Não obstante, no final dos anos 60 e início dos 70, Uberaba foi superada em termos populacionais e econômicos para a cidade de Uberlândia.

Na cidade, logo no início de 1964, o comandante do 4º BPMG, tenente coronel Pedro Nazareth, que havia sido nomeado pelo governador Magalhães Pinto, poucos dias após a implantação do golpe militar, foi o responsável pelas prisões arbitrárias com o objetivo de reprimir os movimentos considerados subversivos na cidade. Por determinação do governador mineiro, o militar iniciou o processo de investigações e perseguições políticas em Uberaba e região. Nesse cenário obscuro de retaliações políticas, os opositores foram banidos da vida pública e a perseguição se acentuou sobre líderes sindicais, professores, sacerdotes, freiras e jornalistas. Ainda nos primeiros dias de abril de 64, na Câmara Municipal, presidida por Randolpho Borges, político da UDN e ligado a setores ruralistas, o vereador petebista Benito Caparelli foi cassado pelos edis sem ao menos ter o direito a defesa, sob a pretensa alegação de que as ordens para a retirada de seu mandato vinham do Comando Supremo da Revolução. O vereador cassado era advogado trabalhista e sua atuação política se destacou na fundação de sindicatos de trabalhadores rurais e na diretoria da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), na região do Triângulo Mineiro. Sobre o lamentável episódio, o *Lavoura* publicou:

²³⁰ O BRASIL vai alcançando... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 21 jul. 1964, Escutando e Divulgando, p. 6.

²³¹ OLIVEIRA, Luiz Gonzaga de. **Memória, História e Causos de Uberaba bão**. Uberaba: Ed. Franciscan, 2011.

Figura 16 – Cassado o mandato do vereador Benito Caparelli.



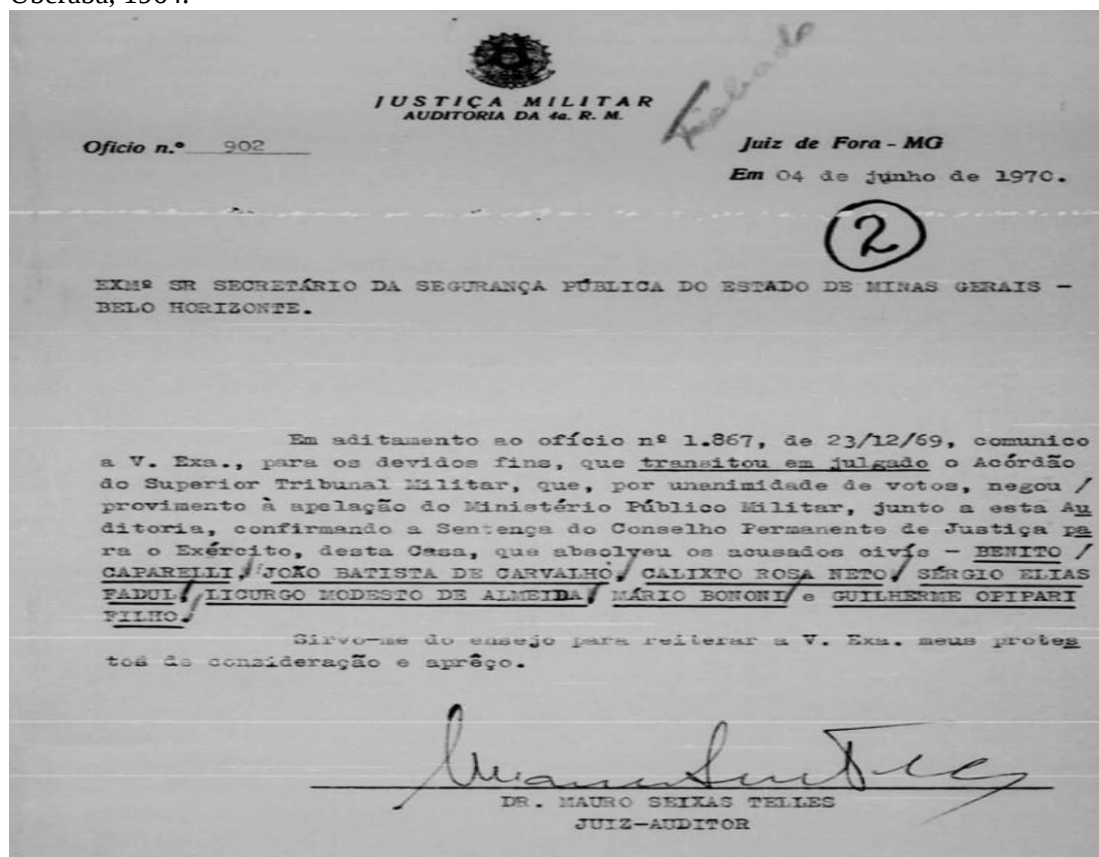
Fonte: *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 14 abr. 1964, p. 1. APU.

A primeira página do periódico simultaneamente anunciava os expurgos, cassações políticas e a fuga de Darci Ribeiro do país e elogiava com atributos de apolítico e honrado o ministério formado pelos detentores do poder. Também divulgava que o Comando Supremo da Revolução não iria perseguir os trabalhadores que não estivessem envolvidos com atividades consideradas subversivas pelos militares. Em Uberaba, os presos políticos foram mantidos no 4º Batalhão da Polícia Militar, no período compreendido entre abril a junho de 1964, sob ameaça de serem enviados para o presídio de Ribeirão das Neves, próximo à capital mineira, onde seriam torturados. Além do vereador Benito Caparelli, foram presos o dentista Calixto Rosa, Licurgo Modesto de Almeida, mais conhecido como Babá da Farmácia, o alfaiate Alyrio Silva, o açougueiro Barbosa Cauí, o radiotécnico Guilherme Opípari Filho, o eletricitista Victor Martins e José Batista de Carvalho. Entre as acusações, constava-se que eram elementos subversivos ligados ao PCB.²³² Estes militantes comunistas foram sentenciados pelo regime militar e, somente em 1969, foram absolvidos pela justiça militar²³³, conforme demonstra o documento a seguir:

²³² VILELA, Luciana Maluf; MOLINAR, Luiz Alberto. **Lucília Rosa Vermelha**. Sacramento: Ed. Bertolucci. 2011.

²³³ BRASIL. **Ofício nº. 902/69** referente ao processo dos militantes comunistas presos em Uberaba, em 1964. DOPS. Arquivo Público Mineiro – APM. 1969. Disponível em: < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

Figura 17 – Ofício nº: 902/69, do DOPS, referente ao processo dos militantes comunistas presos em Uberaba, 1964.



Fonte: Dops – Arquivo Público Mineiro (APM).

O dentista Calixto Rosa (filho da militante comunista Lucília Rosa, símbolo maior da causa feminista em Uberaba) na época também perdeu seu mandato de vereador pela cidade vizinha de Campo Florido. Na concepção do vereador cassado, “para quem cresceu com as convicções da mãe, ideais que defendeu durante anos de militância política, o golpe militar parecer ter aberto uma ferida ainda mais profunda”.²³⁴ Em Uberaba, além da cassação do advogado e vereador Caparelli e a prisão dos demais militantes do PCB, as perseguições políticas e detenções arbitrárias também ocorreram com professores, estudantes, religiosos e trabalhadores da imprensa, a exemplo o jornalista Joel Andrade Lóes, ao sair da Rádio Difusora onde apresentava o programa *Paredão*, foi preso e escorraçado no 4º BPMG. Diante do constrangimento e coerção, Lóes transferiu-se para São Paulo. Na capital paulista, trabalhou como editor chefe do Caderno de Turismo do *Estadão*. Nesse mesmo período, o

²³⁴ PADRE de Uberaba fala sobre tortura psicológica durante prisão na ditadura. Advogado, produtor cultural e dentista contam as memórias daquela época. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/04/padre-de-uberaba-fala-sobre-tortura-psicologica-durante-prisao-na-ditadura.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

jornalista Olavo Sabino, que apresentava o programa *Cidade Nua*, na Difusora, também foi preso e encaminhado ao quartel da Polícia Militar:

Outros tantos sacerdotes e jornalistas, como eu, estávamos na lista de futuros presos. Monsenhor Juvenal Arduini e padre Thomas de Aquino Prata que o digam, assim como vivo e são, está o jornalista César Vanucci. Não fosse a atuação firme e corajosa do arcebispo metropolitano da arquidiocese, d. Alexandre Gonçalves do Amaral, não sei o que seria de nossos outros repórteres do Correio Católico e Rádio Difusora. A “outra” imprensa, ligada aos revolucionários, não moveu sequer uma palha de solidariedade aos que estavam sofrendo tão injusta perseguição. Os “dedos-duros”, do menor ao mais alto escalão da cidade, vibraram com o clima de terror que havia se implantado no meio jornalístico e eclesiástico.²³⁵

Embora sem citar a quem se referia a “outra imprensa”, acredita-se que se tratava do jornal *Lavoura e Comércio* e da *Rádio Sociedade*, a PRE-5. Essa constatação deve-se ao fato de que o periódico e a PRE-5, de propriedade da família Jardim, em suas publicações e transmissões, apoiaram a implantação do golpe militar de 64 e a “restauração da ordem”.

Através da manchete, *General Carlos Luiz Guedes, cidadão honorário uberabense*, o *Lavoura* exaltava efusivamente um dos líderes militares, junto com o general Olímpio Mourão Filho, da campanha que partiu de Minas em direção ao Rio de Janeiro para depor o presidente João Goulart:

Figura 18 – Câmara Municipal de Uberaba homenageia o general Carlos Luiz Guedes com o título de cidadão honorário uberabense.

General Carlos Luiz Guedes, cidadão honorário uberabense

O sr. General Carlos Luiz Guedes, herdeiro da revolução de 31 de março e vencedor da 1ª e 2ª Guerras Mundiais, foi homenageado pela Câmara Municipal de Uberaba com o título de cidadão honorário da cidade.

Em sessão realizada no dia 14 de maio, a Câmara Municipal de Uberaba realizou a homenagem ao General Carlos Luiz Guedes, conferindo-lhe o título de cidadão honorário da cidade.

A sessão foi presidida pelo sr. Carlos Luiz Guedes, que fez um discurso emocionante, agradecendo a homenagem e afirmando que a cidade de Uberaba é uma das mais importantes do Brasil.

Após o discurso, o General Guedes foi recebido por uma comitiva e levado para o quartel da Polícia Militar, onde será recebido pelo governador do Estado.

DOMENAGEM AO G. CARLOS LUIZ GUEDES — Dito sofreu flagrantemente a homenagem de Uberaba, quando se apresentou ao sr. José Carlos de Oliveira e ao sr. Arthur de Melo Teixeira, membros da comissão de homenagem.

AGRADECIMENTO

A família da senhora ALVINA BASSA DE SIQUEIRA

LAVOURA E COMÉRCIO

Director: QUINTILIANO JARDIM

Empresa Telefonica de Uberaba S. A.

A Empresa Telefonica de Uberaba S/A comunica aos seus clientes que, em virtude da mudança de endereço, a partir de hoje, a empresa estará localizada no endereço abaixo mencionado.

TABELA DE PREÇOS

A-1	linha completa	2.500,00
B-1	linha completa	2.500,00
B-2	linha completa	2.500,00
C-1	linha completa	2.500,00
C-2	linha completa	2.500,00
D-1	linha completa	2.500,00
D-2	linha completa	2.500,00
E-1	linha completa	2.500,00
E-2	linha completa	2.500,00
F-1	linha completa	2.500,00
F-2	linha completa	2.500,00
G-1	linha completa	2.500,00
G-2	linha completa	2.500,00
H-1	linha completa	2.500,00
H-2	linha completa	2.500,00
I-1	linha completa	2.500,00
I-2	linha completa	2.500,00
J-1	linha completa	2.500,00
J-2	linha completa	2.500,00
K-1	linha completa	2.500,00
K-2	linha completa	2.500,00
L-1	linha completa	2.500,00
L-2	linha completa	2.500,00
M-1	linha completa	2.500,00
M-2	linha completa	2.500,00
N-1	linha completa	2.500,00
N-2	linha completa	2.500,00
O-1	linha completa	2.500,00
O-2	linha completa	2.500,00
P-1	linha completa	2.500,00
P-2	linha completa	2.500,00
Q-1	linha completa	2.500,00
Q-2	linha completa	2.500,00
R-1	linha completa	2.500,00
R-2	linha completa	2.500,00
S-1	linha completa	2.500,00
S-2	linha completa	2.500,00
T-1	linha completa	2.500,00
T-2	linha completa	2.500,00
U-1	linha completa	2.500,00
U-2	linha completa	2.500,00
V-1	linha completa	2.500,00
V-2	linha completa	2.500,00
W-1	linha completa	2.500,00
W-2	linha completa	2.500,00
X-1	linha completa	2.500,00
X-2	linha completa	2.500,00
Y-1	linha completa	2.500,00
Y-2	linha completa	2.500,00
Z-1	linha completa	2.500,00
Z-2	linha completa	2.500,00

Fonte: *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 05 maio 1964, p. 1. APU.

²³⁵ OLIVEIRA, Luiz Gonzaga de. **Memória, História e causos de Uberaba** *bão*. Uberaba: Ed. Franciscan Artes Gráficas. 2011. p. 7.

Na cidade, o general Guedes foi recebido como herói nacional da revolução de 31 de março de 1964. Ainda segundo o periódico, na praça Rui Barbosa, o militar foi recepcionado pelo prefeito Arthur de Melo Teixeira, momento em que foi calorosamente saudado pela população. Na ocasião, a fanfarra do Colégio Nossa Senhora das Graças se apresentou para o militar e, a seguir, com a presença dos familiares do homenageado (a esposa do militar é de Uberaba), deputados da região, vereadores locais, militares e representantes das associações classistas, a exemplo da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, atual ABCZ. Guedes foi homenageado com um almoço na sede do Jôquei Clube e à noite, na Câmara Municipal, o militar foi agraciado com o título de cidadão uberabense. Na manhã seguinte, o militar visitou a redação do *Lavoura e Comércio*, onde foi recebido por Quintiliano Jardim.²³⁶ À época, foi publicada uma matéria na coluna *Escutando e Divulgando*, pelo jornalista Raul Jardim em que afirmava que a hora não era de comodismo. Dizia naquela oportunidade que se a “revolução” fracassasse, se Minas não desse o grito de deflagração do movimento, o país estaria entregue à baderna vermelha e aos brizolistas. Com esse discurso de apoio ao regime militar, a operação limpeza iniciou os expurgos dos elementos comunistas ou suspeitos de ideias subversivas na cidade e região. As operações de repressão foram comandadas pelo tenente coronel Pedro Nazareth e pelo delegado de Polícia da cidade. O número de prisões atingiu uma dezena.²³⁷

Na cidade de Uberlândia, a ação repressora foi ainda maior que em Uberaba, dado que mais de cinquenta pessoas, incluindo dois vereadores e o presidente da Câmara Municipal foram detidos por elementos do Exército e da Polícia Militar. Dentre os presos políticos estavam os vereadores Manoel Gomes Teixeira, Ekel Santos e Lázaro Chaves. Diversas pessoas encontravam-se foragidas.²³⁸

Em Uberaba, segundo as acusações, as principais razões para a instalação dos IPMs devem-se ao fato da militância política ser considerada esquerdizante. De fato, mas de forma moderada, havia manifestações políticas de jornalistas, religiosos, professores e estudantes que criticavam as violações e transgressões ditatoriais impostas pelos militares. Na cidade, os representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dos Diretórios Acadêmicos (Das)

²³⁶ GENERAL Carlos Luiz Guedes, cidadão honorário uberabense. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 05 maio 1964, p. 1.

²³⁷ OPERAÇÃO limpeza. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 11 mar. 1964, Escutando e Divulgando, p. 6.

²³⁸ POLÍCIA de Uberlândia realizou várias prisões. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 11 mar. 1964, p. 2.

das Faculdades de Direito, Odontologia, Engenharia, Enfermagem, Medicina e FISTA, identificados com a Juventude Universitária Católica (JUC), sofreram expurgos e, sob a ingerência da polícia militar do 4º BPMG e dos “revolucionários” que vieram de Belo Horizonte para as diligências repressoras, foram realizadas novas eleições para os cargos do DCE e DAs, mas sem os elementos considerados esquerdistas subversivos das agremiações estudantis. O estudante Ricardo Albrizzi Burlamaqui, da Faculdade de Arquitetura da UFMG, que veio ao Triângulo Mineiro como integrante especial da comissão de expurgo dos diretórios acadêmicos do comando revolucionário de 64, assim se pronunciou:

A Revolução somente agora, chega a Uberaba. Há necessidade imperiosa de colaboração de todos nos trabalhos de expurgo dos elementos que procuram comunizar os meios estudantis. Não se trata de delação. Trata-se [...] de um trabalho patriótico, para livrar os jovens estudantes de ideias estranhas ao sentimento democrático. Sem esta colaboração, torna-se impossível um trabalho perfeito de triagem. [...] O trabalho que foi realizado entre o corpo discente das Faculdades de Uberaba será agora extensivo ao corpo docente, o qual será também submetido a uma triagem completa, por comissão especial, designada pelo Comando Revolucionário.²³⁹

Assim, a repressão e os expurgos recaíram com mais intensidade na FISTA, a faculdade das irmãs dominicanas, onde o movimento estudantil era bastante politizado, combativo e organizado, uma vez que nesse espaço, os professores e os religiosos monsenhor Juvenal Arduini, padre Tomás Prata, além do padre Hiron Fleuri Curado, diretor do *Correio Católico*, os jornalistas Augusto César Vanucci e Joel Loes, dentre outros, sofreram inquéritos e foram intimados a darem depoimentos ao comando “revolucionário” na cidade. Nos autos dos IPMs, os religiosos eram acusados de incentivar a subversão política em suas aulas e de promoverem reuniões secretas para estudar e fazer apologia ao socialismo entre seus alunos da Faculdade de Filosofia da FISTA. As freiras e diretoras dominicanas da instituição também passaram por essas sujeições e constrangimentos. Na obra “O Cristo do Povo”, Márcio Moreira Alves assevera que o arcebispo metropolitano Dom Alexandre do Amaral, figura de enorme prestígio e autoridade na cidade, se destacou na defesa dos professores e estudantes da FISTA. Após o golpe militar, o arcebispo Dom Alexandre, embora de perfil politicamente conservador, procurou manter a autonomia do clero e de sua instituição diante das intransigências e ingerências dos aparelhos de repressão na cidade.

²³⁹ ESTÁ praticamente realizado o expurgo nos diretórios acadêmicos de Uberaba. Uberaba. **Lavoura e Comércio**, 13 maio 1964, Escutando e Divulgando, p. 6.

No entanto, passado um ano após o golpe militar e os expurgos afastarem diversos setores da sociedade uberabense, o mesmo *Correio Católico* publicava que o primeiro aniversário da Revolução foi intensamente comemorado em Uberaba:

Autoridades civis e militares participaram, ontem, na Câmara Municipal, da sessão que assinalou o epílogo das comemorações oficiais de Uberaba do 1º aniversário da Revolução. Anteriormente a sessão cívica, realizada às 20 horas tiveram lugar, na parte da manhã, alvorada e missa em ação de graças, esta última celebrada pelo Cura Pe. Olímpio na Catedral Metropolitana. Durante a sessão cívica de ontem discursaram o Prefeito Arthur de Mello Teixeira, o vereador Homero de Freitas, representante do Legislativo, e o major Lises de Melo, ora no comando do 4º BI. Todos os oradores mostraram, em seus discursos, que foram irradiados, a importância dos eventos revolucionários para a vida brasileira. A Prefeitura, em sinal de regozijo pelas comemorações decretou ainda ponto facultativo nas repartições municipais.²⁴⁰

Na mesma página, ainda destacava que nas escolas da cidade também ocorreram comemorações alusivas ao fato com sessões cívicas, apresentações artísticas, discursos de diretores e professores, a exemplo do Colégio de Economia Doméstica “Licurgo Leite” (atual IFTM), Colégio São Judas Tadeu, Colégio Triângulo Mineiro, Colégio Nossa Senhora das Graças, dentre outros. E ainda anunciou que o presidente Castelo Branco, que se encontrava em Belo Horizonte, assistiu ao desfile comemorativo em menção ao acontecimento e que Minas Gerais deu a principal colaboração revolucionária para o país.

Nos anos 60, em Uberaba, o clero católico também comandava o jornal *Correio Católico*²⁴¹, o segundo mais importante periódico da cidade. Na gestão do arcebispo Dom Alexandre do Amaral, o *Correio Católico* passou a circular diariamente e nas páginas do periódico, o arcebispo publicava a famosa coluna *Rodapé*, com ênfase na defesa do ensino confessional e na condenação ao protestantismo e ao ensino laico presente na educação brasileira, além da feroz crítica e oposição ao espiritismo, muito marcante na cidade, devido à presença e grande atuação do renomado médium Chico Xavier. Dom Alexandre publicou mais de 4.000 artigos no *Correio Católico* e se tornou figura de grande influência na cidade, em virtude de ser membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro e, em seu bispado, trazer para a cidade os mosteiros das ordens dos beneditinos, capuchinhos, sacramentinos e carmelitas. O arcebispo participou dos estudos das três sessões do Concílio

²⁴⁰ PRIMEIRO aniversário da Revolução... **Correio Católico**, Uberaba, 1 abr. 1965, p. 3.

²⁴¹ O jornal *Correio Católico*, de propriedade da Arquidiocese Metropolitana de Uberaba, foi publicado pela primeira vez em 1897 e circulou até o início dos anos 70, quando foi adquirido por um grupo empresarial da cidade, liderado por Edson Prata e passou a denominar-se *Jornal da Manhã (JM)*, atualmente o JM é o periódico de maior circulação em Uberaba.

Vaticano II, realizados entre os anos de 1962 a 1965, na Itália, sendo considerado um dos mais notáveis bispos brasileiros na coordenação da Ação Católica e um dos maiores oradores sacros do país.²⁴²

Figura 19 – Da esquerda para a direita: Dom Alexandre, Chico Xavier e Mário Palmério em evento em Uberaba.



Fonte: APU.

No entanto, na década de 40, em muitos de seus artigos publicados pelo *Correio Católico*, a atuação de Dom Alexandre esteve distanciada dos ideais democráticos, quando, de maneira extremamente intransigente, centrou suas forças contra algumas instituições, a maçonaria, o *Rotary Club*, o comunismo e o espiritismo. Nesse período, o arcebispo também se envolveu em outras questões conflituosas, a exemplo do episódio envolvendo o escritor uberabense Orlando Ferreira, o popular Doca, após a publicação do polêmico livro “Pântano Sagrado”, ocasião em que o escritor tecia elogios ao espiritismo e, ao mesmo tempo, acentuava suas críticas ao clero e a própria Igreja Católica. Dom Alexandre tornou-se o principal inimigo de Doca e processou judicialmente o escritor anticlerical e comunista, que foi obrigado a retratar-se publicamente nos jornais *Lavoura e Comércio* e *Correio Católico*. Por determinação judicial impetrada pelo arcebispo, os livros de Orlando Ferreira foram retirados de circulação e incendiados, fato que remete aos tempos inquisitoriais. Além disso, o arcebispo metropolitano, ainda obrigou diversos espíritas uberabenses, considerados inimigos

²⁴² ARQUIDIOCESE de Uberaba. Dom Alexandre Gonçalves do Amaral. Disponível em: <<http://arquidiocesedeuberaba.org.br/item/dom-alexandre-goncalves-amaral/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

da fé, a comparecerem para retratarem-se publicamente, ocasião em que o cineteatro Metr pole, localizado no centro da cidade, em sua principal avenida, a Leopoldino de Oliveira, teve suas dependências lotadas para presenciar tal evento.²⁴³

Figura 20 – Grande Hotel e Cine Metr pole, inaugurados nos anos 40. Na época era o mais alto e imponente edifício do Triângulo Mineiro.



Fonte: APU.

Nos termos de Márcio Moreira Alves, retomando o ep s dio da perseguição aos religiosos, logo após o golpe militar, quando, no dia 10 de abril de 1964, a Polícia Militar aprisionou o redator do *Correio Católico*, a sociedade uberabense se agitou temerosa diante dos intensos rumores acerca das perseguições políticas e das próximas prisões de padres, freiras e políticos da cidade. Em Uberaba, a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), organização feminina de direita que apoiou a instauração do regime militar no país e organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na cidade, exigiu a intervenção e o fechamento da FISTA, sob acusação de ser um antro de professores e estudantes comunistas. Diante da gravidade da atuação, o *Correio Católico* publicou uma entrevista na qual o arcebispo Dom Alexandre afirmou que os vencedores não deveriam

²⁴³ RICCIOPPO, Thiago. Orlando Ferreira: o boca do inferno da Farinha Podre. **XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – ANPUH. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1006.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

extremar-se e reiterou de forma bastante incisiva: “não assistirei passivo a qualquer tentativa de se humilhar sacerdotes e membros da Ação Católica e instituições religiosas”.²⁴⁴

Ainda, segundo Moreira Alves, em 1964, o tenente coronel Pedro Nazareth, comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, designado para instaurar os IPMs e investigar os oposicionistas do regime militar em Uberaba, se surpreendeu quando os padres e freiras adentraram sua sala no quartel do bairro Fabrício, tendo à frente o exaltado Dom Alexandre do Amaral, que, completamente enfurecido, passou uma descompostura no tenente coronel Pedro Nazareth diante de todos os policiais. O militar ficou sem reação diante da postura consistente e do argumento convincente do arcebispo quando asseverou que a Igreja Católica constituía um Estado independente e era regida por leis próprias, válidas e reconhecidas por diversos países do mundo e, dessa forma, qualquer repreensão ou aprisionamento a um de seus clérigos teria que ser realizada com a anuência do líder máximo do Estado confessional, ou seja, o próprio Papa Paulo VI. Em seguida, o Arcebispo uberabense rumou para a capital Belo Horizonte e, em audiência com o governador mineiro, exigiu que Magalhães Pinto substituísse Nazareth do comando do batalhão policial e o afastasse da cidade. Diante do incisivo posicionamento do arcebispo frente ao lamentável episódio de perseguição política, o governador trocou o comandante do 4º BPM e, um mês após o episódio, o tenente coronel Pedro Nazareth foi substituído pelo tenente coronel José Vicente Bracarense, oficial considerado bem mais ponderado e de forma mais eficiente e equilibrada conseguiu amenizar a tensa situação política na cidade.

O tenente coronel Bracarense permaneceu em Uberaba e durante seu comando contribuiu para a construção do Colégio Tiradentes, anexo ao 4º BPM, no alto do bairro Fabrício. A construção do Colégio Tiradentes de Uberaba contou com o trabalho braçal e a contribuição financeira voluntária dos próprios policiais e bombeiros para proporcionar aos seus filhos o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio.

²⁴⁴ ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Rio de Janeiro: Ed. Sabiá, 1968. p. 267.

Figura 21 – Arcebispo Dom Alexandre do Amaral e o tenente-coronel José Vicente Bracarense.



Fonte: OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges de. **Leituras, valores e comportamentos:** práticas escolares no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG.²⁴⁵

Por ocasião da solenidade de transferência de comando regional da Polícia Militar mineira, o jornal *Lavoura e Comércio* elogiou de forma efusiva os comandantes militares do 4º batalhão de Uberaba:

Nazareth, que demonstrou pertencer autenticamente à elite de nossas forças militares e cativou a admiração e acatamento de toda a cidade, e Bracarense, soldado valoroso e disciplinado e de excelente formação moral, vindo assim continuar condignamente a tradição dos Comandantes da Polícia Militar de Minas Gerais na capital do Triângulo Mineiro.²⁴⁶

Um mote significativo a ser lembrado refere-se ao caráter circular das consagrações e elogios públicos – a exemplo do adjetivo de valoroso para referendar o militar – que o *Lavoura* constantemente fazia às personalidades que considerava relevantes. O governador Magalhães Pinto aparecia sempre como o grande comandante de Minas Gerais, ao procurar o desenvolvimento e o caminho pacífico na resolução dos problemas dos mineiros. Nesse sentido, o periódico publicava as declarações do governador, em que este se mostrava contra qualquer tipo de agitação que afetasse a ordem vigente e desestabilizasse a democracia estabelecida. Essa situação de amabilidades sociais era um sistema de autolegitimação, uma vez que

²⁴⁵ OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges de. **Leituras, valores e comportamentos:** práticas escolares no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG. 146f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2017. p. 84.

²⁴⁶ NAZARETH... *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 11 jun. 1964, p. 1.

os membros daqueles grupos adulavam-se uns aos outros e esperavam, dessa forma, a gratidão e a reciprocidade dos pares. [...] Em Uberaba, podemos afirmar que a expectativa de ser louvado pelos pares foi o principal artifício para cativar aqueles personagens ávidos por consideração social. Além disso, em uma sociedade marcada simultaneamente pelo tradicionalismo agrário e por uma burguesia urbana principiante [...] o circuito de elogios foi um elemento indispensável para firmar a coesão desse grupo, pois os atores dependiam muito da opinião e da aprovação dos outros para ter o direito social de transitar naqueles espaços.²⁴⁷

Ao enaltecer os comandantes da Polícia Militar e de forma recíproca receber elogios e consagrações, o diário uberabense procurava também ser reconhecido e valorizado na sociedade em que era lido. No entanto, em momento algum, o *Lavoura e Comércio* fez referência às perseguições políticas cometidas pelo comandante Pedro Nazareth, razão principal de sua transferência da cidade por determinação do governador Magalhães Pinto, atendendo à solicitação de Dom Alexandre. O periódico preferiu omitir-se diante do lamentável episódio de prisões dos militantes comunistas, dos jornalistas da *Rádio Difusora* e do *Correio Católico*, de professores da FISTA e de religiosos na cidade. Pelo contrário, o diário optou por elogiar o trabalho do comandante transferido, tratado como militar de elite e admirado em toda a cidade. Pelo menos, não era esse o pensamento dos que foram perseguidos e sofreram coerções impostas pelo comandante Pedro Nazareth.

Com a intenção de “restaurar a ordem”, os mandatários do regime militar passaram a implementar ações para eliminar a oposição e, conseqüentemente, dissipar os elementos e instrumentos que pudessem desestabilizá-los e apeá-los do poder recentemente instituído. Nesse sentido, o governo autoritário, apoiado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), gestada no interior da Escola Superior de Guerra (ESG), o regime arbitrário atribuía a si a manutenção da ordem e dos interesses nacionais, de maneira a combater os subversivos, as ameaças internas e externas, garantindo a segurança nacional do país. A DSN foi criada pelos estrategistas norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial e apresentada aos militares da América Latina, tendo como objetivo conter a ação dos comunistas na política dos países sob sua influência. Por meio de intensa propaganda e outras ações coordenadas contribuíram para a desestabilização e deposição de Jango, em 1964, e pela implantação e consolidação de regimes militares em praticamente toda a América Latina nas décadas de 60 e 70, do século passado.

²⁴⁷ FONSECA, André Azevedo da. **A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do triângulo mineiro (1940-1950)**. 335f. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. p. 60-64.

Essa condição ficou clara quando da análise da cobertura dada pelo *Lavoura e Comércio* às notícias internacionais, seja dos embates envolvendo a geopolítica dos anos 60, a exemplo da Guerra do Vietnã, a corrida armamentista e espacial, os atritos entre a China e a União Soviética, a questão árabe-israelense, as notícias envolvendo o governo de Fidel Castro em Cuba ou mesmo a mobilização estudantil no mundo e as temáticas de conteúdos culturais, como o movimento da contracultura. O posicionamento do periódico foi acentuadamente conservador e favorável aos interesses norte-americanos, porquanto, na leitura de seus editoriais, constatou-se que o modelo político norte-americano era o paradigma a ser seguido pelos brasileiros para se atingir o desenvolvimento econômico e, dessa forma, combater o comunismo.

Destarte, como instrumento de contenção do comunismo internacional, inaugurado no pós-guerra, pela Doutrina Truman, no contexto mundial de bipolaridade, nos tempos da Guerra Fria, foram implementadas múltiplas combinações que extrapolavam o campo político e ultrapassavam os limites da retórica democrática de segurança nacional e internacional. Nesse cenário, foram firmados pactos militares, convênios culturais e tecnológicos, financiamentos e acordos econômicos bilaterais, a exemplo da Aliança para o Progresso, a fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), dentre outros, de forma a aproximar os países sob a órbita de influência norte-americana e afastá-los da “ameaça comunista”. A Guerra Fria sustentou-se por toda a segunda metade do século XX, devido ao discurso estadunidense e aliados de que a sociedade liberal e o próprio capitalismo não estavam assegurados diante da ameaça do comunismo soviético.²⁴⁸

Nesse panorama, os norte-americanos não só apoiaram, mas também contribuíram financeiramente para articular as concepções conspiratórias a fim de destituir os governos latino-americanos que se recusassem a se alinhar ao seu planejamento político-econômico, bem como à sua doutrina de segurança e conter o avanço dos movimentos populares de matiz progressista. O próprio presidente John Kennedy, no início da década de 60, estabeleceu as diretrizes estratégicas contrarrevolucionárias e um dos instrumentos mais eficientes foi a Aliança para o Progresso, um programa financeiro e de colaboração técnica instrumental para ser implantado na América Latina. Conforme o mandatário estadunidense, seria um plano de esforço cooperativo e de nobres propósitos sem paralelo na história das Américas para

²⁴⁸ HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

satisfazer as necessidades básicas dos americanos por casa, trabalho e acesso à terra, saúde e escola. Um programa estratégico decenal para transformar os anos 60 na década do desenvolvimento.²⁴⁹

Apesar da retórica de John Kennedy quanto aos objetivos de sua política para a América Latina, a consolidação da DSN e de seus instrumentos por meio da Lei de Segurança Nacional e da ESG objetivava

[...] combater os crimes contra a subversão da lei, da ordem política e social contra a segurança de Estado. [...] No regime militar, a reedição da LSN foi arquitetada pelo general Golbery do Couto e Silva, principal ideólogo do movimento militar de 1964. [...] identificada com os princípios da Escola Superior de Guerra (ESG), sob influência da Guerra Fria, a segurança nacional ganhou relevância com a reformulação da doutrina de segurança nacional para proteger o Estado contra os inimigos externos e principalmente internos do regime militar. [...] os princípios [...] atendiam aos interesses político-militares do governo norte-americano e econômicos das grandes empresas deste país, abrindo-lhes os mercados mundiais para seus produtos e serviços. A reedição da LSN [...] os quais restringiram os direitos individuais dos cidadãos e serviram de pretextos para perseguir, prender, exiliar e acobertar as torturas e assassinatos dos considerados inimigos da ordem do regime militar.²⁵⁰

A implantação da ESG no país se insere na conjuntura do pós Segunda-Guerra, no contexto da doutrina Truman, com o objetivo de contenção do comunismo. Nesse panorama, amplia-se a vigilância e repressão aos opositores. Em tempos assinalados pelo autoritarismo político, um dos principais aparelhos de controle, coerção e repressão que se destacava era o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Além dos serviços de inteligência da Polícia Federal, as seções de inteligência das Polícias Cíveis e Militares estaduais e os órgãos de informação das Forças Armadas, o CIE, o CENIMAR e o CISA, cooperavam e em algumas ocasiões também concorriam entre si:

A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em meados de 1964, decorreu do interesse do regime militar em dispor de informações estratégicas úteis para as ações de governo, mas, também, da preocupação de precaver-se contra os inimigos recentemente derrotados, mas não aniquilados, particularmente a esquerda. Importa ressaltar que na concepção original o SNI deveria funcionar como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança. A parte mais “contundente” da salvaguarda da segurança nacional deveria caber a outras instituições, ou

²⁴⁹ RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, 2006.

²⁵⁰ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

seja, o trabalho de repressão aos inimigos do Estado caberia às polícias estaduais (DOPS) e à Polícia Federal, aos quais se uniriam mais tarde os DOI-CODI e os serviços de informação ligados às Forças Armadas, quando as ações militares contra os grupos de esquerda tornaram-se mais virulentas.²⁵¹

Esses aparatos institucionais de segurança contribuíram para reforçar a cultura política autoritária que permeava a sociedade brasileira e com a ordem do discurso, implementado em 1964, de que era necessário combater os subversivos internos e externos, os donos do poder utilizaram-se de instrumentos institucionalizados de repressão aos oposicionistas com atos institucionais, coerção, cassações de mandatos políticos, exílios, demissões, censura, expurgos, prisões e torturas, ampliando o caráter autoritário e repressivo do Estado brasileiro.

Nesse contexto, a repressão teve início antes mesmo da ditadura militar se consolidar completamente, pois, logo no início de abril de 1964, militares legalistas, sindicalistas filiados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), estudantes que militavam na União Nacional dos Estudantes (UNE) e nos movimentos católicos como a Ação Popular (AP) e a Juventude Universitária Católica (JUC), artistas vinculados aos Centros Populares de Cultura (CPCs), trabalhadores rurais identificados com as Ligas Camponesas, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na clandestinidade, e filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a exemplo do vereador uberabense Benito Caparelli, e tantos quantos contrários ao golpe e solidários ao governo deposto, começaram a ser afastados. Gradualmente, esses órgãos de caráter mais progressistas foram extintos e com prisões, cassações e demissões arbitrárias, os oposicionistas foram expurgados. Entre os grupos mais atingidos pela nova ordem imposta estavam os sindicalistas, jornalistas, servidores públicos, professores, militares legalistas, parlamentares, governadores oposicionistas e militantes de esquerda.

Com a implantação do regime ditatorial, iniciou-se a perseguição a civis e militares identificados com o governo anterior. Conforme publicações do *Lavoura*, foram suspensos os direitos políticos por dez anos de João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes, Darcy Ribeiro, Valdir Pires, Celso Furtado, jornalista Samuel Wainer e Cabo Anselmo (líder da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros). Trinta e sete deputados federais, em sua maioria do PTB, foram cassados e perderam seus mandatos, com destaque para Leonel Brizola, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, Plínio de Arruda Sampaio,

²⁵¹ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008. p. 34. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Almino Afonso e José Aparecido de Oliveira, da UDN de Minas Gerais.²⁵² Foram extintos o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dezenas de oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica foram transferidos para a reserva.²⁵³

Um autêntico ambiente de apossamentos políticos iniciou-se no país, a exemplo do industrial Jorge Bhering de Matos, que presidiu a ESG em 1962, ao exigir que fossem cassados os direitos políticos de Afonso Arinos, Santiago Dantas e Tenório Cavalcanti por terem se empenhado em servir ao totalitarismo comunista, através da aproximação do Brasil com a União Soviética e Cuba, e pelo apoio que deram às ambições continuístas de João Goulart ao conluio de Jânio Quadros. Nesse mesmo dia, 14 de março de 1964, o diário uberabense publicou a inquirição e o expurgo de funcionários do Banco do Brasil ligados às greves e identificados como subversivos ligados ao comunismo.²⁵⁴

Em seu editorial, o *Lavoura* defendia que o movimento vitorioso implantado em 31 de março de 64 representava uma volta às puras fontes de nossa formação social e política que, até então estava divorciada dos ideais americanos. Referindo-se ao governo deposto de Jango, dizia que era provocadoramente esquerdista de manifestações totalitárias identificadas com o regime da foice e do martelo. O movimento revolucionário que extirpou esse estado de coisas foi recebido no continente americano como uma garantia de paz e liberdade e representou novo e perfeito entrosamento do país na vida americana, na fidelidade à democracia e à liberdade.²⁵⁵ Enquanto, o periódico anunciava em primeira página a eleição indireta de Castelo Branco e do vice-presidente José Maria de Alkmin, a coluna *Escutando e Divulgando* afirmava que o país se preparava para iniciar um novo governo que prometia ser de absoluta alteridade, garantidor da tranquilidade da família brasileira e preservador do regime democrático:

A eleição do honrado gal. Castelo Branco à presidência constitui para todos nós brasileiros motivo de satisfação e de fundadas esperanças de que nossa Pátria não mais se enveredará para o caos, como vinha acontecendo, iniciando-se uma fase de restabelecimento da confiança nos poderes constituídos da República, uma fase de restauração da marcha para o progresso, de um Brasil absolutamente livre e cristão.²⁵⁶

²⁵² A CÂMARA Federal aceita a cassação de mandatos. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 11 mar. 1964, p. 1.

²⁵³ EXTINTO o ISEB. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 13 mar. 1964, p. 1.

²⁵⁴ DEZENAS de oficiais das três armas... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 mar. 1964, p. 1.

²⁵⁵ COMUNHÃO americana. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 13 mar. 1964, Editorial, p. 2.

²⁵⁶ A ELEIÇÃO do honrado... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 13 mar. 1964, Escutando e Divulgando, p. 6.

A coluna assinada por Raul Jardim, de forma bastante contraditória, ao mesmo tempo em que afirmava que o governo militar seria assinalado pela alteridade e o respeito às liberdades democráticas e cristãs, pregava a necessidade de expurgar os comunistas em todo o país. Da mesma forma, outro destacado jornal triangulino, o *Correio de Uberlândia*, anunciava seu apoio à “revolução” de 64:

Não é de hoje que a imprensa independente do país vem denunciando as manobras traiçoeiras do discípulo do ditador de 1930 para se apoderar do governo de maneira permanente. [...] A situação agravava-se dia a dia com a ameaça contra as instituições e por fim foi impossível a dissimulação do golpe projetado. Os que, democratas sinceros, ainda prestavam solidariedade ao déspota incubado e o que se mantinham discretamente em expectativa tiveram que tomar atitude de defesa quando, na data de 13 de março, o comício da Guanabara assumiu o ponto alto das provocações e denotou a disposição de um ataque já iniciado contra a ordem estabelecida [...]. Como quer que seja a democracia está salva de mais este assalto que lhe foi sub-repticiamente preparado com tempo e com técnica consumada, constatando, ao que parece, do seu planejamento e da sua execução, ou princípio de execução, até artifícios estranhos à nossa nacionalidade. Mas a convicção democrática do nosso povo é por demais arraigada para que vingue no nosso solo a semente de qualquer outra ideologia.²⁵⁷

Pelo discurso assinalado pelo colunista uberlandense Lycídio Paes, sustentado pela sua convicção democrática, não havia outra saída para o país a não ser a deposição do “totalitário” João Goulart, rotulado de discípulo do ditador Vargas. Ademais, destacava o nobre papel da imprensa na salvaguarda da democracia brasileira com a deposição de Jango. Nesse panorama, o governo militar, imposto em abril de 1964, nos contornos das publicações dos dois principais jornais do Triângulo Mineiro, instaurou uma celebrada democracia ordeira, pacífica e progressista.

Nesses termos, o Congresso Nacional, devidamente expurgado dos parlamentares de oposição e adeptos do governo deposto, elegeu, com ampla maioria de votos, o novo presidente do Brasil, o marechal Castelo Branco. Nesse campo, comemorado como democrático e legítimo, iniciou-se a perseguição aos opositores do novo regime instalado que de democrático nada possuía em suas características. No entanto, apesar dos inimigos dos “revolucionários de 64” não serem poupados, o regime autoritário intentou buscar uma aparente legalidade político-institucional para consolidar uma sustentação política a fim de manter-se no poder.

²⁵⁷ PAES, Lycídio. Momento histórico. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 07/08 abr. 1964, p. 3.

3.3 A construção da legalidade para a sustentação de uma política autoritária

Os mandatários do governo militar, a alta cúpula denominada de comando supremo da revolução, não obstante ao autoritarismo de suas práticas políticas, procuraram implementar uma estratégia assentada em instituições de características liberais, a exemplo da manutenção do Congresso Nacional, embora alijado dos principais parlamentares oposicionistas, da conservação de partidos políticos e de eleições. De maneira que as determinações políticas e econômicas fossem consolidadas por meio de uma modernização conservadora com a intervenção ampliada na economia e a busca da construção da legitimidade. Um dos instrumentos jurídicos foi a utilização de decretos-leis que se sobrepunham à Constituição vigente, promulgada em 1946, denominados de Atos Institucionais, uma vez que o “golpe de 64 viera para atuar em duas frentes, ‘a restauração da ordem interna e do prestígio internacional’ do Brasil, como explicitamente declaram o ato institucional emitido pelos três ministros militares em 9 de abril de 1964”.²⁵⁸

Nestes termos, para ganhar legitimidade, as ditaduras “tendem sempre a apresentarem-se como expressão legítima dos interesses e das necessidades do povo; [...] Partem também deste princípio todos os artifícios que as ditaduras adotam para mostrar que detêm a anuência do povo”.²⁵⁹ Com o discurso de que seria necessário preservar a segurança do país e combater os inimigos internos e externos, os governantes autoritários, em nome dos governados, buscaram subsídios para consolidar e estabilizar seu poder político. No entanto,

como não conseguiram eliminar a diversidade da tessitura social e merecerem o consenso almejado, os governos autoritários brasileiros [...] conviveram com uma constante crise de legitimidade. Para combatê-la, lançaram mão de inúmeros artifícios: força, repressão, medidas econômicas que beneficiavam a classe média, propaganda e edição de inúmeras leis que lhes propiciassem o discurso de que tomavam medidas com base na legalidade e não no arbítrio. [...] Durante os governos militares foram produzidas 01 Constituição, 17 Atos Institucionais, 105 Atos Complementares e 42 Emendas Constitucionais, incluindo a Emenda n. 01/69 que de tão extensa ficou conhecida como a “Constituição de 1969”.²⁶⁰

²⁵⁸ FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. p. 48.

²⁵⁹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Verbete Ditadura. v.1. 11 ed. Brasília: UnB, 1998. p. 374.

²⁶⁰ SILVA, Márcia Pereira da. História e culturas políticas: as concepções jurídicas evocadas pelos governos militares enquanto instrumento de obtenção de legitimidade. **HISTÓRIA**, São Paulo, 28 (2): 2009. p. 1921.

Nesse entendimento, compreende-se que a extensa legislação cumpriu a função social legitimadora das práticas, não só da implantação, mas também da consolidação do regime militar no país. A institucionalização jurídica ratifica a estreita relação entre os juristas e os mandatários do governo militar para autenticar o Estado autoritário, sob a alegação de que era uma maneira de defender a segurança nacional, a manutenção da ordem e das instituições democráticas e dos valores tradicionais da família brasileira:

[...] a ênfase na legalidade e na legitimidade (sustentáculos do regime ditatorial) teve um significado preciso: o da criação de uma aparência de normalidade para a vida social e política que impedisse o reconhecimento do regime a partir da perspectiva da excepcionalidade e do arbítrio.²⁶¹

Corroborando com essa análise, o marechal Costa e Silva, nomeado ministro da guerra, diante da demora na decretação do Ato Institucional nº 1, demonstrou ansiedade ao exigir que “lhe dessem algum documento ‘qualquer coisa’, dizia, que lhe permitisse iniciar as punições”.²⁶²

Figura 22 – O comando revolucionário edita o Ato Institucional nº 1.



Fonte: *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 10 abr. 1964, p. 1. APU.

Disponível em: <file:///D:/Governos%20militares%20obten%C3%A7ao%20de%20legitimidade.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

²⁶¹ CARDOSO, Irene. O arbítrio transformado em lei e a tortura política. In: FREIRE, Alípio. et al. (Orgs). **Tiradentes, um presídio da ditadura**: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997. p. 473.

²⁶² VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**, v.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: José Olympio, 1975. p. 56.

Compreende-se a particularidade da ditadura militar brasileira em se atentar em pautar em normas jurídicas as suas práticas e ações para perseguir os inimigos do regime militar, uma vez que:

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções.²⁶³

Embora, procurem se assentar em instrumentos jurídicos para legitimar suas atuações, os regimes de exceção utilizam dispositivos autoritários porque abrangem “a instauração de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”.²⁶⁴

Nesse cenário, os movimentos sociais progressistas e qualquer ideia ou prática política considerada de esquerda, independentemente de seu matiz ideológico, foram rotulados de comunistas. De tal modo, foi organizada uma ampla rede de dados e informações para espionar membros de movimentos estudantis, operários, camponeses, militares, artistas, jornalistas e até eclesiásticos considerados subversivos. Após o mapeamento dos movimentos de contestação política e dos possíveis inimigos da DSN, foram elaborados dossiês que identificavam e denunciavam civis e militares que supostamente estariam comprometidos em atividades rotuladas como comunistas.²⁶⁵ Assim, o anticomunismo serviu de antídoto para conter qualquer projeto político que os setores reacionários considerassem que poderia ameaçar o poder que historicamente eles detinham no país.

A ampla legislação implementada no período ditatorial foi uma fachada legalista essencial para a manutenção do poder. Além dessas ferramentas jurídico-institucionais, os militares buscaram sustentabilidade em setores consideráveis da sociedade civil, a exemplo de empresários, burocratas, setores da Igreja, imprensa e de parlamentares e governadores, como Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Carlos Lacerda, dentre outros.

Ao mesmo tempo, para manter e ampliar sua base de sustentação política, o governo militar deveria contornar a crise econômica e domar a inflação e, nesse sentido, teria que

²⁶³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 1996. p. 465.

²⁶⁴ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 13.

²⁶⁵ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

retomar a política de desenvolvimento econômico. No entanto, o crescimento do PIB encontrava-se ameaçado pela crônica dependência em relação à tecnologia estrangeira e pelas limitações do Estado brasileiro em investir capitais na infraestrutura produtiva do país. O governo procurou atrair investimentos de setores privados nacionais e estrangeiros para a produção de bens-de-consumo duráveis e não duráveis e, com esse objetivo, Castelo Branco nomeou um dos mais destacados tecnocratas liberais do país, o ministro Roberto Campos para a pasta do Planejamento. Campos buscou reorganizar as finanças públicas e o sistema tributário, além de iniciar tratativas de renegociação para reescalonar a dívida externa e, dessa maneira, obter novos empréstimos e financiamentos com os banqueiros internacionais. Com o discurso tecnicista, supostamente alheio aos interesses e embates político-partidários, o regime militar tratou de despolitizar os trabalhadores e suas justas demandas sociais, por meio de perseguições aos sindicatos mais combativos, reajustes salariais abaixo da inflação e algumas restritas concessões:

Para viabilizar uma política de moradias populares, foi criado, em abril de 1964, o Banco Nacional da Habitação (BNH), complementado mais tarde (1966) pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que servia, ao mesmo tempo, como uma fonte de financiamento para a construção de casas populares e um fundo de pecúlio para o trabalhador, resgatável no caso de demissão sem justa causa. Na prática, o FGTS foi um importante instrumento de barateamento de mão-de-obra, facilitando o processo de demissão de trabalhadores.²⁶⁶

Com o advento do FGTS, a equipe econômica comandada por Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos pretendia acabar com o sistema de estabilidade dos trabalhadores, alcançada após dez anos no emprego. A estabilidade empregatícia havia sido regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, e incorporada à Constituição de 1946. Ao criar o FGTS, o objetivo era reduzir o custo das empresas na demissão de funcionários e, ao mesmo tempo, disponibilizar capitais de investimento para a construção civil e BNH. O *Lavoura e Comércio* anunciava a vinda do diretor da Central dos Trabalhadores de Minas Gerais (CENTRAB) para a escolha das áreas para a construção de residenciais pelo sistema do BNH na cidade. Na manchete, também publicava a vinda do professor José Cabral, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em colaboração com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), para proferir palestras na

²⁶⁶ NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia (Coords.). São Paulo: Atual, 1998. p. 17-18.

Associação Comercial e Industrial de Uberaba (ACIU) aos empresários e profissionais liberais sobre a implantação do FGTS.²⁶⁷

A implantação do FGTS e do BNH se insere no PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). O PAEG objetivava conter o déficit do setor público, o excesso de crédito para os setores privados e as elevações salariais tentando consolidar a estabilidade monetária, uma vez que os gestores do plano econômico consideravam que a inflação era o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico nos anos 60.²⁶⁸ Tal plano buscava conciliar ações de combate à inflação mais ortodoxas com uma política compensatória ditada pelo intervencionismo estatal.

A consequência desse modelo de modernização do capitalismo brasileiro, implementado pelo regime militar, foi o agravamento de uma tendência histórica da sociedade brasileira, a nefasta concentração de renda e a ampliação sem precedentes da desigualdade social no país. No entendimento de que o poder político não se sustenta somente pela força coercitiva, o projeto de desenvolvimento e de legitimação do regime militar tentou estabelecer um consenso entre os diversos setores da sociedade brasileira, no entanto, foi permeado por interesses que atendiam às classes dirigentes, em detrimento das classes populares.

Dessa maneira, o *Lavoura e Comércio*, apesar de seu discurso de aparente neutralidade, como os demais veículos de comunicação insistem em afirmar, tornou-se um instrumento significativo para promover essa legitimação de poder na busca pelo consenso, ao mesmo tempo em que procurava assegurar os interesses da elite local e deslegitimar as visões de mundo, os projetos e os posicionamentos diferentes dos seus proprietários, colaboradores e dos grupos que o periódico representava. Esse posicionamento político do periódico remete à concepção de “mineiridade”, expressão cultural construída e perpetuada pela própria elite política, que se configura como uma marca da cultura política regional. A busca da conciliação, dos pactos e negociações da política mineira são assinaladas pela prudência e coordenadas sob um sistema liberal bastante conservador e elitista.²⁶⁹ Essa cultura política de “mineiridade” marcou a atuação dos principais líderes do pessedismo, JK e Tancredo Neves.

²⁶⁷ CENTRAB vai construir casas do BNH. ICM e FGTS serão discutidos na ACIU. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 04 fev. 1967, p. 6.

²⁶⁸ VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**, v.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: José Olympio, 1975.

²⁶⁹ DULCI, Otávio Soares. **As elites mineiras e a conciliação**: a mineiridade como ideologia. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortês, 1984.

Em 1967 e 1968, proveniente dos problemas econômicos, gerados principalmente pela rígida política monetarista, e também pela continuidade do regime ditatorial, além da própria limitação de Castelo Branco em administrar os diversos interesses dos grupos que participaram do golpe de Estado, o governo militar se desgastou e a oposição civil ampliou sua mobilização para a convocação de eleições livres para a retomada do poder.

3.4 A oposição se organiza: a formação da Frente Ampla

Ao mesmo tempo em que defendia o governo militar, o *Lavoura* publicava as críticas do governador Carlos Lacerda, da UDN guanabarina, e um dos principais articuladores do golpe de 64, proferidas após a votação no Congresso Nacional que permitiu a aprovação da continuidade do mandato do presidente Castelo Branco. O *LC*, com a principal manchete do dia, dava voz a Lacerda em sua ira contra os deputados, que naquele momento foram rotulados de

[...] corruptores da revolução de 64 ao cometerem o maior crime já perpetrado contra a democracia brasileira, ao aprovar a prorrogação do mandato de Castelo Branco. [...] Lacerda afirmou que continua firme em seu apoio ao Presidente, mas não concorda e critica a atitude do Congresso Nacional, que roubou do povo brasileiro o direito de escolher livremente o seu Presidente, numa reunião imoral e ilegal, pois, quando conseguiram o número de 205 votos necessários, já havia sido encerrada a votação da matéria.²⁷⁰

Para Carlos Lacerda, o mesmo que contribuiu para o rompimento da ordem democrática e o Estado de direito, ao apoiar o golpe militar, a ampliação do mandato castelista foi uma violação do direito do brasileiro de escolher democraticamente seus governantes. De fato, a continuidade do regime militar frustrou as pretensões lacerdistas em concorrer às eleições presidenciais de 1965. Na mesma votação, os parlamentares rejeitaram o direito de voto aos analfabetos. Nesse campo de embates políticos, Raul Jardim, na coluna *Escutando e Divulgando*, tecia elogios às ações de Carlos Lacerda por criticar falhas no encaminhamento do regime militar:

[...] O sr. Carlos Lacerda continua desenvolvendo intensa ação, apontando erros, criticando, mostrando falhas que devem ser removidas e removidas

²⁷⁰ LACERDA: Esperamos que o Congresso Nacional repare o seu erro. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 18 jul. 1964, p. 1.

com urgência. Um trabalho intenso, enérgico e ao mesmo tempo construtivo, que se processa sem prejuízo de suas atribuições como governador do estado da Guanabara.²⁷¹

Nesse cenário, as condições políticas se agravavam e movimentos de oposição se organizavam diante da continuidade do regime militar. Ademar de Barros, político influente que contribuiu decisivamente para a implementação do modelo autoritário e que almejava se candidatar à presidência do país, já não apresentava tanto entusiasmo com os destinos do movimento de 64: “No fundo, chegamos à conclusão de que fizemos a revolução contra nós mesmos”.²⁷² O lamento do político paulista sintetizava a desesperança, de determinados articuladores civis que contribuíram com o advento do regime militar, em relação ao encaminhamento do governo castelista. Ao criticar os rumos do regime militar, principalmente ao não convocar as eleições diretas e devolver o poder aos civis, tanto Lacerda, quanto Ademar de Barros tinham pretensões de candidatar-se à presidência do país. Diante desse quadro de continuísmo político, o governador paulista exigiu a renúncia de Castelo Branco em um manifesto à nação. Em junho de 1966, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Essa situação foi assim descrita pelo colunista político Raul Jardim:

A cassação dos direitos políticos de Ademar de Barros colheu de surpresa todo o país. O presidente Castelo Branco assinou o ato, que foi divulgado em edição extraordinária pelos jornais-falados de todas as emissoras de rádio e televisão do país. A corrupção, visando à eleição de seu sucessor, foi o principal motivo da queda de Ademar de Barros.²⁷³

Em Uberaba a notícia da cassação dos direitos políticos do ex-governador Ademar de Barros não causou sensação. Foi recebida normalmente, como um fato que se esperava acontecer a qualquer momento. [...] Os leitores teciam os mais variados comentários, mas raramente se ouvia um lamento pela atitude assumida pelo chefe da nação.²⁷⁴

Na mesma edição, em manchete com letras garrafais o periódico anunciava: “*CASSADO ADEMAR*”. A matéria era alusiva ao fato que a “Revolução de 64” começava a eliminar seus filhos ao revogar o mandato e os direitos políticos do governador Ademar de Barros. Ainda na capa, o periódico publicava que novas cassações seriam iminentes no governo bandeirante e que as cassações não intimidariam a oposição. O *Lavoura e Comércio* voltava a afirmar sua confiança no “Movimento de Março” e anunciava seu apoio às

²⁷¹ O BRASIL vai alcançando... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 21 jul. 1964, Escutando e Divulgando, p. 6.

²⁷² CAMPOS, Flávio de. **Oficina de História: história do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1999. p. 284.

²⁷³ A CASSAÇÃO dos direitos políticos... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 06 jun. 1966, Escutando e Divulgando, p. 6.

²⁷⁴ EM UBERABA a notícia... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 07 jun. 1966, Escutando e Divulgando, p. 6.

determinações autoritárias de Castelo Branco ao asseverar que, diante dos focos de corrupção e demagogia, o governo agiria com firmeza serena e energia equilibrada:

A Revolução continua.

O ato do presidente Castelo mostra, [...] com a eloquência viva dos fatos, que o movimento eclodido em 31 de Março prossegue com o mesmo vigor e animado dos ideais que o inspiraram desde os primeiros momentos. [...] Os brasileiros, que apoiaram confiantes o Movimento de Março, empreendendo-lhe uma colaboração que poderia ir até o sacrifício, o fizeram com os olhos postos na renovação dos processos políticos que nos últimos anos tanto desfiguravam a vida nacional. [...] É evidente que depois da decisão tomada, o governo do marechal Castelo Branco se tornou ainda mais forte, com a sua base alargada e aprofundada na consciência cívica do Brasil.²⁷⁵

Figura 23 - Cassação do mandato do governador paulista Ademar de Barros.



Fonte: *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 06 jun. 1966, p. 1. APU.

No entanto, apesar do apoio político ao ato antidemocrático do governo castelista, em editorial do dia 06 de julho de 1965, apesar de ainda demonstrar sua confiança no governo militar, Quintiliano Jardim já assinalava suas críticas para a espiral inflacionária e para os desacertos na condução da economia do país:

Certas majorações de preço representam, sem sombra de dúvidas, verdadeiros atentados contra a economia popular! Não tem justificativa e não encontram nem mesmo atenuantes perante a opinião pública. [...] Isto ocorre em todas as partes e se verifica, de modo especial, em Uberaba,

²⁷⁵ A REVOLUÇÃO continua. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 06 jun. 1966, p. 1.

cidade de vida cara, extremamente cara. Ignoram, porém, os manipuladores de alta que estão brincando com fogo. A paciência do povo tem limites. E a sua capacidade de sacrifício, no plano econômico, chegou ao limite extremo. [...] É necessário lembrar ainda aos gananciosos que a revolução de Março não foi feita contra o povo, mas sim a seu favor. O governo não pode permitir e não permitirá que em benefício de alguns se sacrifique inexoravelmente a maioria.²⁷⁶

Em 1965, a economia brasileira apresentava um quadro recessivo, a inflação gerava insatisfação popular e o governo militar não conseguia retomar o crescimento econômico. Em Uberaba, o diário, que apoiou o regime militar, reclamava da carestia do custo de vida e criticava os gestores por não conseguirem conter a espiral inflacionária. No editorial, Quintiliano Jardim advertia que “a paciência do povo tem limites e a sua capacidade de sacrifício, no plano econômico, chegou ao limite extremo” e ainda relembra que “a revolução de março não foi feita contra o povo, mas sim a seu favor”. Nesse campo político de críticas ao modelo econômico imposto, a situação recomendava uma maior preocupação com a contenção da inflação e a retomada do crescimento econômico. O modelo de desenvolvimento implantado em 1964 não correspondeu a nenhuma inovação no sentido da definição de um modelo alternativo de acumulação capitalista, sua preocupação foi aprimorar o modelo implantado nos anos 50, ainda nos tempos de JK, ao tentar materializar a industrialização do país.

Entre as principais ações econômicas adotadas, pelo ministro do Planejamento Roberto Campos, estavam a contenção da espiral inflacionária, o reescalonamento da dívida externa e a busca de investimentos de capitais estrangeiros para a retomada do crescimento econômico. Em relação ao combate à inflação, dentre outras medidas, Campos adotou uma política de arrocho salarial contra os trabalhadores. Sua gestão ainda buscou assegurar a transferência de capitais das empresas estrangeiras, ao facilitar a remessa de lucros das filiais instaladas no país para as suas matrizes, no exterior.

A política econômica do regime militar intentou promover o desenvolvimento econômico, associando o capital estatal e o privado, de forma a atrair investimentos estrangeiros, principalmente nos setores de bens de consumo duráveis, a exemplo da indústria automobilística e de eletrodomésticos, com o aporte de capitais estatais nas áreas de bens de capital, principalmente nos setores de energia elétrica, siderurgia e petróleo. Nesse modelo de desenvolvimento econômico, cabia às empresas privadas brasileiras o investimento nos

²⁷⁶ É INDISPENSÁVEL defender a bolsa do povo. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 06 jul. 1965. Editorial, p. 2.

setores de bens de consumo não duráveis, que exigem menos recursos de capital e tecnologia. Em pleno auge da recessão econômica, a política econômica castelista buscou recriar as condições para financiar as inversões necessárias à retomada da expansão capitalista e fornecer as bases institucionais do processo de concentração de capital e de renda no país.²⁷⁷

A política econômica recessiva, nos primeiros anos do regime militar, gerou insatisfação por parte de setores da oposição e, nesse contexto de crise econômica e de continuísmo político do governo militar, visto que Castelo Branco não convocou eleições presidenciais. Em 1966, articuladores civis do golpe militar, dentre eles, Carlos Lacerda, uniram-se a seus tradicionais oponentes, a exemplo do próprio presidente deposto em 1964, João Goulart, e o carismático líder político mineiro Juscelino Kubistchek. Dessa forma, organizaram a Frente Ampla de oposição ao governo militar para exigir o retorno dos políticos civis ao poder por meio de eleições diretas e livres. Os principais postulantes civis para as eleições que estavam marcadas para outubro de 1965 e o retorno da legalidade democrática, quando então terminaria o mandato de Jango, se não houvesse a ruptura democrática, eram os udenistas Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, o pessedista Juscelino Kubitschek e Ademar de Barros, do PSP.

No entanto, com a decretação da emenda constitucional, que adiou as eleições presidenciais para fins de 1966 e, conseqüentemente, a continuidade do mandato de Castelo Branco, a redemocratização do país começava a ser protelada para insatisfação dos principais líderes postulantes à presidência. As medidas continuístas atingiam os próprios líderes e articuladores civis do golpe de 64 que, insatisfeitos, passaram a criticar publicamente a “revolução redentora”, na qual haviam contribuído para instaurar. De forma paradoxal, a Frente Ampla intentou agrupar desde lacerdistas, juscelinistas, janguistas e até comunistas. O movimento conseguiu certa mobilização com espaço na imprensa, diversos comícios e atos públicos pelas principais cidades do país, todavia, pelas próprias características de seus principais articuladores, não visava à radicalização política para a retomada do poder. No entanto, em 05 de abril de 1968, o Ministro da Justiça Gama e Silva publicou a Portaria nº 177/68 proibindo a existência da Frente Ampla e considerando ilegal qualquer manifestação ou ato político em nome do movimento oposicionista.²⁷⁸

²⁷⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: opções de Desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

²⁷⁸ ABREU, Alzira Alves de; et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001, vol. II, p. 2331.

O *Lavoura* publicou, em primeira página, a resolução nº 177 que proibia as atividades de manifestações, reuniões, comícios, desfiles, passeatas ou exercício de quaisquer atividades de natureza política da Frente Ampla em todo o território nacional. A Portaria ainda determinou que as autoridades policiais aprisionassem em flagrante delito as pessoas que, tendo direitos políticos suspensos, exercessem atividades ou fizessem manifestações sobre assuntos de natureza política. A divulgação de manifestações desse tipo acarretaria a apreensão de livros, jornais e demais organismos de comunicação.²⁷⁹

Figura 24 -Frente Ampla fora da lei.



Fonte: *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 06 abr. 1968, p. 1. APU.

A mobilização oposicionista, unindo lideranças de famílias políticas tão diversas, deve-se principalmente ao afastamento dessas principais lideranças civis do país ao direito de exercer diretamente o poder político, diante da continuidade do regime militar e a ascensão do marechal Costa e Silva à presidência do país. Ao final de 1968, o próprio Carlos Lacerda foi aprisionado e teve seus direitos políticos cassados. Diante da elevação do tom das críticas ao regime autoritário, os mandatários militares iniciaram as cassações e exílios de seus antigos aliados, fato que remete à velha metáfora de que a criatura começava a devorar seus próprios criadores.

A sucessão de Castelo Branco, a posse de Costa e Silva e a continuidade do regime militar expressavam a tentativa da institucionalização política do governo autoritário. Nesse cenário, os mandatários do regime antidemocrático intentavam estabelecer instrumentos para sua legitimação com o discurso de que sua permanência seria necessária para aperfeiçoar o

²⁷⁹ FRENTE Ampla fora da lei. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 06 abr. 1968, p. 1.

processo de crescimento econômico, por meio da retomada de investimentos e da pacificação política no país, ainda ameaçados pela agitação política. Entende-se que essa busca por legitimidade era uma forma para ultrapassar os limites de um governo inconstitucional. No entanto, a manutenção da política de ajuste econômico do governo militar não se coadunava com as expectativas de crescimento e as demandas pelo restabelecimento da ordem democrática que começavam a ganhar força na sociedade. Ademais, os argumentos de continuidade geravam insatisfação dos opositores e até daqueles que contribuíram para a implantação do regime militar.

Outro acontecimento que agitou os meios políticos do país foram as eleições para o governo dos estados da federação, em 1965, por demonstrarem a desaprovação popular ao governo castelista, posto que a oposição venceu em Minas Gerais, com Israel Pinheiro; na Guanabara, com Negrão de Lima; em Santa Catarina, com Ivo da Silveira; e em Mato Grosso, com Pedro Pedrossian. Além do crescimento da oposição política, diante da vitória da oposição nesses estados, o presidente Castelo Branco passou a ser pressionado por setores militares para que impedisse a posse dos governadores oposicionistas eleitos:

Militares contra a posse dos eleitos

Pressão militar partidária principalmente da chamada oficialidade jovem está colocando o governo federal em posição delicada perante as Forças Armadas, pois surgiu hoje na Vila Militar um movimento de oficiais – até o posto de major – contra a posse do sr. Negrão de Lima no governo da Guanabara e de todos os eleitos que são considerados como adversários do Movimento Revolucionário de 31 de março. [...] Por outro lado, outras fontes, estas de influência junto ao marechal Castelo Branco, consideram que o governo tem condições para defrontar-se com a crise militar que se avizinha, dado que o presidente está disposto a enfrentar o problema [...] por contar com o apoio da maioria dentro das Forças Armadas.²⁸⁰

O movimento dos jovens militares que se desenvolvia nos subterrâneos das Forças Armadas colocava o presidente Castelo Branco em uma difícil situação. Sob pressão, cedeu às imposições do jovem oficialato e ampliou seus poderes para conter o crescimento da oposição. Dessa forma, Castelo Branco, em 27 de outubro de 1965, editou o Ato Institucional nº 2 (AI-2). Em seu longo preâmbulo assinalava:

O [...] movimento de 31 de março de 1964 [...] se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação; a revolução investe-se, por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma; edita normas jurídicas [...], pois graças à ação das forças armadas e ao apoio

²⁸⁰ MILITARES contra posse dos eleitos. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 19 nov. 1965, p. 1.

inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular. [...] Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional [...].²⁸¹

Com a narrativa de que era necessário combater a corrupção e a subversão, o presidente Castelo Branco, por intermédio do AI-2, tornou indiretas as eleições para a presidência da República, interveio na composição dos juízes do STF e, simultaneamente, permitiu a demissão dos funcionários públicos considerados subversivos. Não obstante, utilizando o discurso de que a revolução veio de forma definitiva para extirpar a bolchevização do país, em nome da população que lhe aferia o direito de poder constituinte para legislar, que nos regimes democráticos é facultado apenas ao Legislativo, ampliou as medidas de exceção ao determinar que o presidente poderia decretar a situação de Estado de Sítio por seis meses no país, sem a anuência prévia do Congresso Nacional.

Para tentar reequilibrar o campo político e as bases de sustentação política, ao afirmar que “para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional”, o governo militar anulou os registros de todos os partidos políticos, fundados após o Estado Novo varguista, e instituiu novas cláusulas para a fundação de novas organizações partidárias. Ao estabelecer inúmeras normatizações restritivas e um tanto arbitrárias, os “revolucionários” estabeleceram que os parlamentares passassem a se agrupar em agremiações partidárias compostas por, no mínimo, 120 deputados e 20 senadores. Tal regulamentação, com determinações tão restritivas, na prática, limitou a existência de representações partidárias a apenas duas agremiações políticas, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), identificada com o partido de situação e base de sustentação política do regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), moldado como de oposição moderada ou consentida para tentar demonstrar uma aparente legalidade democrática.

Na edição de 04 de novembro de 1965, o *Lavoura e Comércio* anunciava que Carlos Lacerda, em repúdio à decretação do AI-2 havia, de forma inesperada, renunciado ao cargo de governador da Guanabara e, diante dessa situação, o próprio Magalhães Pinto, da mesma forma que seu colega udenista, mas sem renunciar ao governo de Minas, rompia com o presidente Castelo Branco. Na mesma edição, o periódico dava voz às intimidações do ministro da Justiça Juraci Magalhães: “O governo está atento às atividades de grupos ou de

²⁸¹ O Ato Institucional nº 2 está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso: 25 jan. 2017.

elementos isolados que queiram se levantar contra a Revolução, e que serão cumpridas as normas baixadas no Ato Institucional nº 2”.²⁸²

As reações aos Atos Institucionais, referentes às eleições indiretas e à continuidade do regime militar, geraram inúmeros desgastes ao governo castelista e, conseqüentemente, a perda de apoio dos principais articuladores civis do golpe de 64, os governadores Lacerda e Magalhães Pinto, conforme anunciava o periódico uberabense:

Figura 25 - Lacerda e Magalhães Pinto rompem com Castelo Branco.



Fonte: *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 04 nov. 1965, p. 1. APU.

O *Lavoura* afirmava que Kubitschek, outro influente político que havia apoiado a instauração do regime militar, estaria deixando o Brasil rumo ao exílio. Ainda, na primeira página dessa edição, o diário uberabense publicava uma advertência assinada pelos delegados de polícia Lindolfo Coimbra de Souza e Marinho Laterza, e também pelo capitão da Polícia Militar, Maurício Silva Oliveira, contra os denominados elementos esquerdistas e subversivos nos meios estudantis da cidade, no episódio do Cine Metrôpole, na avenida Leopoldino de Oliveira:

A Delegacia Regional de Segurança Pública tomou conhecimento de que elementos esquerdistas, existentes nos meios estudantis, programaram para hoje a CHAMADA FILA BOBA, com o objetivo de perturbar a ordem pública. A Delegacia comunica que abriu inquérito policial, a fim de promover a responsabilidade criminal desses elementos perturbadores do

²⁸² LACERDA renuncia a seu cargo e Magalhães rompe com o governo federal. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 04 nov. 1965, p. 1.

sossego público, que serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional, no ato institucional nº 2 e complementares, e encaminhados ao DOPS, em Belo Horizonte.²⁸³

Na coluna *Escutando e Divulgando*, tal fato mereceu comentários do colunista Raul Jardim ao afirmar que, no Cine Metrópole, estudantes tentaram desafiar a determinação policial e, não satisfeitos, apedrejaram uma das portas daquela casa de diversão, quebrando seu vidro. Os policiais que estavam de sobreaviso efetuaram a prisão de mais de dez estudantes. Na publicação, Jardim reitera que não é contrário ao direito de manifestação dos estudantes, no entanto, ressalta que o direito de reivindicação é uma prerrogativa, quando a causa é justa. Todavia, não aprovava o método empregado, que só serviu para causar intranquilidade, perturbando a ordem pública dos que queriam apenas assistir ao filme.²⁸⁴

A arbitrariedade policial contra os estudantes gerou uma assembleia e nota de repúdio da diretoria do Centro Acadêmico Gaspar Vianna da Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, contra os policiais. A nota foi publicada em primeira página do *Lavoura e* citava os atos de apreensão dos estudantes e a perseguição política envolvendo principalmente o aluno Walter T. de Souza, do 3º ano do curso de medicina. Diante da tensa situação, o órgão estudantil propõe:

1º - Comunicar a todos os discentes, através de um referendun do Exmo. Sr. Prof. Dr. Nelson dos Santos Anjo de que [...] o AI-2 não é o Leviatã que diz ser o Sr. Delegado Supervisor. Ainda somos cidadãos livres, o poder judiciário ainda existe e funciona.

2º - Repudiar unanimemente a imputação [...] do sr. Delegado Supervisor de estarmos imbuídos de espírito subversivo.

3º - Para tanto, oficiar ao Exmo. Sr. Gal. Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar da Presidência da República, [...] o que se passa conosco e do que somos acusados, dele solicitando – caso julgue necessário – um Inquérito Policial-Militar em nossa Escola, para descobrir comunistas e subversivos fantasmas que divagam na mente do Sr. Delegado Supervisor.

4º - Ainda dentro dessa tranquilidade, comunicar àquele oficial-superior do Serviço Nacional de Informações, o Exmo. Sr. Danilo Venturini, que, aqui esteve em inspeção e daqui saiu, dando-nos todo o apoio em nossas atividades, o que pensa de nós o sr. Dr. Delegado Supervisor e citar-lhes os métodos de intimidação que vem apregoando. A ele também nos poremos às ordens de um IPM.

5º - Enviar um relatório, com a assinatura de todos, os discentes, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, sobre as atividades do Sr. Delegado Supervisor e de como fomos tratados pelos policiais fardados e à paisana, na noite de 4 pp.

²⁸³ DELEGACIA Regional de Segurança Pública. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 4 nov. 1965, p. 1.

²⁸⁴ A DESPEITO da proibição... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 5 nov. 1965, *Escutando e Divulgando*, p. 6.

6º - Em sintonia com as demais Escolas Superiores de Uberaba, telegrafar, urgente, ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança do Estado – Dr. José Monteiro de Castro – pedindo providências contra as imputações injustas do Sr. Dr. Delegado Supervisor.²⁸⁵

Em editorial, Quintiliano Jardim não abordou o lamentável episódio envolvendo alunos do curso de Medicina da cidade e os policiais, preferiu divulgar a realização do Congresso de História realizado pela UNESP, em Franca. Mais uma vez o tradicional editorialista silenciou-se diante das arbitrariedades dos representantes do regime militar em relação aos estudantes da Faculdade de Medicina.

Com a edição do AI-2, o governo Castelo Branco acreditava que a situação política se estabilizasse favoravelmente ao regime militar, no entanto, não foi o que ocorreu. Em 05 de fevereiro de 1966, Castelo Branco ampliou as arbitrariedades políticas ao decretar o Ato Institucional nº 3 (AI-3), que tornou indiretas as eleições para governadores estaduais, prefeitos das capitais e de cidades consideradas de segurança nacional. Além dessas medidas antidemocráticas, tal ato ainda determinou a data de 03 setembro de 1966 para a realização das eleições presidenciais. A partir de então, o governador de estado seria definido pelo voto dos integrantes das Assembleias Legislativas estaduais, em sua maioria já esvaziadas pela cassação de deputados oposicionistas:

À NAÇÃO

CONSIDERANDO que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs, [...] CONSIDERANDO ser imperiosa a adoção de medidas que não permitam se frustrarem os superiores objetivos da Revolução; CONSIDERANDO a necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do País [...].²⁸⁶

Nesses termos, em nome da harmonia política e social do país, os governadores eleitos indiretamente ainda teriam o poder de designar o prefeito da capital do seu estado e, dessa forma, os mandatários do regime autoritário garantiriam instrumentos consistentes para controlar politicamente os estados e capitais. Consequentemente, os interesses estariam alinhados, evitando possíveis dissidências entre o presidente, o governador eleito e os prefeitos das capitais e cidades estratégicas aos interesses da DSN.

²⁸⁵ A PEDIDO do Centro Acadêmico “Gaspar Vianna”. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 10 nov. 1965, p. 1.

²⁸⁶ BRASIL. **Ato Institucional nº 3**. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm>. Acesso: 25 jan. 2017. (Grifos no original).

3.5 Os movimentos de contestação e a consolidação da ordem autoritária

Apesar da centralização do poder cada vez mais acentuada com a continuidade do regime militar e a recusa na devolução do poder aos políticos civis, a década de 60 foi assinalada por intensos movimentos sociais e culturais de rebeldia e contestação ao cerceamento da liberdade e aos valores sociais mais conservadores. Nesse cenário de mobilizações, a década de 60 foi um tempo de muita efervescência cultural e inovação nas formas de participação e mobilização política. Nesse período, como em outras partes do mundo, emergiram elementos contestatórios que buscavam modificar a sociedade. A década de 60, especialmente o ano de 1968, foi assinalada como tempos de recusa aos envelhecidos paradigmas tradicionais da sociedade e até mesmo à envelhecida forma de se pensar e de se fazer política. É nesse contexto que a juventude passa a fazer transgressões e a exigir as transformações de valores, seja na sociedade, na política ou na cultura. No entanto, a partir de 1968, a elevação do tom das mobilizações contra o regime autoritário também gerou forte reação do governo militar.

A ampliação das restrições políticas pelo governo militar desencadeou uma acentuada onda de manifestações e protestos em todo o país, principalmente nas capitais e grandes cidades. Além da hesitante Frente Ampla, colocada na ilegalidade, e das limitações políticas impostas ao partido de oposição, o MDB, ganhou destaque no cenário político o movimento estudantil. Articulando reivindicações específicas aos grandes temas nacionais, as mobilizações estudantis agitaram o país ao exigir o término da ditadura militar e o retorno das legalidades democráticas. Com o aporte de artistas e intelectuais, difundia-se uma cultura engajada que propunha transformações radicais na sociedade e na política brasileiras. Nessa circunstância, os confrontos com os militares tornaram-se mais frequentes, elevando o clima de radicalização política, quando policiais e grupos paramilitares invadiram sindicatos, fábricas, universidades, teatros e centros culturais para espancar e aprisionar operários, professores, estudantes, intelectuais e artistas.

Nesse espaço de acirramento dos embates políticos, o governo Costa e Silva (1967-1969) ampliou a repressão policial visando desarticular os movimentos considerados de oposição. Assim, diante da expansão das manifestações oposicionistas à continuidade do governo antidemocrático, o regime militar passou a atuar com violência sobre os setores sindicais, artísticos, estudantis e intelectuais considerados os maiores elementos contrários ao poder autoritário. Em 1968, muitas foram as manifestações contra a ditadura militar e essas mobilizações tornaram-se cada vez mais frequentes. Na Guanabara, os policiais invadiram o

restaurante universitário Calabouço e atiraram contra os manifestantes. A repressão policial culminou com a morte do estudante Edson Luís Souto Maior. Diante do lamentável episódio, milhares de pessoas foram às ruas protestar contra o assassinato do jovem militante estudantil. Em Uberaba, na edição de 30 de março de 1968, o *Lavoura* anunciava em primeira página a indignação que tomou conta do país:

Figura 26 - Assassinato do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro e a indignação que tomou conta do país.

Estudantes de Uberaba em greve geral por 24 horas
Tragicos acontecimentos da Guanabara levam a onda de protesto em todo o país

LAVOURA e COMÉRCIO
 GUNTILIANO JARUIM (1911 - 1968)
 Edição de hoje 12 páginas
 Numero avulso Ners 0,15

Manifesto do DCE de Uberaba
PORQUE SOMOS ASSASSINADOS

Metralhadora não silencia a juventude

Apelo à Mogiana

A NOIVA
 LIQUIDAÇÃO TOTAL DE SEU ESTOQUE
 Atenção: 15 dias apenas!
 A partir do proximo dia 1 de abril
 Rua Artur Machado, 20 Fone 490

Fonte: *Lavoura e Comércio*, 30 mar. 1968, p. 1. APU.

A mesma edição, também publicou que a comunidade estudantil uberabense, liderada pelo Diretório Central dos Estudantes, havia iniciado uma greve geral em protesto contra os trágicos fatos ocorridos na Guanabara:

PORQUE SOMOS ASSASSINADOS

[...] Hoje presenciamos no Brasil um monstruoso crime que constringe todos os Homens que aspiram Liberdade: um bando de policiais, ao impedir uma Assembleia de estudantes, depreda, espanca e assassina. Suas metralhadoras calaram um estudante definitivamente, Edson Luís [...] Espancaram e balearam muitos outros. Feriram a quem teve coragem de protestar contra o terrorismo de que se dá o direito de vida e morte sobre quem não empunha, como eles, as armas. [...] Enganam-se, porém, esses assassinos covardes: suas balas, seus berros primitivistas e sua empáfia não espantam a nós,

estudantes brasileiros, Não, senhores policiais! Não nos calaremos. Nossa voz ecoará, enquanto a liberdade estiver cercada.²⁸⁷

O restaurante universitário do Calabouço era utilizado como espaço para as reuniões das entidades estudantis que reivindicavam melhorias no sistema educacional e, principalmente, debatiam sobre ações políticas a serem desenvolvidas pelos estudantes contrários ao regime militar. Além da nota de repúdio do DCE, outra entidade estudantil local, representante dos estudantes secundaristas, a União Estudantil Uberabense (UEU) lançou um manifesto intitulado:

A voz de uma classe secundarista

[...] Nesta data, triste e também marcante, em que um colega que, fazia uso de seus direitos foi barbaramente assassinado, a União Estudantil uberabense convoca o estudantado de Uberaba, para que, em uníssono, cantemos o nosso sentimento, erguendo nossas vozes em sinal de protesto pelo triste acontecimento que enlutou uma classe que vive em busca de melhores dias para esse Brasil indeciso [...].²⁸⁸

De forma até surpreendente para os padrões do periódico, o *Lavoura* publicou uma ousada matéria criticando o bárbaro assassinato do jovem estudante Edson Luís pela polícia guanabarina:

Metralhadora não silencia a juventude

[...] Qual fora seu crime e dos seus companheiros? Qual foi a razão de reação tão violenta por parte dos encarregados da manutenção da ordem e da tranquilidade da população? [...] O estudante assassinado, [...] e seus colegas haviam organizado um comício de protesto contra a paralisação das obras do Restaurante Calabouço [...]. Metralhadoras contra argumentos! Violência contra manifestações juvenis! Tentativa de fazer silenciar a mocidade estudantil, apavorando-a com gestos desabridos de brutalidade! A ocorrência verifica-se justamente no momento em que o país marcha, com decisão, impulsionado pela irresistível vontade de sua opinião pública, para o pleno exercício da democracia. O jovem, porém, tem uma capacidade inesgotável de protestar contra tudo o que considera injusto e falso. [...] Neste instante solene da história nacional silencia-se um jovem a tiros de metralhadora. No que os beaguins do sr. Negrão de Lima não conseguirão silenciar, porém, é o ardor da juventude na defesa de seus ideais.²⁸⁹

O diário, ao mesmo tempo que tecia críticas contundentes ao assassinato do jovem estudante secundarista, também apregoava que parcela considerável da população exigia o retorno da normalidade democrática ao país. No entanto, o articulista se esquece que todo o

²⁸⁷ ESTUDANTES de Uberaba em greve por 24 horas. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 30 mar. 1968, p. 1.

²⁸⁸ A VOZ de uma classe constrangida. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 01 abr. 1968, p. 1.

²⁸⁹ METRALHADORA não silencia a juventude. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 30 mar. 1968, p. 1.

processo de concepção de uma opinião pública voltada para os valores democráticos estava essencialmente afetado, se considerar a configuração de uma esfera pública liberal e democrática que o regime militar tratou de anular. Cabe lembrar que o periódico apoiou a implantação do Estado arbitrário. Na mesma edição, na coluna *Escutando e Divulgando*, o periódico voltava a atacar a ação brutal dos policiais do Rio de Janeiro ao afirmar que:

[...] Um jovem de 16 anos perde a vida em circunstâncias brutais, fazendo-nos lembrar os torpes processos de trucidamento utilizados pelas “SS” de Hitler. [...] Fala-se em redemocratização do país, infelizmente, o que assistimos é bem diferente. Caminhamos para um estado de violência condenável sob todos os aspectos. Não é isso que o Brasil deseja. Não é para isso que todos lutamos com o movimento revolucionário de 31 de março. [...] Lamentamos e condenamos veementemente a ação nazista dos policiais da Guanabara [...].²⁹⁰

Embora se solidarize com o movimento estudantil, pelo menos neste episódio do Calabouço, e condene a ação brutal dos policiais ao comparar a selvageria ocorrida no restaurante às práticas nazistas, erra o diário ao afirmar que “a ocorrência verifica-se justamente no momento em que o país marcha, com decisão, impulsionado pela irresistível vontade de sua opinião pública, para o pleno exercício da democracia”. Capcioso erro de avaliação do periódico, que apoiou o movimento “revolucionário de 31 de março” de 1964, ao afirmar que o país caminhava decididamente rumo à democracia plena, uma vez que poucos meses após este lamentável episódio do assassinato do jovem estudante, o país mergulhou em um dos momentos mais sombrios de sua história com a edição do AI-5, em dezembro de 1968, quando a ditadura se escancarou.

Com a cassação e o exílio das mais significativas lideranças políticas do país, a partir 1967, o movimento estudantil tornou-se uma das principais forças oposicionistas ao regime militar e, nesse cenário de cerceamento da liberdade e de continuidade do governo militar, já nos primeiros meses de 1968, diversas mobilizações foram organizadas pela UNE e demais entidades representativas dos estudantes. Diante do aumento dessas manifestações, os órgãos de repressão passaram a atuar com violência com o objetivo de desmobilizar os estudantes. As reivindicações e os protestos não eram apenas contra a ditadura militar, mas, essencialmente quanto ao modelo de política educacional implantado, que acentuava a privatização, especialmente o ensino superior e o tecnicismo, direcionando a formação educacional para atender às demandas das empresas por mão de obra especializada. Nos termos de Germano,

²⁹⁰ NÃO se silencia a mocidade ... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 30 mar. 1968, *Escutando e Divulgando*, p. 6.

“um planejamento dirigido à reforma administrativa da universidade brasileira (...) tem que implantar um sistema administrativo tipo empresa privada [...] deve ser estimulada a criação de universidades particulares, prestando-lhes o governo auxílios, a fim de assegurarem nelas vagas para os alunos pobres”.²⁹¹

Ao invés de investir na ampliação da educação pública, gratuita e de qualidade, de forma contraditória, os burocratas do regime militar defendiam a privatização da educação com o discurso de que era para assegurar oportunidades para que os alunos das classes populares pudessem ter acesso à educação e, dessa forma, prepará-los para o mercado de trabalho. Essas perspectivas privatistas para a educação obedeciam às orientações do acordo MEC-USAID (Ministério da Educação-*Agency for International Development*). Sobre as tentativas de implantar o modelo estadunidense sobre a educação brasileira, além desta instituição estatal norte-americana, fundações de caráter privado, a exemplo das fundações Ford e Rockefeller, entre outras, investiram e financiaram recursos consideráveis no país:

Nos cerca de dez anos que se estendem entre o princípio da década de 1960 e os anos iniciais da década de 1970, o governo dos Estados Unidos e a Usaid se esforçaram para influenciar a modernização das universidades brasileiras. Enviaram professores e cientistas, celebraram convênios, publicaram livros, financiaram projetos, emprestaram recursos e assessoram autoridades e dirigentes universitários brasileiros, tentando convencê-los de que o melhor caminho era o modelo americano. Seus esforços enfrentaram diversas turbulências, entre elas a onda de protestos nacionalistas e antiamericanos do fim dos anos 1960, bem como o surgimento de atritos entre os dois governos. Esses problemas impuseram barreiras adicionais ao seu sucesso, para além das dificuldades naturais de ordem cultural e institucional, que impediriam, de qualquer maneira, uma transplantação mecânica.²⁹²

O regime militar, ao adotar as orientações dos técnicos norte-americanos, visava inserir as instituições educacionais do país em uma concepção estratégica de desenvolvimento econômico, simbolizada no mote de Brasil potência e, ao mesmo tempo, conter as manifestações estudantis contra o regime. As reformas educacionais, inseridas na estratégia da Doutrina de Segurança Nacional, buscavam conceber a educação como instrumento do desenvolvimento econômico e, ainda, combater a subversão comunista no país, principalmente, no meio estudantil, que nesse momento tornava-se um dos principais focos de resistência à ditadura militar.

²⁹¹ GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 123-124.

²⁹² MOTTA, Rodrigo Pato Sá Motta. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 138-139.

Nesse cenário de reformas educacionais identificadas com interesses privatistas e tecnicistas, financiadas com capitais estatais e de empresas norte-americanos, novos embates voltaram a ocorrer na Guanabara. Em 26 de junho de 1968, aproximadamente cem mil pessoas ocuparam as principais ruas e avenidas centrais do Rio de Janeiro e realizaram, até então, a maior manifestação de oposição ao regime militar. O protesto iniciou-se a partir de um ato político na Cinelândia e exigia a solução dos problemas relativos à educação brasileira e, ao mesmo tempo, refletia o descontentamento crescente com a continuidade do regime militar e a ampliação da repressão policial. Dentre os manifestantes estavam estudantes, intelectuais, artistas, padres progressistas e populares. Em um contexto mais amplo, pode-se afirmar que a manifestação sintetizava a disposição de diversos domínios da sociedade brasileira em confrontar o crescente processo recessivo da política econômica, da restrição das liberdades políticas e da ampliação da militarização do Estado. A polícia carioca só não reprimiu com violência a manifestação, denominada passeata dos Cem Mil, devido à pressão da opinião pública, ainda abalada com o assassinato do estudante Edson Luís. Em primeira página, o *Lavoura* publicou a grande manifestação que ocorreria na Guanabara, mas dando voz apenas aos setores governamentais:

“Autorizada a passeata de hoje no Rio”

O governador Negrão de Lima revelou haver autorizado a passeata estudantil, prevista para hoje, no centro da cidade. Informou que a Polícia Militar permanecerá nos quartéis, porque as autoridades esperam dos manifestantes uma conduta compatível com os foros de educação e cultura da cidade. O governador recebeu telegrama do presidente da República, afirmando que o governo manterá sempre um diálogo franco e leal com os órgãos estudantis, legitimamente representativos e que não permitirá agitações estéreis e dirigidas por órgãos internacionais contra a tranquilidade da família brasileira. [...] o ministro Tarso Dutra, da Educação, fez pelo rádio e televisão uma exposição quando anunciou reforma da estrutura do Ministério, que considerou arcaica, afirmando que não será com a incompreensão e a intolerância que o país poderá reunir as melhores condições para favorecer à juventude.²⁹³

Na mesma matéria, o periódico afirmava que, mesmo com a advertência das autoridades que não iriam permitir a perturbação da ordem, os estudantes mineiros e paulistas também sairiam às ruas centrais de suas respectivas capitais em um protesto contra a violência dos policiais aos estudantes cariocas. Apesar de estampar a foto do bispo Dom José de Castro Pinto, anunciando que o religioso estaria presente à grande mobilização da Guanabara, o periódico não dispensou nenhuma linha dando voz aos opositores sobre a grandiosa

²⁹³ AUTORIZADA a passeata de hoje no Rio. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 26 jun. 1968, p. 1.

manifestação organizada nas principais capitais do país. Analisando as próximas publicações da semana posterior à Marcha dos Cem Mil, seja nas matérias de capa, editoriais e colunas, o *Lavoura* não divulgou mais a grande mobilização organizada pelos estudantes, artistas e intelectuais. Somente em 06 de julho de 1968, o periódico uberabense voltava à temática ao publicar o pronunciamento dos ministros Gama e Silva, da Justiça e Delfim Neto, da área econômica, de que as passeatas estariam proibidas no país e que as manifestações da oposição “tomaram caráter de verdadeira subversão e de desafio às autoridades legitimamente constituídas, prejudicando [...] as atividades comerciais e econômicas do Estado e dos cidadãos”.²⁹⁴ Na compreensão de Rodrigo Motta,

Apesar da repressão a suas lideranças e entidades após o golpe, paulatinamente o movimento estudantil recuperou forças, reorganizou-se e passou a expressar o crescente descontentamento social, que não encontrava vazão nos marcos institucionais do regime. Os estudantes foram se tornando os agentes sociais mais visíveis da oposição [...]. Em 1968, eles organizaram grandes manifestações de rua em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.²⁹⁵

Além da gigantesca manifestação no Rio de Janeiro, em São Paulo intensificava-se a violência por parte de grupos paramilitares de extrema-direita, a exemplo do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), composto, em sua maioria, por estudantes da Universidade Mackenzie, militares e policiais com substancial apoio dos órgãos de repressão e financiados por empresários paulistas. Os principais alvos do CCC eram alunos dos cursos de humanidades da USP, intelectuais e artistas, identificados com a esquerda e de oposição ao regime militar. Sobre o episódio envolvendo os artistas e os membros do CCC, assim noticiou o periódico:

Cerca de 30 elementos não identificados, portando armas de fogo, soco-inglês e cassetetes, invadiram o Teatro Galpão e agrediram os artistas que se encontravam em seus camarins. Faltavam poucos minutos para a meia-noite [...]. Vários artistas foram agredidos. Algumas atrizes da peça “Roda Viva” [...] ficaram com fortes hematomas no rosto e escoriações no corpo. [...] Os policiais da Força Pública, apenas 2, nada fizeram para evitar as depredações. Os cenários foram todos arrancados e pisoteados; as poltronas do teatro viradas e quebradas; os instrumentos musicais [...] inutilizados. Há duas semanas os artistas do Teatro Galpão pediram proteção à Polícia, pois foram avisados que um grupo depredaria a casa.²⁹⁶

²⁹⁴ PASSEATAS proibidas. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 06 jul. 1968, p. 1.

²⁹⁵ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 35.

²⁹⁶ DEPREDADO o “Roda Viva”. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 20 jul. 1968, p. 3.

No mesmo dia em que publicou a notícia acerca da violência cometida contra os artistas em São Paulo, o periódico uberabense, em manchete, expressou a ameaça do general Afonso de Albuquerque Lima, ministro do interior do governo de Costa e Silva:

Se a agitação estudantil, prometida para agosto, se aliar com os trabalhadores, com o objetivo de conquistar o Poder, através da desmoralização da autoridade, não há dúvida que o governo, com amplo respaldo das Forças Armadas, reprimirá com todos os instrumentos disponíveis, podendo ir ao estado de sítio e, se necessário, até mesmo a um ato excepcional não previsto. As Forças Armadas estão absolutamente conscientes do papel que lhes cabe no atual contexto político, econômico e social do Brasil, dispondo-se a defender, até as últimas consequências, a revolução de 31 de março e seus princípios.²⁹⁷

Ao analisar a fala do ministro Albuquerque Lima, percebe-se que carecia apenas de um pretexto para a edição de um “ato excepcional não previsto” e tal resolução viria no final do segundo semestre, com a edição do AI-5. Diante do aguçamento das manifestações contra o regime militar, o governo de Costa e Silva intensificou a repressão ao movimento estudantil, aos operários e a tantos quantos se mobilizassem contra as arbitrariedades impostas.

Nesse cenário de fechamento dos canais de oposição, em 15 de outubro de 1968, o movimento estudantil sofreu um forte revés, quando os órgãos de repressão desmantelaram o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Ibiúna, no interior de São Paulo:

Estão detidos, entre outros, Wladimir Palmeira, José Dirceu, Luiz Travassos, Antônio Ribas, Edson Soares, Paulo Sgeller, e Mata Machado, tendo-se como certa a prisão de todos os presidentes das UEEs e representantes eleitos nos diferentes Estados da Federação. Aprisionados às 7 e 30, ao fim de uma operação policial que envolveu 170 elementos da Força Pública e 30 do DOPS, os estudantes foram transportados [...] para São Paulo, aonde chegaram por volta das 17 e 30. [...] Nessa divisão policial, procede-se à identificação e triagem dos detidos. [...] Estranhando a realização do congresso da ex-UNE na região de Ibiúna, o coronel Barsotti [...] declarou que os estudantes haviam caído numa armadilha. Em fonte altamente credenciada, soube-se no fim da noite, que a Polícia desde muito tempo sabia que o congresso seria realizado em [...] Ibiúna, e permitiu que os estudantes lá se reunissem. [...] Tropas [...] mantém isolada a Casa de Detenção de São Paulo, onde prossegue, pelo terceiro dia consecutivo, a triagem de cerca de 1300 estudantes presos, por tentarem realizar um congresso da extinta UNE.²⁹⁸

²⁹⁷ SE houver agitação, haverá sítio. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 20 jul. 1968, p. 1.

²⁹⁸ DETIDOS 720 estudantes em congresso da ex-UNE. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 out. 1968, p. 7.

Enquanto o *Lavoura* se restringiu a publicar as prisões dos estudantes da UNE apenas em nível nacional, o *Correio Católico* noticiou em primeira página que integrantes do DCE se reuniram com os representantes dos Centros Acadêmicos das Faculdades de Uberaba para tratar dos assuntos relacionados às prisões de 10 estudantes uberabenses efetuados em Ibiúna e que estariam encarcerados e fichados no DOPS, além das ações que tomariam diante da gravidade da situação. Entre os presos estavam três alunos do curso de Direito, da atual UNIUBE; alguns da Medicina, da atual UFTM e outros de Filosofia da FISTA: Assim noticiou o *Correio Católico*: “[...] Foi iniciada a movimentação no sentido de angariar fundos para enviar a São Paulo a fim de impetrar *habeas corpus* para os estudantes locais”.²⁹⁹

Em Uberaba, os policiais militares desfizeram uma reunião do DCE e DAs sob alegação de que não iriam permitir passeatas de protestos e nem reuniões proibidas pela Lei de Segurança Nacional. A detenção dos estudantes numa fazenda perto de Ibiúna desarticulou toda a cúpula do setor estudantil de esquerda. As lideranças mais conhecidas foram encarceradas na Casa de Detenção e fichadas no DOPS, na capital paulista. Nesse episódio, se caíram em uma emboscada, conforme afirma o policial, ou não, é correto afirmar que as principais lideranças presentes ao Congresso foram encarceradas e enquadradas em IPMs. Tal ato desmobilizou as manifestações públicas do movimento estudantil e, dessa forma, sem poder atuar na legalidade, significativos militantes estudantis passaram, então, a atuar na clandestinidade, identificados até mesmo com a luta armada, em inúmeras organizações de esquerda, ao final da década de 1960 e início dos anos 70:

Havia uma série de aspectos comuns, intensificados pelo “clima político” existente no cenário mundial no ano de 1968. Podemos destacar, então, algumas condições estruturais que eram compartilhadas pelas diversas sociedades, em particular as “centrais”, mas que se mostravam presentes nos chamados países do “Terceiro Mundo”, como Brasil, México, Argentina etc. Em diferentes medidas, havia similaridade em condições como a industrialização avançada, a crescente urbanização e consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, a massificação dada pela indústria cultural, o aumento do proletariado e das classes médias assalariadas, a importância dos jovens na composição etária da população, o acesso crescente ao ensino superior, além da incapacidade do poder constituído para representar sociedades que se renovavam. Se esses condicionantes mais estruturais não explicam por si sós as ondas de rebeldia e revolução, ofereceram o solo onde floresceram as ações políticas e culturais diferenciadas que caracterizam o 1968 no Brasil.³⁰⁰

²⁹⁹ AÇOES para libertar uberabenses. **Correio Católico**, Uberaba, 15 out. 1968, p. 1.

³⁰⁰ ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. Dossiê: 40 anos de Maio de 68. **Mediações**. v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. Londrina: UEL. 2007, p. 79-80. Disponível em:

No país, os movimentos estudantis do ano de 1968 se inseriam nessa conjuntura internacional de contestação à ordem estabelecida, a exemplo do Maio Francês, das passeatas contrárias à guerra do Vietnã, dentre outras intensas mobilizações da juventude, muitas delas identificadas com a perspectiva pacifista e terceiro-mundista. No Brasil, o descontentamento com a ditadura militar, a ausência de liberdades político-culturais e as péssimas condições sociais em que vivia o trabalhador brasileiro, evidenciava-se em inúmeras manifestações artísticas comprometidas com a temática sociopolítica, seja nos protestos de rua, nas fábricas, nos palcos, nas universidades ou na mídia. Nesse cenário, a contestação de estudantes, artistas e intelectuais buscavam conscientizar a população a mudar suas condições sociais e o combate ao regime militar estava entre suas principais propostas.

No país, mesmo com os militares cada vez mais se consolidando no poder e fechando os canais de oposição política ao regime, os anos 60 foram marcados por uma cultura essencialmente engajada e que marcaria fortemente, até o final do ano de 1968, a cultura do país. Na concepção de Gonzaga de Oliveira, eram tempos de

[...] festivais memoráveis, diga-se, que não se ouve e nem vê falar mais. Começou em 1968, durou 25 anos, com pequenos intervalos, mercê a burrice de alguns prefeitos que não ajudavam o sonhador (além de competente) Pratinha, na realização do festival. Ah! Foram anos inesquecíveis! Ataliba Guaritá Neto, o Netinho, apresentou os três primeiros: 68, 69 e 70. Depois a voz bonita, postura de grande apresentador, de Romeu Sérgio Meneghelo [...]. As músicas? Letras de “babar” e que marcaram época. “Sarrafo”, ganhou o Festival primeiro. Falava da morte do estudante Edson Luís, no “Calabouço”, restaurante estudantil no Rio de Janeiro. A censura “bobeou” com a letra [...]. Infelizmente, por falta de apoio, aconteceu um enorme espaço de sua realização. Apenas mais uma vez, o Festival foi realizado em 2006. Não mais. O patrono, cujo nome foi dado ao troféu do vencedor, disse no primeiro ano de sua realização, ter sido a mais gostosa homenagem que poderia esperar: Joubert de Carvalho, um dos uberabenses mais ilustres que esta santa terrinha viu nascer! Hoje, para tristeza geral, ninguém sabe ou fala o que foi, o que representou para Uberaba o Festival do Chapadão, o seu idealizador e produtor, recentemente falecido em Uberlândia, Jorge Henrique Prata Soares, o Pratinha, e – pasmem! – muito menos Joubert de Carvalho.³⁰¹

O golpe de Estado de 1964 não conseguiu arrefecer os múltiplos e intensos movimentos culturais que se iniciaram a partir do final da década de 1950 no país. Em Uberaba, dedicado à divulgação da música popular brasileira e ao surgimento de novos

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319/2719>>. Acesso em 10 abr. 2017.

³⁰¹ OLIVEIRA, Luiz Gonzaga. **Memória, História & Causos de Uberaba bão**. Uberaba: Franciscon Artes Gráficas. 2011. p. 85.

talentos da MPB, foram organizados entre os anos de 1960 a 1980, sob o comando de Jorge Henrique Prata Soares, o Pratinha, o Festival Chapadão, nos padrões dos célebres festivais de música do país marcou gerações de músicos de Uberaba e região. O 1º Festival Chapadão foi realizado nos anos de 1960, no Clube Sírio Libanês.

Além das músicas com engajamento sociopolítico, o Cinema Novo, o Teatro de Arena e o Oficina, bem como os Centros Populares de Cultura (CPCs), ligados à UNE, perpetravam ações visando conscientizar as classes populares sobre as condições sociais e políticas em que viviam. Em Uberaba, no 1º festival Chapadão de música popular, a canção vitoriosa foi “Sarrafo”, cuja letra tecia críticas contundentes contra a violência policial e remetia ao assassinato de Edson Luís. Seu autor era um estudante de engenharia da FIUBE, atual UNIUBE. Essa arte mais comprometida com as questões sociais do país buscava expressar toda a ampla diversidade e as históricas contradições da sociedade brasileira e, dessa forma, os movimentos culturais não poderiam se esquivar da realidade política que passava o país, principalmente ante o golpe de 64. Há que considerar que essas variadas e interessantes manifestações culturais se inserem no contexto da temporalidade em que se desenvolveram, uma vez que distintas

[...] circunstâncias históricas permitiram o florescimento de diversas versões do romantismo revolucionário a partir do final da década de 1950. No plano internacional, foram vitoriosas ou estavam em curso revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideário socialista e pelo papel destacado dos trabalhadores do campo, por exemplo, a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia e outras, além da guerra anti-imperialista em curso no Vietnã, lutas anticoloniais na África etc. O êxito militar dessas revoluções é essencial para entender as lutas políticas e o imaginário contestador nos anos 1960: havia exemplos vivos de povos subdesenvolvidos que se rebelavam contra as potências mundiais, construindo pela ação as circunstâncias históricas das quais deveriam brotar o homem novo. Especialmente a vitória da revolução cubana, no quintal dos Estados Unidos, era uma esperança para os revolucionários na América Latina, inclusive no Brasil.³⁰²

No país, essa produção cultural mais engajada, pensada no ideal de transformação social, encontrou terreno fecundo para a sua manifestação nos anos de 1960, uma vez que a partir do fechamento dos canais de expressão política, os movimentos culturais tornaram-se cada vez mais politizados e combativos em relação ao contexto político que o país apresentava. No entanto, ao final do ano de 1968, diante do crescimento das expressões

³⁰² RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. 2. ed. São Paulo. Ed. da UNESP. 2014. p. 17.

culturais e demais manifestações de oposição ao regime militar, os representantes do Estado autoritário editaram o pior de seus atos, o AI-5.

O periódico uberabense, em sua edição de 04 de dezembro de 1968, em primeira página, voltava a dar voz ao presidente Costa e Silva, ao publicar que o presidente não pensava em decretar novo ato institucional para solucionar o caso do deputado emedebista Márcio Moreira Alves. Na mesma edição, a opinião de Gama e Silva, então Ministro da Justiça, era de que a cassação do legislador seria importante para o regime militar:

A Comissão de Justiça da Câmara reinicia, hoje às 10:00 horas, o debate do pedido de licença do Supremo Tribunal federal para processar o deputado Márcio Moreira Alves. O ministro da Justiça que comanda as articulações do governo sobre o caso, disse que a concessão de licença pela Câmara é de grande importância para o regime e as instituições. Ontem, o presidente Costa e Silva convocou para um encontro no Palácio do Planalto o senador Daniel Krieger, líder do governo no Senado, para um entendimento político na Arena. Os observadores, em Brasília, afirmam que o comportamento da oposição a partir de hoje, definirá os rumos dos acontecimentos da Câmara.³⁰³

As críticas que o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, teceu no plenário da Câmara Federal, conclamando os brasileiros para que não participassem dos desfiles militares de 7 de setembro de 1968, ocasião em que o país comemorava 146 anos de seu processo de emancipação política, é considerado por muitos como o fator desencadeador, o estopim, para a promulgação do AI-5. Entretanto, sabe-se que a questão é muito mais abrangente, pois o ano de 1968, principalmente na Europa e nos Estados Unidos e, em menor escala, também no Brasil, foi fortemente assinalado como um tempo de mobilizações pela paz e de grande contestação política de estudantes, operários, hippies e negros contra as injustiças sociais, contra a Guerra do Vietnã, o racismo e os costumes e valores mais tradicionais da sociedade. De uma forma mais abrangente, eram movimentos políticos que demandavam por mais liberdade e renovação dos valores tradicionais da sociedade. Esse movimento de contestação em 1968, no Brasil, associou-se a um combate mais organizado e efetivo contra o regime ditatorial, dessa forma, em diversos setores da sociedade, intensificaram-se os protestos contra o regime militar, na época presidido por Costa e Silva.

Os mandatários do regime militar aproveitaram um discurso de protesto que o deputado havia pronunciado para denunciar a repressão militar aos estudantes e os crimes de tortura nas prisões do país. O pronunciamento de Márcio Moreira Alves, que começou a circular nos quartéis, preparou o cenário para o confronto entre governistas e oposicionistas

³⁰³ A COMISSÃO de Justiça da Câmara. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 04 dez. 1968, p. 1.

no Congresso Nacional, cuja autorização era indispensável para cassar o mandato do deputado emedebista. Sobre o fechamento do regime, o presidente Costa e Silva classificou as notícias de infundadas e até maldosas.³⁰⁴ Nas páginas do *Lavoura*, o ministro Gama e Silva, da pasta da Justiça advertia:

Se a Câmara negar licença para que Márcio Moreira Alves seja processado, estará conivente com os delitos praticados por esse parlamentar. [...] “O governo dispõe dos instrumentos necessários para manter a ordem e não precisa recorrer a nenhuma medida de exceção”. Na área do MDB, o deputado Machado disse que o País “está a meio caminho ou da democracia ou de um regime de exceção”.³⁰⁵

Se o governo dispunha de instrumentos para manter a ordem sem recorrer a ações com teor mais arbitrário, como afirmou Gama e Silva, por que o presidente Costa e Silva decretou o mais nefasto ato institucional do período ditatorial? Ao mesmo tempo, se havia chance de 50% de se manter a democracia, como reverberou o deputado Machado do MDB, por que tal ato foi decretado? A chave para a resposta foi dada em 13 de agosto de 1968, numa sexta-feira, quando o Congresso, na defesa de sua autonomia, e com votos até mesmo de parlamentares da ARENA, o partido situacionista, votou contra o governo e a favor do deputado emedebista. O periódico uberabense repercutiu em sua manchete os acontecimentos de Brasília:

A Câmara dos Deputados, através dos votos de 122 parlamentares do MDB e 94 da Arena, rejeitou ontem, após seis horas de trabalhos, o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, formulado pelo governo federal. O resultado [...] surpreendeu a todos e, ao final, inclusive os presentes, inclusive os populares, funcionários e familiares de deputados – e do próprio Márcio Alves – cantavam de pé, o Hino Nacional e davam vivas à democracia, ao Congresso e à Nação.³⁰⁶

A derrota no Congresso representou o isolamento político dos militares e, ao mesmo tempo, era o que faltava para justificar o fechamento do regime. Ressalta-se que, embora grupos e líderes militares e civis desejassem intensificar a elevação do teor autoritário e a radicalização do processo ditatorial, somente a ação dos extremistas não seria suficiente para desencadear o ciclo repressivo, caso outros setores do governo e de sua base de sustentação política e dos próprios quartéis, não se sentissem inseguros diante da movimentação da

³⁰⁴ O PRESIDENTE não pensa em decretar novo Ato Institucional para dar solução definitiva ao caso do deputado Márcio Moreira Alves. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 04 dez. 1968, p. 1

³⁰⁵ GAMA e Silva adverte. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 09 dez. 1968, p. 1.

³⁰⁶ MÁRCIO Moreira Alves: Câmara contra a cassação. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 13 dez. 1968, p. 1.

oposição e da fragilização das bases de apoio ao regime militar. Visto de longe, na concepção de Rodrigo Motta:

O AI-5 pode parecer um desdobramento natural do regime autoritário, porém essa visão elide a dinâmica política e as ações crescentes das forças de oposição que, em 1968, na percepção de muitos atores pareciam capazes de desestabilizar o governo. Os grupos de direita ficaram atemorizados sobretudo com a força demonstrada pela esquerda estudantil nas ruas, ocupando faculdades, fazendo passeatas, montando barricadas e atacando os setores universitários conservadores. A acachapante derrota no Congresso minou a legitimidade do governo Costa e Silva, que já era questionado nas ruas e na imprensa. A resposta desse regime enfraquecido foi endurecer o regime autoritário, como estratégia para golpear a oposição e segurar com mais força o poder, que poderia escapar-lhe das mãos.³⁰⁷

A decretação do famigerado ato expressou o rompimento da legalidade estabelecida pelo próprio regime militar ao conceder poderes ilimitados ao presidente da República para legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender o *habeas corpus* em crimes considerados de riscos à segurança nacional, julgar políticos em tribunais militares, demitir ou aposentar juízes e funcionários públicos. O próprio general Golbery do Couto e Silva, um dos arquitetos da construção do regime militar, afastado do poder na gestão Costa e Silva, avaliou como exagerada a decretação do AI-5, ao considerar que o regime dispunha de ferramental suficiente para reprimir as manifestações da oposição, embora afirmasse que as reformas necessárias ao desenvolvimento do país, seriam implementadas de forma mais acelerada com a edição de tal ato. Na análise de Marcelo Ridenti:

A arquitetura política do regime, entre força e convencimento, pendeu fortemente em favor da primeira após a edição do AI-5. O Congresso foi fechado por quase um ano, muitos parlamentares foram cassados, opositores foram detidos, consolidou-se uma censura rígida a meios de comunicação, artes e espetáculos. O aparelho da polícia política foi incrementado e reorganizado. A força não bastava, contudo, para garantir a estabilidade da dominação. Seria preciso encontrar algum mecanismo de aceitação pacífica da ordem estabelecida. A partir de 1969, ficou clara a busca de legitimidade na retomada a todo vapor do desenvolvimento econômico, que vinha em alta desde 1967, concomitante à repressão contra os opositores e às medidas de reorganização da sociedade. Difundia-se a ideia de que só com os governos militares fora possível retomar o progresso nacional com manutenção da ordem pública. A legitimação do regime

³⁰⁷ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 149.

passou a ancorar-se em seu êxito modernizador, que envolvia ainda medidas de assistência social.³⁰⁸

Dessa forma, ao promover o desenvolvimento econômico à custa do cerceamento das liberdades democráticas e com grande concentração de renda, os governos militares buscaram estabelecer o consenso pela via da modernização conservadora. Sobre o episódio da imposição do AI-5, na edição do dia seguinte à decretação de tal ação, o *Lavoura e Comércio* publicava:

O presidente da República assinou o Ato Institucional nº. 5, e o Ato Complementar nº. 88, estabelecendo que ficam mantidas a Constituição de 1967 e as Constituições estaduais, com algumas modificações, entre elas, de que com o recesso parlamentar o poder executivo fica autorizado a legislar em todas as matérias previstas na Constituição e na Lei Orgânica dos Municípios. O presidente da República, num interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e municípios, sem as limitações constitucionais. Ele também poderá suspender os direitos políticos, de quaisquer cidadãos, pelo prazo de 10 anos, e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. [...] fica suspensa a garantia de “habeas-corpus” nos casos de crimes políticos e se excluem de qualquer associação judicial todos os atos praticados de acordo com o Ato Institucional e seus atos complementares, ficando suspensas as garantias constitucionais ou legais [...].³⁰⁹

Carlos Fico afirma que tal decreto não foi em decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da concepção que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, na qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Concorde-se com a análise de Fico quando entende que o AI-5 foi um princípio político que assinala a maturação de um processo iniciado anteriormente, que denomina de “utopia autoritária”, ou seja, a confiança de que seria plausível suprimir quaisquer configurações de dissenso, tais como: o comunismo, a subversão política e a corrupção dos agentes públicos, tendo em vista a inserção do país no campo da “democracia ocidental e cristã”.³¹⁰

Ainda sobre o AI-5, o periódico uberabense anunciava a devassa e as prisões ocorridas nos grandes centros do país, uma vez que o regime passou a expurgar não só as principais lideranças políticas, mas todos que fossem considerados inimigos do regime:

³⁰⁸ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 36-37.

³⁰⁹ O PRESIDENTE da República assinou o Ato Institucional nº. 5. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 dez. 1968, p. 1.

³¹⁰ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. vol. 24, n. 47. São Paulo, 2004, p.32-35.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

Prisões no Rio e em São Paulo

Quatro prisões foram feitas ontem, no Rio de Janeiro e em São Paulo, ao fim da tarde. No Rio, foram presos, os sr. Darci Ribeiro, ex-chefe da Casa Civil no governo João Goulart; o jornalista Joel Silveira e o deputado Ciro Kurtz, do MDB. [...] estavam sendo procurados, no Rio, os deputados estaduais, Fabiano Vilanova Machado, Alberto Rajão e o deputado federal Márcio Moreira Alves, que deveria ter embarcado ainda ontem para a Itália em companhia da família. [...] Em Caxias, o ex-deputado Tenório Cavalcanti foi preso por um major do Exército, acompanhado por escolta [...] Cerca de 13 agentes da Polícia Federal, em São Paulo, prenderam [...] o deputado federal Hélio Navarro. Os agentes federais que procuravam em princípio o deputado federal Márcio Moreira Alves, encontraram o deputado Hélio Navarro, detendo-o e o escoltando até uma perua rural estacionada dentro da pista na ala internacional do aeroporto de Congonhas [...].³¹¹

Sob o título prisões continuam, o diário uberabense anunciava que Sete Câmara, diretor do *Jornal do Brasil*, havia sido detido no Rio de Janeiro e que seu periódico deixaria de circular no dia 16 de abril de 1968. Além disso, agentes do DOPS efetuaram a prisão do advogado Sobral Pinto em Goiânia, ocasião em que o jurista parainfava a turma de direito da Universidade Federal de Goiás. Em Brasília foram detidos os jornalistas Carlos Castelo Branco, do *JB*, e Otacílio Lopes, do *Diário de Notícias*. E que ainda permaneciam presos, o marechal Cordeiro de Farias, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Antônio Calado, Ferreira Gullar, Hélio Fernandes, Mário Lago, Oduvaldo Viana Filho, Renato Archer, dentre outros.³¹²

O AI-5 também representou a elevação do cerceamento à liberdade de expressão, em razão de buscar silenciar os principais veículos de comunicação considerados de oposição ou mesmo aqueles que não colaborassem com a consolidação da ordem imposta. Em relação à censura aos veículos de comunicação, o *Lavoura* divulgava o comunicado do general Sílvio Correia de Andrade, na época delegado-regional da Polícia Federal em São Paulo:

Para manter o sossego da população deliberei moderar o noticiário sensacionalista na Imprensa, Rádio e Televisão. Para tanto entrei em contato com todos os órgãos para atingir esse objetivo. Encontrei boa vontade de todos, embora tenham ocorrido dois incidentes de pouca monta, o primeiro no jornal “O Estado de S. Paulo” em virtude do editorial da página 3 – “Notas e Informações” – sob o título: “Instituições em frangalhos”. [...] O mesmo ocorreu com parte da 1ª edição do “Diário da Noite”. Podem dizer que foi instaurado o arrocho à imprensa escrita, falada e televisada por parte do CONTEL, sob a minha fiscalização direta. Os jornais estão sob censura no que diz respeito a greves, passeatas, comícios, agitação estudantil e qualquer tipo de ataque às autoridades. [...] O Departamento de Polícia Federal de São Paulo recebeu comunicação de Brasília no sentido de entrar em entendimentos com os diretores de jornais e recomendar prudência no

³¹¹ PRISÕES no Rio e em São Paulo. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 dez. 1968, p. 1.

³¹² PRISÕES continuam. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 dez. 1968, p. 1.

noticiário sobre a crise surgida no caso do deputado Márcio Moreira Alves.³¹³

No dia 13 de dezembro de 1968, logo após a edição do AI-5, representantes do regime militar impediram a circulação do *Estadão*, devido às críticas ao presidente Costa e Silva publicadas no editorial Instituições em Frangalhos. Tal editorial foi o último com a assinatura do poderoso e influente Júlio de Mesquita Filho, proprietário do periódico. As críticas provocaram a retaliação do general presidente e a apreensão do *Estadão* e do *Jornal da Tarde*.

Retomando o episódio gerador do AI-5, a coluna *Escutando e Divulgando do Lavoura*, de forma irônica e lacônica, anunciou: “Se o Márcio Alves não era supersticioso, agora ele deve passar a ser... sexta-feira 13...”.³¹⁴ O mesmo colunista também afirmava que o ex-presidente Juscelino Kubistchek, que pouco dias antes estivera em Uberaba, para participar da cerimônia de formatura dos estudantes da Faculdade de Medicina, havia sido preso no Rio de Janeiro, além dos jornalistas ligados ao *Correio da Manhã*, da *Tribuna da Imprensa*, dentre outros. Na capital dos mineiros, autoridades militares compareceram às redações dos jornais e rádios para censurar as matérias consideradas perigosas para a segurança nacional. O AI-5 anunciava tempos obscuros para o país.

Na cidade, O *Lavoura* nada publicou se havia ocorrido prisões derivadas das resoluções do AI-5. As retaliações e prisões arbitrárias foram mais evidentes por ocasião da implementação do golpe militar de 64. Ao analisar os editoriais do *Lavoura* intitulados “Implantação dos departamentos da ABCZ na organização Idort – Instituto de Organização Racional do Trabalho”, “Mocidade que se diverte”, “Natal dos pobres” e “Eloquente atestado de confiança”,³¹⁵ publicados, respectivamente, nos dias 13, 14, 16 e 17, nenhuma linha foi escrita em relação ao AI-5, nenhuma nota de adesão ou repúdio ao famigerado Ato Institucional foi publicada. Nem de forma subliminar o jornal emitiu a opinião de seus donos, já pressentindo os tempos duros que viriam com a edição do temível Ato nº 5. O *Lavoura* não foi muito além da publicação na íntegra do AI-5 e determinadas declarações do presidente Costa e Silva que justificava a edição de tal ato aos excessos políticos da oposição e da necessidade de se implantar os ajustes econômicos na condução do país. Ao adotar uma linha

³¹³ PARA MANTER o sossego da população. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 dez. 1968, p. 1.

³¹⁴ SE O MÁRCIO Alves... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 dez. 1968, Escutando e Divulgando, p. 6.

³¹⁵ IMPLANTAÇÃO dos departamentos da ABCZ... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 13 dez. 1968, Editorial, p. 2.

MOCIDADE que se diverte. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 14 dez. 1968, Editorial, p. 2

NATAL DOS POBRES. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 16 dez. 1968, Editorial, p. 2

ELOQUENTE atestado de confiança. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 17 dez. 1968, Editorial, p. 2.

editorial nitidamente cautelosa, pode-se apreender que o principal diário uberabense procurava reproduzir o discurso oficial dos donos do poder na cidade e no país. A mesma atitude ocorreu com o *Correio Católico* que também publicou na íntegra o AI-5, temendo retaliações e embaraços diante do poder ditatorial. Nesse cenário de fechamento do regime e temendo possíveis repreensões, o *Lavoura* preferiu o silêncio, se omitiu diante da barbárie e da arbitrariedade imposta aos brasileiros. Pelo menos não saudou de forma tão entusiasta e eufórica como foi por ocasião da implantação do golpe militar e nem houve missa campal em apoio ao regime militar, como ocorrera em abril de 1964.

Entende-se que o tradicional jornal *Lavoura e Comércio* foi um dos mais expressivos meios de comunicação regional por onde circulou e reverberou uma cultura política mineira. Nessa análise, sob a perspectivas das compreensões de Bernstein³¹⁶, quando versa sobre as famílias políticas, pode-se identificar tanto Quintiliano Jardim, quanto seus articulistas e colonistas, como pertencentes a um grupo político, cujo poder derivava de ambientes marcados pelo conservadorismo político. Ademais, sua linha editorial coadunava com os demais grupos políticos conservadores do país ao apoiar o regime militar e, dessa forma, barrar o processo de transformações socioculturais que avançava no Brasil na década de 1960.

A reflexão até aqui desenvolvida procurou analisar enunciados publicados e outros silenciados pelo diário uberabense nos anos 60. Por meio da pesquisa, compreendeu-se que a sociedade é a todo tempo submetida aos movimentos de interpretação e reinterpretação das mensagens transmitidas pela imprensa, no caso em destaque, o periódico *LC*. Ao mesmo tempo, apresenta implicitamente as relações de poder disseminadas no meio onde era lido e que envolvem as subjetividades de uma sociedade considerada conservadora.

³¹⁶ BERNSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabeleceu-se como objetivo principal desta tese de doutoramento investigar se o diário de maior expressão na imprensa da cidade de Uberaba, o *Lavoura e Comércio*, representou ser um difusor da legitimidade do regime militar, no recorte de 1964 a 1968. Ademais, procurou-se identificar a importância cultural e política do periódico na construção das representações da sociedade uberabense. Ressalta-se que analisar o discurso produzido na imprensa traz em seu bojo a tentativa de compreender como as verdades são construídas e enunciadas nos meios de comunicação.

Evidencia-se o mote que se notabilizou nas páginas do diário e ecoava por todo o Triângulo Mineiro: “se o *Lavoura* não deu, em Uberaba não aconteceu”. O lema evidencia toda a influência exercida pelo periódico, pois suas publicações constituíram um elemento considerável de representação da sociedade uberabense e se consolidou de forma eficiente não só para influenciar seus leitores, mas também um elemento apreciável para a legitimação do poder dos grupos considerados conservadores no interior mineiro. O jornal *Lavoura e Comércio*, de propriedade da família Jardim, tornou-se um dos principais veículos de comunicação de Minas Gerais por todo o século XX e repercutia a atuação político-social da elite mineira e, em especial, influenciava e era influenciado pelos grupos mais proeminentes da cidade de Uberaba e do Triângulo Mineiro. As páginas do *Lavoura e Comércio* foram essencialmente o lugar dos embates políticos e das representações sociais por onde circulava.

Os anos de 1960 foram momentos de grande efervescência cultural e política, mas também de construção de uma ordem ditatorial que marcou o país por longos 21 anos. Período tão rico culturalmente em que o brasileiro realizava discussões sobre seu subdesenvolvimento e buscava soluções para superar suas desigualdades sociais. No entanto, o governo autoritário tratou de barrar as reivindicações mais progressistas e construiu seu projeto de crescimento econômico com concentração de renda e marcas de autoritarismo.

Esses tempos marcados por arbitrariedades, as quais e muitas vezes não eram publicadas pelo *Lavoura e Comércio*, posto que a retórica do periódico se vinculava aos interesses políticos ligados aos setores mais conservadores uberabenses, que convergiam para um posicionamento claramente de oposição ao governo João Goulart e de apoio ao regime militar. Inúmeras de suas publicações traziam discursos de apreensão com os rumos políticos do país em meio a uma suposta ameaça “comunista”.

Embora, o *Lavoura e Comércio* tenha apoiado a implantação do regime militar e em Uberaba tenha havido uma missa campal realizada na Praça Rui Barbosa endossando o golpe

de 64, há que se ressaltar que também houve oposição à deposição do presidente João Goulart e à implantação da ordem autoritária no país, com o advento do regime militar. Em Uberaba, logo no primeiro ano da ditadura militar, policiais do 4º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (BPMG), sob o comando do tenente coronel Pedro Nazareth, nomeado pelo governador Magalhães Pinto para comandar a repressão na cidade e região iniciaram a repressão. Foram abertos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para investigar a atuação de possíveis opositoristas que oferecessem resistência ao comando revolucionário de 64. Na instituição das irmãs dominicanas, o teor das aulas era bastante politizado, debatia-se intensamente as questões do subdesenvolvimento e das desigualdades sociais no país que tanto afetava as classes populares. Nesse cenário de cerceamento das liberdades, as perseguições políticas recaíram sobre sindicalistas, vereador Benito Caparelli, jornalistas, religiosos, professores e diretores dos cursos de humanidades da extinta FISTA, tais como as irmãs dominicanas Georgina, Alexandra e Maria do Loreto, o Padre Prata e o Monsenhor Arduini, dentre outros.

Em consenso com os interesses políticos das elites locais, no período de recorte da pesquisa, o *Lavoura* apoiava as gestões dos prefeitos Artur de Melo Teixeira e João Guido da ARENA, além do governador Magalhães Pinto, um dos principais articuladores do golpe militar. Nesses termos, o periódico não cessou em defender os ideais de ordem e do progresso, amplamente difundidos pelo governo ditatorial e, em diversas matérias, colunas e editoriais, sempre anunciava sua confiança de que a deposição de Jango e a intervenção militar iriam proporcionar a estabilidade econômica e política que o país necessitava. De forma contraditória, em diversas situações, o diário uberabense nomeou o regime autoritário e seus representantes como defensores da democracia. A partir desse discurso de combate ao comunismo, sob o manto da legalidade democrática, foram construídos os processos que permitiram reprimir a oposição sob o argumento de que manifestações contrárias ao governo representavam sérias ameaças à segurança nacional.

O tradicional diário uberabense procurava valorizar o papel da imprensa livre como relevante formador de modelos culturais e o exemplo a ser seguido era o anglo-saxão, democrático e liberal, a serviço do bem cívico e fomentador das liberdades. Quintiliano Jardim, o influente príncipe dos jornalistas, como era denominado, em diversos momentos, em pleno regime militar, considerava que o país vivia em um período democrático e que seu periódico era plural ao não representar os interesses pessoais ou de grupos. Destaca-se que o periódico serviu de sustentáculo, em nível local e regional, para legitimar as ações e interesses dos setores que apoiaram aqueles que tomaram o poder de forma autoritária e antidemocrática

nos anos de 1960. “Depois de 31 Março, forma-se no país o ambiente de ordem”.³¹⁷ Tal publicação é um elemento considerável dessa cultura política conservadora que criticava qualquer manifestação popular ou de grupos políticos de matiz comunista, principais alvos das críticas não só de seus editoriais, mas de praticamente toda a grande imprensa do país.

Percebe-se que nas publicações, o grupo Jardim ditava sua visão de mundo e dos grupos de sua circularidade como se fossem direitos naturais, ou seja, de forma a pensar a cidade, o país e o mundo em consonância com seus interesses, projetos e ideais políticos identificados com a manutenção da ordem conservadora.

Em 1966, a ampliação do mandato do presidente Castelo Branco e a ascensão de Costa e Silva ao poder, bem como a continuidade do regime militar, provocaram a organização e a mobilização dos setores de oposição. Nesse campo de embates, o *Lavoura* deu ampla cobertura à organização e mobilização da Frente Ampla de oposição, principalmente a Carlos Lacerda, político sempre elogiado pelo jornal. Em diversos editoriais, destaca-se que, embora ainda demonstrasse confiança com o governo militar e aos valores da “revolução redentora”, Quintiliano Jardim demonstrava insatisfação com a condução da política econômica e já assinalava suas críticas para a espiral inflacionária e para os desacertos na economia do país.

Nesse panorama de insatisfação política com a continuidade do regime arbitrário, a oposição, com o decorrer dos anos e a continuidade do regime ditatorial, ampliou-se e chegou ao ápice em 1968, ano em que grandes manifestações políticas e culturais de grandes proporções sacudiram o mundo. Um fato marcante e até surpreendente foi o posicionamento do *Lavoura e Comércio* por ocasião do bárbaro assassinato do jovem estudante Edson Luiz, quando os policiais guanabarinenses invadiram o refeitório universitário e atiraram contra os manifestantes. Em Uberaba, na edição de 30 de março de 1968, o *Lavoura* anunciava a indignação que tomou conta do país. Na mesma edição, também publicou que a comunidade estudantil uberabense, liderada pelo DCE, havia iniciado uma greve geral em protesto contra os acontecimentos na Guanabara. De forma elogiável e até extraordinária para os padrões do periódico, o *Lavoura* voltava a atacar a ação brutal dos policiais do Rio de Janeiro ao afirmar que a repressão aos estudantes lembrava os piores tempos do fascismo.³¹⁸

Poucos meses após o episódio do assassinato do estudante e da repressão ao movimento estudantil, o país mergulhou em um dos momentos mais sombrios de sua história com a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, quando a ditadura se escancarou. O

³¹⁷ O BRASIL vai alcançando... **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 21 jul. 1964, Escutando e Divulgando, p. 6.

³¹⁸ METRALHADORA não silencia a juventude. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 30 mar. 1968, p. 1.

Lavoura e Comércio anunciava em primeira página da edição de 04 de dezembro de 1968, a opinião de Gama e Silva, então Ministro da Justiça, acerca do episódio da votação, no Congresso, para cassar o mandato do deputado federal Márcio Moreira Alves, parlamentar do MDB, de que a cassação do parlamentar oposicionista seria salutar para o governo de Costa e Silva.

O periódico uberabense, pouco depois, anunciava a devassa e as prisões ocorridas nos grandes centros do país.³¹⁹ A partir da edição do AI-5, analisando seus editoriais e colunas de política até o final de dezembro de 1968 e início de 1969, o *Lavoura* silenciou-se e passou a ocupar a opinião do jornal com temas de campanhas de fraternidade, notícias sobre a associação de pecuaristas de gado zebu, problemas locais, festividades natalinas, dentre outros temas não polêmicos. Nenhum texto foi publicado em relação ao AI-5, nem mesmo um manifesto de apoio ou de contestação, mesmo em forma de metáforas. Nem de forma subliminar o jornal emitiu a opinião de seus donos quanto ao aumento das arbitrariedades, já pressentindo os tempos amargos e autoritários impostos com o AI-5. Nesse palco de ampliação de cerceamento das liberdades com o fechamento do regime, o *Lavoura* se omitiu e se silenciou diante da ampliação da ditadura. Entretanto, vale ressaltar positivamente, que o diário da família Jardim não saudou com contornos tão vibrantes quanto na época da deposição de Jango e da instalação do golpe, ao final de março e início de abril de 1964.

Apesar do discurso dos meios de comunicação de que sua função é apenas divulgar os fatos de forma isenta e imparcial, ao analisar os discursos utilizados em seus editoriais e colunas, foi possível apreender que o *Lavoura e Comércio* se instituiu, essencialmente, como um porta-voz dos interesses políticos conservadores, uma vez que suas publicações não eram apenas um elemento de comunicação, mas um instrumento considerável para sustentar os objetivos a que foi criado ao final do século XIX, ou seja, a de defender os interesses da elite da cidade.

Dessa forma, ao investigar os editoriais, colunas e demais publicações considera-se que o tradicional diário uberabense atuou como difusor e legitimador do regime militar, pois foi um instrumento essencial na consolidação dos ideais conservadores da política mineira e, com esse desígnio, atuou intencionalmente para construir e naturalizar aquilo que publicava como “verdades” estabelecidas por aqueles que apoiaram a tomada do poder em 1964.

³¹⁹ O PRESIDENTE da República assinou o Ato Institucional nº. 5. **Lavoura e Comércio**, Uberaba, 05 dez. 1968, p. 1.

Essa análise contradiz a memória construída de que a imprensa se constituiu em um baluarte de resistência ao regime militar. Dessa forma, esquadrinham uma memória construída como símbolo da resistência e, nessa perspectiva, a pesquisa permitiu reconstituir as publicações muitas vezes contraditórias do periódico, aclarando aspectos importantes da história política da cidade no período mais autoritário da história recente do país. Destarte, espera-se que o estudo se constitua como um tributo para a história política de Minas Gerais, em especial de Uberaba, considerando que as publicações desse periódico foram relevantes para a compreensão do contexto sociopolítico, econômico e cultural de uma cidade avaliada por muitos com representações e contornos políticos conservadores. Igualmente, é um esforço de interpretação e não tem quaisquer pretensões de apresentar resultados definitivos sobre a política e a sociedade de Uberaba nos anos de 1960. Trata-se, portanto, de compreender que pesquisar a trajetória histórica da/na imprensa é de grande riqueza para articular os sentidos que são estabelecidos entre a memória, a história e a(s) identidade(s) de uma população em determinada época. Intenta-se, também, que a pesquisa possa incentivar outras investigações com outras perspectivas, abordagens, questionamentos e recortes distintos acerca da história política.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Arquivo Público de Uberaba:

Correio Católico

Correio de Uberlândia

Jornal da Manhã

Jornal de Uberaba

Lavoura e Comércio

O Triângulo

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de; et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. CPDOC, 2001, vol. II, p. 2331.

_____. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: FICO, Carlos et al. **Seminário 40 anos do golpe de 1964: 1964-2004 – 40 anos do golpe/ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 15-25.

_____. **A modernização da imprensa. (1970-2000)**. Coleção Descobrimos o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. (Org.). **Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

_____. João Batista de. **As manobras da informação – Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Niterói: Ed. UFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Bointempo, 2003. p. 13.

ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University press, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Rio de Janeiro: Ed. Sabiá, 1968.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. Dossiê: 40 anos de Maio de 68. **Mediações**. v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. Londrina: UEL. 2007, p. 79-80. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319/2719>>. Acesso em 10 abr 2017.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.

ARQUIDIOCESE de Uberaba. **Dom Alexandre Gonçalves do Amaral**. Disponível em: <<http://arquidiocesedeuberaba.org.br/item/dom-alexandre-goncalves-amaral/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 1. **Memória e História**. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 296-331.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

_____. Jornalismo e a construção de uma memória para sua História. In: BRAGANÇA, Aníbal & MOREIRA, Sônia Virgínia (Org). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005, p. 102-111.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, UEPG, v.10, nº1, 2005, p. 95-128.

BRASIL. **Lei nº. 5250**, de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250compilado.htm>. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. **Ato Institucional nº 2**. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso: 25 jan. 2017.

_____. **Ato Institucional nº 3**. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 5 de fevereiro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm>. Acesso: 25 jan. 2017.

_____. **Ofício nº. 902/69** referente ao processo dos militantes comunistas presos em Uberaba, em 1964. DOPS. Arquivo Público Mineiro – APM. 1969. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et. al. (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. Os Partidos in: RÉMOND, René. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro**: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: Composer, 2007.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41: p.269-291, jan/jun 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a14.pdf>> Acesso em: 02 out. 2013.

_____. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. **História**, 2007, vol. 26, n. 2, p. 118-143. ISSN 0101-9074. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a07v26n2.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2015.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

_____. Democracia e Ditadura. In: BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Liberalismo e democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al.; Coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Verbete Ditadura. v.1. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BOMENY, Helena. **O sentido político da educação de Jango**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango>. Acesso em 03 jul. 2016.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

CAMPOS, Flávio de. **Oficina de História**: história do Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto. Ed. USP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino, imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo História e análise de textos. In: _____. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 536-567.

CARDOSO, Irene. O arbítrio transformado em lei e a tortura política. In: FREIRE, Alípio. et al. (Orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos**. São Paulo: Scipione, 1997. p. 471-483.

CARONE, Edgard. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo, Difel, 1981. p. 321-2.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. Formação social e economia psíquica: a sociedade de corte no processo civilizador. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 7-25.

_____. **Cultura Escrita, Literatura e História**. São Paulo: Art Med, 2001.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha-MG (1888-1929)**. 2009. 203f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2009.

D'ARAUJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. In: CASTRO, Celso e D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil: 1954 – Prenúncios de 1964. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p. 484-503, Julho 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n34/a13.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

DÓRIA, Palmério; SEVERIANO, Mylton. **Golpe de Estado: O espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULCI, Otávio Soares. **As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia**. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortês, 1984.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FALCON, Francisco. História e poder. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 1996.

_____. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2006.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-123.

_____.; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. vol. 24 n. 47. São Paulo, 2004. p. 29-60. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, André Azevedo da. **A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do triângulo mineiro (1940-1950)**. 335f. 2010. Tese (Doutorado). Departamento de História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

FOSTER, Gustavo. Por que os brasileiros leem tão pouco? **Jornal Zero Hora**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2015/04/por-que-os-brasileiros-leem-tao-pouco-4735112.html>>. Acesso em 01 jan. 2016.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: Edufu, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e Participação nos Anos 60**. 2. ed. Col. Tudo é História nº 41. São Paulo: Brasiliense, 1982.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **Censo comercial e Industrial de 1960**. Rio de Janeiro, 1966.

_____. **Censo demográfico de 1960 de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, s.d. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, v.1, t.9).

_____. **Censo demográfico de 1970 de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 1973.3v. (VIII Recenseamento Geral, 1970. Série Regional, v.1, t.14).

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, Scritta Editorial, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. A construção do arbítrio legalizado: os limites do que nos era permitido saber. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.

_____. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LACERDA FILHO, Mozart. **Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração**. 166f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

LINZ, Juan José. **Autoritarismo e Democracia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. **Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza Martins. **Imprensa e cidade**. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Elcias. **O Texto da notícia**. Brasília: Ed. UnB, 1996.

LUSTOSA, Isabel. 2000. **Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, história e memória: da unicidade do passado às outras histórias. **Revista Patrimônio e Memória**. Unesp-Fclas-Cedap, v. 5, n.2, p. 58-81-dez. 2009. ISSN-1808-1967. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/105/529>>. Acesso em: 13 jul. 2015. p. 59.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. Franca (SP), **História**, v.22, n.1, p. 59-79, 2003.

_____; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTEUCCI, Nicola. Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto, et al, MATTEUCCI, Nicola, SCHIERA, Pierangelo. **Dicionário de Política**. Verbete Opinião Pública. Brasília: Ed. UnB. 11. ed., 1998.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MENDES, Jairo Faria. Memória dos jornais mineiros do século XIX: revisão crítica das fontes historiográficas. **III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. GT de História da Midiologia. UFRGS, Novo Hamburgo. 2005. p. 1-26.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00062.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva/Fapesp, 2002.

_____. João Goulart e crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos **campi**. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008. p. 30-67. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro**: 1964-1985. CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia (Coords.). São Paulo: Atual, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Luiz Gonzaga de. **Memória, História e Causos de Uberaba bão**. Uberaba: Ed. Franciscan, 2011.

_____. **Uberaba de todos nós sem nós**. Uberaba: Cnec Edigraf, 2013.

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges de. **Leituras, valores e comportamentos**: práticas escolares no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

PAOLINELLI, Sônia Maria Rezende. **Coletânea Biográfica de Escritores Uberabenses**. Uberaba: Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães, 2009.

PAULA, Eustáquio Donizeti de. **O regime militar (1964 – 1980) e o movimento de resistência dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba – MG**. 205f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2007.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Moacir. **O direito à informação na nova lei de imprensa**. São Paulo: Global, 1993.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

PONTES, Hildebrando. A história da imprensa em Uberaba. **Correio Cathólico**, n. 360, Uberaba, 21 mar. 1931.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, JeanPierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História cultural**. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998. p. 123-137.

RAMOS, Murilo César. **Intrigas da Corte**: o jornalismo político das colunas sociais. Rio de Janeiro: Corpo da Letra, 1994.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

REVEL, Jacques. **Proposições**: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

REZENDE, Eliane Mendonça Márquez de. **Uberaba**: uma trajetória socioeconômica – 1811–1910. Uberaba: APU, 1991.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade. Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? **Revista Ciberlegenda**, UFF, n. 8. Rio de Janeiro, 2002, p. 1 a 15. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/viewFile/336/217>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, 2006.

RICCIOPOPO, Thiago. *Orlando Ferreira*: o boca do inferno da Farinha Podre. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – **ANPUH**. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1006.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos depois do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.

_____. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. 2. ed. São Paulo. Ed. da UNESP. 2014.

RODRIGUES, Cristian Vicente. **Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o foco das práticas de controle social – Uberaba 1865/1935**. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). **História**, São Paulo, 15: 27-39, 1996.

SABINO, João Eurípedes. **Lavoura e Comércio**. 29 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,88270>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: Quatro Editor, 1985.

SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba - História, Fatos e Homens**: introdução geral ensaios biografias dispersos. v.1. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo**. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_triennial_e_a_politica_economica>. Acesso em 10 maio 2016.

SILVA, Luzia Maria de Oliveira e. **Whady José Nassif na prefeitura de Uberaba: administração pública municipal no estado novo**. 2006. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, Márcia Pereira da. História e culturas políticas: as concepções jurídicas evocadas pelos governos militares enquanto instrumento de obtenção de legitimidade. **HISTÓRIA**, São Paulo, 28 (2): 2009. p. 1921.

Disponível em: <file:///D:/Governos%20militares%20obten%C3%A7ao%20de%20legitimidad e.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SILVA, Raquel Marta da. **Chico Xavier: imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais - Uberaba, 1959/2001**. 261f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: Neves, Lúcia Bastos das; Morel, Marco; Ferreira, Tania. (Orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 37-59.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 10, vol. 04, junho de 1989.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: Notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**. Porto Alegre, v. 16, nº. 1, jan./jul. 2005, p. 87-112.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **A preservação do legislativo pelo regime militar brasileiro: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2004.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. (Org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**, v.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: José Olympio, 1975.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, João Roberto. (Org.). **1968 faz 30 anos**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Carlos: Ed. da UFSCAR, 1998. p. 77-93.

VILELA, Luciana Maluf; MOLINAR, Luiz Alberto. **Lucília Rosa Vermelha**. Sacramento: Ed. Bertolucci, 2011.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1910 a 1960**. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

WEBER, Max. A política como vocação. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. In: _____. **Ciência e política: duas vocações**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1968.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.